

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

CUSTÓDIO JOVÊNIO BARBOSA FILHO

**LIMITES E POSSIBILIDADES SOBRE OS PROCESSOS DE
CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DE SUJEITO EM FORMAÇÃO,
NO/PELO TRABALHO ASSOCIADO**

**Belo Horizonte (MG)
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

CUSTÓDIO JOVÊNCIO BARBOSA FILHO

**LIMITES E POSSIBILIDADES SOBRE OS PROCESSOS DE
CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DE SUJEITO EM FORMAÇÃO,
NO/PELO TRABALHO ASSOCIADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto.

**Belo Horizonte (MG)
2017**

Ficha catalográfica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de autoria do doutorando Custódio Jovêncio Barbosa Filho, como requisito parcial para a obtenção de título de doutor em Educação, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca examinadora

Professor: Antônio Júlio de Menezes Neto (UFMG)
Departamento: de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE)

Professora: Antônia Vitória Soares Aranha (UFMG)
Departamento: de Administração Escolar (DAE)

Professor: Hormindo Pereira de Souza Junior (UFMG)
Departamento: de Administração Escolar (DAE)

Professora: Roberta Sperandio Traspadini (UNILA)
Curso de Relações Internacionais e Integração

Professor: José dos Santos Rodrigues (UFF)
Departamento: Sociedade, Educação e Conhecimento (SSE)

A Deus, pela paciência em manter-me sob seus cuidados, em todos os momentos da vida.

À Almerinda Barros Barbosa e Custódio Jovêncio Barbosa (*in memoriam*), exemplos de vida.

À Fernanda, Eliza e Stella, complementos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

As trajetórias proporcionadas durante o processo de produção deste trabalho me leva, neste momento, resgatar os nomes de forma coletiva, no sentido, de agradecer toda a contribuição direta ou indireta para elaboração e desenvolvimento da tese que aqui defendemos. Muitos são os nomes a serem citados, entretanto, não gostaria de individualizar agradecimentos, mas pensar sempre que cada um carrega consigo as vozes de muitos que ficaram pelos caminhos, outros muitos que tomaram outros caminhos e ainda os que insistem em seguir os mesmos caminhos de produção teórico e prático que aqui iremos explicitar.

Começo este percurso de agradecimentos destacando o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (NEJA/CE/UFES) nesse espaço encontrei-me com um conjunto de sujeitos sociais, com o qual tive o prazer de compartilhar os caminhos trilhados durante um importante período de minha formação, enquanto profissional e, em especial minha formação humana, que se encontra em tempos do vir a ser hegeliano.

O NEJA enquanto espaço formativo, desde que o conheci em 2005, me ensinou a ver a vida por outras lentes o que agora fica mais claro quando olho para tudo que este espaço/lugar representa para mim, no sentido amplo da formação vivenciada nos encontros com os mais diferentes sujeitos que a vida pode me propiciar a conhecer.

De lá para cá, outros sujeitos coletivos atravessaram meus caminhos formativos e, me fizeram aprofundar ainda mais as reflexões que já fazia, no sentido de compreender que mais importante do que defender projetos individuais, é a defesa de projetos coletivos que possam proporcionar a mais sujeitos o acesso a uma vida mais digna da que outrora viveram.

Por mais que ainda penso em voltar para este espaço e contribuir para que mais pessoas possam ser forjadas a partir desta visão, penso que não pagaria todas as experiências vivenciadas por mim e a formação humanista que puder experienciar.

Agradeço aos participantes do Fórum estadual de Educação de Jovens e Adultos do estado do Espírito Santo (FORUMEJA/ES). Este espaço me permitiu conhecer um pouco mais as políticas de EJA no estado e posteriormente no Brasil e, me aproximou dos trabalhadores livre associados na perspectiva da Economia Popular Solidária que se tornarão sujeitos deste trabalho de pesquisa.

Nesse itinerário, agradeço ainda, aos membros do Observatório de Conflitos no Campo do Centro de Ciência Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (OCCA/CCHN/UFES) que proporcionou momentos importantes de diálogo com os que passariam a se tornar sujeitos de nossa pesquisa de campo, sobre o objeto de estudos que apresentamos na temática dessa tese.

Aos (as) camaradas do Fórum de Economia Popular Solidária do Estado do Espírito Santo (FEPS), que me permitiu articular todas as discussões feitas neste espaço, com as ideias que defendemos nesse texto, em especial, na contribuição sobre dos contatos com os sujeitos da pesquisa de campo e nos diálogos feitos durante as plenárias do fórum.

As Associações de Economia Popular Solidária do estado do Espírito Santo, em especial, as que me receberam com todo o carinho e respeito desde o momento em que apresentei minhas intenções de pesquisas até a finalização desse trabalho. Essas associações me permitiram, por meio, dos mais variados sujeitos sociais conhecer mais de perto os trabalhos que desenvolvem e os projetos de sociedade o qual defendem.

A Associação Grupo de Gestores da Região 5, (GG5 de Terra Vermelha) e a Associação da Bacia do Aribiri, localizada no bairro Aribiri, município de Vila Velha, a Associação Abraço de Planalto Serrano do município da Serra, a Associação Costumes Artes de Vista Dourada do município de Cariacica e a Associação Atelier de Ideias de Morro de São Benedito do município de Vitória (capital do Espírito Santo).

Agradeço ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e este se estende a todos os que compõem este espaço, entre eles professores e servidores.

Aos colegas da turma do doutorado e mestrado que ingressaram no ano de 2014, pelos diálogos nas aulas teóricas e, em especial, aos colegas que contribuíram efetivamente no amadurecimento de ideias e discussões que destacaremos no interior desse trabalho.

Aos (as) “camaradas” da Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB pela possibilidade dos diálogos, mesmo diante das contradições existentes nas reflexões sobre as muitas discussões que fizemos para pensar os aspectos societários, para além, de apenas enfatizar a luta de classes de maneira estanque, mas pensar a sociedade como um todo complexo, com os problemas existentes sobre as experiências vivenciadas pelas classes, em especial a classe trabalhadora.

Agradeço imensamente ao meu orientador professor Antônio Júlio de Menezes Neto, que assumiu os riscos de dialogar e aprofundar discussões sobre uma proposta de tese que hoje ganha corpo, na possibilidade da defesa de um projeto coletivo, tanto pela condição de amparar aspectos sobre os processos de consciência de classe, quanto pela vivência dessa possibilidade nas trocas de experiências com os sujeitos da pesquisa.

A banca de qualificação por todas as contribuições feitas no sentido de qualificar o texto final deste trabalho de pesquisa, professoras Antônia Vitória Soares Aranha (UFMG) e Adilene Gonçalves Quaresma (UNA).

A minha família de origem (extensa) pelas trocas permitidas no percurso da vida, sobre as experiências vivenciadas, nas lutas pela sobrevivência ou mesmo na celebração pelo dom da partilha coletiva.

Agradeço ainda, a todos aqueles que me proporcionaram de maneira direta ou indireta a vivenciar experiências formativas, diante de conflitos internos e externos a minha condição de humano limitado. Estes sujeitos anônimos, transeuntes das relações humanas, têm sido os mais importantes agentes formadores que atuam nos espaços/lugares ao qual tenho transitado proporcionando um diálogo com as mais variadas dimensões da vida humana.

A todos (as) muito obrigado!

“A questão de fundo aqui não pode ser discutida sem encarar o fato de o processo de consciência inserir-se em um momento maior, que é a transição de um modo de produção para outro. Na medida em que se operem transformações revolucionárias, em que se passe a estabelecer novas relações, podemos estar iniciando a construção de um novo patamar da consciência humana”.

(Mauro Luis Iasi, 2011)

RESUMO

A temática central deste estudo advém das muitas inquietações adquiridas, a partir de discussões teórico-práticas sobre o processo de consciência de classe, em especial da classe trabalhadora que tem atuado nos empreendimentos livre associados na perspectiva da Economia Popular Solidária. Para dirimir essas inquietações, foram feitos movimentos no sentido de responder: quais os limites e possibilidades sobre os processos de consciência de classe, de sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória no estado do Espírito Santo? Ao entender ser este o problema central de pesquisa, buscou-se, desvelar algumas questões que, para nós, eram desconhecidas, dentre elas: as aproximações dos empreendimentos da Ecosol, com a perspectiva do associativismo que, teve, de acordo com o conhecimento produzido historicamente, seu início na Europa no, pós, segunda revolução industrial em meados do século XIX. Categorias como: experiências de classe, lutas de classe e consciência de classe foram tomadas neste estudo, no sentido de elucidar os caminhos percorridos pela classe trabalhadora ao longo de sua trajetória histórica. No itinerário da pesquisa, utilizamos como aporte teórico metodológico o materialismo histórico e dialético e, como metodologia de produção de dados, as contribuições proporcionadas pela história oral. Das análises feitas aos dados produzidos em campo de abril de 2015 a dezembro de 2016, tem sido evidenciado que os trabalhadores livres associados envolvidos nos empreendimentos da Ecosol na Grande Vitória, nos limites de suas sobrevivências têm conseguido avançar para uma possível consciência de que pertence a uma classe que difere de outras classes de pessoas, em especial dos detentores dos meios de produção. Esta identificação, de acordo com nossa interpretação, vem ocorrendo a partir da participação destes trabalhadores nos espaços formativos do associativismo (Assembleia Geral, Comitês e Conselhos consultivos e deliberativos). Estes espaços têm fortalecido a participação democrática dos trabalhadores livre associados e proporcionado, na sua essencialidade pedagógica a ampliação da formação humana, com base no processo de auto-emancipação e autoconsciência.

Palavras-chave: Trabalho Associado, Economia Popular Solidária, Experiências de Classe, Lutas de Classe, Consciência de classe.

RESUMEN

El tema central de este estudio se deriva de las muchas preocupaciones adquiridas, de las discusiones teóricas y prácticas sobre el proceso de la conciencia de clase, especialmente la clase de trabajo que ha estado activo en la empresa libre asociado a la perspectiva de la Economía Popular Solidaria. Para solucionar estos problemas, se han dado pasos para responder: ¿cuáles son los límites y posibilidades de la conciencia de clase de los procesos, los sujetos en formación/ el trabajo asociado en las empresas de Economía Popular Solidaria en Gran Vitória en Espírito Santo? Al entender que este es el problema central de la investigación, se intentó, revelan algunas cuestiones que, para nosotros, eran desconocidos, entre ellos: los enfoques de Ecosol con la perspectiva de la asociación, tenía, según el conocimiento producido históricamente, su comienzo en Europa, puesto, segunda revolución industrial en la mitad del siglo XIX. Se tomaron categorías tales como las experiencias de clase, la lucha de clases y la conciencia de clase en este estudio, para dilucidar los caminos tomados por la clase obrera lo largo de su trayectoria histórica. En el desarrollo de la investigación, se utilizó el soporte teórico metodológico del materialismo histórico y dialéctico y como metodología de producción de datos, las contribuciones proporcionadas por la historia oral. Del análisis de los datos producidos en abril 2015 a diciembre 2016 de campo, se ha demostrado que los trabajadores libres asociados que participan en Ecosol de la evolución de la Gran Victoria, dentro de los límites de su supervivencia, han sido capaces de avanzar a una posible conciencia que pertenece una clase que se diferencia de otras clases de personas, especialmente los propietarios de los medios de producción. Esta identificación, de acuerdo con nuestra interpretación, se lleva a cabo con la participación de estos trabajadores en los espacios de formación de la asociación (Asamblea General, las comisiones y de asesoramiento y consejos deliberativos). Estos espacios han fortalecido la participación democrática de trabajo libre y asociado proporcionada en su esencialidad expansión pedagógica de la formación humana, basado en la auto-emancipación y auto-conciencia.

Palabras-clave: Trabajo Asociados, Economía Popular Solidaria, Experiencias de clase, luchas de clase, conciencia de clase.

RÉSUMÉ

Le thème central de cette étude provient des nombreuses préoccupations soulevées, des discussions théoriques et pratiques sur le processus de la conscience de classe, en particulier la classe ouvrière qui a été active dans la libre entreprise associée à la perspective de l'économie solidaire populaire. Pour remédier à ces préoccupations, il y a eu des mouvements pour pondre: quelles sont les limites et les possibilités de la conscience de classe des processus, des sujets en formation/ le travail associé dans les entreprises de l'économie solidaire populaire dans le Grand Vitória à Espírito Santo? En comprenant que cela est le problème central de recherche, il a tenté de révéler quelques questions qui, pour nous, étaient inconnues, parmi eux: les aspects proches des projets Ecosol avec la perspective de l'association, avait, selon les connaissances produites historiquement, ses débuts en Europe, après la deuxième révolution industrielle au milieu du XIX^e siècle. Catégorie telles que des expériences de classe, la lutte de classe et la conscience de classe ont été prises dans cette étude, à élucider les chemins empruntés par la classe ouvrière sur sa trajectoire historique. Dans le développement de la recherche, nous avons utilisé les outils théorique méthodologique du matérialisme historique et dialectique et la méthodologie de production de données, les contributions fournies par l'histoire orale. De l'analyse des données produites en avril 2015 à décembre 2016 sur le terrain, il a été démontré que les travailleurs libres associés impliqués dans Ecosol des développements dans le Grand Vitória, dans les limites de leur survie, ont été en mesure de passer à une conscience possible qui appartient à une classe qui se distingue des autres catégories de personnes, en particulier les propriétaires des moyens de production. Cette identification, selon notre interprétation, se déroule de la participation de ces travailleurs dans les espaces de formation de l'association (Assemblée générale, les comités et les conseils et les conseils délibératifs). Ces espaces ont renforcé la participation démocratique du travail libre et associé prévu dans son essentialité extension pédagogique de la formation humaine, sur la base de l'autonomisation et auto-processus.

Mots-clés: travail associés; économie solidaire; expériences de classe; luttes de classe, conscience de classe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Índice de Desenvolvimento Humanos nos estados brasileiros de 2013.....	150
Imagem 2: Produtos e Ações de um Banco Comunitário.....	173
Imagem 3: moeda comunitária “bem”.....	175
Imagem: 4 - Gestora do Banco Bem no seu cotidiano de trabalho.....	176
Imagem: 5 - Gestoras do Banco Bem no seu cotidiano de trabalho.....	177
Imagem 6: Logo do Banco Terra.....	179
Imagem 7: Gestor do Banco Terra.....	180
Imagem 8: Moeda social do Banco Comunitário Terra.....	181
Imagem 9: Relatório mensal organizado pelo Banco Verde Vida.....	184
Imagem 10: Produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde Vida.....	185
Imagem 11: Produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde Vida.....	185
Imagem 12: Espaço do Banco Verde Vida.....	186
Imagem 13: Produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde Vida.....	186
Imagem 14: Espaço do Banco Verde Vida.....	187
Imagem 15: Espaço do Banco Verde Vida.....	187
Imagem 16: Gestores do Banco Verde Vida.....	188
Imagem 17: Moeda comunitária do Banco Verde Vida.....	189

Imagem 18: Moeda comunitária do Banco Sol.....	190
Imagem 19: Trabalhadora associada do Banco Sol.....	191
Imagem 20: Logo do mercado Sol.....	191
Imagem 21: Espaço de vendas dos produtos artesanais produzidos na Associação Costumes Artes.....	192
Imagem 22: Espaço de vendas dos produtos artesanais produzidos na Associação Costumes Artes.....	193
Imagem 23: Logo do Banco Sol.....	193
Imagem 24: Espaço da Associação AbraSol e do Banco AbraÇõ.....	196
Imagem 25: Espaço da Associação AbraSol e do Banco AbraÇõ.....	196
Imagem 26: Trabalhadoras associadas - Espaço do Banco AbraÇõ.....	197
Imagem 27: logo do Banco AbraÇõ.....	197
Imagem 28: Trabalhadoras associadas do Banco AbraÇõ.....	198
Imagem 29: Espaço da associação AbraSol.....	198
Imagem 30: Trabalhadores associados da AbraSol.....	199
Imagem 31: Trabalhadora associadas do Banco AbraÇõ.....	199
Imagem 32: Moeda solidária do Banco AbraÇõ.....	200
Imagem 33: Moeda solidária do Banco AbraÇõ.....	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AbraSol – Associação Regional Ambiental Solidária

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AG – Assembleia Geral

AGE – Assembleia Geral Extraordinária

AGO – Assembleia Geral Ordinária

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ecosol – Economia Popular Solidária

ES – Espírito Santo

FAE – Faculdade de Educação

FEPS – Fórum de Economia Popular Solidária do estado do Espírito Santo

GAME – Grupo de Avaliação Metodologia e Educação

GV – Grande Vitória

Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e emprego

NEJA – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos

OCB – Organização das Cooperativas no Brasil

OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDFES – Política Cariaciquense de Desenvolvimento e Fomento à Economia Solidária

PEFES – Política Estadual de Fomento à Economia Solidária

PNV – Partido Nacional Bascos da Espanha

PROEJA – Programa Nacional de Educação Profissional na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos

Pro Jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Pro Jovem Campo – Programa Nacional de Inclusão de Jovens do Campo Saberes da Terra

PRONERA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	22
CAPITULO I – RELAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE O TERRITÓRIO DA PESQUISA.....	29
1.1 PERCURSOS HISTÓRICOS SOBRE O TERRITÓRIO DA PESQUISA.....	33
1.1.1 As experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale: alguns percursos históricos.....	45
1.1.2 Complexo Cooperativo de Mondragón e a Economia Popular Solidária no Brasil.....	55
1.1.3 A Colônia Cecília e o anarquismo no Brasil: relações com os princípios da Economia Popular Solidária.....	62
1.2 ENTRE AS MARCAS E OS MARCOS: A LEGISLAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO BRASIL.....	71
1.2.1 Possibilidades de consolidação do associativismo: as leis estadual e municipais no ES.....	81
1.3 OCORRÊNCIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO NO TRABALHO ASSOCIADO.....	90
1.4 O TRABALHO ASSOCIADO NO CONTEXTO DA RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL.....	98
CAPÍTULO II – CLASSE TRABALHADORA: HISTÓRIAS DE LUTAS NOS CAMPOS EM DISPUTAS.....	110
2.1 CLASSE OU CLASSES: A PROCURA DE OUTROS CAMINHOS CONCEITUAL SOBRE A CLASSE TRABALHADORA.....	120
2.2 FORMAÇÃO OU (RE)FORMAÇÃO? CONCEPÇÕES SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO ATUAL.....	135
2.3 AS EXPERIÊNCIAS DE CLASSE COMO PROCESSO FORMATIVO DA CLASSE TRABALHADORA.....	143
2.4 TUDO QUE É LÍQUIDO ESCORREGA ENTRE OS DEDOS: AS INCONSISTÊNCIAS DAS LUTAS DE CLASSES.....	149
CAPÍTULO III – ANÁLISES SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA PRODUZIDA SOB OS DIVERSOS OLHARES.....	162
3.1 O PERCUSO DA PESQUISA E OS DESAFIOS DE COMPREENDER OS PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA.....	164
3.1.1 Bem, Terra, Verde Vida, Sol e Abraço: os bancos comunitários da Grande Vitória e suas experiências históricas de formação.....	176

3.2 EU ME FORMEI E VOCÊ? DIÁLOGOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	206
CAPÍTULO IV – UM PASSO ATRÁS E DOIS A FRENTE: A PRODUÇÃO ASSOCIADA NOS TEMPOS DO CAPITAL FINANCEIRO.....	222
4.1 O VIR A SER NO PROCESSO DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA.....	232
4.2 O ASSOCIATIVISMO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS FORMATIVOS CONTINUAM.....	239
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
REFERÊNCIAS.....	262

APRESENTAÇÃO

O itinerário formativo pelo qual temos passado nos últimos anos foi o que nos impulsionou a debruçar sobre a temática desta tese de doutoramento. Nesse percurso, caminhamos sobre as mais diversas contradições, o que nos permitiu acompanhar os movimentos que, parte da classe trabalhadora, tem feito no sentido de romper, de maneira ainda que inicial, com a lógica de produção capitalista burguesa, no que tange as relações capital-trabalho.

O acompanhamento, desde 2009, às associações vinculadas aos bancos comunitários na perspectiva da Economia Popular Solidária, nos fez enxergar o quanto a perversidade da lógica do sistema capitalista burguês, tem agido sobre as mais variadas formas de produção humana, descaracterizando as ações coletivas que democratizam o acesso a bens e serviços produzidos social e historicamente pela humanidade.

Sobre as experiências formativas, que conseguimos acompanhar no momento de produção dos dados, tanto na pesquisa de 2009 desenvolvida pela Incubadora de Economia Popular Solidária vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo, como os dados da pesquisa de campo, ocorrida nos anos de 2015-2016, para a composição desta tese de doutoramento, nos levaram a compreensão, de que os espaços existentes nas associações tais como: a assembleia geral, conselho fiscal e fóruns de deliberações, são na sua essência espaços pedagogicamente formativos.

Neste sentido, corroboramos com Singer (1998) quando nos chama a atenção de que a Economia Solidária é na sua essência um espaço pedagógico de formação humana. Esta afirmativa pode ser comprovada por meio das visitas feitas aos locais da pesquisa de campo. Elas nos proporcionaram vislumbrar efetivamente esta identificação que se faz presente nos empreendimentos Econômicos Solidários, principalmente a partir das Assembleias Gerais, no momento em que os trabalhadores livres associados passam a ter condições efetivas de participar nas decisões e planejamentos, elaborados para os empreendimentos ao qual estão vinculados.

Ao considerar que as ações dos trabalhadores livres associados no momento das

discussões nas assembleias, podem proporcionar processos de consciência de classe, dos sujeitos em formação nas relações do/no fazer do trabalho associado sobre as mais diversas dimensões que compõem os aspectos teóricos e práticos do processo produtivo, foi para nós um movimento intenso de interpretações e inferências feitas a partir das literaturas utilizadas e dos dados coletados *in loco*.

Concordamos com Iasi (2011) ao nos chamar a atenção de que a questão de fundo no processo de consciência de classe é a transição de um modo de produção para outro. Entretanto, a questão central desta tese tomou como epicentro a ideia de que o projeto de sociedade deve refletir sobre outros mecanismos que não apenas a criação e/ou transição de um para outro modo de produção econômico, mas a possibilidade de projetar a liberdade e a emancipação sob a lógica de atender às mais diversificadas necessidades coletivas de acordo com o plano que a classe trabalhadora tenderá a defender sobre os princípios de um projeto coletivo de sociedade.

Esse projeto, ainda não se encontra completamente definido, nem pelas literaturas utilizadas como base teórica neste estudo, nem pelos sujeitos sociais envolvidos diretamente na pesquisa de campo, pois requererá destes sujeitos alcançarem, de acordo com Iasi (2011), um novo patamar de consciência humana, que ultrapasse do patamar que outrora vivenciaram, em uma perspectiva da consciência para si. Diante desse novo patamar de consciência os sujeitos teriam maiores possibilidades de pensar a produção da vida na perspectiva de uma autonomia produtiva na relação com a natureza e com o entendimento sobre as condições do desprendimento da força de trabalho posto a disposição desse novo projeto.

As literaturas utilizadas neste estudo questionam o princípio da propriedade privada de produção e enfatizam a consciência de classe sob os aspectos da criação de um novo modelo econômico que defenda os projetos coletivos de sociedade e rompa com as mazelas produzidas pelo atual sistema de produção, por meio da coletivização dos meios de produção, pela cooperação mútua, pela solidariedade e principalmente a partir de uma consciência de classe em que os trabalhadores ao lançarem-se como vanguardistas desse processo, possam intensificar o princípio da liberdade e da emancipação humana.

Diante desta possibilidade, a revolução que chamamos a atenção, não está pautada apenas na criação um novo modo de produção em detrimento a outros, mas, uma mudança estrutural em que os sujeitos sociais, em especial a classe trabalhadora, passam a ser ressignificados sob a ótica de um novo patamar de consciência humana tendo como objetivo a busca em mitigar os meios privatistas de produção tendo como possibilidade a coletividade destes meios produtivos.

Entretanto, não é a consciência que faz o movimento da classe trabalhadora, mas são as lutas de classes que fazem com que os trabalhadores possam se vincular a projetos coletivos de sociabilidade, em que singularidade hegemônica de pensamentos deixe de ser enfatizada, para se criar uma diversidade de projetos, de acordo com as necessidades da classe trabalhadora, levando em consideração, todas as relações temporais e espaciais existentes na produção humana.

Hoje, o que temos visto, é a existência de uma singularidade de projeto pautado no individualismo, em que apenas alguns grupos econômicos e políticos detêm o poder econômico e faz do projeto de sociedade existente, uma forma de manutenção do seu *status quo* e estrutura de sociedade no sentido de manter sob sua tutela o poder de decidir os caminhos que a sociedade irá trilhar.

A força adquirida pela classe burguesa vem das lutas travadas com a nobreza no período de mudanças estruturais da sociedade medieval para a sociedade moderna. Estas experiências de luta de classe retirou da nobreza a força que possuíam e passou a organizar a sociedade de acordo com seus interesses. Neste percurso histórico, a experiência da luta de classe desencadeada pela burguesia foi a que adquiriu êxito sobre o novo projeto de sociedade.

Assim como a experiência, o tempo histórico é um elemento categorial que tomamos neste estudo para, a partir dele, desenvolver o que iremos compreender como tempo de formação que difere do tempo de trabalho tanto sob a perspectiva do trabalho produtivo quanto ao do trabalho improdutivo, a partir da lógica, em que os sujeitos sociais se encontram vinculado.¹

¹ Trabalho produtivo de acordo com Marx advém da condição de gerar diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital em detrimento da exploração da força de trabalho dos trabalhadores assalariados. Já o trabalho improdutivo não tem como principal caracterização a produção de mais

O tempo histórico carrega consigo aspectos que as categorias debatidas no interior deste estudo passaram a se expressar como linhas de reflexão tênues para a construção e sustentação de uma tese que se propaga sob os mais variados modelos interpretativos feitos pelos marxistas.

O que nos impulsionou para a defesa desta tese foi poder caminhar diante das responsabilidades que assumimos coletivamente, tendo por base aportes teóricos metodológicos do materialismo histórico e dialético, produzir algo que tenha como objetivo demonstrar os limites e as possibilidades que o trabalho livre associado pode proporcionar no processo de consciência de classe.

Explicitado nosso objeto de estudo, passamos a compreender que a história, sob o olhar de Lukács:

[...] é antes, [...] produto da atividade dos próprios homens, produto até aqui inconsciente, é claro, e, [...] a execução dos processos pelos quais as formas dessa actividade, as relações do homem consigo próprio (com a natureza e com os outros homens) se transformam (LUKÁCS, 1974, p. 207).

Apoiado no princípio lukáciano de que interpretar é sempre um risco, nos arriscamos à interpretação desse fenômeno que traz consigo todas as contradições existentes no mundo moderno pós-industrial nas relações com as condições de produção, em especial no processo da produção associada e do tencionamento feito de forma ainda que inconsciente dos trabalhadores associados sobre os meios privatistas de produção.

Com isso, busca-se caracterizar que existe possibilidade de se ter uma lógica coletiva dos meios de produção que se revela pelas relações produtivas com a disponibilidade das ações coletivas por meio das forças de trabalho e a produção associada de bens e serviços.

valia, isto é não proporciona ao capitalista burguês o acúmulo de mais capital por meio da expropriação da força de trabalho.

INTRODUÇÃO

“Os trabalhadores não têm nada a perder em uma revolução comunista, a não ser suas correntes”.

Karl Marx.

Esta proposta explicitada por Marx tem nos encorajado a trabalhar ainda mais, no sentido de refletir sobre a estrutura do pensamento econômico vigente na sociedade mundial que, de certa forma, tem aprisionado os trabalhadores de todo o mundo. Ela, ainda nos remete a pensar verdadeiramente em uma revolução, pelo menos do ponto de vista da formação da classe trabalhadora, que poderá, a partir das relações de trabalho, romper com as mazelas produzidas pela lógica do sistema capitalista burguês, que tem como principal objetivo o acúmulo de capital por meio da expropriação da força de trabalho.

No que se refere à formação histórica como processos de consciência da classe trabalhadora, esta deveria ocorrer, no nosso entendimento, por meio das indicações propostas por Marx de que a revolução socialista não deveria partir de organismo vanguardista de lideranças científicas, e sim, do movimento operário, tendo como referência a consciência de que é a classe que produz as riquezas das nações e de que essa riqueza precisa ser socializada com todos (MARX; ENGELS, 2008).

Com base nessas referências, este estudo elencou algumas das discussões mais frequentes nas literaturas, de cunho marxiana e marxistas – principalmente no tocante à consciência de classe – desde as produções de Marx e Engels desenvolvidas no século XIX, aos pensamentos mais contemporâneos destes autores que tem influenciado debates, discussões e reflexões sobre o princípio básico do sistema capitalista – propriedade privada dos meios de produção –, no século XX e XXI, no qual pesquisadores se debruçam para pensar a sociedade por meio do materialismo histórico e dialético.

As análises sobre o processo de consciência de classe, feitas por Marx e Engels e pelos marxistas, têm como tempo histórico, foco no período pós-revolução industrial na Europa, e as categorias mais marcantes para essas análises, no que se refere à classe trabalhadora, estão centradas em: classes, experiências de classe, lutas de classes e consciência de classe. Por meio dessas categorias, este trabalho de pesquisa se centra em discutir os processos de consciência de classe que são

forjadas no movimento de formação que as relações de produção no/pelo trabalho associado têm permitido.

Vale destacar que essas categorias carregam consigo características contraditórias inerentes ao modo de produção capitalista. Na dialética do desenvolvimento desigual e imposto pela lógica de extração de valor, regida pela condução de mais valia, evidencia o próprio movimento complexo inerente à relação capital-trabalho.

Das contradições existentes entre capital-trabalho, explicitam-se campos em disputa sobre a produção social da riqueza e apropriação privada da mesma. Processos que engendram, na disputa, a hegemonia do capital e a contra hegemonia dos trabalhadores para além do capital.

Na especificidade de que trata este estudo, entende-se que a consciência de classe pode ocorrer no cenário concreto das lutas de classe, cujas disputas demarcam a ideologia dominante e a formação da consciência superadora a essa ideologia. Para o aprofundamento desta discussão nos debruçamos sobre as produções de Marx, Engels, Lenin, Goldman, Pistrak, Lukács, Gramsci, Thompson, Mézsáros, Löwy, Fernandes e Iasi.

As categorias a serem utilizadas neste estudo, contribuirão no intuito de refletir sobre o seguinte problema: quais os limites e possibilidades sobre o processo de consciência de classe, de sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória, no estado do Espírito Santo?

Esta questão problema emergiu a partir de algumas experiências teórico práticas de meu envolvimento em pesquisas desenvolvidas pela Incubadora de Economia Popular Solidária da Universidade Federal do Espírito Santo no ano de 2009 e no percurso de algumas vivências formativas proporcionadas pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – NEJA/CE/UFES.

Diante disso, este estudo tem nos levado a refletir sobre as contradições existentes entre a lógica do sistema capitalista e a da produção associada que tem na sua essência diferentes concepções de pensar a existências da vida, sendo que, a

primeira busca sempre por meio da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora uma ampliação das riquezas de indivíduos e/ou de pequenos grupos econômicos e, a segunda, entende a importância do trabalho e da partilha das riquezas socialmente produzidas no coletivo, sem ter no trabalho expropriado, uma das formas de riquezas, mas toma o trabalho como uma perspectiva ontológica de formação dos sujeitos e ampliação da vida no ambiente produtivo, na perspectiva da livre associação.

Tiriba, tomando por base o pensamento gramsciano, contribui com estas questões ao destacar que no processo produtivo do trabalho desencadeia-se um caráter educativo de formação de trabalhadores, pois para ela é importante que compreendamos:

[...] como centralidade a natureza ou o caráter educativo do trabalho, os processos de formação de trabalhadores pressupõem a apreensão dos fazeres e saberes do trabalho que se tecem na cotidianidade do processo de produção (propriamente dito), tanto nas empresas sob a direção do capital como nas organizações econômicas de iniciativa popular, seja em busca da sobrevivência imediata, seja em busca de fortalecer uma “outra economia”. No segundo caso, não podemos esquecer que, em diversos momentos históricos, os trabalhadores têm se tornado atores protagonistas dos processos de produção da vida social, ensaiando uma cultura do trabalho calcada numa racionalidade econômico-social distinta da lógica do capital (TIRIBA, 2008, p. 74).

Com isso, continua Tiriba, a práxis passa a ser:

[...] uma atividade humana em que ação/pensamento/ação se apresentam como momentos indissociáveis, é ela que permite aos trabalhadores, ainda que contraditoriamente, a (re) construção da realidade humano-social. Pelas práxis, o conjunto ou uma pequena parcela da classe trabalhadora tem enfrentado o desafio de produzir “por conta própria” (quer dizer, de forma autônoma) outra forma de estar no mundo (TIRIBA, 2008, p. 75).

Esta reflexão de Tiriba, em que a práxis humana está indissociada do processo de ação/pensamento/ação, reforça neste estudo a necessidade de pensar até que ponto os sujeitos diretamente envolvidos nos empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária da Grande Vitória, têm conseguido avançar para uma consciência de classe trabalhadora e, entender que, o que está em disputa não é apenas o campo econômico, mas as dimensões que compõem a vida humana. Dentre elas, a dimensão social e cultural que tem colocado em ênfase a vida ou a morte da classe trabalhadora na perspectiva de sua identidade. (THOMPSON, 2011).

Para Lukács (1974) o movimento do partido leninista poderia estimular a conscientização do proletariado sobre as condições de alienação na qual vive. Para que isso ocorresse, o proletariado deveria se conscientizar da sua condição no processo de reificação e alienação sob as relações vinculadas a dualidade existente entre capital e trabalho. Ao tomar consciência desse problema, poderia, em seguida, com um ato revolucionário, derrubar as relações de produção e iniciar uma nova época de emancipação e de libertação sobre a alienação da totalidade social.

Se o trabalhador conseguir sair do estado de “coisa” em que está colocado, se conseguir pensar sobre todo o processo estará no caminho para enfrentar o sistema capitalista. Ele precisa superar as várias formas de alienação. A dialética entre natureza e homem é central para compreender a função do trabalho com relação à alienação. Para Marx:

O trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem por sua atividade realiza, regula e controla suas trocas com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua natureza corporal, braços e pernas, cabeça, e mãos, para se apropriar das substâncias naturais sob uma forma utilizável para sua própria vida. Agindo assim, por seus movimentos sobre a natureza exterior e transformando-a, o homem transforma ao mesmo tempo a sua natureza (MARX, 2008, p. 211).

Nesse sentido, o produto do trabalho é o resultado da transformação da atividade do sujeito em um objeto social estranho ao homem, à consciência e à vida. Por outro lado, nas condições em que o trabalho ocorre na sociedade capitalista burguesa, o produto do trabalho é uma mercadoria que pertence ao capitalista que detém de forma privatista os meios de produção.

Entretanto, como o trabalhador se torna o sujeito do processo histórico, capaz de realizar a “superação” (*Aufhebung*) da engrenagem da produção e reprodução do capital? O fator consciência alcança uma importância decisiva em Marx. Para este, a unidade da classe operária², pode acontecer somente se o partido comunista (a vanguarda) elaborar uma adequada plataforma teórica e científica, contra o espontaneísmo da classe operária. Mas como se forma essa consciência?

Perante o materialismo histórico e dialético, o princípio da negação da negação pode

² Classe operária está relacionada ao tempo de análise que Marx faz. Hoje poderíamos compreender como classe trabalhadora.

nos iluminar sobre a formação de um homem, emancipado, completo, usando o trabalho para construir a crítica ao próprio trabalho, conseguindo relacionar tempo de trabalho e tempo livre tendo como meta chegar ao reino da liberdade (comunismo).

Esse será um tempo que deverá oferecer, por meio de outra possibilidade de produção da vida, as mesmas oportunidades, os mesmos recursos, no respeito do potencial criativo, da capacidade que o ser humano tem de dominar a natureza considerando os saberes de todos para constituir uma vida de progresso.

Neste sentido, a revolução proletária tem como questão central a organização dos trabalhadores dirigida pelo partido que irá atuar para que a mudança ocorra, eliminando o modo de produção capitalista, fazendo com que o processo de produção de bens e serviços seja controlado pelos trabalhadores a partir da coletivização dos meios de produção.

Na complexidade de refletir sobre este estudo, para responder ao problema da pesquisa, que tem por base concepções marxiana e lukácsiana de pensar as relações entre trabalho e capital, o objetivo geral se pautou em “analisar os limites e possibilidades sobre o processo de consciência de classe, de sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória”.

Nos objetivos específicos, caminhamos no intuito de: a) identificar os reais motivos que os sujeitos tiveram ao optar pelo trabalho nos empreendimentos de economia popular solidária na Grande Vitória; b) compreender até que ponto esses sujeitos fizeram a opção em trabalhar nos empreendimentos de Economia Popular Solidária, de forma consciente da proposta que a Economia Solidária traz para pensar as relações de trabalho e ampliação da vida; c) analisar se essa opção tem produzido, nos sujeitos, em formação pela experiência, uma consciência de classe trabalhadora no/pelo fazer cotidiano do trabalho associado proposto pela Economia Popular Solidária.

Para além do problema central da pesquisa, fizemos o movimento de problematizar este espaço, dito como produção alternativa de ampliação da vida, a partir das seguintes reflexões: como se dá o processo de organização nos espaços dos

empreendimentos de economia popular solidária na Grande Vitória? Como tem sido feita as discussões em torno da distribuição das riquezas socialmente produzidas nesses empreendimentos? Há intencionalidade dos sujeitos envolvidos nesses empreendimentos em buscar outra via econômica no processo de produção das riquezas, de forma consciente? Essa outra via tem condições, no momento da produção de bens e serviços, formar pessoas conscientes a respeito do papel social que exercem sobre a sociedade? Até que ponto essa outra possibilidade econômica consegue produzir no/pelo trabalho associado uma consciência de classe em sujeitos que estão diretamente engajados neste processo? Será que a relação trabalho educação tem contribuído para que, a partir, de um pensamento crítico, os trabalhadores possam se reconhecer como sujeitos históricos e contribuir para as mudanças do meio em que vivem a partir da relação que têm no/pelo trabalho associado?

Estas questões, que aqui identificamos como secundárias, têm sido para nós um espaço de reflexão sobre os caminhos que a pesquisa tomou, no sentido de responder ao problema central proposto por este estudo de doutoramento e na defesa da tese que será explicitada.

Diante disso, os caminhos pelos quais optamos, com base na criticidade imposta pela pesquisa científica, foi o de delimitar nossas análises em torno dos empreendimentos de Economia Popular Solidária da Grande Vitória na expectativa de que as experiências vivenciadas, a partir da participação em pesquisas feitas pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2009 sobre os problemas de gestão dos empreendimentos de economia solidária, e o engajamento em projetos e programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA/UFES), em parceria com o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA/UFES) podem contribuir para que consigamos analisar os limites e possibilidades no processo de consciência de classe de sujeitos em formação no/pelo trabalho associado nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória.

No primeiro momento, nos detivemos em discutir o território da pesquisa tanto do ponto de vista histórico, quanto sobre os aspectos das marcas e marcos legislativos, no sentido de compreender até que ponto esse território contribui para

pensar o processo da reestruturação produtiva do capital e sua manutenção na sociedade atual.

No segundo capítulo, tivemos a responsabilidade de trabalhar, do ponto de vista teórico, o debate marxista sobre a formação da classe trabalhadora, buscando desvelar o movimento que essa classe vivenciou sobre os aspectos de seu processo de formação, no intuito de compreender como a produção de conceitos sobre essa classe pôde proporcionar um direcionamento de outras dinâmicas sobre a consciência da classe trabalhadora.

No terceiro e quarto capítulos nos movimentamos no intuito de interpretar os dados da pesquisa de campo. A partir das análises feitas sobre os dados produzidos em campo, buscamos compreender, por meio do percurso feito sobre a pesquisa, os limites e possibilidades sobre os processos de consciência da classe trabalhadora no/pelo trabalho associado.

Com base nos dados, compreendemos que os limites sobre os processos de consciência de classe, dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, têm se vinculado ao processo histórico do vir a ser hegeliano no qual nada está acabado, mas em um constate vir a ser, enquanto classe trabalhadora.

Isso fica claro na medida em que muitos trabalhadores livres associados ainda não compreenderam que estão atuando em um território produtivo que se diferencia da lógica de produção capitalista. Entretanto, a participação em assembleias, nas formações coletivas, nos conselhos das associações, tem permitido a esses trabalhadores associados, perceberem as diferenças existentes entre um e o outro território de produção e as suas relações de trabalho.

Estes espaços existentes nas associações são de certa forma, potencializadores formativos dos trabalhadores livres associados que, podem em momentos de crise estrutural do trabalho, ser utilizados como locais em que os trabalhadores se reconheçam no processo das lutas de classes e tencionem as lógicas privatistas do acesso a bens e serviços produzidos, sócio e historicamente, pela humanidade.

CAPITULO I – RELAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE O TERRITÓRIO DA PESQUISA

O relato histórico sobre as experiências originárias da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale (Inglaterra no século XIX), do Complexo Cooperativo de Mondragón (Espanha no século XX) e da Colônia Cecília (Brasil no século XIX) tem se demonstrado, como uma importante base, teórico e prática, para refletir sobre as experiências de trabalho na perspectiva do associativismo com desdobramentos, na atualidade, na Economia Popular Solidária.

No Brasil, por exemplo, os defensores do associativismo, na perspectiva da Economia Popular Solidária, situam que seu nascimento ocorreu devido ao conhecimento das experiências sobre o Complexo Cooperativo de Mondragón. Esta experiência será, de acordo com Singer (1998), a base das discussões e implantação dos primeiros empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil a partir da década de 1980.

A prova passa a ser para nós uma categoria a ser explorada no sentido de explicitar, a partir de autores como: Marx e Engels, Thompson, Lukács, Löwy, dentre outros, a possibilidade de identificação do percurso histórico sobre a formação da classe trabalhadora, desde os embates advindos da primeira revolução industrial na Inglaterra.

Vale destacar que a experiência obtida a partir dos percursos formativos no território de pesquisa nos levou a adensar elementos que identifiquem esse lugar como um espaço econômico produtivo diferente da lógica do sistema capitalista burguês, tanto pelos seus princípios em deter coletivamente os meios de produção, como pela distribuição das riquezas produzidas, que apesar de estar, de certa forma, inserida no modo de produção capitalista, possui muitos elementos de contradições com este sistema.

Traçar o percurso histórico sobre Rochdale, Mondragón e Colônia Cecília, é de suma importância, principalmente para contribuir no conhecimento das bases teóricas nas quais as experiências contemporâneas podem se apoiar, principalmente para que se consolidem todas as ações desenvolvidas pelo trabalho associado.

Entrando um pouco nas experiências dos Pioneiros de Rochdale, Singer (1998) destaca que a primeira loja surgiu em 1847 na cidade de Rochdale na Inglaterra, mas até chegar a este fato ocorreu um movimento intenso da classe trabalhadora e dos denominados socialistas utópicos.

Entre a primeira loja dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra (1844), e o Complexo Cooperativo de Mondragón na Espanha (1956), ocorreu no Brasil, no município de Palmeiras, no estado do Paraná, no ano de 1890, uma experiência interessante que carregava como premissa ideologias anarquistas³ de uma possibilidade de associativismo.

Essa experiência apesar de não ter se consolidado enquanto possibilidade de ampliação da vida nessa região conseguiu difundir novos projetos sob a perspectiva do pensamento e produção coletiva, no qual os residentes passaram a compreender que a ajuda mútua pode proporcionar um desenvolvimento local em que todos os seus habitantes possam gozar plenamente das riquezas brotadas nos espaços produtivos a partir das ações humanas de ação sobre a natureza.

Com o nome de Colônia Cecília instalada no estado do Paraná, essa experiência teve em seu principal representante o italiano Giovanni Rossi, que defendia outra lógica de vivência, a partir de um projeto de vida comunitária, o que aproximava do pensamento das associações na Inglaterra e na Espanha (FELICI, 1998).

A importância dessa experiência foi além de apenas pensar outros aspectos de vida em comunidade. Ela contribuiu efetivamente na história do movimento anarquista advindos dos italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX, em busca de terra e trabalho, fugindo dos problemas de guerras civis e desemprego na Itália.

Resgatar este processo histórico tende a enriquecer ainda mais as marcas das diversas experiências existentes na sociedade em períodos de instabilidades econômicas, de condições de vida e de processos diferenciados de produção de bens e serviços ofertados a humanidade.

³ Ideologias anarquistas - O anarquismo é um movimento que busca por meio da anarquia (do grego "anarkhia") é a ausência de governo, a ausência de autoridade instituída, a ausência de chefes permanentes num grupo humano e por consequência a ausência do monopólio da propriedade privada. Ver. DIAZ, Carlos. **Las teorías anarquistas**. Madrid, 1976.

As três experiências que tomaremos para análise tende a contribuir na identificação dos fios, rastros, caminhos e sinais desse processo ao longo da história da sociedade “moderna”, ao tratar os processos históricos até os dias atuais sobre a existência do associativismo moderno. Para Ginzburg (2007):

por meio de falsas largadas, correções, esquecimentos, redescobertas; graças a filtros e esquemas que ofuscam e fazem ver ao mesmo tempo. Neste sentido, o episódio interpretativo que reconstitui com minúcia talvez excessiva, possa ser considerado quase banal: não a exceção, mas a regra (GINZBURG, 2007, p. 111).

Debruçamo-nos em analisar as literaturas marxistas que destacam a possibilidade de pensar a vida para além do sistema capitalista vigente, e que traçam elementos de dissociação entre a produção humana em prol de um projeto coletivo de sociedade e a produção (des) humana que colocam as necessidades individuais acima dos projetos coletivos de melhorias da vida dos seus habitantes.

A História do pensamento socialista tem início bem antes dos escritos de Marx e Engels. Teve um percurso com os socialistas utópicos dentre eles Robert Owen e Saint Simon. Para Löwy (2002):

[...] O exemplo clássico é o famoso socialista utópico Robert Owen, que escreve que a tarefa do socialismo é a supressão das influências perniciosas que rodeiam a humanidade, mediante a criação de combinações totalmente novas de circunstâncias exteriores, e que o personagem que vai realizar essa tarefa é o déspota esclarecido. Owen então se dirige ao rei da França, ao rei da Inglaterra e ao czar da Rússia e, mesmo, a uma reunião de todos os reis da Europa – a chamada Santa Aliança, em que todos eles se uniam para tentar lutar contra Napoleão –, para a qual Owen manda um relatório propondo a essa coleção de monarcas ultra-reacionários, ultra-obscurantistas, proclamar o socialismo como solução para o problema da pobreza, da ignorância, do atraso, etc. (LOWY, 2002, p.20).

As referências sobre estes elementos do socialismo utópico em que destacam a condição de avanço da sociedade a partir da derrubada do processo de pobreza e da ignorância. Para eles, somente assim se conseguirá construir uma sociedade mais justa tendo como ponto de partida, as construções e valorização de todo o processo sócio-histórico-cultural.

Neste cenário, a história do associativismo possui uma marca forte de avanço contra o sistema capitalistas que tende a vincular projetos individuais de construções societárias. Com isso, explicitaremos a seguir as experiências de Rochdale no

século XIX que traz elementos na busca de derrubar os projetos individuais em prol dos projetos coletivos de sociedade e avançar no sentido de garantir o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.

Ao ter por base o pensamento dos socialistas utópicos os Pioneiros de Rochdale assumem uma nova visão de mundo, pois as ideias dos primeiros comunistas eram de:

[...] que todos os monarcas deveriam ser derrubados por revolução violenta, por uma revolução social. Mas quem iria fazer essa revolução? Não poderia ser o povo, o proletariado, os pobres, porque estavam condenados à cegueira, ao fanatismo, à ignorância, ao obscurantismo, e não iriam entender quais eram seus interesses, não por culpa deles, mas das circunstâncias em que viviam, que lhes impediam o acesso à educação, ao conhecimento, às luzes. Então, apenas uma pequena minoria, uma elite de homens esclarecidos, é que iria realizar esta transformação revolucionária, derrubar a monarquia, derrubar o poder das classes dominantes e estabelecer uma ditadura revolucionária, que seria composta deste pequeno número de homens esclarecidos, dessa elite de homens sábios, conhecedores das necessidades do povo, e que iria destruir o antigo sistema e estabelecer novas condições, novas circunstâncias materiais. (LÖWY, 2002, p. 20-21).

Nossa intenção nesse primeiro capítulo é elencar os elementos históricos das experiências formativas que os integrantes dos Pioneiros de Rochdale, Mondragón e a Colônia Cecília trouxeram para contribuir nas análises que faremos dos dados apresentados no capítulo três desse estudo.

Ao abordar de forma descritiva e analítica essas experiências, que fazem emergir elementos importantes para se pensar a vida humana sob os mais variados aspectos coletivos, trata-se intencionalmente de refletir sobre a condição de um novo patamar de consciência que tem a existência e a produção humana coletiva como prioridade, em detrimento ao individualismo existente em sociedades que assumem a lógica capitalista burguesa de produção.

1.1 PERCURSOS HISTÓRICOS SOBRE O TERRITÓRIO DA PESQUISA

O objetivo de iniciar este trabalho de pesquisa, situando o território pesquisado, vem ao encontro do interesse em desvelar este, como sendo, um espaço que nos marcou de experiências no processo do trabalho coletivo. Estas experiências passam a ocorrer no momento em que pude acessar, por meio de pesquisas e projetos, as

discussões e ações sobre os empreendimentos livre associados, na perspectiva da Economia Popular Solidária na Grande Vitória, desenvolvidos pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES em parceria com o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação – NEJA/CE/UFES, o Observatório de Conflitos no Campo do Centro de Ciências Humanas e Naturais – OCCA/CCHN/UFES e o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária – FEEPS/ES.

No âmbito das discussões, teóricas e práticas, a categoria experiência tem sido uma das mais marcantes deste breve, mas denso percurso formativo pelo qual temos passado, em especial, no que tange às relações com a produção e ao trabalho associado.

Thompson (2002) em suas produções teóricas faz diversas inferências sobre a potencialidade desta categoria de análise. Para ele:

A experiência modifica, às vezes de maneira sutil às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres, currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo (THOMPSON, 2002, p. 13).

Atento aos olhares Thompsoniano sobre a experiência, compreende-se que no processo proporcionado pelas mudanças, sendo elas sutis ou radicais, altera não somente as formas de como os sujeitos passarão a se relacionar com o outro, mas, também a se relacionar como ele mesmo e, com a sociedade a qual está inserido.

As características dessas mudanças têm sido mais nítidas, principalmente, quando nos movimentamos sobre os dados que produzimos por meio da pesquisa de campo, pois os sujeitos que transitam nos empreendimentos têm nos permitido visualizar o quanto a categoria experiência passa a fazer sentido, no intuito de compreender as ações desenvolvidas, por estes sujeitos sociais, no momento em que estão produzindo a vida nas relações com o trabalho associado.

Para Larrossa (2002), a categoria “experiência” carrega consigo um aspecto muito mais prático das relações desenvolvidas entre os sujeitos e as suas ações no processo de produção da vida. Ele destaca que a experiência somente pode ser

entendida como tal, quando os sujeitos são envolvidos e deixam-se envolver no momento em que estão experimentando algo. Este fato, Thompson (2002) chamará de experiência vivenciada, ou seja, aquela experiência que marca de tal forma a vida destes sujeitos, que a partir dela, passa-se a ter novas ações.

É neste sentido, que o resgate do meu percurso histórico formativo, no que tange as minhas experiências, sobre o território pesquisado é um dos itens, que consideramos relevante para iniciar as discussões deste estudo e da defesa da tese ora apresentada.

Como historiador, volto um pouco no tempo histórico para fazer o movimento sugerido por Carlo Ginzburg (1990), por meio do paradigma indiciário, no intuito de elencar os sinais, as pistas e os indícios deste percurso.

Este retorno data o ano de 2005. A partir de então, fui atravessado por diversas experiências formativas, que estão além de apenas atender questões do fazer no trabalho pedagógico nas aulas de História. Experimentei um momento ampliado de formação humana, sendo o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – NEJA/CE/UFES um dos responsáveis por esse intenso período formativo.

Naquele espaço pude experimentar diversos projetos, programas e acessar alguns movimentos sociais (MST, MPA, Via Campesina, Movimento Negro, Movimento Quilombola, Movimento indígena, dentre outros) que buscam melhorias nas condições de vida dos grupos ditos “minorias” e/ou “os de baixo”, termo este utilizado por Florestan Fernandes (2015), ao falar das camadas populares na América Latina.

No final deste ano, passei a produzir algumas relações com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem que estava vinculado ao NEJA/CE/UFES e possuía uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Faculdade de Educação no diálogo com Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais – UFMG/FAE/GAME.

A partir ano de 2007, de acordo com as relações que produzia no NEJA, fui integrado, como técnico administrativo, ao grupo do ProJovem no NEJA e fomos nos

permitindo vivenciar as ações desenvolvidas por esse Núcleo. Dentre as ações destacam-se: a finalização do Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONERA – alfabetização; Equipe do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem, no qual possuía vínculo formal de trabalho; Fórum de Educação de Jovens e Adultos; Programa Nacional de Educação Profissional na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA no âmbito da pesquisa pelo grupo de pesquisa PROEJA/CAPES/SETEC/ES-IFES e formação de professores do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); ProJovem Campo Saberes da Terra. Colaborava com a equipe de formação de professores vinculados ao NEJA/CE/UFES; representava o Fórum/EJA-ES na Agenda Territorial de EJA; representava o NEJA no Comitê Estadual de Educação do Campo no estado do Espírito Santo.

No ano de 2009, tendo ingressado no mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGE/CE/UFES, pude participar de três pesquisas do Grupo de pesquisa PROEJA/CAPES/SETEC/ES-UFES-IFES. Nesse mesmo ano, representando o NEJA, participei da pesquisa sobre o levantamento das principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de Economia Popular Solidária da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo. Essa pesquisa foi desenvolvida pela Incubadora de Economia Solidária em parceria com o Fórum de Economia Popular Solidária do estado – FEPS.

Com isso, o ano de 2009 foi um marco importante de minhas experiências com o trabalho associado, o que nos levou a compreender este, como sendo, um importante espaço de relações com a produção ampliada da vida, por meio da ampliação do tempo de formação em detrimento ao tempo de trabalho, tendo como referência outras lógicas que não a do sistema capitalista vigente.

Esta afirmativa se centra no conhecimento da literatura que discute o tema e nos dados empíricos coletados na pesquisa de campo no ano de 2009, em que os sujeitos que transitavam naqueles espaços entendiam ser a produção associada na perspectiva da Economia Popular Solidária como o de negação à lógica atual de produção econômica.

A partir dessas experiências passamos a nos inserir nas discussões sobre o

associativismo, o que iremos tratar em algum momento como trabalho coletivo, trabalho associado e/ou produção associada. Essas experiências nos permitiram mergulhar em um espaço pouco conhecido até aquele momento, levando em consideração, o percurso formativo enquanto cidadão, e também, como licenciado em História na mesma Universidade.

A pesquisa empírica, realizada em 2009, nos permitiu acessar e conhecer diversos empreendimentos⁴ de Economia Popular Solidária na Grande Vitória, mas, o que marcou esse percurso foi um grupo da Associação Costumes Artes que produziam caixas de presentes, de forma artesanal, utilizando a palha da bananeira. Esse empreendimento estava localizado em um bairro na periferia do município de Cariacica, na Grande Vitória⁵.

Em conversa com os trabalhadores associados, percebeu-se alguns problemas no que tange à produção e distribuição das riquezas produzidas nesse empreendimento. Este fato fez ascender uma via importante para entender as discussões feitas por Marx e Engels no momento da revolução industrial na Inglaterra, sobre a questão do acúmulo primitivo do capital. Porém, minha caminhada na pesquisa de mestrado passava por outras estradas e não foi possível, naquele momento, adensar os aspectos que me chamou a atenção no processo produtivo do trabalho associado.

Vale ressaltar que, passaríamos a entender a produção associada, a partir dos destaques que Marx e Engels fazem, como sendo caracterizada no momento em que ocorre a “apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos associados é que cessa a propriedade privada”. (MARX, ENGELS, 2009, p. 109).

Nesse sentido, entende-se que o formato de produção proposto pelo associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária se destaca como sendo uma forma de simbiose⁶ entre o homem e a natureza, na busca de se adequarem a partir de uma

⁴ Espaço físico de produção de bens e serviços na economia popular solidária.

⁵ A Grande Vitória é composta pelos seguintes municípios: Vitória (capital), Vila Velha, Cariacica e Serra – estes municípios fazem parte da Região Metropolitana do Espírito Santo. Além destes municípios há Guarapari, Fundão, Viana, que compõem a Região da Grande Vitória, os três últimos foram incorporado a GV, recentemente pela Lei Complementar Estadual Nº 58 de 2001.

⁶ Pode se entender por simbiose entre homem natureza a partir das discussões do ecologismo que considera a relação entre homem e natureza como uma relação de colaboração de cooperação.

nova maneira de sociabilidade nas relações produtivas, não tendo distinções hierárquicas nesse processo, o que de certa maneira, nega a lógica da divisão social do trabalho.

As aproximações com este espaço irão nos preparar para um momento ímpar de tentar compreender o que de fato levava aqueles sujeitos sociais a trabalharem de forma associada, sem que houvesse empregados e patrões e, sem as garantias de um vínculo formal de trabalho.

Habitados à lógica de produção capitalista burguesa questiona-se o seguinte fato: se aqueles sujeitos que transitavam naquele espaço entendiam de forma consciente que estavam negando essa lógica, a partir das relações que possuíam na produção de bens e serviços. Diante daquele contexto, buscávamos compreender se ocorria de fato algum processo de consciência de classe, nas relações produzidas pelos trabalhadores associados, tendo como referência as diferenças existentes naqueles espaços produtivos.

Posto para nós o desafio prático (empírico) sobre o processo de consciência de classe, passamos a nos aproximar ainda mais das discussões teóricas em torno desta temática. Goldmann (1967, p. 197) situa elementos importantes sobre as questões da consciência, pois para ele, há uma:

[...] longa discussão em torno dos problemas do papel ativo da consciência, ou ao contrário, de seu caráter de simples reflexo. Cada uma das teses corresponde parcialmente às teses de Marx. O pensamento de Marx parece ser o seguinte: o indivíduo assim como os grupos humanos constitui totalidades que não podem ser seccionadas para deles se fazer realidades autônomas. Não há pensamento independente do comportamento ou da afetividade, nem comportamento independente da consciência etc. [...] Em última instância, o pensamento, a afetividade e o comportamento de um indivíduo constituem uma unidade coerente e significativa. Mas é necessário acrescentar que quando se trata de indivíduos essa unidade estrutural passa por grande número de mediações cujo sujeito não é, ou o é muito pouco, consciente e, por isso, dificilmente revelável, enquanto que é incontestavelmente mais fácil evidenciar a coerência que rege o comportamento, a afetividade ou a consciência de um grupo social dentro do qual as inúmeras parcelas individuais se anulam mutuamente (GOLDMANN, 1967, p.197).

Essas reflexões propostas por Goldman, com base nos escritos de Marx, nos

aproximam dos sete princípios do trabalho associado⁷ descritos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2015), que na atualidade, têm sido utilizados nas associações, como base fundamental, advinda desse pensamento, que teve início na Europa, na pós-segunda revolução industrial.

A base dos sete princípios do trabalho associado deve proporcionar aos trabalhadores livres associados a compreensão de maneira consciente de que, na produção associada, não se busca somente dar conta da vida, como limite de sobrevivência, mas, remetem as condições de **liberdade** de ação, pelo trabalho, no momento da produção de bens e serviços; de **consciência** que se produz bens e serviços para atender um número cada vez maior de pessoas, e condições de se reconhecer como um ser antologicamente social na perspectiva Lukacsiana; de **coletividade** desde o processo de produção, com o apoio e solidariedade de outros sujeitos, até reflexões sobre as distribuições das “riquezas” materiais e sociais e; de **universalidade** no sentido que todos(as) os sujeitos tenham acesso aos bens e serviços produzidos por homens e mulheres na relação com a natureza.

Na observância sobre os princípios básicos do associativismo, no tempo em que Marx (1988) fazia suas análises, contribui de forma efetiva para fazer as devidas relações ao destacar que:

[...] a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser organizada sem a existência de uma classe de patrões que empregue uma classe de “braços”; que, para dar frutos, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como meios de dominação e de exploração dos trabalhadores e que o trabalho assalariado assim como o trabalho escravo e o trabalho servil é somente uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que cumpre sua função com braço vigoroso, espírito ágil e coração alegre (MARX, 1988, p.6)

Seguindo a lógica da liberdade de ações, o trabalho associado pressupõe uma reestruturação dos processos produtivos em que cada trabalhador associado, envolvido nas ações, consiga compreender suas relações entre o que é desprendido de forças produtivas e a realização efetiva do trabalho concreto. Com isso, o trabalho associado pode vir a ampliar os processos formativos dos sujeitos

⁷Os princípios do associativismo emergiram a partir de discussões feitas no interior da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), são eles: a) Adesão livre; b) Controle democrático; c) Retorno dos excedentes em proporção às operações; d) Taxa limitada de juros ao capital social; e) Integração cooperativa; f) Educação cooperativista; g) Neutralidade política, religiosa, etc.

envolvidos direta e/ou indiretamente nessa forma de produção.

Além disso, as instâncias que compõem as associações têm permitido um espaço intenso de formação coletiva dos trabalhadores associados, por meio das assembleias gerais, conselhos deliberativos e as formações em geral que são conduzidas por essas instâncias, ao passo que cada trabalhador livre associado pode se colocar no processo de decisões sobre os rumos que o empreendimento irá tomar. Esta forma de participação faz dos espaços do associativismo na sua essência um ato pedagógico de formação no/pelo trabalho.

Ao buscar cada vez mais dar sustentação a revolução do proletariado no processo de resignificação das liberdades de ações, no que tange às forças produtivas, Marx (2009) ainda destaca que o:

[...] desenvolvimento das forças produtivas [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida (MARX, 2009, p.50)

A partir dessa dinâmica, Marx (2009, p 65) aponta que “é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais”, esta ênfase dos escritos marxianos sobre o que é o real, aproxima da metodologia do real, em que o materialismo histórico e dialético se situa, pois no processo de buscar a liberdade, os homens somente conseguirão quando tiverem condições de obter alimentação, bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas para a sua sobrevivência e para a sobrevivência dos seus.

As contribuições de Marx (2009, p. 65) sobre esta discussão se ampliam quando destaca que “a ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas, pela situação da indústria, do comércio, da agricultura [...] quesitos necessários para a manutenção da existência humana.” Sendo assim, compreende-se que a libertação somente poderá ser conquistada, nos movimentos desencadeados pelas lutas de classes, em especial, no momento em que a classe trabalhadora se perceber enquanto classe e se conscientizar de que os campos, que compõem as dimensões da vida, estão em disputas.

Vale destacar que esses campos – políticos, sociais, culturais –, aparecem nas

diversas dimensões que compõem a sociedade, não somente no âmbito da economia, mas no âmbito das dimensões sociais, culturais, políticas, dentre outras. (THOMPSON, 2002).

Observando os aspectos sobre a crise das relações humanas, que foram cada vez mais sendo subjugadas a partir das mazelas produzidas pelo sistema capitalista, tendo por base a acumulação de capital e a intensificação das desigualdades sociais, Goldmann (1967, p. 5) destaca que “um fato se impõe ante o qual não temos o direito de fechar os olhos. O humanismo⁸ atravessa hoje uma crise que ameaça sua própria existência e exige uma rigorosa tomada de consciência.”

A tomada de consciência é que tem nos atravessado para pensar as relações produzidas, em especial, no processo de produção de bens e serviços nos espaços/lugares territoriais do trabalho associado. Goldmann (1967, p. 5) ainda destaca que “não temos o direito de nos contentarmos como uma “boa consciência”. Quando a consciência perde o contato com a realidade, perde também qualquer valor real e se torna uma fraqueza ou um escapismo”.

O debate em torno da consciência, em especial da consciência de classe, não foi inaugurado por Lucien Goldmann, esta é uma das principais categorias que foi tratado como força atividade nos trabalhos produzidos por Marx e Engels e, pelos marxistas, em especial, Georg Lukács que se deteve em discutir em um dos seus estudos publicados no início do século XX intitulado “História e Consciência de Classe”.⁹

Outros autores que se debruçaram sobre a categoria “consciência de classe” têm contribuído de maneira efetiva nos caminhos que fizemos para compreender os aspectos dessa categoria analítica. Essa categoria se destaca não de forma separada, mas diretamente ligada à perspectiva da classe trabalhadora, ou seja, ao analisamos a concepção da categoria da consciência da classe trabalhadora. Além dos autores já citados destacam-se também Thompson, (1981/1998/ 2002/2010/

⁸ O humanismo aqui é tratado a partir da crise das relações humanas que tem sido gerada pela lógica do sistema privatista de produção, principalmente na relação capital e trabalho.

⁹ Trataremos ao longo deste estudo a categoria “consciência de classe”. Esta irá perpassar toda a produção, para tentarmos explicitar melhor a defesa da tese, no que tange o processo de consciência de classe na relação com a produção e o trabalho associado.

2011/2012^a/ 2012b); Williams (1989); Mézsáros, (2012/2005); Löwy, (1975/2002/ 2012); Pistrak, (2008/ 2009/ 2015); Goldmann (1967/ 1991); Iasi, (2011/2012); Fernandes (2015).

Diante dessas marcas teóricas e práticas sobre a produção associada, minha formação tomou novos rumos e, no ano de 2012, atuando como docente no ensino superior e, concluído o mestrado em educação, reencontrei-me com grupo de Economia Popular Solidária no município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo a partir de uma proposta de trabalho.

Esse grupo nos provocou enquanto professor de uma instituição particular de ensino superior a contribuir, a partir de projetos institucionais, na prestação de assessorias acadêmicas para alguns empreendimentos de Economia Solidária situadas naquele município. Entretanto, as dinâmicas produzidas nesse espaço privatista de educação superior, não nos permitiram levar o projeto à frente, pela sua forma organizativa e também pelas condições existentes da educação privada no Brasil, em que não há interesses sobre o tripé formativo dos acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão).

Diante disso, passei a pensar outras possibilidades para contribuir efetivamente com os grupos da Ecosol e compreendi que pelo veio da pesquisa teria condições de conhecer melhor estes espaços e entender como os sujeitos sociais que transitam nestes empreendimentos se veem como autores e protagonistas de um trabalho que se desvincula, pelo menos, do ponto de vista teórico das lógicas do sistema capitalista burguês.

Neste contexto, do ponto de vista teórico, nos aproximamos ainda mais das propostas de Economia Solidária sugeridas por Paul Singer (1985/ 1998/ 2000^a/ 2000b/ 2002); Lavelle (1994); Mance (1999) e algumas discussões propostas por Lia Tiriba (1991) na relação Ecosol e Educação de Jovens e Adultos. Em seus estudos, Singer busca construir uma longa caminhada para se chegar ao que ele mesmo irá tratar de “uma utopia militante”, publicada em 1998.

Nos caminhos percorridos por Singer, para chegar a suas diversas conclusões sobre a Economia Popular Solidária, ocorreram muitas aproximações com as obras de Marx, principalmente no que tange ao percurso metodológico, que se vincula à

dinâmica do materialismo histórico e dialético, pois Singer (1998) parte da realidade das experiências e busca a partir delas construir os caminhos que ele denominou de “projeto social” proposto pela Economia Solidária no Brasil.

Com essa vinculação, Singer (1998) tratará a Economia Popular Solidária como sendo os germes do projeto socialista no Brasil, a partir da lógica de produção que tem como foco a socialização dos bens e serviços produzidos nos empreendimentos livres associados. Entretanto, esse autor, segundo alguns leitores críticos da Economia Solidária, escorrega nas ciladas teóricas e, fragiliza a revolução socialista pensada por Marx.

Os leitores críticos da Ecosol situam que não haverá em Singer os elementos conceituais que poderiam levar ao rompimento com o sistema capitalista vigente. Estes farão duros ataques de repúdio ao pensamento simplificado do socialismo proposto por Marx, pois tanto Singer, quanto os outros defensores da Economia Popular Solidária, trataram este “projeto social” como sendo os germes do socialismo científico.¹⁰

Apesar de situar uma crítica bem fundamentada sobre as ideias dos defensores da Economia Popular Solidária como princípio do socialismo no Brasil, muitos desses críticos não consideraram em Singer (1998, 2002) a defesa da potencialidade que a Economia Popular Solidária aponta na relação direta com o trabalho associado, sendo esta, explicitada como princípio da formação humana, na mesma perspectiva gramsciniana.

Compreender que no/pelo trabalho os sujeitos se formam, tanto nas dimensões sociais, culturais, políticas quanto no fazer do trabalho, nos remete as discussões propostas por Gramsci(1991) ao situar que:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) que é introduzida e identificada na ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma instituição do mundo, liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro

¹⁰ Ler Weller “Para a crítica da Economia Solidária” (2012).

custa ao presente, para concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1991, p. 130-131).

Estas relações em que Gramsci deixa claro sua defesa pelo trabalho como princípio formativo, por meio da experiência, nos faz desvelar a possibilidade de tratar o trabalho, em especial, o trabalho associado pelo veio da formação da classe trabalhadora, que na ação do trabalho exerce uma característica de transformação do que era no passado próximo para o que virá a se tornar em um presente real e um futuro ainda duvidoso, mesmo diante das contradições que as relações de trabalho tendem a se materializar na perspectiva dialética do trabalho.

O vir a ser é um dos grandes princípios do pensamento hegeliano tomado por Marx que passa a enfatizar as mudanças societárias. Em Gramsci, o adensamento desta discussão o tornará como uma das grandes referências para se pensar a escola unitária e a própria ideia da divisão social do trabalho. Neste sentido, destaca Gramsci (1991) que com:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo (GRAMSCI, 1991, p.125).

O conhecimento dos elementos essenciais sobre a escola unitária desenvolvida por Gramsci enfatiza que os trabalhadores vivem, por meio das amarras existentes na divisão social do trabalho, um aspecto alienado do trabalho. Reconhecer esse fato, de forma consciente, poderá permitir ao trabalhador pensar outros mecanismos de tencionamento ao poder instituído, no sentido de formar a partir do trabalho, junto às classes trabalhadoras, outras possibilidades de produção da vida.

É nesse sentido que mesmo diante das críticas, as contribuições de Singer foram e têm sido importantes para se buscar novas utopias militantes, dentre elas, a fuga de uma estrutura mental, em que o pensamento fique vinculado a apenas, uma forma de pensar e agir sobre as dimensões que compõem as relações humanas.

Adentrar mais especificamente neste debate, tem nos permitido vislumbrar que na possibilidade de se ter uma classe de trabalhadores conscientes de suas ações e de sua condição de classe trabalhadora assalariada, poderá buscar por meio de um processo emancipatório, romper com os desmandos da classe burguesa que tem

como lógica produtiva o acúmulo de capital.

Catani (2006) contribui com esta discussão ao destacar a importância de se buscar processos emancipatórios, nas ações, tanto na produção da vida individual quanto coletiva de sujeitos sociais. Para ele, a emancipação social tende a se vincular a uma autonomia de produção coletiva que se afasta da lógica da alienação e encontra em seus pares:

[...] a apropriação coletiva, a descentralização e a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. A organização da sociedade segundo os princípios da autonomia popular implica o associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, que a ele aderem de forma voluntária, consciente e contratual [...]. (CATANI, 2006, p. 44).

Neste contexto de pensar outras perspectivas de produção da vida, buscando a liberdade de ação e de emancipação dos sujeitos sociais, infere-se que a Economia Popular Solidária, que surgiu na visão de Paul Singer (1998), com seus primeiros focos de experiências na Inglaterra do século XIX, uma possibilidade da emancipação social dos sujeitos envolvidos neste processo.

Essa emancipação poderá ocorrer a partir de ações que tendem a romper com as mazelas produzidas pelo sistema capitalista de expropriação da força de trabalho e da extinção da liberdade de pensar e agir de maneira coletiva, no sentido da ampliação dos aspectos formativos dos sujeitos sociais.

Segundo Singer (1998), o movimento em prol dessa liberdade, remete às experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale. Para compreender esse movimento, ele fará o resgate do pensamento dos socialistas utópicos, dentre eles Robert Owen e Saint Simon, apontando como resultados finais, as contribuições desses pensadores, para a criação e expansão das experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale no século XIX. Esse movimento ocorreu como reflexo dos problemas sociais existentes nas relações entre os trabalhadores e a indústria inglesa.

Já no século XX, Singer destacará a criação do Complexo Cooperativo de Mondragón, que teve como nascimento a experiência de trabalhadores associados na Espanha, com intensa participação de Igreja Católica.

Com isso, Singer (1998), Colle (1944), Laville (1994), Mance (1999) passarão a defender a experiência de Rochdale e Mondragón como fundadoras do que se denominará de Economia Solidária nos dias atuais. Para eles, o percurso feito por Robert Owen, no sentido de trabalhar para reduzir o número de desempregados e da pobreza na Inglaterra, teve como consequência a produção de associações e cooperativas e, como resultado final as contradições existentes em um movimento contrário à lógica de produção do sistema capitalista burguês que se instaurava cada vez mais na Europa.

Essas associações e cooperativas tenderam a buscar respostas para os problemas que se alastravam pela Europa, desde meados do século XVIII com a intensificação das ações advindas pela expansão da indústria. Dentre os problemas, destacam-se as péssimas condições de trabalho e a má distribuição das riquezas produzidas pelas indústrias na Europa, no que Marx aponta como acúmulo de capital, por meio da exploração da força de trabalho. (ENGELS, 2010)

A partir das análises feitas por Marx e Engels sobre as relações capital-trabalho indicam para nós, que as experiências de Rochdale, Mondragón e a Colônia Cecília são apenas uma ponta do iceberg que ainda está por vir, pois os problemas sociais tendem a se agravar ainda mais, com a marcha crucial do pensamento conservador de direita em ascensão nos denominados países “periféricos e centrais”, e as relações, capital-trabalho poderão sofrer novas configurações, para que sejam mantidas as estruturas sociais atualmente existentes.

Neste contexto, destacar as experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, do Complexo Cooperativo de Mondragón e da Colônia Cecília é, para nós, um esforço de demonstrar a possibilidade de se trabalhar sob outra lógica produtiva, afim de que a sociedade viva mais intensamente a perspectiva do associativismo como um os principais aspectos de formação consciente da classe trabalhadora e tenha, condições de no momento das relações de trabalho e no ato do trabalho buscar no tempo de formação sua ampliação para reconhecer a sociedade como um organismo que depende das relações humanas para sobreviver.

1.1.1 As experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale: alguns percursos históricos

Diante dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na Europa, em especial, na Inglaterra, Singer (1998) aponta que mesmo com as incursões feitas pelos precursores do socialismo utópicos, somente dez anos depois do owenismo¹¹ é que foi criada a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, que recebeu esse nome devido à cidade inglesa em que os Pioneiros estavam situados.

Vale destacar que, até conseguir assentar as experiências exitosas das cooperativas na Europa, os operários vivenciaram momentos intensos de descasos e desvalorização da sua força de trabalho que, historicamente, podem-se situar entre as passagens da produção e vida no campo para as indústrias na zona urbana, tendo a Inglaterra como principal exemplo. (WILLIAMS, 1989).

Nesse momento, ocorreu à intensificação do debate, que ora se mantinha, sobre as questões da mudança entre a vida e produção no campo para uma vida urbanizada no qual a fábrica passou a ser a maior referência dos trabalhadores assalariados. Mantoux (1988) destaca a importância de compreender o período que vai da passagem das oficinas de artesãos, na qual muitos artesãos deixaram a condição de produzir e comercializar seus próprios produtos para se tornarem assalariados no processo de mudanças da produção artesanal para as manufaturas, e depois, como operários na grande indústria.

Nessa mudança societária, os industriais burgueses passaram a acumular capital, por meio da expropriação da força de trabalho, dos que, em algum momento da história, possuíam seus próprios meios de produção. Pensar nessas relações nos aproxima das questões elencadas por Marx e Engels nos períodos que estes autores faziam as devidas análises, em especial, sobre os problemas gerados pelo acúmulo de capital nas mãos dos poucos industriais ingleses.

Mantoux (1988, p. 12-13) abordará ainda, de forma consistente, que para Marx, as fases da “economia mercantil-capitalista compreendiam dois períodos: a) até meados do século XVIII, ou época da vigência da manufatura; b) e por volta de

¹¹Método sistemático de associação e cooperação, criado pelo filósofo inglês Roberto Owen, cujos preceitos se baseavam na cessação do lucro através de cooperativas.

1760, quando começara a era da grande indústria.” Continua Mantoux, há de se destacar que a primeira revolução industrial seria o ponto de partida para compreender o processo de expropriação da força de trabalho do proletariado.

Neste sentido, a:

[...] manufatura: nós devemos a Karl Marx que, em algumas páginas de sua grande obra, [em que] procedeu como historiador. Claro, n’O Capital, são conhecidas as observações sobre os supostos “excessos” de hegelianismo, portanto influências interpretativas das leis de movimento da dialética de Hegel, naquela obra (MANTOUX, 1988, p. 14).

Assim, cabe destacar que o processo pelo qual a sociedade capitalista estava se configurando, no momento em que Marx e Engels faziam suas análises, é de intensa mudança nas relações de trabalho e de entendimento sobre as “riquezas das nações”. Para esses autores, não há nada pior para a classe trabalhadora, do que ficar alienado aos problemas societários.

Marx e Engels (2009) irão refletir ainda, que ao invés dos trabalhadores assalariados ficarem presos em compreender que os problemas oriundos do acúmulo de capital advêm da expropriação da força de trabalho, deveria buscar soluções coletivas para rever alguns aspectos da vida, no sentido de fazer um movimento contrário ao da burguesia, contribuindo para o desenvolvimento consciente de contra hegemonias existentes no sistema econômico vigente.

Este foi um dos itens mais importantes pautados por Marx e Engels no momento da escrita e socialização do “Manifesto Comunista” produzido entre 1847-1848 na Inglaterra. Para eles, era preciso que a classe trabalhadora tomasse consciência de quem realmente é, para que, tendo esta referência pudessem, de fato, desencadear a revolução proletária no mundo (MARX; ENGELS, 2011).

Sobre a produção da manufatura, Marx traz grandes contribuições desde seus primeiros estudos no que tange à crítica da economia política. Entretanto, as maiores possibilidades de análise sobre esta questão ocorreu, a partir do livro I ‘O Capital’. Para Marx:

A manufatura surge de dois modos. No primeiro, reúnem-se numa mesma oficina, sob o controle de um mesmo capitalista, trabalhadores de diversos

ofícios autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final [...] por outro lado, também surge por um caminho oposto. Muitos artesãos, que fabricam produtos iguais ou da mesma espécie, como papel, tipos para imprensa ou agulha, são reunidos pelo mesmo capital, simultaneamente e na mesma oficina [...] (MARX, 2013, p. 411).

Esta situação será o primórdio das formas em que os capitalistas irão segundo Marx, acentuar o processo de divisão do trabalho. Além disso, e mesmo que de forma alienada, incentivaram aspectos da cooperação pelo trabalho, principalmente quando um artesão necessitaria do trabalho do outro para o desenvolvimento do seu próprio trabalho, é o caso que Marx cita dos artesãos que irão produzir uma carruagem. Mesmo sendo independentes no seu fazer do trabalho, o segeiro dependerá do seleiro que dependerá do costureiro e assim por diante para se ter o produto final que será a carruagem (MARX, 2013).

É sabido hoje que muitas questões estavam sendo incorporadas as ações produzidas pelos dirigentes das manufaturas, o que talvez enfatize ainda mais a situação da divisão do trabalho é a própria condição de desprendimento do tempo de trabalho e o seu aspecto formativo, tempo de formação. Neste sentido, Marx (2013, p. 415) aponta que “um artesão que executa sucessivamente os diversos processos parciais da produção de um artigo é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos”. Esta é uma condição para o artesão que ainda executando a produção de um bem do início ao final e não como engrenagem em uma linha de produção. Entretanto, continua Marx (2013, p 415) “[...] a passagem de uma operação a outra interrompe o fluxo de seu trabalho, formando, em certa medida, poros em sua jornada de trabalho”. Para os capitalistas, que estão em busca de expropriar a força de trabalho, esse formato é uma perda de tempo e de dinheiro.

Este será um dos principais debates que Marx e Engels farão no decorrer de suas análises sobre as mazelas produzidas pelo sistema capitalista no que tange à divisão social de trabalho e o valor da força de trabalho.

Engels (2010) contribuirá de muitas maneiras sobre estas questões. Uma de suas maiores contribuições individuais será a partir da publicação do texto “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”. Nesse texto, Engels irá descrever o percurso feito desde as condições dos cercamentos na Inglaterra, até a inserção de alguns artesãos como trabalhadores assalariados nas indústrias dos capitalistas inglesas.

A principal ênfase deste texto de Engels será de tornar público às precárias condições vividas pelos trabalhadores assalariados nas cidades inglesas. Em uma das passagens desta obra, Engels (2010) destaca que St. Giles é um dos bairros mais pobres entre os outros de Londres. Nestas condições, havia neste bairro:

[...] uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina a agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade – com a diferença de que, em St. Giles vê-se unicamente pessoas de classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestível, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emanam dos açougues (ENGELS, 2010, p.71).

Essa descrição de Engels foi apenas para demonstrar a situação em que viviam os operários das indústrias inglesas. O autor indicará, ainda, que não foi somente St. Giles que se apresentou nessas condições, mas que há outros bairros tão miseráveis quanto esse em Londres no período da ascensão das indústrias na Inglaterra.

A inovação trazida pela indústria trouxe mais pobreza, miséria e servidão para a classe trabalhadora inglesa. O trabalho, antes manual, principalmente elaborado pelos artesãos com a chegada da industrialização na Inglaterra, eliminou muitos postos de trabalho, e aumentou o poder de produção, transformando o capital no sistema econômico mais importante. Com o aumento da produção reduziu o número de operários necessários criando um grupo de desempregados nas cidades inglesas. O que antes era uma característica de St. Giles se espalhou por toda a cidade de Londres fazendo com esta se tornasse o local em que:

[...] vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas de prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão (ENGELS, 2010, p. 71).

Esses fatos podem ter favorecido a intencionalidade dos trabalhadores em buscarem outras possibilidades de se relacionar com a produção de bens e serviços na Inglaterra, criando assim a sociedade dos Pioneiros de Rochdale em meados do século XIX.

A precariedade dos trabalhadores não será relatada apenas por Marx e Engels, mas no decorrer da história outros se debruçariam em situar os problemas enfrentados pelo operariado inglês. Thompson (2011) será um destes que até o final do século XX tomará as condições da classe operária para pensar os percursos que foram travados, no sentido de produzir uma consciência da classe trabalhadora por meio do movimento das lutas de classes.

Thompson (2011) situa que essa consciência somente será compreendida pelo trabalhador, por meio das lutas que eles irão travar com as classes detentoras dos meios de produção e, que somente a partir dessas lutas, desencadeadas pela classe trabalhadora, poderão ser enfatizadas as experiências da classe trabalhadora, no sentido de produzir elementos para a revolução proletária.

Tais experiências de classe demonstrarão como será importante se colocar em movimento para negar o que a classe burguesa havia conseguido impor de forma hegemônica, no longo processo histórico, relatado por Marx e Engels (2009) na “Ideologia Alemã”.

Além da trilogia thompsoniana sobre “A Formação da Classe Operária Inglesa”, Raymond Williams faz um resgate dos problemas sociais gerados na transição entre “O Campo e a Cidade”, indicando os problemas situados pelos homens do campo em comparação com os homens da cidade. Estes dois espaços de produção da vida serão destacados por Williams (1989) em que:

[...] a alteração crucial sofrida pelo relacionamento entre homens [mulheres] e coisas, do qual a cidade é a personificação social e visual mais evidente. Ao ver a cidade, [...] com a consequência ao mesmo tempo empolgante e ameaçadora de uma nova mobilidade, como não apenas um sistema alheio e indiferente, mas, também o somatório desconhecido, talvez incognoscível, de tantas vidas diversas, acotovelando-se, entrecrocando-se, perturbando, ajustando-se, reconhecendo, estabelecendo-se, mudando-se novamente para novos espaços (WILLIAMS, 1989, p. 10).

Diante da exposição feita por Raymond Williams podemos compreender as mudanças da passagem dos homens e mulheres do campo para homens e mulheres da cidade, amontoados em um espaço de precariedade produzida nas periferias das cidades inglesas.

Mesmo diante dos problemas das cidades inglesas na época em que Raymond

Williams (1989, p.11) analisa essa relação “[...] o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”. Williams (1989) diz que a cidade passa a ser vista “[...] como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (p. 11)”.

Com a expansão das cidades no período da pré-revolução industrial na Inglaterra, até a contemporaneidade ainda se carrega uma visão de que o campo é o lugar do sossego do “atraso” e a cidade é o lugar do progresso.

Tanto Thompson (2002) quanto Williams (1989) irão corroborar com a ideia de que a manufatura tem uma dupla origem, pois: a) combina ofícios autônomos variados que se tornam parciais e passam a se complementar na produção de uma única mercadoria; e b) parte da cooperação de artesãos de um ofício específico, decompondo este ofício em operações particulares e tornando-as autônomas de maneira a ser especialidade de um único trabalhador.

Diante disso, cabe destacar que para Thompson (2002) a tradição sindical e de ajuda mútua era predominante nas cidades do norte da Inglaterra. Essa cultura de organização contribuiu para que a cooperação florescesse naquela região. Foi em uma dessas cidades do Norte, Rochdale, que teve origem uma experiência de cooperativismo cujos princípios inspiram até hoje as diretrizes de cooperação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Ao afirmar que o owenismo foi uma das soluções que os trabalhadores mais prejudicados pela revolução industrial, encontraram para superar a situação de desemprego e desamparo, Thompson (2002) acabará influenciando Singer (1998) que entende também ser o owenismo uma referência central para construção de sua categoria de economia solidária, enquanto projeto de transição do sistema capitalista para o sistema socialista.

As cooperativas formadas nas décadas do ápice do owenismo não partiam da prerrogativa de filantropos ou de governistas, pelo contrário, eram iniciativas dos próprios trabalhadores, o que de certa forma, pode-se inferir que havia nestes trabalhadores aspectos de uma consciência de classe. (SINGER, 1998)

Esta categoria de consciência de classe é, para nós, uma das mais caras no debate atual sobre os aspectos da Economia Popular Solidária, pois acarreta muitos elementos que envolvem não somente a condição individual de sobrevivência, mas de toda uma classe de pessoas que atuam como trabalhadores associados nos empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Retomando a experiência dos Pioneiros de Rochdale, importa destacar que essa cidade tinha como base da economia as minas do carvão e a indústria têxtil. Outra importante característica de Rochdale é que possuía um quantitativo grande de máquinas que no momento do processo do trabalho, havia substituído o trabalho dos tecelões, e o reflexo desta nova conjuntura econômica foi a formação de um enorme exército industrial de reserva. (SINGER, 1998)

Para Marx, este exército passou a ser cada vez maior por dois fatores: a) pela produção progressiva de uma superpopulação relativa e; b) pelo desenvolvimento técnico e tecnológico do capital. Com isso, Marx (2013) ainda destaca que:

[...] a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, [...]. Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor (MARX, 2013, p. 704-705).

Compreende-se que a situação na Inglaterra era cada vez pior para os trabalhadores assalariados das indústrias e, esses trabalhadores, no entender dos socialistas utópicos, precisavam encontrar outras possibilidades de sobrevivência que tivessem como base, trabalhos que recuperassem pelo menos sua dignidade de trabalhador. Neste contexto, surge a primeira loja dos Pioneiros de Rochdale em 1847 (SINGER, 1998).

De acordo com Colle (1944), ocorreram algumas dissidências internas no âmbito do pensamento dos socialistas utópicos, que se situavam em três eixos principais: a) a concepção de comunidade a ser construída (dividindo igualmente os frutos do trabalho coletivo ou a retirada do mundo amoral, sem a perda do padrão de vida anterior); b) a falta de credibilidade que Owen dava ao autogoverno das massas; c) a atitude religiosa de Owen (que levou a uma disputa entre os secularistas e os missionários da religião racional).

Enquanto os campos estavam em disputa no interior desse movimento, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale se formava, e, no primeiro momento, apesar das divergências, eles não romperam totalmente com a sociedade racional vinculada ao Robert Owen, pois acreditavam que isso enfraqueceria o plano owenista.

Destaca-se que os pioneiros defendiam também o apoio as outras sociedades cooperativas, à construção de vilas cooperativas, e ao autogoverno dos trabalhadores, tendo como referências os princípios de cooperação. (SINGER, 2000b)

Os princípios que a Sociedade de Rochdale aderiu são princípios que trazem consigo um movimento progressivo de desenvolvimento da cooperativa na Inglaterra do século XIX, e ainda hoje, temos como legado nas associações, os resquícios destes princípios, que são eles:

- 1) Adesão livre;
- 2) Controle democrático;
- 3) Retorno dos excedentes em proporção às operações;
- 4) Taxa limitada de juros ao capital social;
- 5) Integração cooperativa;
- 6) Educação cooperativista;
- 7) Neutralidade política, religiosa, etc. (ACI, 2015).

Cada um desses princípios pode ser explicado pelo contexto em que a Sociedade dos Pioneiros se constituiu, pensando os problemas já destacados em meio a Revolução Industrial na Inglaterra do século XIX.

No caso do primeiro princípio, de acordo com Colle (1944), teve uma enorme influência do cartismo, movimento efervescente na Inglaterra que tinha como interesse uma inclusão política de todos os ingleses; o segundo princípio está vinculado ao primeiro, porque era uma maneira de impedir que os membros controlassem a entrada de outros sócios pela prerrogativa da superioridade de direitos que os membros mais velhos teriam sobre os mais novos; já o terceiro princípio foi uma formulação feita pelo próprio Robert Owen que tinha como principal intervenção a defesa da ideia de evitar a falência das cooperativas por meio de uma

poupança em que, uma parcela do capital da cooperativa, seria depositada em um fundo de investimento. Esse terceiro princípio estava muito próximo do quarto. (COLLE, 1944).

No quinto princípio, também se buscava evitar a falência, já que as cooperativas anteriores haviam falido, porque ofereciam crédito aos seus membros de forma desordenada e por influência de instituições externas; o sexto princípio tinha como principal mediação a busca pelo direito do consumidor, entretanto, um dos grandes problemas desse princípio era o afastamento real dos trabalhadores mais pauperizados, pois estes não conseguiam pagar pelos alimentos de boa qualidade, reflexo da falta de emprego nas cidades inglesas de meados do século XIX.

De acordo com Colle (1944), o sétimo princípio acabava cumprindo duas funções: a) primeiro a de dissociar a imagem da Sociedade dos Pioneiros das seitas owenistas e; b) segundo a de impedir brigas entre os diferentes grupos socialistas que coexistiam na Sociedade. Entretanto, com esta possibilidade poderiam coexistir trabalhadores com ideologias conservadoras que geraria um embate sobre os reais objetivos da Sociedade.

No bojo dos processos históricos, um dos primeiros passos dos Pioneiros de Rochdale foi abrir uma loja de artigos de primeira necessidade, como maneira de ajudar os tecelões em greve. A partir desse movimento os pioneiros passaram a estabelecer alguns objetivos no intuito de planejar e consolidar suas ações perante seus membros e a sociedade inglesa.

Outras ações dos pioneiros foram: a) a construção de casas que alugariam para ampliar a renda da cooperativa; b) a abertura de pequenas manufaturas que contratariam seus membros desempregados ou os que estivessem em disputas com seus patrões por melhores salários; e b) a compra e o arrendamento de terras com o objetivo duplo de empregar alguns de seus membros e produzir alimentos para vender na loja e o de criar as bases para a vida comunitária almejada pelos ideais owenistas. Esses objetivos formavam a sua utopia, que era a vida comunitária e para a qual a loja e as outras atividades seriam a preparação para o socialismo. (COLLE, 1944).

Cabe destacar que os Pioneiros de Rochdale estavam vivenciando um momento importante tanto do movimento sindical inglês, tendo por base as teorias que rondavam a Inglaterra, por meio das obras de Marx e Engels, em especial o Manifesto Comunista que incitavam os operários a uni-vos contra as mazelas geradas pela exploração da força de trabalho advindas das indústrias geridas pelos capitalistas burgueses. Nesse sentido, Thompson (2002, p.407) destaca que:

[...] Com os owenistas, o Milênio não estava por vir, estava por ser feito por seus próprios esforços. E é aqui onde podemos reunir todas as linhas do owenismo: os artesãos, com seus sonhos de curto-circuitar a economia de mercado; os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo geral; a fidalguia filantrópica, com seu desejo de uma sociedade racional e planejada; os pobres, com seu sonho de terras e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa, onde a ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência (THOMPSON, 2002, p. 407).

Buscando uma interpretação dessa indicação thompsoniana, pode-se inferir que para esse autor o pensamento dos socialistas utópicos não poderia dar conta enquanto fundamento teórico que conseguisse alterar a nova dinâmica da vida na Inglaterra, a partir do advento do associativismo. Para esses trabalhadores, agora livres associados, era necessário que passassem a pensar suas ações não de forma individualizada, mas na perspectiva das ações coletivas de produção e consumo de bens e serviços.

Esta nova lógica de produção e consumo tinha como desafio, pensar estratégias de formação dos trabalhadores, agora livres associados, no sentido de que todos tivessem consciência dos princípios e objetivos que as associações, em especial a de Rochdale, buscavam romper com as mazelas que eram produzidas pela grande indústria inglesa¹².

Explicitados alguns elementos sócios históricos sobre as experiências dos Pioneiros de Rochdale, passaremos a analisar outro movimento que também influenciou e ainda tem influenciado o trabalho associado na perspectiva da Economia Popular Solidária no Brasil. Esse movimento ficou conhecido como Complexo Cooperativo de Mondragón ocorrido na Espanha em meados do século XX.

¹² Há uma vasta bibliografia que se deteve em descrever esta experiência, o que consideramos muito relevante, porém, não é para nós objeto deste estudo. Dentre as referências sobre esta biografia destaca-se: HOLYOAKE, G.J. Os 28 tecelões de Rochdale. (história dos probos pioneiros de Rochdale) [Cooperativa; Inglaterra] Rio de Janeiro; GB (Brazil) 1933. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003029.pdf>.

1.1.2 Complexo Cooperativo de Mondragón e a Economia Popular Solidária no Brasil

Na contramão das experiências da Sociedade dos Pioneiros, o Complexo de Mondragón teve início por meio de algumas iniciativas organizadas pela Igreja católica, não tendo apoio dos aparatos estatais.

Para Singer (1998), o Complexo Cooperativo de Mondragón foi um modelo de cooperação que temos como referencia para a autogestão no projeto social da Economia Popular Solidária no Brasil, porém passados quase sete décadas, este modelo não tem mais como elemento principal a produção de bens e serviços pautados nos objetivos iniciais das associações na Europa.

O movimento de organização da cooperativa ocorreu pela ação de alguns padres do grupo Ação Católica, que estava diretamente vinculado ao Partido Nacional Basco (PNV) na Espanha.

Singer (1998) ainda destacará que, tanto a Ação Católica, quanto o Partido Nacional Basco, buscavam por meio de suas ações a perspectiva da geração de trabalho e renda em uma região empobrecida pelos anos da Guerra Civil Espanhola. Vale ressaltar que, uma das ações importantes para o surgimento do complexo foi comprar uma fábrica em processo de falência que deu origem à atual Fagor Electrodomésticos, a principal indústria cooperativa do grupo.

Assim como os pioneiros de Rochdale, o objetivo maior desse movimento foi de gerar trabalho e renda aos miseráveis espanhóis. Entretanto, as experiências que se desencadearam passaram a constituir-se em um projeto de redução das lutas de classes nesta região, isso ocorreu, devido à estabilidade e o equilíbrio de forças entre os capitalistas e os trabalhadores, em um dado momento da história, mas que não deixará de haver no interior das relações conflitos de classes. (SINGER, 1998).

No processo de gestão do complexo, passaram a ter grandes êxitos econômicos, na força tarefa que eram produzidas por seus gestores. Entretanto, os trabalhadores não mais se reconheciam nesse processo de gestão. Para Singer (2000a), a utilização de métodos tayloristas de aumento da produtividade, tendo por objetivo a sobrevivência do Complexo no mundo cada vez mais competitivo, fez com que os

trabalhadores não se reconhecessem nesse processo. Ele ainda irá enfatizar em seu texto que o formato de produção tinha sido uma exigência dos próprios trabalhadores que não gostariam de ter seus salários reduzidos e/ou mesmo ser desligados do trabalho. Neste contexto:

O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional. Sem ignorar as dificuldades que o cooperativismo de Mondragón enfrenta, é inegável que ele procura realizar a autogestão numa medida que hoje, infelizmente, é difícil de encontrar nas grandes organizações cooperativas (SINGER, 2002b, p. 98).

A compreensão de Singer sobre estes aspectos do cooperativismo será um dos grandes pilares para a formulação da ideia de Economia Solidária no Brasil, entretanto, ao tocar na perspectiva das questões da autogestão ele aponta que:

[...] a prática autogestionária se encontra sob pressões que se originam do gigantismo e do burocratismo, que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo. Não obstante, a cultura da economia solidária persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón, que se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro (SINGER, 2002b, p.105).

Neste contexto, trabalhar com a perspectiva da autogestão deverá levar em consideração esses destaques feitos por Singer, pois se por um lado esta ação pode levar a um aspecto democrático de decisões coletivas, por outro lado pode vir a atingir um nível elevado de burocratização que, de certa maneira, pode minar as forças produtivas fazendo com que processos de fácil resolução tornem um grande problema no grupo e/ou na associação.

Este, de acordo com Taylor (1994), é um dos grandes problemas para pensar a relação das cooperativas, que buscam sua inserção no mundo capitalista e que precisam estabelecer processos de autogestão no interior dos seus grupos e associações de trabalhadores, pois a livre concorrência de mercado, a expropriação da mão de obra dos trabalhadores pelo sistema capitalista e a centralização das decisões feitas por executivos empresariais poderão fazer da livre concorrência um dos grandes problemas para a sustentação dos negócios dos trabalhadores associados.

Ainda, segundo Taylor (1994), as cooperativas de Mondragón tomaram como medida para tornar suas economias mais viáveis e competitivas, estratégia que:

[...] facilitou o deslocamento de objetivos organizacionais coletivamente orientados, tais quais: a relativa equidade, a segurança no trabalho, e condições de trabalho favoráveis, em troca de objetivos que favorecessem os interesses institucionais de lucratividade e de estabilidade. Mais importante, ajudou a desencadear importantes mudanças no processo político das cooperativas, limitando o escopo de participação legítima e enfraquecendo o controle das bases sobre a identificação de objetivos e meios apropriados (TAYLOR, 1994, p. 460).

Importa destacar que além de pensar nos aspectos da burocratização, é de grande importância avaliar como fazer para tornar as cooperativas mais competitivas, e ao mesmo tempo, democrática e equitativa. Sobre os aspectos de gênero, havia nesses empreendimentos muitas mulheres liderando os espaços organizativos o que pode demonstrar uma condição para época de subtrabalho, pois enquanto os homens atuavam em empresas formais as mulheres estavam engajadas nas cooperativas.

Salienta-se que de Mondragón para cá este aspecto não é diferente. Uma rápida passagem nos dados dos empreendimentos pesquisados na grande Vitória, pudemos perceber que em sua maioria, os trabalhadores associados, ou seja, mais de 80% das lideranças destes empreendimentos são conduzidos por mulheres¹³ o que também pode revelar uma condição de subtrabalho e/ou de trabalhos que não possui uma condição formal de relações.

Estas duas experiências, tanto os Pioneiros de Rochdale quanto o Complexo Cooperativo de Mondragón, que apesar de terem sido desenvolvidos em tempos históricos distintos, destacam um intenso movimento para tentar minar o fenômeno do processo da globalização das relações de trabalho o que, hoje, passa a ser entendido como processo da globalização neoliberal, que tende a ampliar a flexibilização dos contratos e relações de trabalho com a perda de alguns direitos trabalhistas conquistados ao longo da história de lutas da classe trabalhadora.

Ao contrário desta ação neoliberal, Marx, mesmo antes de este fenômeno ocorrer, de forma sistematizada, destaca que os homens ao produzir os meios para dar conta da vida, estão produzindo, de certa forma, a materialidade da sua própria vida de maneira (in) direta, isso ocorre de maneira tal como:

¹³ Não é foco deste trabalho, analisar as questões de gênero nos empreendimentos livre associados de Economia Popular Solidária na Grande Vitória, entretanto é um dos itens que nos chamou a atenção devido ao quantitativo de mulheres que estão gerindo esses tipos de empreendimentos.

[...] os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 2013, p. 28).

Ao nos ater a esta compreensão ficaria mais fácil para o homem negar as características do capitalismo como sendo a própria negação da expropriação e alienação das relações de trabalho. Segundo Beto (2006) o:

[...] modelo neoliberal de desenvolvimento econômico não é capaz de integrar os pobres, livrando-os da pobreza. A soberania das leis do mercado acentua o fenômeno da criação de duas nações no seio de um mesmo país: de um lado, os privilegiados; do outro, a massa de assalariados e desassalariados sem qualificação nem competência para afrontar a concorrência internacional [...] (BETO, 2006, p. 139).

Se para o modelo liberal a lógica de produção da vida é a da alienação, a categoria que Marx irá utilizar na contramão deste modelo é o da emancipação dos homens e mulheres trabalhadores no processo de produção da vida. Nesse sentido, a produção de bens e serviços não se limitará apenas no ato de darem conta de permitir aos seus, a capacidade de não precisar somente vender sua força de trabalho para o burguês capitalista. Mas, que diante desta outra possibilidade, passa-se a inferir que o sustentáculo da tese que condiciona a emancipação econômica está, em primeiro lugar, a busca pela emancipação social dos trabalhadores (as) livres associados (as).

Com isso, as contribuições de Marx sobre o materialismo histórico e dialético passam a ter grande relevância, pois pode contribuir de maneira efetiva para viabilizar o conhecimento de uma determinada realidade de vida e materializá-la por meio das experiências dos sujeitos sociais que estão diretamente envolvidos no processo de produção e articulação das ações contra o pensamento capitalista burguês.

Aqui a experiência tem suas balizas postas sob a centralidade da vivência real da vida humana, em que as relações humanas são concebidas a partir de contratos sociais que minimizam as condições reais das pessoas, pondo sobre as mesmas, uma postura alienada ao processo de produção e de realizações humanas por meio do trabalho. Sobre essas condições é que Lukács (2012) faz um resgate do ser

social, destacando a ontologia deste ser.¹⁴

Negar o fato de que somos ontologicamente sociais, seria apoiar-se em um processo que poderia conduzir as relações por meio de uma concepção de “falsa consciência” de classe, em que cada trabalhador não se reconhecesse como também produtor de riquezas no momento em que está produzindo bens e serviços.

Isso ocorre no momento em que o trabalhador assalariado, no sistema capitalista, é impedido de seu pleno desenvolvimento sob uma perspectiva emancipatória, ou seja, na medida em que o processo de alienação manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho, evitando o ser humano de se realizar, quer como indivíduo, quer como um ser social. Nesse sentido, o trabalho alienado passa a agir sobre o trabalhador retirando dele o que há de mais ontológico “sua condição humana”. Para Paulo Netto (2015):

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo. Nisto consiste a matriz da alienação (PAULO NETTO, 2015, p. 81).

Apoiado nas produções de Hegel, Marx abordará que a emancipação do homem é um eterno vir-a-ser, em que seria necessário tratar essa emancipação como um reconhecimento do ser social de forma consciente, primeiro de sua condição; segundo da existência do outro e, terceiro de que está inserido no mundo mediado por relações que perpassam as dimensões do ser social que o é.

Neste caso, destaca Marx (2009) a emancipação pode ocorrer a partir da eliminação dos obstáculos que nos impedem de buscar, por meio da liberdade, a associação entre homens e mulheres capazes de transformar sua força social em força política. Essas forças poderiam contribuir para desencadear a revolução proletária.

Quando o humano não se reconhece como detentor de força econômico, social e política, passa por um processo de alienação em que no âmbito do trabalhador assalariado pode constituir-se de uma lógica de produção da mais-valia, que passa a ser apropriado pelo capitalista como forma de enriquecimento.

¹⁴ Ver Lukács - Para uma Ontologia do Ser Social I e II, 2012.

Nesse sentido, os capitalistas, enquanto tendência mundial pode utilizar seus direitos de modo estratégico para impor todo o tipo de condições ao trabalhador, demarcando, portanto, a relação de poder de uma classe sobre a outra, como condição básica para o funcionamento e manutenção da lógica do sistema capitalista.

Sobre esta tendência mundial, há diversos movimentos de contratendências¹⁵, em que, nas ações desenvolvidas pelos trabalhadores vinculados aos empreendimentos livres associados, na perspectiva da Economia Popular Solidária, podem tencionar socialmente essas condições e, trabalhar para minar, de forma consciente, a expropriação da força de trabalho do trabalhador assalariado, possibilitando um aspecto desalienante do trabalho e das relações que o trabalho tem proporcionado.

Assim, a Economia Popular Solidária passa a ser entendida como um conjunto de atividades econômicas em que a lógica de produção e distribuição de bens e serviços e o consumo destas riquezas, destacam-se pela forma diferenciada da lógica de mercado na perspectiva do sistema capitalista vigentes, bem como da lógica produtiva do estado burguês (LAVILLE, 1994).

Na economia capitalista, a centralidade está em atender a lógica do capital, que passa a ser acumulado e a funcionar por meio de relações competitivas tendo como objetivo central, atender aos interesses individuais e/ou de um pequeno grupo que detém grandes corporações financeiras.

Na contramão dessa lógica, o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária, passa a se organizar por meio de relações humanas, favorecendo aspectos da solidariedade em que o corpo social consciente de suas ações, no intuito de valorizar a experiência que advém das lutas de classes, por meio da ajuda mútua, passa a trabalhar sobre a possibilidade do desenvolvimento comunitário, tendo como foco de desenvolvimento os empreendimentos produtivos solidários.

Por trabalhar na perspectiva da autogestão, os empreendimentos de Economia

¹⁵ Mais adiante exploraremos este conceito no sentido de enfatizar os processos existentes na perspectiva do trabalho associado que tendem a vislumbrar no/pelo ato do trabalho processos de contratendências ao sistema capitalista. Trabalhamos com base nos dados de campo sobre as fragilidades das ações de contratendências nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória no estado do Espírito Santo.

Popular Solidária se diferenciam da economia proposta pelo Estado, pois a partir da autogestão não há a centralização das decisões, mas essas são tomadas por meio de assembleias, que podem no momento de decisões haver algumas contradições sobre a ideia de posturas democráticas.¹⁶

Vale destacar que o conceito de Economia Solidária tem proporcionado uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, que na sua origem busca diminuir o fosso existente entre o econômico, o social e o político que foi durante alguns anos utilizados pelos marxistas estruturalistas e que hoje, perdem força atividade com os debates propostos por Thompson em especial no texto “miséria da teoria ou um planetário de erros de 1981” e Ellen Wood no texto “Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico de 2010”.

1.1.3 A Colônia Cecília e o anarquismo no Brasil: relações com os princípios da Economia Popular Solidária

Dentre os autores que se debruçaram em estudar este movimento existente no sul do Brasil, destaca-se Souza (1970), Smith (1980), Vasconcelos (1996), Mello Neto (1998), Rossi, (2000), Felici (1998) e Barbosa (2014). Estes autores situam que a Colônia Cecília foi uma experiência ocorrida no Brasil no ano de 1890 teve como principal elemento a ideologia anarquista que se desenvolve sobre o princípio da não existência dos aparelhos coercitivos do Estado. Com isso, o anarquismo que teve sua origem na palavra grega *anarkhia*, significa "ausência de governo". Para o anarquismo o bem comum resultaria da coerente conjugação dos interesses de cada um, o que representaria o Estado existente hoje como a sociedade ideal.

Os anarquistas são contrários à divisão em classes e por consequência é contra toda a espécie de opressão que subjuga o homem. Sob esta lógica, não haveria mais na situação política razão da existência da constituição, do direito, das leis, bem como o Estado que representaria as forças políticas e sociais.

Diante dessa característica, a Colônia Cecília foi completamente influenciada pela

¹⁶ Sobre a questão da autogestão e decisões democráticas que são enfatizadas no associativismo e na Economia Popular Solidária iremos tratar em itens posteriores, com base nos dados produzidos em campo.

imigração italiana que veio para o Brasil, e trouxe suas experiências de vida, principalmente nos espaços do campesinato italiano que possuíam singularidades desde o fim dos feudos e até o período da era moderna, localizados no sul da Europa.

Nos poucos estudos existentes sobre a Colônia Cecília, Felici (1998) autora do texto intitulado “A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi” destaca que:

A personagem do fundador da Cecília é indissociável da história da colônia. Toda a sua atividade política gira em torno de um projeto de vida comunitária. Desde a sua adesão à Internacional, em 1873, aos dezoito anos de idade, Giovanni Rossi propôs um projeto de vida comunitária na Polinésia. Os numerosos artigos que ele apresentou na imprensa italiana, anarquista e socialista, os apelos que ele lançou às associações, federações, partidos, suscetíveis, a seus olhos, de ajudá-lo, tinham todos por objetivo expor seu projeto de comunidade ou, após 1890, apoiar a experiência em curso no Brasil. Com o mesmo objetivo de propaganda, Rossi funda, além disso, seu próprio jornal, *LoSperimentale*, em 1886. Ele desenvolve igualmente seu projeto de comunidade em um romance utópico, *UnComune Socialista*, no qual a personagem feminina tem por nome Cecília - que teve cinco edições entre 1875 e 1891. (FELICI, 1998, p. 9-10)

Percebe-se por este trecho do texto que o projeto apesar de ter sido liderado por uma pessoa tinha como objetivo as questões do projeto comunitário de ação sobre as mazelas produzidas pelo sistema econômico, político, cultural e social hegemônico vigente.

A escalada deste espaço iria proporcionar aos trabalhadores livres e associados condições reais de formação humana sobre as dimensões política e econômica o que reforçaria ainda mais o princípio da Colônia Cecília como lugar de formação.

Conhecedor da política italiana e dos escritos anarquistas e socialistas, Rossi de acordo com Felici (1998) não será protagonista nos debates políticos entre anarquistas e socialistas, mas proporá uma terceira via, com fundamentos científicos, para tentar resolver os problemas sociais existentes. Para Rossi, somente o socialismo experimental¹⁷ poderia atender as demandas da classe trabalhadora.

¹⁷Esse conceito destaca diversos pensadores que buscavam mudanças sociais por meio de outras possibilidades de produção da vida em especial a partir da socialização dos meios de produção que estavam em poder da classe burguesa. O marxismo tomará este conceito para distinguir os denominados socialistas utópicos do socialismo científico. Dentre os chamados socialista utópicos destacam-se Robert Owen, Saint Simon.

Rossi já possuía algumas experiências do chamado socialismo experimental, antes de vir para o Brasil. Ele que era membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e havia fundado a Colônia Agrícola Experimental Cittadella em Cremona, na Itália.

Essa experiência proporcionou a Rossi uma possibilidade de implementar no Brasil de maneira mais intensa, as propostas que haviam sido desenvolvidas em Cremona. Porém, de acordo com Felici (1998):

[...] apesar da presença de alguns antigos colonos da Cecília no movimento anarquista de São Paulo e na imprensa anarquista no Brasil, nem a colônia, nem seu fundador, Giovanni Rossi, deixaram traços profundos na história do movimento operário, nem italiano, nem brasileiro (FELICI, 1998, p. 9).

Compreender que a Colônia Cecília tinha como objetivo trabalhar em prol dos trabalhadores que ainda não conheciam os princípios socialistas experimentais, pode nos ajudar a situar como esse empreendimento contribui para pensar no que posteriormente iremos denominar de Economia Popular Solidária.

Felici (1998) ainda aponta que um dos membros do socialismo italiano, Filippo Turati, irá fazer duras críticas a Rossi e, suas características anarquistas, por meio dos jornais. Essas críticas incluem também a experiência na Colônia Cecília. Para Filippo:

De qualquer modo, se Rossi quer fazer o experimento, que o faça; mas que deixe em paz os socialistas, deixe em paz os revolucionários e recolha os pobres trabalhadores, que ainda não ouviram falar do socialismo. Que prefira os mais degradados, os mais embrutecidos e faça a nobre tentativa de elevá-los à dignidade humana, ou melhor, de pô-los em condição de elevar-se de si mesmos por meio do trabalho, da liberdade e do bem-estar. (...) Que Rossi vá ao Brasil repetir tardiamente, quando o problema social já se tornou gigante e reclama solução urgente e geral, os experimentos de diletante, com o qual os precursores do socialismo encheram a primeira metade deste século. Os revolucionários permaneçam no seu posto de batalha. Quando a fome pega pelo pescoço o proletariado, e a revolução se apresenta como dilema de vida ou de morte diante da humanidade, sair do jogo é coisa de pusilânime. Parece-me que hoje quem parte deserta diante do inimigo no momento da batalha (FILIPPO, Apud, FELICI, 1998, p. 11).

Antes de vivenciar a experiência da Colônia Cecília no Brasil, Rossi escreveu um texto intitulado “UnComune Socialista”, no ano de 1878. Neste texto, Rossi elenca elementos que sustentam sua persuasão de adesão a uma experiência de vida coletiva sob os moldes do anarquismo italiano.

Para Rossi (Apud, BARBOSA, 2014, p. 4), a “*anarchia nelle relazioni sociali; amore*

nella famiglia; proprietà collettiva dei capitali; distribuzione gratuita dei prodotti nell'assetto economico; negazione di Dio in religione".¹⁸

Como é perceptível a visão de Rossi se aproximava da visão de Robert Owen e Saint Simon os considerados socialistas utópicos que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento das experiências dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra em meado do século XIX e é um dos referências utilizados como princípio das experiências de Economia Popular Solidária no Brasil.

Diante disso, apesar de não contribuir diretamente com as experiências dos empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária no Brasil, a Colônia Cecília foi identificada por alguns autores como o marco inicial do primeiro experimento socialista e do anarquismo na América Latina. Para Barbosa (2014):

A Colônia Cecília foi, na prática, um laboratório para o estudo das atitudes humanas em convívio comunitário e teve como obstáculos os resquícios individualistas, a miséria e a família tradicional burguesa, esta combatida pelo seu idealizador através do ideal de "amor livre". Podemos concluir que para Giovanni Rossi, seu objetivo de experimento socialista foi alcançado e a Colônia Cecília é o exemplo mais concreto de que se é possível instaurar uma comunidade baseada nos princípios anárquicos combatendo toda organização sistemática social capitalista (BARBOSA, 2014, p. 10).

Este tem sido o fim dos movimentos contrários à lógica do pensamento capitalista burguês que acabam minando os movimentos mais interessantes para pensar o processo de emancipação humana, pois, se não houver consciência por parte dos seus participantes de que estes movimentos buscam romper com a lógica hegemônica burguesa seu êxito tende a não se confirmar. Isto porque nem todos os habitantes da Colônia tinham todos os princípios anarquistas devidamente introjetado em suas vidas e ações.

A busca pela liberdade, no sentido literal, pelos italianos que vinha de uma revolução, somente ocorreria com a possibilidade de superar o Estado, pois em Marx apud, Iasi, (2011, p. 74) "[...] a liberdade consiste em converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela".

¹⁸ Anarquia nas relações sociais; amor à família; propriedade coletiva do capital; distribuição gratuita de produtos dentro do assentamento; negação de Deus na religião (tradução livre).

A continuidade desse raciocínio é concebida no sentido de centrar forças para que no movimento de superação “[...] pressupõe que todo esse processo acabe por eliminar as bases da existência das classes e que estabeleça relações nas quais os seres humanos se reconheçam diretamente sem a mediação de um corpo político colocado fora da sociedade” (IASI, 2011, p. 74).

Para Vasconcelos (1996) o fim da Colônia Cecília ocorreu devido:

Ao descontentamento causado pela ausência do conforto material, acrescentavam-se ainda os conflitos surgidos entre os próprios membros da colônia. Rossi tinha uma fé muito grande na infinita capacidade de transformação do ser humano - o que, aliás, o aproximava muito dos utópicos -, e deste modo não havia uma seleção rigorosa dos elementos que integrariam a Colônia Cecília. Ali se reuniram indistintamente pessoas de procedências diversas. Muitos vieram à colônia imbuídos de sinceros ideais anarquistas, mas outros viam na Cecília somente uma Colônia de imigrantes italianos, igual a tantas outras que havia no Brasil (VASCONCELOS, 1996, p. 22).

A ausência de uma consciência efetiva de classe fez com que o projeto da Colônia Cecília ficasse apenas como mais uma forma de grande parte dos italianos que fugiram da crise existente na Itália no século XIX.

Vasconcelos (1996) continua:

Após a dissolução da Colônia Cecília, Rossi permaneceu no Brasil por ainda mais alguns anos, sem, entretanto, desempenhar atividades de militância anarquista. Ao deixar a colônia, em março de 1894, Rossi dirigiu-se a Taquari, no Rio Grande do Sul, onde passou a exercer a função de agrônomo. Mais tarde mudou-se para Santa Catarina, morando primeiramente perto de Blumenau, e dirigindo a estação agrônômica de Rio dos Cedros. Em 1907 Giovanni Rossi decidiu retornar à Itália, onde permaneceu até sua morte, em 1942 (VASCONCELOS, 1996, p. 22).

O fim dessa experiência ocorreu pelo simples fato de seus habitantes não ter conseguido produzir uma consciência de classe que levasse o projeto anarquista como possibilidade de mudança de vivência societária adiante no Brasil do século XIX.

1.1.3.1 Economia Popular Solidária no Brasil: trajetórias de um projeto social

No Brasil, a Economia Solidária teve seu nascedouro com base no cenário socioeconômico e político que perpassa pelos embates existentes entre a

sociedade, em especial, a classe trabalhadora, no que tange à crise estrutural do trabalho. Esta crise carrega elementos sistêmicos sobre o valor do trabalho, ou, melhor da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2010) o que tende a afetar o núcleo central do modo de produção capitalista que esta pautada no valor da mercadoria “salário”, que estão inseridos os custos de produção e as condições de trabalho.

Importa destacar que o debate vem no bojo dos problemas que as empresas de autogestão estavam enfrentando. Para dirimir alguns problemas, em junho de 1996 ocorreu I Simpósio Nacional sobre as dinâmicas das empresas de autogestão e em seguida, novembro de 1998 realiza-se o II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação.

Nesses Simpósios, destaca-se a participação de representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas. A contribuição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) nos debates foi de grande relevância para se pensar mecanismos eficazes de autogestão nas cooperativas e empresas autogeridas no Brasil.

Esse evento fez com que ocorresse a aproximação entre a ANTEAG e os intelectuais que entendiam serem as empresas recuperadas, uma das saídas para o desemprego estrutural no Brasil. A partir dessa aproximação emergem relevantes trabalhos de discussões teóricas e produções de pesquisas sobre esta que seria outra possibilidade de vencer os problemas do desemprego. Autores como Gaiger (1999); Singer (1996/ 1998/ 2000); Mance (1999); Tiriba (1991/ 1997) irão se ater em desenvolver pesquisa sobre as possibilidades de um novo campo epistemológico de pesquisa no Brasil.

Nesse contexto, as discussões sobre a Economia Solidária no Brasil foi ganhando corpo e em 1998 Singer socializa o livro que irá explicitar alguns elementos do que ele identificará como projeto social. “Uma utopia militante: repensando o socialismo” publicado em 1998, retrata os primórdios da revolução capitalista e busca intensificar as reações da classe operária a esta revolução.

Assim como já destacado acima, Singer abordará sobre as experiências bem-sucedidas do cooperativismo em Rochdale e Mondragón. Estas discussões e as

experiências do trabalho associado na Economia Popular Solidária desencadearam um movimento intenso em torno da temática, até que em 2006, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, no Brasil.

Essa conferência apontou alguns fundamentos da Economia Solidária. Dentre os treze itens destacados no documento final, situamos dois que mais chamam a atenção no processo de construção histórica: o item 1 que destaca as características, concepções e práticas da Economia Solidária, são “[...] fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, socialmente sustentável e socialmente justa [...]” (BRASIL, 2006, p. 2).

Neste item, do documento, destaca-se ainda a importância da produção, comercialização, finanças e consumo privilegiando “a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar [...]” (BRASIL, 2006, p. 2).

Já no item 2, há uma explicitação de que se exige dos sujeitos que participam deste espaço de produção da vida, uma educação solidária no intuito de transformação das mentalidades culturais dominantes de competição para a busca e construção de um espírito de cooperação, “[...] além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário” (BRASIL, 2006, p.2).

Estes dois itens apontam para outras possibilidades de produção da vida de maneira ampliada, o que resgata o processo histórico deste percurso sobre a formação dos fundamentos da Economia Solidária no Brasil, a partir das experiências inglesas no pós, primeira revolução industrial datada da segunda metade do século XVIII e da experiência espanhola em Mondragón.

Advindos das experiências inglesas e espanholas no Brasil a definição da Economia Solidária como um projeto de transição ao modo de produção socialista é confirmada pela concepção de Singer de que a transformação engendrada pelo cooperativismo se dará aos poucos e levará a uma mudança revolucionária das relações sociais em

especial as relações de trabalho. Para ele:

[...] é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores, por exemplo, (SINGER, 2003b, p. 28).

Pensar que simplesmente a mudança das relações de trabalho iria apontar para um caráter revolucionário de cunho socialista seria reduzir tudo o que Marx e Engels refletiram no movimento intenso das lutas de classes e em especial no processo de consciência dessa classe para a tomada do poder na revolução do proletariado.

Entretanto, em Singer, o caráter revolucionário a partir das experiências formativas na Economia Popular Solidária será justamente o que vai distinguir a concepção de revolução societária desenvolvida por este autor. E este será um dos principais itens que passará a ser duramente criticado por Germer (2007) e Weller (2009), demonstrando as fragilidades desse pensamento que poderia levar as massas de trabalhadores a produzir um movimento embrionário do socialismo no Brasil. Sobre esta ideia Singer ainda irá destacar que:

A economia solidária se desenvolve em resposta às crises do capitalismo e, na medida em que se expande e robustece, demonstra que a democracia na produção e distribuição não é utopia e nem se opõe ao desenvolvimento das forças produtivas. Ela constitui, ao lado da democracia participativa, no plano da política e no da economia, uma cabeça de ponte dum modo de produção que a) está por vir e b) se destina a colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do trabalhador. Este modo de produção tem sido teorizado como socialismo, comunismo ou anarquismo. E ele substituirá o capitalismo se for capaz de dar autenticidade à autogestão e fazer da cooperação (mais do que competição) o novo motor do progresso social e econômico (SINGER, 2001, p.12).

Essa descrição analítica de Singer, feita naquele tempo histórico, talvez hoje tenha pouco sentido, pois já se passaram quase duas décadas e o que temos conseguido com o movimento da Economia Popular Solidária é uma condição de subemprego, que no ato da sua efetividade tem produzido sujeitos contraditórios entre ser conscientes de suas ações de produção e tratarem a Economia Popular Solidária como espaço de sobrevivência no momento de crise estrutural do emprego.

Mesmo diante destes problemas que não eram visíveis naquele momento em que

Singer produzia suas ideias de que a Economia Popular Solidária poderia ser um embrião de um movimento que levaria ao socialismo no Brasil, não se pode negar o aspecto formativo que este espaço tem gerado, na perspectiva do debate político e de pensar a classe trabalhadora como detentora de um saber da experiência e ainda o fazer democrático do trabalho associado no momento das decisões. Somente nestes quesitos podemos corroborar com a ideia de que:

[...] a classe operária reagiu à revolução capitalista de duas maneiras opostas. De um lado, procurou opor-se ao capitalismo industrial em ascensão, primeiro tentando impedir o uso do maquinário e depois colocando-se como meta histórica a construção de uma outra sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum ou propriedade privada, mas acessível a todos. Do outro, a classe trabalhadora iniciou a busca do amparo institucional que o Estado poderia lhe oferecer, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários na realização de greves (SINGER, 1998, p. 85).

Apesar do movimento de tencionamento ao Estado, Marx faz duras críticas às lutas do movimento operário que se restringiam às reivindicações por melhoria salarial ou apenas pelas condições de trabalho. Para Marx (2009):

“o movimento operário não deve esquecer de que lutar contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativo, mas não cura a enfermidade” (MARX, 2009, p.58).

Para Marx, estava muito claro que o cooperativismo jamais poderia derrotar a lógicamonopolista de deter os meios produtivos, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais e internacionais. Neste caso, somente a partir do movimento desencadeado pela classe trabalhadora no sentido de compreender-se como a classe que produz a riquezas das nações, poderia fazer com que o cooperativismo escapasse do estreito círculo dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados e passasse de fato a tencionar a estrutura hegemônica do pensamento privatista dos meios de produção.

Esta era, portanto, a condição colocada para que as práticas cooperativistas e associativistas da classe operária constituíssem as novas relações sociais de produção da futura sociedade comunista, pois:

[...] se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões

periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista - que será isso, cavalheiros, senão comunismo (MARX, 2013, p. 77).

Para Marx, tanto as empresas capitalistas por ações, quanto às fábricas transformadas em cooperativas pelos trabalhadores, constituíam uma transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção dos produtores associados, no qual o novo se desenvolve no seio do velho sistema, entretanto a diferença entre uma e outra forma estava em que nas cooperativas o antagonismo dialético era resolvido no sentido positivo das relações sociais e de trabalho.

A partir destas experiências históricas de práticas de produção cooperativas, associativas e de autogestão, tendo como referência a perspectiva da Economia Popular Solidária, poderia ocorrer um movimento de mudanças nas práticas produtivas em que cada sujeito social pudesse compreender o seu papel social, por meio de uma prática econômica, em que os meios de produção pudessem pelo menos ser propriedade dos que trabalham com eles.

No próximo item, trataremos das contribuições que a legislação pode situar para a consolidação do associativismo. Destacaremos algumas leis brasileiras e como essas leis têm no momento de produção, contribuído para que a lógica do associativismo não fique a mercê da lógica do sistema econômico vigente.

1.2 ENTRE AS MARCAS E MARCOS: A LEGISLAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO BRASIL

Muitas foram às marcas e marcos herdado pelo processo histórico, que explicitam o cooperativismo na perspectiva do associativismo, como possibilidade de mudança das condições políticas e econômicas, nas relações de trabalho, principalmente, no contexto de ampliação do sistema capitalista burguês.

Destaque-se que essas marcas e marcos ainda carregam consigo alguns limites de pensar o desenvolvimento das cooperativas e associações, como uma nova forma de produção da vida que contrapõe a hegemonia do sistema econômico vigente. Isso decorre, porque mais do que apenas sobreviver, as cooperativas e associações têm como fundamentos básicos para as tomadas de decisões a perspectiva das ações democráticas, de participação dos livres associados nas decisões, super,

estrutural e infra-estrutural no interior das associações.

Neste item, buscaremos elucidar com base na história das legislações, como as leis podem contribuir para consolidar as concepções do cooperativismo e o associativismo enquanto movimento de trabalhadores, que irão atuar por outras lógicas econômicas, mesmo sabendo que haverá necessidade de interfacear suas ações com as do sistema capitalista vigente. Uma das primeiras leis do cooperativismo no Brasil ocorreu em um momento de grandes transformações nas relações de trabalho, principalmente com as tensões do movimento sindical e das influências que o pensamento dos anarco-sindicalistas começa a ser propagado no Brasil.

Para não ficar transitando entre cooperativismo e associativos de maneira incoerente, destacamos as principais diferenças entre essas duas formas do trabalho coletivo. De acordo com o Instituto Ecológica (2007):

O associativismo pode ser entendido como uma forma de organização em constante e permanente integração que tem como finalidade, conseguir benefícios comuns através de ações coletivas. São formas de associativismo: Associação – grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica; Cooperativa – organização de pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007, p.5).

O Instituto busca definir ainda, em material publicado em 2007, o conceito de cooperativismo no intuito de evitar as nuances que possam existir entre o associativismo e o cooperativismo. Para o instituto, o cooperativismo é entendido como:

[...] um sistema econômico e social que tem como base de todas as suas atividades, as cooperativas. É uma forma de se organizar através da união de pessoas com o objetivo de difundir ideais para atingir o desenvolvimento financeiro, econômico e social. (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007, p. 11).

Importa destacar, neste momento, com base na Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que teve sua fundação na cidade de Londres em agosto de 1895, o estabelecimento dos sete princípios do cooperativismo que passou a ser regido em âmbito internacional a partir do ano de 1995.

Estes princípios têm como ponto de partida as experiências de cooperativas na Inglaterra e ACI tem buscado como principal objetivo, representar e servir as

organizações cooperativas em todos os países.¹⁹ Diante disso, em consenso com seus associados, produziram os sete princípios para o funcionamento das cooperativas no mundo. Seguem abaixo estes princípios:

1. Associação voluntária e aberta: ou seja, podem associar-se às cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queira aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso.

2. Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.

3. Participação econômica dos membros: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembleia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que se associa à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderá, ainda, serem criadas outras contribuições-para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.

4. Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados.

¹⁹ Descrição na íntegra dos princípios da Aliança Cooperativa Internacional-ACI. Capturado no dia 08/09/2015, em http://www.peaunescosp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf.

5. Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.

6. Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.

7. Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Estes princípios foram construídos a partir de um longo processo histórico, na qual as experiências dos empreendimentos cooperados terão ainda que, repensar alguns pontos controversos existentes nos princípios, em especial, no Brasil no que se refere o 4º princípio.

Neste contexto, cabe destacar que no caso brasileiro, a legislação passa a serem compreendidas como possibilidade de avanços para a consolidação destes princípios vinculados as cooperativas. Com isso, pode-se inferir que a evolução política do cooperativismo no Brasil, ganhou corpo a partir o movimento legislativo, pois diante das leis, decretos e resoluções, percebeu-se que este movimento teve como base as cinco fases a seguir:

1º fase – As medidas legais pioneiras;

2ª fase – O crescimento com o apoio legal e institucional;

3ª fase – A crise e reorganização;

4ª fase – A renovação legal e estrutural e;

5ª fase – O desatrelamento do Estado e a autogestão.

Estas fases contribuíram sobre maneira para consolidar, em certa medida, o

pensamento cooperativista no Brasil. Sendo assim, o ano de 1903 marca o início do processo legal de criação das cooperativas, no Brasil, que tem no Decreto N^o. 979 de 06/01/1903²⁰ a possibilidade de ampliar as ações das cooperativas.

Neste caso, o Decreto teve como foco, de acordo com o Art. 1^o, que “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizar entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”. Antes mesmo do Brasil, vivenciar uma onda de criação dos sindicatos, este Decreto teve como objetivo proporcionar as livres associações de sindicatos.

O Art. 4^o deste Decreto descreve a forma organizativa do sindicato e como deverá funcionar, “Os estatutos deverão especificar a sede, duração, forma e fins da sociedade, modo de administração, condições de admissão e eliminação dos sócios e de dissolução do sindicato”.

Seguindo uma lógica evolucionista cronológica, sabendo de forma consciente os problemas que a cronologia pode trazer e, tentando evitar anacronismos históricos, no ano de 1907 foi promulgado o Decreto 1.637 de 05/01/1907²¹. Este Decreto que tinha como principal diretriz “Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas”. Os artigos deste Decreto deixavam explicitadas as ações operacionais e os formatos para tornar o sindicato regularizado.

No capítulo II deste Decreto, nos Artigos 10-11 são explicitados os formatos das cooperativas:

Art. 10. As sociedades cooperativas, que poderão ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma destas formas de sociedade, com as modificações instituídas na presente lei.

Art. 11. São característicos das sociedades cooperativas:

- a) A variabilidade do capital social;
- b) A não limitação do número de sócios;
- c) A inacessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros estranhos à sociedade (BRASIL, 1907).

Com base nestes artigos pode-se compreender que as cooperativas ganhavam condições de legalidade e normatividade das ações desenvolvidas e dos grupos

²⁰Decreto n^o 979, de 6 de janeiro de 1903. Capturado dia 08/09/2015 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm

²¹Decreto n^o 1.637 de 05 de janeiro de 1907. Capturado dia 10/09/2015 em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>

sociais as quais a cooperativa prestaria seus serviços.

Neste Decreto, há ainda, a formalização da criação da cooperativa que ficava bem explicitado no Art. 16. Segue abaixo a descrição deste artigo:

As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza e forma, só poderão funcionar validamente depois de preencherem as formalidades seguintes:

1ª, depositar em duplicata, na Junta Comercial, e, onde não houver, no registro das hipotecas da circunscrição da sede da sociedade, exemplares dos estatutos e listas nominativas dos sócios, do que será dado recibo, incumbindo ao oficial do registro remeter, por intermédio do Juiz Comercial, cópias à Junta Comercial na capital do Estado;

2ª, renovar semestralmente, na época marcada pelos estatutos, o depósito da lista dos sócios e as alterações que houver em sofrido os estatutos;

3ª, remeter igualmente, para o mesmo fim de que trata o n. 1, cópia da acta de instalação da sociedade, devendo esta declarar o valor total das quotas subscritas, a existência em caixa das importâncias recolhidas por conta delas e sendo assignada tão somente pela administração eleita ou escolhida, única responsável pelas afirmações do seu conteúdo e sujeita às penas, no caso de fraude, de 200\$ a 2:000\$, impostas pelo juiz comercial (Brasil, 1907).

As normas e regulamentos explicitados nestes incisos irão deixar cada vez mais clara as ações que os associados e cooperados deveriam ter para tornar sua cooperativa e/ou associação uma instituição legalizada pelos órgãos responsáveis, neste caso, o governo federal.

Após estes dois Decretos somente em 02 de junho de 1926 o governo voltou a promulgar um Decreto que rege questões ligadas ao cooperativismo. Neste período, foi anunciado o Decreto Nº. 17.339. O objetivo deste documento era de indicar as diretrizes para a criação das cooperativas de crédito agrícola e cooperativas de crédito na zona urbana.

Estas cooperativas, a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, de certa forma, têm ganhado cada vez mais visibilidade no cenário econômico brasileiro. Entretanto, há que se questionar qual a principal importância destes empreendimentos para que as cooperativas se desenvolvam enquanto possibilidade de negação da lógica capitalista burguesa, assim como foi com a criação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra do século XIX.

Mesmo ainda não tendo clara a possibilidade de negação da lógica econômica vigente, estes três decretos constituem as medidas pioneiras da legislação do

cooperativismo no Brasil, que ganhará mais espaço, a medida, em que, irá avançando as condições de trabalho e as relações que os associados terão no processo de se compreenderem enquanto pertencentes a outro formato de relações de trabalho.

Logo no início da década de trinta do século XX, a legislação do cooperativismo no Brasil passará a enfatizar aspectos de uma legislação fundamental para a criação e manutenção das cooperativas. O Decreto de Nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932,²² descreve a reforma das disposições do decreto legislativo nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente as sociedades cooperativas.

A introdução deste Decreto descreve as mudanças que passarão a existir neste novo documento:

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil: Atendendo a que as disposições do decreto legislativo número 1.637, de 5 de janeiro de 1907, regulando a organização de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas, já não correspondem as exigências da atualidade; Atendendo a que, por esse motivo e para resolver o assunto na parte referente aos sindicatos, já foram adotadas providencias pelo decreto n. 19.770, de 19 de marco de 1931; Atendendo a que é urgente a adoção de providencias análogas em relação as cooperativas, e que, para esse fim, foram feitos estudos especiais por uma Comissão de Técnicos do Ministério da Agricultura, como consta da exposição que a este acompanha: Resolve, tendo em vista o trabalho da mesma comissão e o disposto no art. 1º, do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decretar o seguinte (BRASIL, 1907).

Ou seja, as alterações das regulamentações das cooperativas passam a ser regidas por um aspecto mais consistente no que diz respeito a sua formação e organização no interior destes empreendimentos. No artigo primeiro deste Decreto passa-se a compreender as adequações da sociedade cooperativa. Com base no artigo 1º:

Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, para lograr fins comuns de ordem econômica, desde que observem em sua formação, as prescrições do presente decreto (BRASIL, 1932).

Este aspecto pode ser entendido como um avanço nas condições de reger uma

²² Decreto de nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932. Capturado dia 13 de setembro de 2015 em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-norma-pe.html>

sociedade cooperativa, entretanto, a perspectiva de não possuir um capital fixo predeterminado, pode se tornar um mecanismo impeditivo para que a cooperativa se desenvolva, visto que essas não possuem os meios de produção necessários a esse momento de consolidação da iniciativa. Para isso, é preciso entender o capital fixo como sendo o capital físico, e que este não se consome no ciclo produtivo.

O exemplo de capital fixo são os meios no qual a produção encontre condições reais de ser desenvolvida, por exemplo, maquinário, espaço físico, material de expediente, dentre outros equipamentos, dependendo da ação produtiva da cooperativa e/ou associação.

A complementariedade das condições de funcionamento de uma cooperativa está no ato de que os estatutos sociais deverão mencionar suas regularidades, destacadas no Art. 6º do Decreto de nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932. Seguem abaixo os destaques deste artigo.

- 1º a denominação e sede da sociedade, não obstante a sua menção no ato constitutivo;
- 2º o seu objetivo econômico, operações ou programa de ação;
- 3º, o prazo de duração da sociedade, que tanto pode ser determinado como indeterminado;
- 4º, a área de ação ou circunscrição de suas operações;
- 5º; o mínimo do capital social e a forma por que ele é ou será ulteriormente realizado, para as que se constituem com capital;
- 6º, o modo de admissão, demissão e exclusão dos associados;
- 7º, os direitos e os deveres dos associados, enumerando-os com precisão e clareza, garantida a igualdade absoluta deles;
- 8º, as condições de retirada do valor das quotas-partes de capital que pertençam aos associados de missionários, excluídos ou falecidos;
- 9º, a maneira como os negócios sociais serão administrados e fiscalizados, estabelecendo os respectivos órgãos e definindo-lhes as atribuições com clareza e minúcia;
- 10, o modo de convocação da assembleia geral e a maioria requerida para a validade das deliberações;
- 11, a forma de repartir-se os lucros e as perdas entre os associados, bem como a percentagem a deduzir para o fundo de reserva, que não será inferior a dez por cento;
- 12, os casos de dissolução voluntária da sociedade e o destino a dar-se ao fundo de reserva, na liquidação, depois de satisfeitos os compromissos sociais:
- 13, si os associados, respondem, ou não subsidiariamente, pelas obrigações sociais, e, no caso afirmativo, a natureza dessa responsabilidade;
- 14, quem representa a sociedade, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais;
- 15, se os estatutos sociais são reformáveis e de que modo;
- 16, a fixação do exercício social, que poderá coincidir, ou não, com o ano civil, e do datado levantamento anual do balanço geral do ativo e passivo da sociedade (BRASIL, 1932).

Este conjunto de ações foi implementado como forma de avanço das sociedades cooperativas no Brasil, que, passarão a ter mais elementos legislativos no seu processo histórico.

No que se refere às responsabilidades dos associados, o Art. 9 deste Decreto destaca um item destinado para o que se denomina de fundo de reserva. De acordo com este artigo “o fundo de reserva é destinado a reparar as perdas eventuais da sociedade, e como tal, deverão ser aplicados, pelo menos 50 %, em títulos de renda de primeira ordem, facilmente disponíveis, os quais deverão ter na escrituração conta especial”. Com isso, os débitos adquiridos no processo de produção, serão distribuídos em comum acordo para a quitação com os compromissos feitos com terceiros.

Este processo fica melhor explicito no Art. 10 e parágrafo único deste Decreto:

Art. 10. A responsabilidade dos associados, para com terceiros, pelos compromissos da sociedade, quando estabelecida é sempre subsidiária, segundo a forma porque foi determinado nos estatutos; e perdura ainda, para o associado demissionário ou excluído, durante dois anos após a sua retirada da sociedade, contados da data da demissão ou exclusão, nos limites das condições com que foi admitido e em relação somente aqueles compromissos contraídos antes do fim do ano em que se realizou a demissão ou exclusão.

Parágrafo único. As obrigações do associado falecido, contraídas com a sociedade antes de sua morte, bem como aquelas oriundas de sua responsabilidade, como associado, em face de terceiros, pelos compromissos sociais contraídos antes da data em que se deu o óbito, passam aos herdeiros; mas a responsabilidade cessa imediatamente e as ditas obrigações prescrevem dentro de um ano a contar do dia da abertura da sucessão (BRASIL, 1932).

Com isso, as marcas da legislação das cooperativas foram se consolidando e ganhando força como atividade no decorrer do percurso histórico das associações e cooperativistas. Cabe destacar que, este Decreto, tinha por objetivo apoiar o crescimento das iniciativas de criação de associações e cooperativas com o apoio legal e institucional, por meio dos estímulos fiscais permaneceu em vigor até 1966.

Outros Decretos que trataram da regulamentação das sociedades cooperativas: em 1941, tivemos o Decreto-Lei nº. 6.980 de 19 de abril de 1941 que regulamentou a fiscalização das cooperativas. Neste período, o Brasil ainda carregava consigo o título de país agrícola e as interferências deste Decreto atenderam muito mais as cooperativas com atividades ditas de economia primária, tais como: cooperativas de

pesca e produção, de comércio e exportação de produtos de mandioca e de frutas.

Já a década de 1960 marca um período de crise e reorganização, principalmente, em função do centralismo estatal e perda dos estímulos fiscais. Este reflexo ocorreu principalmente por meio do Decreto-Lei nº. 59 de 21/11/1966, revogado somente no ano de 1971.

Neste ínterim, foi criado no ano de 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que tinha como principal objetivo representar e defender os interesses do cooperativismo no Brasil. Logo após sua criação, este órgão ficou caracterizado como sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.

Com a revogação do Decreto-Lei nº 59, o governo federal promulga a Lei 5.764/71 que teve como principal foco de normatização a criação de cooperativas de forma mais disciplinada, o que de certa forma, restringiu a autonomia dos associados no interior das cooperativas.

Esta lei passou a interferir diretamente na criação, no funcionamento e na fiscalização dos empreendimentos cooperativos e teve somente sua revogação a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste documento, o ato mais importante foi a proibição das interferências do Estado nas associações, o que permitiu a experiência do processo de autogestão²³ nas cooperativas. De acordo com o Título II “Dos direitos e garantias fundamentais”, Capítulo I “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”, Art. 5º inciso XVIII, fica clara esta indicação em que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988).

No transcorrer das legislações há ainda a Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) para viabilizar, por meio da formação, o processo de autogestão do

²³ Para compreender as discussões sobre as cooperativas de autogestão, ler Singer. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. p.11-28.

cooperativismo brasileiro. Nesta Medida, torna-se explícita as condições do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, que autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.

Neste movimento de consolidação da legislação do cooperativismo no Brasil houve ainda em 2009 a Lei Complementar nº 130 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

1.2.1 Possibilidades de consolidação do associativismo: as leis estadual e municipais no Espírito Santo

Antes de abordar as especificidades da legislação no estado do Espírito Santo, vale apresentar, com base na Organização das Cooperativas Brasileira – OCB²⁴, como são organizadas as cooperativas e as associações. De acordo com esta organização, as cooperativas e associações são regidas por seus estatutos sociais e regimentos internos que devem levar em consideração as normatizações advindas dos membros e associados com base nas seguintes formações coletivas:

Assembleia Geral (AG) – este órgão é o mais importante da cooperativa e/ou associação. Esta segue as normatizações que são descritos na legislação vigente e no Estatuto Social que, somente são tomadas todas e quaisquer decisões de interesse dos cooperados e associados com base nesta documentação. Além da responsabilidade coletiva que se expressa, em que todos ou da maioria, podem deliberar. A reunião da Assembleia Geral dos cooperados e associados ocorre nas seguintes ocasiões:

- **Assembleia Geral Ordinária (AGO)** – realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre prestações de contas, relatórios, planos de atividades, destinações de sobras, fixação de honorários, cédula de presença, eleição do Conselho de Administração e Fiscal, e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados;

²⁴ Informações capturadas no endereço eletrônico <http://www.ocb.org.br/SITE/ocb/index.asp> data do acesso 10/10/2015.

- **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** – realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa. É de competência exclusiva da AGE a deliberação sobre reforma do Estatuto, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos e dissolução voluntária.

O Estatuto social – é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos de uma determinada cooperativa e/ou associação. O Estatuto é elaborado com a participação dos associados que precisam compreender a lógica da cooperação, neste sentido o estatuto precisa atender às necessidades da cooperativa e de seus associados, seguindo uma padronização. Importa destacar que cada cooperativa e/ou associação precisa produzir seu próprio estatuto social, deixando claros os objetivos e metas e com base nas experiências sócio, histórico cultural dos cooperados e/ou associados.

Conselho de Administração ou Diretoria – Este órgão representa a instância superior da administração da cooperativa e/ou da associação. É de sua competência a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembleia Geral. O Conselho de Administração ou Diretoria será formado por cooperado no gozo de seus direitos sociais, com mandatos de duração (no máximo 4 anos) e de renovação estabelecida na legislação.

Conselho Fiscal – formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos para a função de fiscalização da administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições. É um órgão independente da administração. Tem por objetivo representar a Assembleia Geral no desempenho de funções durante um período de doze meses, com exceção do ramo crédito que é de 03 (três) anos.

Comitê Educativo, Núcleo Cooperativo ou Conselhos Consultivos – temporário ou permanente, constitui-se em órgão auxiliar da administração. Pode ser criado por meio da Assembleia Geral com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar, modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação de programas de educação cooperativista junto aos cooperados, familiares e membros da comunidade da área de ação da cooperativa.

Capital social – é o valor, em moeda corrente, que cada pessoa investe ao associar-se e que serve para o desenvolvimento da cooperativa.

Demonstração de resultado do Exercício – no final de cada exercício social é apresentado, na Assembleia Geral, o Balanço Geral e a Demonstração do Resultado que devem conter:

- **Sobras** – são chamados de sobras os resultados dos ingressos menos os dispêndios. As sobras líquidas apuradas no exercício poderão ser retornadas ao associado, após as deduções dos fundos indivisíveis.
- **Perdas** - os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se este não for suficiente, o pagamento deverá ser realizado mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos.
- **Fundo indivisível** – as cooperativas são obrigadas a instituir um Fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, formado com pelo menos 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.

Estas instâncias e documentos que compõem as cooperativas e as associações são de certa forma, mecanismos de normatizações para que as ações dos membros e associados não se tornem processos hierárquicos de decisões autoritárias. Neste sentido, os caminhos que os empreendimentos adotarão para sua manutenção terão como base os aspectos democráticos de decisões nas suas variadas instâncias.

Com isso, para criar uma cooperativa e/ou associação, faz-se necessária a participação consciente e efetiva dos seus membros sobre que ações precisaram tomar para o desenvolvimento do empreendimento produtivo e/ou de serviço. Após esse primeiro movimento, o cooperado e/ou associado precisaria se conscientizar de que além de membro, ele também é parte integrante do negócio como proprietário coletivo, tendo a responsabilidade de participar ativamente dos espaços de decisão.

De acordo com a OCB (2015), para que as ações sejam tomadas de forma mais democrática é necessário que os associados se organizem em comitês, conselhos, núcleos ou comissões. Estes órgãos, que atuam na perspectiva da participação democrática, devem contribuir em favor daqueles que receberam a incumbência da administração do empreendimento, para que as decisões sejam tomadas de acordo

com a vontade da maioria dos representantes legais das associações e/ou da cooperativa.

A OCB (2015) define os três tipos de sociedades cooperativas existentes no Brasil, que são classificadas de acordo com a dimensão e os objetivos propostos são elas:

Singular ou de 1º grau: tem objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas. Não é permitida a admissão de pessoas jurídicas com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas que a integram.

Central e federação ou de 2º grau: seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares. Excepcionalmente, pode admitir pessoas físicas.

Confederação ou de 3º grau: organiza em comum e em maior escala, os serviços das filiadas. Três cooperativas centrais e ou federações de qualquer ramo são a quantidade mínima para constituir uma Confederação.

Além de deixar claro nos seus documentos os três tipos de sociedades cooperativas a OCB descreve sobre os direitos e deveres dos associados vinculados ao empreendimento produtivo. Neste sentido, passa a ser entendido como direito do cooperado a possibilidade de:

Votar e ser votado;

Participar de todas as operações da cooperativa;

Receber retorno de sobras apuradas no fim do ano;

Examinar livros e documentos;

Convocar assembleia, caso seja necessário;

Pedir esclarecimento aos Conselhos de Administração ou Diretoria e Fiscal;

Opinar e defender suas ideias;

Propor ao Conselho de Administração ou Diretoria, ou à Assembleia Geral, medidas de interesse da cooperativa.

E como deveres:

Operar com a cooperativa;

Participar das Assembleias Gerais;

Integralizar suas quotas-partes em dia;

Acatar as decisões da Assembleia Geral;

Votar nas eleições da cooperativa;

Cumprir seus compromissos com a cooperativa;

Zelar pela imagem da cooperativa;

Participar do rateio das perdas, se ocorrerem e das despesas da cooperativa (ocb, 2015).

Como reflexo do processo histórico da sociedade, as associações e cooperativas também possuem campos em disputas que podem ocorrer nas dimensões políticas, culturais, econômicas. Em caso de incompatibilidade de objetivos comuns no interior de uma cooperativa e/ou associação, de acordo com a OCB (2015) pode ocorrer:

Demissão: o associado que de livre e espontânea vontade requerer, por escrito, seu pedido de afastamento da cooperativa, deverá ter seu pedido aceito pela administração.

Eliminação: sempre será realizada por decisão e aprovação do Conselho de Administração, por desrespeito à lei, ao Estatuto ou às normas internas da cooperativa. Os motivos de eliminação devem constar no livro de matrícula.

Exclusão: ocorre por dissolução da pessoa jurídica, por morte da pessoa física, por incapacidade civil não suprida ou por deixar de atender aos requisitos estatutários

de ingresso ou permanência na cooperativa.

Por se tratar de uma doutrina fundamentada no processo de associação de pessoas, tanto o cooperativismo como o associativismo têm como objetivo o desenvolvimento coletivo. Essa condição diferencia das atividades que estão vinculados a uma lógica mercantil. Diante disso, o mais importante para estes tipos de empreendimento não é o acúmulo de capital, mas atender algumas necessidades da sociedade, por meio da prestação de serviços e/ou na oferta de produtos que são demandados pela sociedade.

A partir destes objetivos pode-se compreender que por meio do trabalho associado (cooperativas e associações) seria capaz de promover o desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo como referências fundamentais a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia dos sujeitos que estão diretos e/ou indiretamente envolvidos nos empreendimentos livres associados.

Vale destacar, com base na (OCB, 2015), que as diferenças existentes entre os empreendimentos cooperativos e/ou associados e as empresas mercantis são marcadas, por meio das seguintes características:

Empreendimento cooperativo	Empresa mercantil
Sociedade simples, regida por legislação específica;	Sociedade de capital - ações;
Número de associados limitado à capacidade de prestação de serviços;	Número limitado de sócios;
Controle democrático: cada pessoa corresponde a um voto;	Cada ação – um voto;
Objetiva a prestação de serviços;	Objetiva o lucro;
Quórum de uma assembleia é baseado no número de associados;	Quórum de uma assembleia é baseado no capital;
Não é permitida a transferência de quotas-parte a terceiros;	É permitida a transferência e a venda de ações a terceiros;
Retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações.	Dividendo é proporcional ao valor de total das ações.

Fonte: <http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>, capturado em 05/08/2015.

Após a explicitação das formas de organização das associações e cooperativas, retomemos as questões da lei estadual e leis municipais sobre a consolidação desses espaços democráticos.

A trajetória histórica sobre a legislação no Brasil, de certa forma, impactou diretamente nas legislações dos estados e municípios. No Espírito Santo, que segue a legislação nacional, tivemos avanços significativos no que tange às instituições de características associativistas, na perspectiva da Economia Popular Solidária. Salienta o fato que o associativismo é tomado por dois veios: cooperativas e associações.

No que se refere às associações, que é o principal foco deste trabalho de pesquisa, tomamos por base os seus princípios, e também os da Economia Popular Solidária para as análises dos dados. Ao deixar explícito o território da pesquisa, torna-se mais claro identificar e analisar as leis produzidas no estado do Espírito Santo.

Esta legislação tem sido elaborada em um constante movimento de avanços e retrocessos, entre os partidos de tendências mais conservadoras e/ou mais progressistas, que se revezam de tempo em tempo nas instâncias políticas do legislativo e executivo, tanto em nível estadual quanto municipal.

No que tange aos avanços, o marco mais importante para a Economia Solidária no estado, foi a Lei nº 8.256 de 16 de janeiro de 2006, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES). O Art. 4º, desta legislação, deixa claro que os empreendimentos pertencentes à Economia Solidária são as cooperativas, associações e empresas de autogestão que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - Que sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho;
- II - Cujos patrimônios e resultados obtidos sejam revertidos para melhoria e sustentabilidade do empreendimento e distribuídos entre seus associados;
- III - que tenham por instância máxima de deliberação a assembleia geral periódica de seus associados e por instâncias intermediárias aquelas que garantam a participação direta dos associados de acordo com as características de cada empreendimento;
- IV - Que adotem sistemas de prestação de contas detalhadas;
- V - Cujos associados sejam seus trabalhadores, produtores ou usuários;

- VI - Que tenham como princípios a organização coletiva da produção e comercialização;
- VII - que as condições de trabalho sejam salutaras e seguras;
- VIII - que respeitem a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;
- IX - Que respeitem a equidade de gênero e raça;
- X - Que respeitem a não utilização de mão-de-obra infantil;
- XI – que utilizem a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acúmulo de capital;
- XII - que tenham número máximo de 100 (cem) associados, sendo que a participação de trabalhadores e trabalhadores não associados seja limitada a 10% (dez por cento);
- XIII - cuja maior remuneração, com base no trabalho, não seja superior a 6 (seis) vezes a menor remuneração (PEFES, 2006).

Esta legislação estadual é um reflexo dos acontecimentos de caráter nacional, em especial, a Conferência Nacional de Economia Solidária ocorrida no mesmo ano em Brasília. Além disso, há um tensionamento importante feito pelo Movimento do Fórum Estadual de Economia Popular Solidária do Espírito Santo (FEEPS).

No estado, o município de Vila Velha é pioneiro em instituir políticas municipais de fomentos à Economia Popular Solidária, bem como de criação do conselho municipal de Economia Popular Solidária e o fundo municipal de Economia Popular Solidária, por meio da Lei nº 5.106, de 05 de maio de 2011.

No parágrafo único do Art. 1º desta lei, especifica que,

As diretrizes, princípios e objetivos fundamentais da Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais que têm por finalidade a implementação de políticas que visem à promoção de atividades econômicas autogestionária, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, bem como a criação de novos grupos e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços (PMVV, 2011).

Apesar de ser um grande avanço a produção de leis que buscam fomentar políticas municipais que tangenciam o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária, há a necessidade da garantia por parte dos gestores municipais em proporcionar espaços para a formação dos trabalhadores livres associados.

Outro fator importante é a fragilidade na divulgação, para todos os munícipes, sobre essa outra possibilidade de se fazer economia. Essa divulgação poderia contribuir no envolvimento de mais trabalhadores para se interessarem por esta possibilidade de negar a lógica de pensamento capitalista burguês, não simplesmente pela sua condição de participação, mas principalmente no ato de se colocar em movimento em prol de outra possibilidade produtiva.

Diante das especificidades das políticas de fomento ao associativismo, pode-se considerar que nesta legislação, dentre os seus 28 objetivos descritos no Art. 8º, destacamos os que consideramos mais relevantes:

- I - Contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município de Vila Velha;
- II - Contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e à renda, como condição essencial para a inclusão e mobilidade sociais, e para a melhoria da qualidade de vida;
- III - gerar novas oportunidades de trabalho, geração e distribuição de renda e maior democratização da gestão do trabalho;
- IV - Promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento local sustentável, além de valorização das pessoas, do trabalho e do território;
- V- Fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócio produtivos coletivos e autogestionários, bem como, a sua consolidação, estimulando inclusive o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos;
- XI - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária (PMVV, 2011).

Esses objetivos explicitados poderiam servir para fomentar as lutas de classes no processo de produção de bens e serviços e passariam a atender inicialmente aos anseios dos trabalhadores livres associados. Entretanto, na prática, a legislação ainda não avançou.

O Fórum Estadual de Economia Popular Solidária tem pontuado em suas reuniões que ocorrem, ordinariamente, na última semana do mês, reflexões sobre a legislação do município de Vila Velha, que apesar de ter sido um grande avanço para pensar a Ecosol, ainda não saiu do papel.

Já no município de Cariacica, o avanço relativo à legislação para a Ecosol se deu por meio da Lei nº 5.079, de 01 de outubro de 2013. Esta lei instituiu a Política Cariaciquense de Desenvolvimento e Fomento à Economia Solidária – PCDFES. No:

Art. 1º - Fica instituída a Política Cariaciquense de Desenvolvimento e Fomento à Economia Solidária – PCDFES, garantindo a participação da sociedade civil organizada e assegurando o direito ao trabalho associativo e solidário.

Parágrafo único: “Os princípios, diretrizes e objetivos fundamentais da PCDFES se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, que têm por finalidade a implementação de políticas, programas, projetos, assessoria e parcerias com as iniciativas pública e privada, visando à promoção de atividades econômicas autogestionária, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização, consumo e utilização de serviços” (PCDFES, 2013).

Dos quatro municípios que compõem a Grande Vitória, a cidade de Vitória, capital do

estado e a cidade da Serra não possuem uma legislação municipal de fomento ao associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Assim, entendemos que a falta de uma legislação municipal é de certa forma um retrocesso no que tange aos avanços dos princípios do associativismo nestes municípios, em especial, no de Vitória que possui experiências de trabalho coletivo sob os princípios da Economia Popular Solidária e tem sido referência no âmbito nacional e internacional.

1.3 OCORRÊNCIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO NO TRABALHO ASSOCIADO

Nas estratégias elaboradas em tempos de guerra, o mais importante era conquistar territórios, após essas conquistas, seria mais fácil dizimar o inimigo. Neste caso, o território é um dos principais elementos de manutenção e sobrevivência de povos, nações e sociedades.

No momento em que Marx analisava a acumulação primitiva do capital, há um processo intenso de desterritorialização dos sujeitos que, de certa forma, estavam vinculados às suas terras, vivendo a condição de pequenos proprietários de terras e/ou de artesãos, nas áreas do campesinato inglês. Neste contexto, Marx apud Dalri & Vieitez (2001) destaca que:

Vê-se, pois, como após serem violentamente expropriados, expulsos de suas terras e convertidos em vagabundos, se enquadram os antigos camponeses na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, mediante leis grotescamente terroristas, à força de pancadas, de marcas a ferro e de torturas (MARX apud DALRI & VIEITEZ, 2001, p. 35).

A compreensão sobre a importância do território e empreender formas para sua manutenção passa a ser vital para grupos e classes sociais. Porém, no nosso enfoque sobre este debate, o território deixa de ser um espaço físico e passa a ser enfatizado no que tange às relações políticas, econômicas, culturais, sociais, ou seja, no âmbito das dimensões que compõem a vida humana.

Estas dimensões na relação com o território, é explicitada por Milton Santos (2002) no sentido de situar que “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as

ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (p.9)”, diante desta contextualização, compreende-se que o território da produção associada, passa a ser visto como espaços de lutas e conquistas dos sujeitos que labutam no/pelo trabalho associado, na busca da negação ao sistema econômico vigente.

Sobre estes aspectos, o conceito de território passa por um processo de transmutação sobre seu significado, tendendo a ser entendido como um conceito polissêmico. Com o olhar da Geografia, Haesbaert (2006) diz que o conceito de território tem sido situado em três vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico- política (relativa também a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas): é a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente– relacionado ao poder político do Estado;
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. O território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, (HAESBAERT, 2006, p.40).

As contribuições da Geografia sobre as transmutações conceituais da palavra território têm sido de grande importância para pensar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, na perspectiva dos trabalhadores associados, no momento de produção de bens e serviços nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória.

Além destes conceitos as contribuições de Hegel sobre a análise que faz da Coisa e do vir a ser é sobremaneira uma forma de adensar as reflexões destes elementos que a teoria marxista por meio do historicismo tende a proporcionar. Para resgatar o afastamento, sobre as perspectivas interpretativas da utilização do método dialético, existentes entre estes dois autores, Löwy destaca que:

[...] A diferença entre a dialética materialista de Marx e a dialética idealista de Hegel está na importância determinante da economia no desenvolvimento histórico da obra de Marx. Daí se poderia chegar a uma definição do método marxista que poderia ser resumido na seguinte fórmula:

a dialética marxista é aquela teoria científica que explica o comportamento dos indivíduos por seus interesses materiais, sobretudo os econômicos (LÖWY, 2002, p. 17).

Nas entrelinhas destas diferenças sobre a dialética da materialidade marxiana tende a se contrapor ao idealismo dialético hegeliano, principalmente no que tange ao valor que cada um concebe as lutas de classes. De um lado, Hegel defende a existência do Estado colocando sobre ele o nascimento da sociedade civil, do outro lado, Marx inverte colocando sobre a sociedade civil a responsabilidade pelo nascimento do Estado.

Uma das obras que tem contribuído para compreender estas relações tem sido a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Isto porque para Marx, Hegel parte do Estado, e faz do homem o Estado subjetivado, em contrapartida, a democracia parte do homem e faz do Estado o homem objetivado. Marx ainda irá destacar que, do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo é quem cria a constituição. (MARX, 2013).

As relações entre o que Marx enxerga, na contramão do pensamento hegeliano, na qual o Estado é a composição das forças políticas e sociais, para Gramsci (2008) o Estado é a composição da sociedade civil mais a sociedade política, que no pensamento marxiano inverte a lógica hegeliana sobre o nascimento do Estado.

Para Löwy (2002) a diferença existente sobre o pensamento de Marx e Hegel necessita ser analisada “[...] em outro nível, não só o do materialismo: a dialética de Hegel é um método de reconciliação com a realidade. [...] o papel da filosofia dialética é o de explicar, descrever e legitimar a realidade existente como racional [...] tudo que é real é racional, tudo que é racional é real” (p.17-18).

Sobre os aspectos da racionalidade e da realidade o que não se pode é criar o falseamento dos fatos por meio de uma relação com a realidade que transforme o real em ideal, pois no trato com a materialidade marxiana os reflexos existentes entre o que é criado e seu criador estão às relações de poder que a sociedade busca enfatizar. Diante destas questões, Löwy situa que:

[...] o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa

simplesmente descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária. Trata-se, portanto de compreender a realidade para transformá-la revolucionariamente do status quo da dialética hegeliana. A isto eu considero mais importante que à diferença entre o materialismo e o idealismo (LÖWY, 2002, p. 18).

Ao situarmos alguns elementos teóricos e também da produção associada e da transmutação do conceito de território usando o posicionamento de Hegel (1992) sobre a teoria do *vir a ser*, chegamos ao entendimento de que a primeira é entendida como um espaço territorial de intensificação nas lutas de classe, que está em processo de constante mudança, pois para ele:

Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser. O fim para si é o universal sem vida, como a tendência é o mero impulso ainda carente de sua efetividade; o resultado nu é o cadáver que deixou atrás de si a tendência. Igualmente, a diversidade é, antes, o limite da Coisa: está ali onde a Coisa deixa de ser; ou é o que a mesma não é (HEGEL, 1992, p. 23).

Apesar da complexidade na discussão sobre a “Coisa”, Hegel (1992) nos deixará como legado a perspectiva do inacabamento da “Coisa”, dentre elas, os sujeitos sociais e, as relações produzidas por eles. Com isso, e a partir dessa descrição da “Coisa” em Hegel, poderíamos compreender como ocorrem os processos de desterritorialização dos sujeitos em relação ao trabalho associado, na medida em que estes passam a atuar em um espaço, que vive em constantes rupturas e continuidades.

Infere-se que as contradições existentes entre o pensamento de Hegel e de Marx se distanciam sobre a perspectiva de que para um, a vida precisaria se manter como está, e para o outro era preciso que as pessoas se reconhecessem enquanto sujeitos históricos e rompessem com as mazelas produzidas pela classe detentora dos meios de produção. Esse entendimento de ambos, para Löwy (2002, p. 18) “[...] é a dimensão revolucionária da dialética marxiana contra a posição de caráter conservador e legitimador do status quo da dialética hegeliana. A isto eu considero mais importante que à diferença entre o materialismo e o idealismo”.

Pode-se entender como rupturas no momento em que o sujeito, no ato de produção da vida, passa a enxergar o trabalho associado não mais como um espaço ampliado sobre as dimensões que compõem o ser social, mas como apenas um espaço de manutenção do seu sustento e o sustento de sua família, sob a lógica do

subtrabalho e da geração de renda.

Sob esta lógica, o território, – “trabalho associado” – transforma em um movimento de desterritorialização do seu princípio enquanto produção associada, pois agora os sujeitos sociais irão para esse território no intuito de apenas cumprir seu tempo de trabalho e produção, descaracterizando a singularidade essencial que este espaço, outrora, representava.

Esta desterritorialização pode ocorrer sobre os diversos aspectos, dentre eles a desvinculação de um espaço que permitia um debate e formação ampliada, de ruptura com a lógica do capital, para apenas, a de sustento das necessidades biológicas dos sujeitos que por lá transitam, retomando o sentido alienado do trabalho, vigente na sociedade capitalista burguesa.

A reflexão sobre este processo nos delegou a tarefa de interpretar o pensamento hegeliano sobre a “Coisa” que está se fazendo no percurso da história. Esta interpretação caminha no sentido, de tentar compreender como os sujeitos que transitam nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória, têm conseguido se inserir no debate sobre as características territoriais do trabalho associado, que na sua dinâmica, vive ainda, em constantes processos de rupturas e continuidades entre o que era como essência do associativismo e, o que poderá vir a ser.

Sendo assim, pode-se compreender que a desterritorialização passa a ocorrer no interregno entre o que o trabalho associado tem como princípio norteador de suas ações no processo de formação dos sujeitos sociais e, as ocorrências de desvinculação destes princípios que outrora na Inglaterra (Rochdale) e Espanha (Mondragón), pareciam estar bem definida como o de rompimento com a lógica vigente de produção.

A desterritorialização dos sujeitos que atuam na produção associada passa a ser um processo de negação das vertentes territoriais destacadas por Haesbaert (2006), principalmente no que se refere à vertente política. O sujeito deixa de se compreender também como um ser histórico de mudanças e passa a empreender como lógicas de pensamento sobre as continuidades de um ser alienado no

momento da produção de bens e serviços, por meio das relações de trabalho.

Sendo assim, a desterritorialização passa a ser absoluta toda vez que opera: “[...] a criação de uma nova terra [desterritorialidade], isto é, cada vez que conecta as linhas de fuga, que as leva à potência de uma linha vital abstrata ou traça um plano de consistência” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 646). Este plano de consistência para nós se dá quando o sujeito consegue perceber conscientemente que ocupa um território diferente de outros territórios produtivos.

Ao não conseguirem negar a lógica de produção vigente, pode ocorrer no momento em que os sujeitos ainda não tomaram consciência do seu papel social sobre as ações que precisariam desencadear no território da produção associada, uma desterritorialização do trabalho associado. Sobre esta questão Hegel (1992) situa que:

[...] a substância viva é o ser, que na verdade é sujeito, ou - o que significa o mesmo - que é na verdade efetivo, mas só à medida que é o movimento do por-se-á si - mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tomar-se-outro. Como sujeito, é a negatividade pura e simples, e justamente por isso é o fracionamento do simples ou a duplicação oponente, que é de novo a negação dessa diversidade indiferente ao de seu oposto. Só essa igualdade reinstaurando-se, ou só a reflexão em si mesmo no seu ser-Outro, é que são o verdadeiro; e não uma unidade originária enquanto tal, ou uma unidade imediata enquanto tal. O verdadeiro é o vir-a-ser de si mesmo, o círculo que pressupõe seu fim como sua meta, que o tem como princípio, e que só é efetivo mediante sua atualização e seu fim (HEGEL, 1992, p. 30).

A anormalidade entre o que é, e o que pode vir a ser de sujeitos sociais perpassam no sentido de pensar na dinâmica que o processo de desterritorialização proporciona a esses sujeitos. Compreender o território e saber que ele é palco de intensos conflitos pode colocar o sujeito social como vanguardista de um processo revolucionário, no qual a relação de desterritorialidade deixa de ser o foco e passa-se a reterritorializar estes sujeitos por meio da retomada dos princípios da produção associada.

Esta característica dinâmica e constante pode levar a compreensão sobre a finitude dos sujeitos e dos territórios, no que tange aos aspectos da existência de uma transitoriedade desses sujeitos no território ocupado.

Mesmo que a certeza do sujeito, enquanto materialidade física, existente em um determinado território é o seu fim, para o sujeito social, o projeto ao qual defende

pode perdurar mais do que sua finitude física e, com isso, a permanência de um território que defendeu sobre a lógica de oposição às hegemônias socioeconômicas.

Reterritorializar-se requer dos sujeitos sociais um momento de retomada dos princípios, neste caso dos princípios do associativismo. Hegel nos ajuda a pensar a lógica da reterritorialização do trabalho associado, ao situar que:

[...] um desconhecer da razão [o que se faz] quando a reflexão é excluída do verdadeiro e não é compreendida como um momento positivo do absoluto. É a reflexão que faz do verdadeiro um resultado, mas que ao mesmo tempo supra-sumis essa oposição ao seu vir-a-ser; pois esse vir-a-ser é igualmente simples, e não difere por isso da forma do verdadeiro, [que consiste] em mostrar-se como *simples* no resultado - ou, melhor, que é justamente esse Ser-retornado à simplicidade (HEGEL, 1992, p. 31).

O retorno aos princípios da produção associada passa a ser compreendido, por nós, como um processo de reterritorialização do trabalho associado feito pelos sujeitos que no movimento do vir a ser, diante de rupturas e continuidades se assume o Ser retornando à simplicidade territorial no momento da produção de bens e serviços.

Entretanto, chegar a este patamar requer centralidade e consciência sobre as relações que se produz no ato das ações livres associadas por meio do trabalho coletivo. Essa consciência somente poderá ganhar força atividade, quando os sujeitos sociais conseguirem se desvincular da lógica de produção vigente e se vincular a outra lógica de vida e produção.

Neste momento, o território passa a ter sentido de sua existência, mas até que este momento se efetive, passa a ser necessário que no processo de formação dos sujeitos no/pelo trabalho associado, haja um entendimento real por parte destes sujeitos que se colocaram em movimento para experimentar as relações de trabalho sobre outras vertentes. Dentre estas vertentes as mudanças de ações sobre as dimensões que compõem a vida humana.

Ao retornar para o território da produção associada – reterritorializar-se –, por meio da retomada dos princípios deste território, pode-se dizer que o sujeito social aproximou do seu princípio e do seu fim, no sentido de retornar aos princípios que a produção associada possui e ao fim de seus objetivos. Entretanto, o movimento para se alcançar este objetivo final, que é retornar aos princípios do associativismo, seria então retornar à simplicidade da vida e produção coletiva. Diante disso, destaca

Hegel que:

O fim implementado, ou o efetivo essente é movimento e vir-a-ser desenvolvido. Ora, essa inquietude é justamente o Si; logo, o Si é igual àquela imediatez e simplicidade do começo, por ser o resultado que a si mesmo retornou. Mas o que retornou a si é o Si, exatamente; e o Si é igualdade e simplicidade, consigo mesmas relacionadas (HEGEL, 1992, p. 32).

O retorno ao território passa a ser trabalhado no sentido essencial, ou seja, é a própria caracterização do ser em Si mesmo, é sua vitalidade e sobrevivência diante das outras perspectivas eminentes. Para que o Si compreenda que é igual a outro Si no momento de produção de bens e serviços na produção associada é mais do que necessário retornar ao território enquanto princípio do associativismo, ou seja, é preciso se reterritorializar.

Esta reterritorialização precisa ser compreendida pelos sujeitos sociais com sendo um dos fatores essenciais para a manutenção das lutas contra as mazelas produzidas pela lógica produtiva vigente. Este fato, apesar de pouco denso, tem sido explicitado por meio de algumas experiências de empreendimentos livres associado no Brasil, na América Latina e no mundo, o que demonstra claramente a posição assumida pelos sujeitos sociais que estão atuando em territórios livres associados.

Para intensificar este movimento os sujeitos envolvidos nos processos do trabalho livre associado necessitarão construir, nos caminhos da reterritorialidade, bases mais sólidas, tanto do ponto de vista econômico, quanto sobre as outras dimensões que compõem a vida humana.

Estes caminhos formativos poderão proporcionar o amadurecimento das lutas de classes e do seu processo de consciência de classe. Com isso, a consciência passa a ganhar atividade força sob a ótica hegeliana de que:

A ciência só se permite organizar mediante a própria vida do conceito: nela, a determinidade que do esquema é aplicada exteriormente ao ser-aí, constitui a alma se movente do conteúdo pleno. O movimento do essente consiste de um lado, em tornar-se um Outro, e, assim, seu próprio conteúdo imanente; de outro lado, o essente recupera em si esse desenvolvimento ou esse seu ser-aí. Isto é, faz de si mesmo um *momento* e se simplifica em direção à determinidade. A *negatividade* é nesse movimento o diferenciar e o pôr do ser-aí; e é nesse retornar a si, o vir-a-ser da *simplicidade determinada*. Dessa maneira, o conteúdo mostra que sua determinidade não é recebida de um outro e pregada nele; mas antes, é o conteúdo que se outorga a determinidade e se situa, de per si, em um momento e em um lugar do todo (HEGEL, 1992, p. 50).

No entanto, há ocorrências que não têm como passar despercebidas por nossas lupas. Essas ocorrências estão centradas nas condições de que a produção associada tem ocupado um território muito profícuo de possibilidades no que tange às relações de trabalho, e esses territórios vivem nas relações produzidas pelos sujeitos em constantes movimentos de desterritorialização e reterritorialização.

Este processo faz dos empreendimentos de Economia Popular Solidária existente na Grande Vitória no estado do Espírito Santo, um espaço territorial de possibilidades, pois os sujeitos sociais que transitam nestes espaços ao se colocarem em movimento no processo de lutas de classes podem, a partir do território, desenvolver uma consciência de que pertence a classe de trabalhadores que produz as riquezas das nações, por meio dos debates de decisões democráticas nas assembleias gerais, nos conselhos e nos fóruns existentes nas associações.

1.4 O TRABALHO ASSOCIADO NO CONTEXTO DA RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

Compreender os movimentos empreendidos pelo trabalho associado no contexto de reestruturação produtiva do sistema capitalista burguês, bem como o de problematizar, até que ponto, a produção associada não está apenas para cumprir um dos itens que o sistema capitalista não consegue atender em períodos de crises econômicas, no que tange à geração de trabalho e renda para os sujeitos que não conseguem se inserir e/ou ser inseridos no mercado formal de trabalho, foi um dos objetivos deste estudo.

Assim, faremos um resgate de alguns elementos importantes para se pensar as questões sobre a reestruturação produtiva do sistema capitalista, em especial com base nas novas tecnologias, em que eleva as mudanças dos postos de trabalho e das relações de trabalho nos aspectos da flexibilização e precarizações dessas relações, destacadas pela postura do pensamento neoliberal.

Ao compactuarmos com a ideia de que a competitividade emergiu de forma mais intensa, a partir do processo que o sistema capitalista passou a instalar na Europa desde os primórdios da acumulação primitiva do capital, podemos então entender que na perspectiva de Singer (1998), este processo se deu antes mesmo da

Revolução Industrial, pois:

[...] a Inglaterra já era a nação mais capitalista do mundo, mas não era uma “economia capitalista”. O capital mercantil era poderoso, mas explorava a produção de fora, intervindo na distribuição, sobretudo no comércio internacional. O capital produtivo “manufatureiro”, no conceito de Marx, tinha se desenvolvido até certo ponto, mas sem alcançar posição dominante (SINGER, 1998, p. 56).

Essa descrição analítica de Singer nos leva a compreender que, de certa forma, a competitividade foi um produto do percurso histórico que o sistema capitalista produziu, e com ela, cada vez mais, na trajetória da contemporaneidade, processos de individualização da população, que nem sempre, percebe, que a lógica do capital que nasce a partir da busca intensa pelo lucro, tem sido de grande perversidade e competitividade na busca pelo enriquecimento individual e/ou de grandes grupos econômicos.

Nestas condições, o avanço para uma lógica cada vez mais individualista proporcionou uma mudança dos rumos da própria evolução das forças produtivas. (SINGER, 1998).

O contexto de competitividade e de mudanças nas relações de trabalho foram uma das grandes formas que o capital encontrou para expropriar a força de trabalho da classe trabalhadora, a partir da produção da mais-valia que, para Marx é o trabalho executado pelo trabalhador e não pago pelo empregador, fazendo dessa relação uma forma de enriquecimento. Paul Singer (2002) nos ajuda a refletir melhor esta relação quando destaca que:

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capitais, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capitais ou prestígio profissional, artístico etc., entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais (SINGER, 2002, p. 9).

A produção da sociedade desigual parece uma das principais alternativas que sociedade capitalista pôde produzir, e como resultado desta produção, a classe trabalhadora passa a sofrer cada vez mais com os desmandos da classe que detém

os meios de produção, principalmente por meio da dimensão da exploração da força de trabalho seguindo a lógica do capital.

Com isso, o trabalho passa a ter um determinado valor que é pago pelo capitalista por meio de um salário. Entretanto, para Marx (2006) o salário não é a melhor forma de se pagar a força de trabalho desprendida pelo operário (trabalhador), pois “[...] o salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho, ou de prestação de um determinado trabalho” (p.34). Neste sentido, conclui Marx, a força de trabalho passa a ser uma mercadoria.

Assim como Marx, Engels também se debruçará para pensar a força de trabalho como mercadoria. Ao fazer uma atualização na introdução dos textos de Marx “Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro”, ele destaca que no texto “original, o operário vende ao capitalista o seu trabalho em troca do salário; segundo o texto atual, ele vende a sua força de trabalho” (ENGELS, 2006, p. 19).

Engels busca na sua explicação para essa mudança, informar aos operários que são os principais envolvidos neste jogo de valores, “[...] para que vejam que não estão perante uma simples questão de palavras, mas, ao contrário, diante de um dos mais importantes pontos de toda a Economia Política (Idem, p. 19) ”.

Com isso, ao tratar o trabalho, ou melhor, a força de trabalho como mercadoria, o capitalista passa a dominar os diversos processos na relação de trabalho e um deles é o aumento ou diminuição do valor da força de trabalho.

Algumas questões destacadas por Engels (2006, p. 21), nos ajudam a pensar a relação de trabalho e qual o valor que a força de trabalho tem. Ele começa questionando “como se determina o valor do trabalho? Pelo trabalho necessário que nele se encontra. Mas quanto de trabalho se encontra no trabalho de um operário, durante um dia, uma semana, um mês, um ano”?

Para os economistas clássicos, diz Engels (2006), há outras formulações para se pensar o trabalho. Ele destaca que “[...] o valor de uma mercadoria é igual aos seus custos de produção. Mas quais são os custos de produção do trabalho? ” (21). Engels então, nos situa que para responder a essa pergunta, os economistas clássicos tiveram que inverter a lógica, e ao invés de trabalhar com a ideia dos

“custos de produção do próprio trabalho – que, infelizmente, não podem ser descobertos – eles investigam então os custos de produção do operário” (21-22).

Para Engels (2006), o cálculo do valor da força de trabalho não é simples, pois se devem levar em consideração todas as relações em que o capitalista elabora para, a partir do trabalho do operário, retirar um valor do seu trabalho a mais do que seria necessariamente para pagar os custos com a produção de uma determinada mercadoria.

Para ele, “[...] desse modo teríamos finalmente descoberto o que é o “valor do trabalho” (p. 23). Porém, estas relações entre trabalho, força de trabalho, valor da força de trabalho, relações de trabalho apesar de serem intensas no período analisado por Marx e Engels, na contemporaneidade nos parecem mais evidentes a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção.

Ao tomar como epicentro de discussão, essas relações a partir da reestruturação produtiva e a intensificação da relação de trabalho, principalmente a partir da flexibilização das relações de trabalho, no Brasil e no mundo, podemos perceber o quanto o trabalhador tem sofrido com os desmandos da classe que detêm os meios de produção, no que se refere ao valor da sua força de trabalho, possibilitando a classe burguesa o acúmulo de capital, pela obtenção da mais-valia.

O olhar atento sobre a análise da primeira grande parte nas exposições que Marx faz no texto “Trabalho Assalariado e Capital”– “a relação do trabalho assalariado com o capital, a escravidão do operário, o domínio do capitalista”, podemos perceber que a lógica do capitalista está em explorar o trabalhador assalariado para poder cada vez mais acumular capital. O que fazer diante de uma lógica tão perversa como essa?

Para Marx, seria a tomada de consciência da classe trabalhadora, em que a mesma buscaria a partir dessa consciência fazer a revolução do proletariado e, com isso, a redução do número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens da evolução social e da real intencionalidade do trabalho, que é atender as necessidades dos seres humanos, por meio da transformação da natureza.

Diante dessa situação, que é contraditória, diz Marx (2013):

[...] aumentam a miséria, a opressão, a escravatura, a degradação, a exploração, assim como igualmente se desenvolve a resistência da classe operária, cada vez mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um obstáculo ao modo de produção que se desenvolveu e prosperou com ele e sob os seus auspícios. A socialização do trabalho e a centralização das suas atividades materiais chegam a um ponto em que não cabem mais no seu invólucro capitalista. Este último acaba por rebentar. A hora da propriedade capitalista soou. Os expropriadores serão por seu turno expropriados (MARX, 2013, p. 205).

Na atualidade, podemos inferir que a dificuldade não está em assumir de forma consciente, enquanto trabalhador, que sofre do seu patrão, uma sobrecarga e exploração na relação de trabalho e do tempo desprendido para a execução de um determinado trabalho, que poderia ser feito em uma redução do tempo de trabalho sem reduzir o valor da força de trabalho.

A dificuldade está em não conseguir se desvencilhar dessa relação, pois para a classe trabalhadora ao tomar algumas ações contrárias diante desse reconhecimento pode colocar muito a perder nas relações de produção da vida, visto que além do trabalho ser um espaço de sustentação biológica da vida, é também o lugar que possibilita o reconhecimento social, que confere ao sujeito seu estatuto profissional, sendo mediador essencial da construção da sua identidade e também um meio para a busca da sua emancipação econômica e contribui para ampliar seus aspectos formativos.

Portanto, o que ocorre é um aumento progressivo do capital, por consequência, do capitalista burguês, bem como um processo de desestruturação da convivência coletiva e da própria concepção mais interessante do trabalho, que de acordo com Gramsci é uma das dimensões da formação humana. Porém, segundo Marx ao tomar:

[...] consciência da exploração de que é vítima e aproveitando as possibilidades de organização colocadas ao seu alcance, o proletariado industrial tende a se revoltar e pode liderar os demais trabalhadores e, a massa do povo em geral, numa vasta luta política orientada no sentido de se assenhorear do aparelho do Estado e mudar revolucionariamente o modo de produção [...] (MARX apud KONDER, 2009, p. 47).

Ao tomar consciência de que está sendo explorada, e buscar maneiras de negar essa exploração, como a classe trabalhadora conseguiria produzir a vida? Como poderiam deixar de ser explorados e manter sua existência? Estas questões

estavam presentes nas reflexões da classe operária no período de análise que Marx e Engels faziam, e ainda hoje, estão presentes em toda a classe trabalhadora de origem popular, porque o que mais os sujeitos no Brasil e no mundo buscam é um capitalista que queira explorá-lo. Como poderiam fugir dessa lógica de exploração?

Se não há possibilidade de fugir dessa lógica, a ideia é buscar outras formas de produção da vida. Nesse sentido, o trabalho associado no contexto da economia popular solidária pode nos ajudar a problematizar as questões estruturais das relações de trabalho no contexto da reestruturação produtiva do trabalho em que se nega a condição histórica da divisão social do trabalho.

Alguns estudiosos dessa outra possibilidade entendem que há uma diferença enorme entre a lógica do sistema capitalista de produção e, a lógica da produção associada no contexto de pensar novas possibilidades que a economia popular solidária tem situado.

Coraggio (1997 apud TIRIBA, 1998, p. 197), nas suas produções, tomará um caminho de indicar como diferença entre uma lógica e outra, na qual destaca que “diferente da lógica da acumulação de capital, a economia popular se caracterizaria pela lógica de reprodução ampliada da vida”. Com isso, o foco muda de acúmulo de capital pela exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, para os benefícios que a força de trabalho pode proporcionar a um número maior de sujeitos na relação com o sistema econômico, pensamento este que já era característico do Robert Owen e dos denominados socialistas utópicos.

Esta talvez seja a fonte das principais críticas feitas aos defensores da economia popular solidária. De um lado, os defensores mais notados com expressões na América Latina (Lavile, Mance, Singer, Coraggio e Tiriba) destacam que esta outra forma de produção da vida tem como processos de ampliação das condições de se pensar outros projetos sociais e econômicos para além do capital encontram um número elevado de críticas que entendem ser a economia solidária um espaço em que no momento de crise do capital e do desemprego estrutural, atenderia aos que não conseguiriam se inserir no mercado de trabalho, alimentando o sistema vigente por outros caminhos (WELLEN, 2012).

Essa não deixa de ser uma crítica contundente, pois grande parte dos trabalhadores associados que faz parte das redes de produção de bens e serviços de Economia Popular Solidária ainda não se deram conta de que para produzir bens e serviços em algum momento, será preciso o auxílio das produções feitas pelo sistema capitalista a fim de adquirir insumos para a produção de bens. Este é apenas uma das condições ainda problemáticas da chamada Economia Solidária como projeto social defendido por Singer que seria os primórdios do pensamento socialista pensado por Marx.

Entretanto, buscaremos compreender inicialmente, os defensores da economia solidária e percebemos que as literaturas produzidas no processo histórico passam a indicar a ideia de que esta é outra estratégia de construção de uma economia que seja de fato solidária. Ela, segundo Singer:

[...] aproveita mudança nas relações de produções provocadas pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização na produção, a base de uma lógica posta àquele que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária em alguns anos, permitirá a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar a produção por conta própria de maneira individual ou coletivamente [...] (SINGER, 2000, p.138).

Enquanto Singer enfatiza as questões da geração de trabalho e renda em uma perspectiva futura da Economia Solidária, Mance (1999) descreve que o conceito vai além e agrega a noção, não apenas de geração de postos de trabalho, mais sim uma colaboração solidária que visa à construção de sociedades pós-capitalistas em que se garanta o bem viver de todas as pessoas nas relações de trabalho e distribuição das riquezas produzidas pelo trabalho:

Ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo é recíproco entre as pessoas advêm primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se ao máximo possível o exercício completo da liberdade pessoal e pública, introduzimos neste definição o exercício humano da liberdade [...] (MANCE, 1999, p. 178).

A contribuição de Mance nas possibilidades que a economia solidária pode inserir enquanto um projeto que visa à liberdade das diversas dimensões das ações humanas e que venha fortalecer o processo de desenvolvimento da sustentabilidade e da solidariedade, principalmente nas relações de trabalho, requer um olhar atento

para que as armadilhas impostas pelo sistema capitalista não produzam trabalhadores que pensam estar fugindo da lógica (re) produtivista do sistema, mas na verdade utilizam das mesmas bases de produção e reproduzem essa lógica sistemática do capital.

Sendo assim, ao entender a economia popular solidária como possibilidade de ampliar a relação de trabalho na perspectiva do trabalho associado. Tiriba (2008) chama atenção ao destacar que:

A categoria “produção associada” está relacionada a associativismo, entendido como um conjunto de práticas sociais informais ou instituídas desenvolvidas por grupos que se organizam em torno dos ideais e objetivos que compartilham. Podendo ser de abrangência local, regional, nacional ou internacional, o associativismo caracteriza-se pela construção de laços sociais calcados na confiança, cooperação e reciprocidade, o que confere aos seus membros o sentimento de pertencimento ao grupo. Quanto à produção associada, ela pode ser entendida de duas maneiras, não necessariamente excludentes: quer como trabalho associativo ou processo em que os trabalhadores se associam na produção de bens e serviços, quer como a unidade econômica básica da “sociedade dos produtores livres associados” (TIRIBA, 2008, p. 81).

Sob esta outra lógica de produção da vida, tendo o trabalho associado como o principal esteio de apoio em que os trabalhadores livremente passariam a produzir bens e serviços, por meio de outra lógica, que não a da expropriação da força de trabalho dos trabalhadores assalariados que, tomamos para entender esta dinâmica por meio das organizações dos trabalhadores associados tendo como base a ênfase na perspectiva dos estudos de Marx, a partir do materialismo histórico e dialético, em que os sujeitos saem de meros coadjuvantes da história e passam a fazer parte, enquanto protagonistas, dos processos históricos e culturais, modificando sua condição nos cenários que se apresentam ao seu redor, por meio da conscientização e autoconsciência.

Ao visualizar as contradições existentes entre a formação para um trabalho individual e alienante na concepção sistemática capitalista e da ideologia burguesa e a formação a partir das experiências culturais dos sujeitos no trabalho associado, pode-se inferir com base nas pesquisas de campo que, um grupo grande dos envolvidos na produção associada tem conseguido pensar criticamente sobre as questões de uma consciência de classe trabalhadora, ao fazer na vida cotidiana, movimentos para atender suas necessidades nas dimensões de sua individualidade

e, principalmente, suas responsabilidades na feitura e nas vivências no/pelo trabalho associado.

Dessa forma, a economia popular solidária nos seus diversos tempos e espaços de produção da vida tem-nos permitido vivenciar momento de desalienação da lógica capitalista que tem como ênfase o individualismo, o encontro com lógica de produção da vida no coletivo. Nesta outra possibilidade, há algumas reelaborações de processos de vivências profissionais que tomam outras dimensões para se pensar a relação da força de trabalho, salário, do trabalho e da distribuição das riquezas produzidas.

Retomando de maneira breve, os críticos da chamada Economia Solidária, Wellen (2012) e Germer (2007), destacam que dentre as fragilidades encontradas no cerne da concepção de Economia Solidária que, para os seus defensores, poderia ser uma das formas que o comunismo encontraria para se desenvolver, há nas suas concepções teóricas a falta de sustentação, pois não situam de maneira clara as categorias e conceitos utilizados por Marx, para que ocorra a derrubada do sistema capitalismo e a implantação do socialismo do tipo científico e/ou o socialismo real.

Dentre estas categorias, Germer (2007) situa que Singer (2000) não consegue precisar o sentido teórico de “modo de produção na economia solidária” no mesmo formato que Marx o precisava no seu tempo histórico, principalmente nas incursões que Marx fez no livro I do Capital.

Cabe ressaltar que, apesar de ser um debate interessante para se pensar os caminhos que a Economia Solidária tem tomado esta tese não se pautou em discutir esses embates teóricos no tocante à concepção de produção da vida, mas tratar do ponto de vista prático os limites e possibilidades do processo de consciência de classe nas relações produtivas nos espaços do trabalho associado.

O contexto da produção associada desde os primeiros movimentos, com os Pioneiros de Rochdale e com os associados de Mondragón, passou por outros processos de reestruturação do trabalho no sistema capitalista de produção. Naquele momento do século XIX, com Rochdale e início do século XX com Mondragón, o foco do trabalho se dava de forma mais intensa, no setor secundário

da economia europeia, ou seja, na indústria. Porém, a partir dos novos desenvolvimentos tecnológicos ocorreu uma mudança significativa na reestruturação dos postos de trabalho e, conseqüentemente, as relações de trabalho saíram da ênfase na indústria para o setor terciário da economia, tendo como principal nicho de ação, a prestação de serviços. Este fato, de certa forma, muda também a dinâmica dos postos de trabalho, das relações e das condições do trabalho (POCHMANN, 1999)

De acordo com Gorz (2005), o trabalhador nestas condições passou a ser o empreendedor da sua força de trabalho, e não tem mais condições no processo da prestação de serviços negar qualquer condição da existência do ócio, aspectos esses, de tamanha importância na atual condição da qualidade de vida do trabalhador e na construção identitária do mesmo sobre os aspectos de uma emancipação na relação trabalho e educação.

Com isso, o processo de transformação do paradigma tecnológico e produtivo, de cunho industrial passou a sofrer perdas significativas e o setor secundário da economia, em especial brasileira, teve uma redução considerável, principalmente nos setores industriais.

Diante deste processo, ocorreu a redução dos postos de trabalhos, tendo a diminuição absoluta do contingente de trabalhadores empregados (assalariados) e o aumento dos trabalhadores informais e/ou trabalhadores com perspectivas de associações e/ou cooperativas.

Em contrapartida, o setor de serviços, principalmente informal, teve um aumento considerável, porém, esta nova reestruturação do trabalho no sistema capitalista passou a gerar um grupo muito grande de pessoas que perderam condições de gozar das seguranças que as leis trabalhistas lhes garantiam, desde o tempo de ócio até no momento de finalizar suas contribuições produtivas, com a aposentadoria.

A nova revolução industrial e tecnológica, com todas as contradições existentes na dialética do trabalho, tem agido de maneira que de um lado, há problemas principalmente no processo das relações e condições de trabalho, com o que os

economistas passaram a denominar de trabalho em tempo parcial (*part time*), buscando a redução dos empregos em tempo integral (*full time*). Com isso, aumenta o número de trabalho temporário, por tempo determinado, a informalização do trabalho, a manutenção de altas taxas de desemprego e a insegurança no mundo do trabalho. Por outro lado, há a maior exigência de trabalhadores polivalentes, criativos e flexíveis às mudanças do processo produtivo, tornando os empregos mais dinâmicos e instáveis.

Estas duas facetas do mercado de trabalho têm produzido um enorme espaço de competitividade, que pode desencadear em algum momento deslealdades entre trabalhadores assalariados. Estas ações da burguesia, sendo ou não de forma consciente, têm sido uma das maneiras de desestabilizar a luta de classes que, por meio dela, poderia levar os trabalhadores a uma consciência de classe.

A vinculação direta com a lógica do sistema capitalista burguês tem sido um dos principais problemas de pensar o trabalho associado de maneira consciente, por parte dos trabalhadores livres associados, em que o jogo das reestruturações do capital se dá no âmbito das novas caracterizações flexíveis e instáveis das relações de trabalho.

No que tange a essa lógica, muitos trabalhadores associados têm buscado, a partir do trabalho nas associações, encontrar uma forma de produzir renda para a sobrevivência em tempos de crise estrutural do emprego. Isso de certa forma desconecta o trabalhador associado de sua condição primeira, que é o da busca pela ajuda mútua e pela solidariedade.

O caminho para se chegar a uma consciência efetiva de classe trabalhadora parecer ser longo, entretanto, há grupos que na dinâmica da produção de bens e serviços têm conseguido negar os princípios da lógica do sistema capitalista, tendo como referência os princípios do associativismo o que nesta perspectiva tem sido marcada por contradições no fazer do trabalho e nas relações que o trabalho associado lhes proporciona. Mas, para que esse fato se estenda, ganhe força, atividade e chegue a outros grupos, entende-se ser necessária a formação no/pelo trabalho, na possibilidade que a emancipação humana pode proporcionar ao gerar enormes conflitos com o trabalho alienado imposto aos trabalhadores.

CAPÍTULO II – CLASSE TRABALHADORA: HISTÓRIAS DE LUTAS NOS CAMPOS EM DISPUTAS

Ao assumir a responsabilidade de refletir alguns aspectos teóricos e práticos sobre as trajetórias históricas de lutas da classe trabalhadora, nos colocamos em uma condição de decretar guerra aos mecanismos utilizados pela classe burguesa, que subjagam os trabalhadores a venderem suas forças de trabalho.

As lutas de classes produziram caminhos intensos de embates, em especial, a partir das revoluções industriais na Inglaterra do século XVIII, e os posteriores movimentos que passaram a existir em todo o mundo, com base nas teorias revolucionárias de Marx e Engels e dos marxistas nos séculos posteriores.

Diante disso, nesse capítulo, discutiremos do ponto de vista teórico e prático, a formação da classe trabalhadora, buscando desvelar os movimentos que esta classe vivenciou sobre os aspectos de seu processo de formação, no intuito de compreender como a produção de conceitos sobre esta classe, pode proporcionar um direcionamento de outras dinâmicas sobre a consciência da classe trabalhadora, nos espaços do associativismo, na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Tomamos para este debate, autores que se debruçaram em pensar a história da classe trabalhadora, principalmente sobre os embates vivenciados no momento em que vendiam suas forças de trabalho para a classe detentora dos meios de produção. Autores como Marx, Engels, Lukács, Thompson, Mészáros, Gramsci, Löwy, Goldman contribuíram para que conseguíssemos apresentar os elementos essenciais sobre a classe trabalhadora.

Importa destacar que os embates desencadeados pela classe trabalhadora não se deram de forma isolada, mas, estavam sempre vinculadas a grupo de trabalhadores que se associavam para tencionar os patrões, em prol de melhores condições de trabalho e de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.

Ao abordar essa temática, direcionamos nossas angústias para pensar os movimentos que a classe trabalhadora vem fazendo ao longo da história, para que sejam atendidas as suas demandas no tocante às condições de vida. Cabe ressaltar, que a categoria de totalidade em Marx nos concede subsídios para

compreender a vida nas suas diversas dimensões na qual o trabalhador precisa dar conta para viver dignamente. Löwy, (2002, p. 16) destaca que:

O princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto.

Interessa nesta citação, a indicação que o autor faz sobre a totalidade da realidade que mesmo explicitada no seu conjunto analítico, não é passível de ser compreendida em função de sua infinitude. Em contrapartida, a totalidade da realidade social como um todo orgânico, passa a ser para nós, um movimento desafiador de explicitar, sob os riscos que corremos no que tange as interpretações, as estruturas existentes no sistema econômico vigente e as mazelas produzidas no processo histórico das lutas de classes.

A classe trabalhadora encampou um movimento de lutas que ultrapassou suas estruturas de produção da vida, os relatos que Marx descreve no texto, a luta de classes na França é um exemplo do movimento produzido pelos trabalhadores, que buscavam atender de forma mais completa suas demandas de produção da vida em sociedade. Para Marx, essa luta era:

[...] a luta contra o capital, na sua forma moderna desenvolvida, no seu fator decisivo, a luta do operário assalariado industrial contra o burguês industrial, é na França um fato parcial que, depois das jornadas de fevereiro, podia tanto menos fornecer o conteúdo nacional à revolução quanto à luta contra os modos subordinados de exploração do capital, a luta do camponês contra a usura e a hipoteca, do pequeno-burguês contra os grandes comerciantes, banqueiros e fabricantes, numa palavra, contra a bancarrota financeira. (MARX, 2015, p. 79)

Estas lutas destacadas por Marx estão para além daquelas realizadas pelos trabalhadores assalariados, mas, ao mesmo tempo, encontram-se, com as lutas de segmentos que percebiam as perdas sociais que a dominação do capital exercia sobre a vida humana e sobre as relações que os seres humanos conseguem produzir no seu processo histórico de existência.

Agora, as relações das lutas de classes e seu processo histórico tende a se revelar no interregno das questões de que estão estritamente vinculadas ao processo histórico dialético “[...], uma vez que não existem princípios eternos, nem realidades

absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade, têm que ser vista na sua limitação histórica. Esse é o coração mesmo do método dialético, é o primeiro elemento do método e da análise dialética”. (LÖWY, 2002, p. 15).

Conhecendo as características deste método, tanto Lukács, quanto os outros autores que se debruçaram para pensar a dialética enquanto método, apontam os elementos essenciais para compreender que, no processo das lutas de classes, as contradições tendem a enfatizar avanços e retrocessos na dependência das relações com o processo de consciência da classe a qual os sujeitos sociais pertencem.

Nesse caso, a categoria de totalidade perpassa por alguns itens que nos leva a refletir o quanto a vida humana não conseguirá dar conta da totalidade humana, mas que é possível dar conta de uma totalidade social, na busca de atender as demandas sociais da classe trabalhadora. Para Goldmann:

As visões totalitárias de mundo, cujas categorias fundamentais são ao todo, o universo, e no plano social a coletividade, opondo-se termo a termo às filosofias individuais. Sua principal categoria ética é, mais frequentemente, o sentimento em seus múltiplos aspectos, revelação, intuição, entusiasmo, etc.; sua categoria física é o “princípio vital” nas suas formas mais diversas, alma do universo, élan vital, etc. (GOLDMANN, 1967, p. 43).

Características do pensamento revolucionário de base marxista, a categoria da totalidade, em especial da totalidade social, deve ser apresentada da forma em que todos consigam perceber as reais contribuições destes autores no que tange a esta visão de mundo. Como é proposto por estes autores, ao situar a impossibilidade de conhecer a totalidade do universo, conheçamos assim, a totalidade social das camadas populares, em especial, as que estão vinculadas ao trabalho associado.

Sobre os aspectos da dialética, há questões que precisam ser explicitadas no processo da totalidade social para que todos os envolvidos consigam compreender seu papel no conjunto das histórias das lutas da classe trabalhadora, tendo como possibilidade a força, que nas relações sociais, em especial a do trabalho, tomará o protagonismo no interior da revolução socialista. Será com base no pensamento hegeliano sobre a dialética que Marx irá situar que, as dimensões fundamentais desse método é que não existe nada perene, que tudo está em constantes transformações. E essas transformações atingem princípios, ideias, conceitos e

categorias que haviam sido construídos, por outros e, que agora passam por novas reformulações.

As realizações humanas tendem a transmutar por períodos de tempos em tempos, ou seja, tudo está sujeito ao fluxo da história, isto sustenta os princípios da dialética que se aplica na perspectiva da transformação enquanto possibilidades de mudanças, na sua totalidade social.

Os elementos da dialética explicita para nós, um processo que vai desde as mais simples atitudes da classe trabalhadora às mais complexas, no sentido de, enfatizar as contradições existentes entre o que será dos processos efetivados das ações humanas e o que estará por vir no movimento do vir a ser hegeliano, pois se as ações humanas têm como características a melhoria das condições de vida dos seus habitantes, em que momento a lógica de exploração ganha força em assumir as contradições sociais de expropriação de humanos sobre humanos.

A lógica da dialética natural pode-se inferir que é a lógica da sustentação dos seus pares. Por exemplo, os cosmos irão se adaptar para que o conjunto dos seus astros encontrem condições reais de equilíbrio ou mesmo as células humanas tomam também esta condição para tentar preservar a vida. Já para a dialética histórica tende a recriar outra lógica na qual os próprios pares (seres humanos) irão produzir conflitos para que um se sobressaia aos outros, no sentido de dominação e não de equilíbrio social. Neste sentido, Löwy (2002, p. 15) continua apontando que:

Para Marx aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário. (LÖWY2002, p. 15).

A revolução em Marx tem um ponto importante de análise, pois se o elemento da dialética marxista possui a possibilidade de conhecer as leis da economia e da sociedade, compreendendo que este produto pode ocorrer sobre as mudanças, de acordo com os projetos em questão, tanto pela massa do proletariado, quanto pelas mãos da burguesia, nos leva a inferir que o jogo da dialética se revelará como uma força atividade para a transformação do que era, em algo que ainda estará por vir, a consciência de classe.

A possibilidade de definir o método dialético enquanto formato analítico pode se revelar como destaca Löwy (2002), de que as coisas podem ser definidas como um espírito que sempre nega o que está posto na estrutura de pensamento hegemônico, e isso com razão porque tudo que existe merece e tende a acabar ou a se transformar para que mais pessoas acessem os bens produzidos historicamente e socialmente.

Seria fácil para nós podermos analisar movimentos da sociedade apenas por meio de métodos estáticos que apresentam suas fórmulas com meia dúzia de cálculos para dizer que isso é ciência, para nós, os riscos de apresentar a dialética como método, nos faz mover como as areias nas proximidades da praia, que seguem a dinâmica da vida biológica, ora estando em uma posição, ora estando em outra.

Esta dinâmica praial das areias tende a demonstrar a instabilidade das coisas, assim como elas são na radicalidade do plano do real da vida material. Com isso, não haveria um porto seguro, mas sempre espaços em disputas, em que os mais adaptados sobreviverão e subjugarão os outros sob sua batuta. Assim aconteceu com a burguesia e, assim, ocorrerá com a ascensão do proletariado na possibilidade de um processo emancipatório ao deixar de serem apenas marionetes nas mãos dos detentores dos meios de produção.

Os que disputavam colocavam-se a postos, de um lado a alta burguesia que se via como a salvadora da França, e do outro os camponeses que apoiavam o projeto do novo imperador, e no meio de tudo isso o pequeno burguês que de acordo com Marx (2015, p. 104), estes últimos “[...] reconheceram com pavor que, ao derrotarem os operários, tinham se entregue sem resistência às mãos dos seus credores. A sua bancarrota, que desde fevereiro (1848) se arrastava cronicamente e parecia ignorada, manifestou-se claramente depois de junho”.

Neste conjunto de fatos históricos, a contradição se faz presente no processo que se estenderá até a instauração no novo regime que em meio aos acontecimentos irá transformar a França em um exemplo de revolução, na qual a burguesia tenderá a retomada do poder político, a partir da consciência de que seria a classe revolucionária a livrar a França das mazelas do antigo regime.

No campo prático material sobre os acontecimentos na França, o desenrolar de sua história trará uma classe vencedora sobre outra, que subjugou a perspectiva de uma possibilidade de lutas pelos seus interesses. Entretanto, no campo das contradições a:

[...] ideia é a ideia da dialética e um seu princípio que, aplicado no terreno social, toma forma de historicismo, isto é, de afirmação da historicidade de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social. É por isso que Gramsci, um dos principais marxistas do século XX, dizia que o marxismo é um historicismo radical, uma concepção para a qual todos os produtos da vida social são historicamente limitados (LÖWY, 2002, p. 15).

As limitações sugeridas por Gramsci têm no seu elemento mais interessante a associação dos fatos aos movimentos que a classe subjugada tomará como pressuposto de consciência sobre o processo vanguardista de tomada do poder político e reformulação de suas ações no interior dos acontecimentos sociais na Europa.

Para Gramsci, por exemplo, os acontecimentos nos principais países europeus que acabaram com o regime monárquico de uma forma brutal carregam consigo características distintas sobre suas revoluções. De acordo com ele:

Na Inglaterra, o desenvolvimento é muito diferente daquele da França. O novo agrupamento social nascido sobre a base do industrialismo moderno tem um surpreendente desenvolvimento económico-corporativo, mas engatinha no campo intelectual-político. É muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, dos intelectuais nascidos no mesmo terreno industrial do grupo económico; porém, na esfera mais elevada, encontramos conservada a posição de quase monopólio da velha classe agrária, que perde a supremacia económica, mas conserva por muito tempo uma supremacia político intelectual, sendo assimilada como “intelectuais tradicionais” e como estrato dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder. A velha aristocracia fundiária se une aos industriais através de um tipo de sutura que, em outros países, é precisamente aquele que une os intelectuais tradicionais às novas classes dominantes (GRAMSCI, 2001, p. 28).

É fato, que a historicidade dos acontecimentos revela o quanto os sujeitos históricos contribuem para o processo das mudanças sociais, entretanto, não basta apenas que líderes tentem fazer a revolução, pois a mesma apenas ocorre a partir das movimentações de muitos autores sociais que pensam na revolução para além de apenas mudanças superficiais, mas almejam mudanças estruturais sobre as diversas dimensões que compõem a sociedade.

Infere-se que todas as possibilidades de mudanças estão envoltas a ideologias que começa de maneira individual até que um coletivo de indivíduos passa a assumir como um projeto de sociedade que vai minando as grandes ideologias dos grupos dominantes. Neste sentido, a contribuição de Löwy (2002, p. 18) de que “são as circunstâncias materiais que produzem a consciência, as ideias ou as ideologias” é de grande valor, para pensar o percurso das lutas de classes que tem como hegemonia a estrutura mental burguesa de produção da vida em sociedade.

A partir dessa consciência, os sujeitos agora coletivos podem formar novas possibilidades de buscar soluções para os problemas sociais e elevar a condição de vida dos seus e dos que estão comungando dos mesmos ideais na composição dos projetos e programas que possam reverter à lógica existente que nega às relações sociais de igualdade, liberdade e fraternidade discutidos e intensificados a partir da revolução francesa de 1789.

Mesmo no processo da revolução de 1789 na França, haviam movimentos diferenciados de interesses entre os grupos que queriam dominar o poder. Este fato deixa claro que:

[...] não existe uma história pura da ideologia, da filosofia, da religião ou da ciência social, essas histórias têm que ser vistas como elementos de uma totalidade e é só em sua relação com a totalidade social, com o conjunto da vida econômica, social e política que se pode entender o significado das informações e das mudanças que vão se dando, por exemplo, no terreno das ideologias. (LÖWY, 2002, p. 16).

Ao estar ciente de que a história e as ideologias não são puras, mas que há nelas influências das experiências sociais que cada sujeito histórico possui ao defender as condições dessas experiências, está defendendo um projeto coletivo social, em que todas as suas forças, trabalham em uma perspectiva da sociologia funcionalista no qual os valores das coisas estão na funcionalidade que elas têm para indivíduos, com isso, situa Löwy (2002, p 17) “as ideologias são vistas como valores consensuais. Se insiste muito na ideia de consenso social. Mesmo no marxismo existem correntes que falam da ideologia como se fosse uma só: a ideologia dominante, a ideologia da sociedade”.

As lutas históricas dos trabalhadores são compostas por uma luta de classe que busca no interior dos acontecimentos sociais romperem com todas as mazelas

produzidas por esta ideologia que domina o pensamento das relações sociais e faz do trabalho uma condição de enriquecimento dos grupos que produzem a estrutura de pensamento e a dominam. Marx nos situa que:

O processo de produção global do capital inclui tanto o processo de circulação quanto o processo de produção propriamente dito. Eles constituem as duas grandes seções de seu movimento, que aparece como totalidade desses dois processos. De um lado, é o tempo de trabalho, de outro, tempo de circulação, como unidade de produção e circulação. Essa própria unidade é movimento, processo. O capital aparece como essa unidade processual de produção e circulação, uma unidade que pode ser considerada seja como o conjunto de seu processo de produção, seja como decurso determinado de uma rotação do capital, de um movimento retornando a si mesmo. (MARX, 2011, p. 518)

Arrastados a pensar a vida a partir do olhar e vivências de outros grupos sociais, a classe trabalhadora acaba introjetando uma ideologia que não é sua e todo o processo de produção e circulação de bens e serviços ficam à mercê dos detentores dos meios de produção que fazem deste processo os donos das condições de vida e de relações sociais.

As questões expostas nestas relações persistem em nos perseguir no sentido de nos apontar para caminhos que não sabemos ao certo onde irão chegar, mas que nesse caminho o mais difícil é assumir de forma consciente de que há uma luta de classes nos campos de batalhas tanto teórico como prático. O que intensifica as possibilidades de análise da relação entre ideia ou ideologia e prática política, que é a concepção do materialismo enquanto método de conhecimento da realidade social no qual os trabalhadores estão inseridos.

O que temos visto no processo das lutas de classes são movimentos de reforma do que há no jogo político e social das classes. Estes movimentos de reforma não produziram uma mudança real na vida dos trabalhadores o que pode; ou intensificar o movimento de lutas; ou atuar como aspectos de alienação dos trabalhadores menos aguerridos, que buscam sua emancipação do trabalho alienado. Para que o processo de alienação não ganhe força, compactuamos com Löwy, ao destacar que:

[...] a revolução é necessária, não somente porque não existe outra maneira de derrubar a classe dominante, mas também porque a classe subversiva, a classe revolucionária, só graças a uma revolução é que poderá libertar-se da velha merda, e tornar-se capaz de, desse modo, efetuar a fundação de uma nova sociedade. Na atividade revolucionária, a transformação de si mesmo coincide com a transformação das condições. (LÖWY, 2002, p. 24),

Diante de tudo isso, os movimentos de mudanças, por meio das lutas de classes, se faziam presentes tanto no endurecimento das ações dos operários na Inglaterra e na França como na possibilidade destes em conseguir vivenciar condições de emancipação das amarras que estavam presos à condição de “escravos” da estrutura produzidas pela classe burguesa. Neste contexto, Marx (2015, p. 86) destaca que a emancipação dos operários do mundo “[...] – mesmo como mera frase – tornou-se um perigo insuportável, restabelecimento do crédito que assenta no reconhecimento imperturbado e inconturbado das relações econômicas de classe vigentes. Era preciso, pois, acabar-se com os operários”. Isso porque “[...] É na confusão, meio ingênua, meio intencional da burguesia de Paris, na opinião, artificialmente mantida, da França da Europa, essas *workhouses* eram a primeira realização do socialismo que com elas era exposto no pelourinho”. (MARX, 2015, p. 88)

Vale destacar, que as relações entre capital-trabalho mesmo antes de Marx e Engels havia sido motivo de preocupação de grande parte dos economistas clássicos com Adam Smith e David Ricardo em que consideraram a Economia política como um campo de conhecimento científico diferenciado dos outros.

Em Smith, já em 1776 quando escreve o texto “A riqueza das nações”, passa a considerar as relações existentes entre capital e trabalho. Entretanto, por ter uma visão liberal, estas relações iriam se ajustar automaticamente, por meio, do que chamou de “mão invisível do mercado”. Neste sentido, tanto o capital quanto o trabalho havia sido tratado por ele e por Ricardo, como produtos (mercadorias) e assim sujeitos à lei de livre concorrência, sem nada que limitasse o valor do trabalho.

Por se tratar de os economistas clássicos liberais Smith e Ricardo que defendiam a ausência de interferência governamental sobre a economia, o chamado Estado Mínimo, deixando que o mercado de livre concorrência pudesse se adequar as novas condições da vida em sociedade, no que tange a relação capital trabalho. Na contramão deste pensamento, Robert Owen, e Saint Simon na perspectiva de melhorar as condições dos trabalhadores através do estabelecimento do trabalho cooperativo, passaram a defender o socialismo que ficou denominado de socialismo utópico.

Para Marx (2015, p. 48) a história da classe trabalhadora no desenvolvimento de seus embates sobre o processo da luta de classes, há de se compreender que “[...] isso se deu no interior de limites relativamente modestos, embora fossem, no entanto, suficientemente vastos para que o processo de desenvolvimento da classe operária já não encontrasse nas complicações nacionais um estorvo essencial”.

Esta indicação de Marx juntamente com as descrições de Thompson nos revela um movimento intenso feito pela classe trabalhadora para a construção de seu processo histórico nas lutas contra a classe burguesa. Ainda há na história da humanidade, caminhos percorridos pelos trabalhadores que no movimento de suas condições de vidas revelam os descasos à mudança das relações de trabalho.

Marx ainda contribui com este debate ao apresentar que:

O máximo que uma insurreição pode alcançar numa ação verdadeiramente tática é o levantamento e a defesa de uma só barricada de acordo com as regras de arte. Apoio mútuo, constituição e emprego de reservas, numa palavra, a cooperação e ligação dos diferentes destacamentos que são indispensáveis para a defesa de um bairro, para já não falar em toda uma grande cidade, tornam-se extremamente deficientes e na maior parte dos casos não se conseguem alcançar. (MARX, 2015, p. 53)

Percebe-se que há no jogo social as disputas dos espaços em favor das grandes possibilidades de projetos coletivos que atendam a um grupo maior de pessoas, neste caso, denominada de classe trabalhadora. O esforço teórico de Marx e Engels em situar os problemas existentes no processo histórico da humanidade, tomando como exemplo a revolução francesa para indicar que as lutas de classes são movimentos que vão e vem no seu tempo e espaço histórico e podem fazer dos vitoriosos em um determinado tempo, perdedores em outro momento.

Nos tempos em que estes campos em disputas permanecem presentes no processo histórico, muitas são as lutas de classes em que passam a destacar os embates teóricos e práticos da vida cotidiana. Para Marx (2015, p. 83) “[...] o levante do proletariado é a abolição do crédito burguês, pois é a abolição da produção burguesa e da sua ordem. O crédito público e o crédito privado são o termômetro econômico pelo qual se pode medir a intensidade de uma revolução”. Marx ainda enfatiza que, “no mesmo grau em que estes descem, sobem o ardor e a força criadora da revolução do proletariado na condição de protagonista de uma nova

criação da história das revoluções”. (MARX, 2015, p. 83)

A indicação destes autores tem enfatizados desde o momento em que passaram a produzir suas análises e, que até o momento, contribuem nas análises que hoje fazemos sobre as lutas de classes no Brasil e no mundo, é que a potencialidade do trabalho associado tende a se vincular nestes embates em especial, na prática das produções de bens e serviços nos empreendimentos livre associados.

As contribuições de nossas análises teóricas e práticas fazem destes movimentos um processo intenso de, buscar por meio de um percurso histórico, situar como a classe trabalhadora pode no momento de crise enfatizar um movimento de tencionamento a classe detentora dos meios de produção no tange a relação capital trabalho.

Cabe a consciência dos sujeitos sociais em reconhecer que pertencentes à classe trabalhadora e, a partir de uma posição de embates nos campos políticos, econômicos e culturais que, se colocam em disputas, fazer das relações teórico-conceituais, possibilidades de transformar a classe subjugada, em classe que poderá assumir de forma consciente o protagonismo de condução das relações humanas no processo de desenvolvimento da vida na sua totalidade social.

2.1 CLASSE OU CLASSES: A PROCURA DE OUTROS CAMINHOS CONCEITUAIS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Os últimos anos têm sido marcados por um debate teórico que pouco faz referência, ou melhor, interferência sobre, quem de fato, vive a condição de classe trabalhadora, pois o trabalhador assalariado pode ter condições bem distintas no momento em que vende sua força de trabalho ao capitalista burguês.

lasi no texto “Ensaio sobre consciência e emancipação” publicado em 2011, pela Expressão Popular, faz uma abordagem sobre a diversificação da classe trabalhadora e a pulverização de suas lutas que, para ele:

[...] o proletariado não é mais uma classe propriamente dita, mas se diversificou em segmentos tão heterogêneos que não se pode mais falar de “consciência” de classe, ou de interesse comuns desse bloco; o que se chamava de proletariado seria hoje, somente uma parte da classe com

interesses concretos que a distanciam do restante (IASI, 2011, p. 114).

Essa classe não pode ser entendida como a classe de operários que, como no momento das análises feitas por Marx Engels, a partir das revoluções industriais ocorridas na Inglaterra, mas é necessário pensar que, a partir desta contribuição teórica, outros elementos entraram em cena para novas análises sobre as mudanças existentes nas relações de trabalho.

Com novos ou antigos elementos existentes para compreender a classe trabalhadora, não se pode abrir mão de que:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram ter isoladamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce de velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal (MARX, 2015, 209-210).

Esta é uma citação épica feita por Marx ao iniciar “o 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, entretanto, ao fazer sua história o homem precisaria compreender conscientemente que história ele está produzindo. Se a história baseada no princípio da emancipação humana, ou se está apenas reproduzindo a história da classe detentora dos meios de produção, a classe burguesa.

A estrutura mental capitalista burguesa tem, em certa medida, confundido a compreensão de quem de fato pertence a esta classe. Muitos trabalhadores proprietários apenas através de sua força de trabalho, têm assumido a forma de pensar e de agir da classe burguesa, abrindo mão da luta de classe e aderindo a forma de vida da burguesa, na qual passa a acessar bens e serviços que somente a classe burguesa tinha acesso.

Este tem sido um dos grandes problemas para que a classe trabalhadora se reconheça como a classe que tem sido historicamente expropriada de sua força de trabalho e desencadeie a luta de classe de forma consciente e consistente. Esta tem utilizado de forma alienada reproduções da burguesia, de que pelo trabalho

assalariado podem também gozar dos melhores bens e serviços produzidos socialmente. Basta ser o melhor naquilo que faz e subjugar por inteiro sua capacidade de autoemancipação.

Lukács situa que, para lutar contra a burguesia, é necessário que o proletariado consiga neste movimento se compreender enquanto um sujeito histórico que carrega a experiência da luta de classes. Para ele “apenas a concepção dialética da necessidade das tendências históricas de desenvolvimento, cria o ambiente teórico, para a irrupção do proletariado como força autônoma na luta de classes”. (LUKÁCS, 2012, p. 39).

A concepção dialética destacada por Lukács pode, em nossa contemporaneidade, ocorrer sobre diversos aspectos, dentre eles, a condição de mesmo pertencendo à classe de trabalhadores assalariados, parte desta classe, não lutar contra o pensamento capitalista burguês, mas ao contrário, assumir como sendo o pensamento comum entre as classes vivendo em condições de pequeno burguês.

Esta classe, “grupo” de trabalhadores, se diferencia das classes de trabalhadores mais pauperizadas pela expropriação de sua força de trabalho, pois enquanto esta segunda consegue vender sua força de trabalho por preços irrisórios (salário mínimo), a primeira tem um valor elevado de sua força de trabalho podendo acessar os mesmos bens e serviços que a classe burguesa tem acessado. Importa destacar que mesmo assim, não deixa de pertencer à classe trabalhadora, pois dependerá de seus patrões para manter sua condição de vida na relação capital trabalho.

Lukács ainda destaca que, no seu tempo histórico, alguns aspectos sobre essa dialética seriam de grande relevância, pois a burguesia assumiu um papel importante no momento das revoluções modernas para que o desenvolvimento societário pudesse chegar aonde chegou. Para ele:

Somente quando esse desenvolvimento estiver em estágio muito avançado, quando a burguesia tiver varrido econômica e politicamente os resquícios do feudalismo e, em seu lugar, tiver erigido um país moderno, capitalista e democrático, somente então poderá ter início à luta de classes autônoma do proletariado (LUKÁCS, 2012, p. 39).

Esses tempos históricos já se foram com a revolução burguesa do século XVIII, entretanto, a luta de classes que esperávamos nascer por meio das experiências

dos trabalhadores assalariados, parece que tardará em se efetivar. Ou porque a classe trabalhadora ainda não compreendeu seu papel no que tange o processo revolucionário, ou porque está cada vez mais se alienando da discussão crítica sobre as dimensões que compõem a vida em sociedade: econômica, política, cultural.

A luta de classes como o motor da história, definido por Marx será utilizado pelos marxistas como espaços que tem ganhado outros contornos em que a condições de classe social e ou classe trabalhadora não mais explicaria os problemas de lutas de uma classe sobre a outra, mas a apropriação consciente de quem é o inimigo real da classe trabalhadora.

Neste jogo de lutas de classes, em especial da classe trabalhadora, com a classe detentora dos meios de produção, há de se enfatizar que dificilmente chegará ao fim, pois há em jogo diversos princípios da condição humana, dentre eles o princípio do vir-a-ser hegeliano, ou seja, o princípio do inacabamento do sujeito e de seu percurso enquanto classe.

Há no percurso histórico da humanidade, exemplos clássicos de lutas de classes que ocorreram em todos os cantos do planeta, mas a França e Rússia carregam consigo exemplos de lutas de classes que passou em algum momento a ser enfatizada em todos os espaços/lugares quer pela aproximação das lutas, caso da revolução francesa, quer pelo afastamento de alguns grupos das ideias defendidas na revolução russa. Lukács ainda aponta que:

[...] o proletário russo foi poupado, em grande medida, daquelas vacilações e retrocessos – não no desenrolar da luta de classes em que ele inevitavelmente se encontra, mas na clareza teórica e na segurança tático-organizacional do movimento operário – que podemos observar, sem exceções, em todos os países desenvolvidos. Ele pôde, ao menos em sua camada mais consciente, desenvolver-se teórica e organizacionalmente com a mesma linearidade e clareza com que sua situação objetiva de classe se desenvolvera a partir das forças econômicas do capitalismo russo (LUKÁCS, 2012, p. 37).

Pode-se observar nesta descrição de Lukács, que os russos tiveram na luta de classes um diferencial sobre os mais diversos aspectos de sua formação teórico e prático, entre eles a possibilidade de produzir uma consciência de que pertencia a uma classe que diferenciava da classe dos czares. Entretanto, a história da

revolução russa, nos demonstra as mais diversas contradições no seguimento e sua implantação e funcionamento, o que demonstra que nem todos os trabalhadores tinham de fato consciência de sua condição de trabalhador pauperizado pela lógica dos czares.

Como já destacamos, os movimentos na França e na Inglaterra ocorreram mais no sentido da tomada do poder político sem que se tenha uma real consciência de que se pertença a uma classe diferenciada. Isto de certa maneira foi um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores.

No Brasil, alguns autores tais como: Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, têm situado que a luta de classes passou por um longo processo histórico e que poucos ainda conseguiram compreender de maneira consciente, que o que está em jogo é a manutenção de um *status quo* no qual precise ser alimentado pela lógica de expropriação vigente.

Para Matos (2009), após o processo de libertação dos escravos no Brasil datado de 1888, irá ocorrer um movimento intenso de que a relação de trabalho fará dos novos trabalhadores assalariados uma massa enorme de homens que não conseguiram inserção efetiva ao trabalho formal.

Este problema fará de um grupo grande de trabalhadores a aceitação de qualquer trabalho que atenda no mínimo sua condição de sobrevivência. Para Matos:

Mesmo as greves, portanto, instrumento típico de reivindicação dos trabalhadores assalariados, foi em alguns momentos utilizados como forma de luta pelos trabalhadores escravizados das cidades, apresentando demandas específicas, porém demonstrando que os intercâmbios de experiências entre os que viviam e trabalhavam os mesmos espaços poderiam ter dimensões mais amplas do que o esperado pelos senhores e patrões (MATOS, 2009, p 29).

Se para Marx os homens constroem sua história, para muitos destes homens suas histórias de vida serão construídas pelo projeto político, econômico, social e cultural em questão. Sobre esta lógica, quem possuir consciência de classe, fará toda a diferença no momento da construção das histórias coletivas.

Estas histórias de luta delinearão aspectos de processos de consciência de classe, em especial da classe trabalhadora, o que não dará mais para a sociedade pós-

industrial entrar em consenso que há apenas uma classe trabalhadora, mas que de acordo com o acesso diferenciado de bens e serviços a existência de “classes de trabalhadores”.

Ao retratar que a classe passará a ser composta por “classes” ocorre à fragmentação da perspectiva conceitual elaborado por Marx em especial no texto d’“O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, que define a existência de apenas duas classes, a dos dominados e a dos dominantes.

Esta nova formatação da classe trabalhadora passa a criar um grupo de pessoas que não se identifica com a classe trabalhadora dos operários clássicos ingleses e nem com os burgueses clássicos ingleses e franceses, mas uma junção entre estas duas classes de trabalhadores que ora defendem seus ganhos sobre os direitos trabalhistas, ora a defesa dos detentores dos meios de produção.

Visionário ou não, Marx tem contribuído sobre maneira nesta discussão, ao destacar que a burguesia da revolução francesa alcançou um patamar das grandes revoluções da humanidade, pois desfez com o antigo regime, trazendo à tona novos elementos democráticos de participação da classe em que diferenciam. (MARX, ENGELS, 2011)

Diante desta possibilidade, os burgueses têm se assegurado das mais impressionantes estratégias para que outras classes não consigam entender que o jogo em disputa é a manutenção do status quo, sócio-político e econômico das relações em sociedade. Para Perissinotto, (2007, p. 83) “O aspecto mais interessante de *O 18 Brumário* é o fato de Marx, nessa obra, propor uma análise de classe da política sem, contudo, reduzir a dinâmica da luta política à dinâmica dos interesses econômicos imediatos de classe”. Mas a de se destacar assim como já o fizemos nos itens anteriores do texto sobre esta obra de Marx, é que na contramão dos determinismos ideológicos das classes dominantes há um interregno das contradições entre quem domina e quem é dominado.

A clareza dos fatos nos leva a compactuar com Löwy, no momento em que expõe sobre os desencontros das classes ocupantes dos campos em disputas à situação que:

[...]. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflitantes, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum (LÖWY, 2002, p. 17).

Isto porque as relações entre o que se pensa e o que se faz de fato possui um distanciamento enorme para a realização dos objetivos que a classe trabalhadora busca operar. Este distanciamento revela no momento importante das lutas de classe, a intensidade da consciência de que classe cada sujeito histórico se encontra no processo de intervenções práticas ou mesmo ideológicas.

Há diversas contribuições para que a ideologia da classe se fortaleça nos caminhos da historicidade humana, mas as diferenças e igualdades podem tornar os percursos da história das lutas de classes cada vez mais intrigante no sentido da potencialidade dos acontecimentos e nas ideias criadas e defendidas por grupos de intelectuais tanto conservadores como os intelectuais orgânicos na concepção Gramsciana. Nos cadernos do cárcere, Gramsci faz uma abordagem do quanto é importante diferenciar os intelectuais tradicionais (conservadores) dos intelectuais orgânicos (progressistas). Para ele:

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Esta separação não apenas social, mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz, após a queda do Império, entre guerreiros germânicos e intelectuais originários romanizados, continuadores da categoria dos libertos. Articula-se com estes fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem quisesse se opor, ou mesmo ignorar tal monopólio. Na Itália, verifica-se o fenômeno, mais ou menos intenso segundo a época, da função cosmopolita dos intelectuais peninsulares. Farei referência às diferenças que saltam imediatamente à vista no desenvolvimento dos intelectuais em toda uma série de países, pelo menos nos mais importantes, com a advertência de que estas observações deverão ser verificadas e aprofundadas (de resto, todas estas notas devem ser consideradas simplesmente como indicações e motivos para ajudar a memória, devendo ser verificadas e aprofundadas). (GRAMSCI, 2001, p. 26).

Nada na história se revela tão intensamente sobre o processo das novas e velhas ideias. O intelectual tradicional, no sentido indicado por Gramsci, se revela como um tipo de pessoa que busca a partir de uma visão generalista dos processos, apontar para resultados que nem sempre é a materialidade do real, no sentido real, mas

transforma o real em algo distanciado da realidade vivida dos sujeitos sociais, normalmente buscando atender a grupos dominantes.

Na contraposição deste tipo de intelectual, Gramsci descreve o intelectual orgânico. Esse tipo de intelectual consegue analisar os acontecimentos dos fatos reais nas relações com os sujeitos, buscando a partir de suas proximidades com a vida dos que labutam em prol de melhores situações de vida, em especial, enfatizando as relações entre capital trabalho.

Para Gramsci (2001, p. 16), a observação que diferencia os intelectuais tradicionais dos intelectuais orgânicos a situa “que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ” continua Gramsci:

[...]. Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio desta capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo. Mas a formação dos intelectuais no mundo feudal e no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração seguem caminhos e modos que é preciso estudar concretamente. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Nos empreendimentos livre associado, os sujeitos sociais e os intelectuais orgânicos podem tornar os aspectos ideológicos em situação de transformações das relações entre capital e trabalho, stricto sensu, em que essas relações de poder são explicitadas. Com isso, na contramão da lógica que enfatiza as relações de expropriação da força de trabalho, dos trabalhadores assalariados, os intelectuais orgânicos tendem a criticar este processo situando a importância de considerar o real valor da força de trabalho pela proximidade com a classe trabalhadora.

O texto 18 de Brumário de Louis Bonaparte traz elementos importantes para compreender os aspectos das lutas de classe no processo da Revolução Francesa que teve seu início no final de século XVIII, mas que acarretou transformações profundas em todas as estruturas de pensamento na França e no mundo contemporâneo.

Nesta obra, de acordo com as interpretações de Perissinotto (2007), Marx aponta três formas de explicitar suas análises sobre as classes no processo político. Para Perissinotto, a primeira forma de análise está sobre a condição de que há uma representação objetiva da classe, na segunda a representação simbólica da classe e

na terceira a representação subjetiva da classe.

Estas formas de análises situa a condição de Marx e Engels ao tentar direcionar de forma mais clara que pela representação objetiva de classe se coloca no processo real das lutas entre os interesses da classe trabalhadora e os da classe burguesa. Perissinotto (2007, p. 86) destaca que:

Essa visão de representação sugere que a classe social deve ser tratada não como um agente político consciente de seus interesses (i.e., como um “ator coletivo”), mas como uma “realidade objetiva” que se impõe à dinâmica política independentemente das vontades dos seus membros e de seus representantes. Visto que essa “representação objetiva de classe” não trata a classe social como um “ator político” presente, direta ou indiretamente, nos embates da política cotidiana, não é nosso propósito abordá-la neste texto. Essa forma de operacionalizar a representação de classe, como se sabe, foi amplamente aprofundada pela literatura “neomarxista”, em especial, por aquela dedicada à teoria do Estado capitalista (PERISSINOTTO, 2007, p. 86).

A perspectiva marxiana tem intrigado muito pesquisadores que se debruçam em discutir as condições atuais que têm descartado a ideia de que há um movimento intenso nas lutas de classes, em especial, da classe trabalhadora contra a burguesia que defende uma estrutura mental que atenda somente as suas necessidades de enriquecimento, em detrimento aos interesses mais amplos da sociedade contemporânea.

Quando se enfatiza as questões da representação objetiva de classe expõem-se a possibilidade desta classe na busca de forma clara e objetiva o atendimento a necessidades mais imediatas por parte da classe trabalhadora.

A situação se amplia, pois, na objetividade dos fatos há disputas que ultrapassam o entendimento de alguns sujeitos sociais que estão diretamente envolvidos no processo, dentre eles os trabalhadores associados que apesar de estar vinculado a outro processo nas relações de trabalho, ainda não conseguem, definir claramente suas defesas e suas construções de representatividades na sociedade atual.

No que tange a representação simbólica de classe, pode-se destacar o processo de defesa de visões de mundo, ou seja, de projetos de sociedade, mas para defender uma visão de mundo distinta das que são defendidas pela classe burguesa os trabalhadores precisariam criar uma visão de mundo em que todos os envolvidos

neste processo conseguissem se entender como autores desta nova condição nas relações produtivas.

Nesse caso, a classe trabalhadora, consciente de sua condição, assumiria a responsabilidade de conduzir a sociedade para outra condição de relações com o mundo do trabalho e com a divisão da sociedade em classe que se confronta em prol da manutenção do espaço ocupado durante o processo das revoluções. Esses movimentos enfatizaram as divisões das classes e a perspectiva das lutas para que sejam implementadas a visão de mundo de acordo com os interesses de cada classe.

Já na representação subjetiva de classe, que guarda consigo elementos mais abstratos para se pensar do ponto de vista analítico e metodológico, o espaço da pesquisa e mesmo de implementação de uma estrutura de pensamento que pode ser regido de acordo com o projeto de sociedade em questão. Estas expressividades podem ser destacadas nas intempéries existentes no momento de trabalhar na busca de uma estrutura de pensamento que atenda às necessidades, mais imediatas da sociedade e, em especial dos trabalhadores, que não possuem os meios de produção e que ficam à mercê dos desmandos da classe burguesa.

Neste sentido que, para Marx, a representação subjetiva de classe se torna um elemento essencial para compreender o cenário político e ideológico das massas e das classes que detém esta importante dimensão da vida humana que são as relações políticas. Porém, por se tratar de uma dimensão abstrata de análise, esta representação de classe não consegue ter uma base consolidada para tal, pois a mesma tende a levar em consideração que, as classes podem no decorrer de sua história e, movida por diferentes lideranças vanguardistas, ter intenções diferentes de defesa da classe trabalhadora.

Essa representação é para nós uma das que mais tem nos fornecido elementos de análises, pois ao trabalhar com a dimensão do processo de consciência de classe nos colocamos em uma situação de compreender a base da subjetividade que cada sujeito social, envolvido nos empreendimentos livre associados, consegue desenvolver consciência de que pertence a classe trabalhadora que tem sido no percurso histórico, expropriado de sua força de trabalho pela classe burguesa.

Para acentuar nossa compreensão de que o trabalho manual e intelectual é uma junção de possibilidades no encontro com as ações que os trabalhadores exercem sobre a sociedade no sentido de melhorar as condições de vida da população há uma distinção em que Gramsci faz sobre o intelectual orgânico e o intelectual tradicional ou conservador. Esta distinção pode nos ajudar a compreender melhor o que produzimos do ponto de vista teórico que advém de nossas práticas sociais e as defesas que fazemos sobre estas práticas, nos aproximam das perspectivas teóricas destacadas por Gramsci, sobre os intelectuais orgânicos.

Convictos de que os intelectuais orgânicos podem contribuir de maneira efetiva no novo ordenamento social das lutas de classes, é de fundamental importância identificar o quanto as relações de trabalho ou mesmo o fazer cotidiano do trabalho pode apontar para elementos essenciais no processo de formação consciente da classe trabalhadora, em especial à classe que tem se organizado para buscar romper com as mazelas produzidas pelo sistema econômico vigente, que tem negado a condição humana em prol da manutenção do poder nas mãos de pequenos grupos econômicos.

Esta possibilidade formativa pode ocorrer quando a classe trabalhadora perceber que os atos do trabalho coletivo nos espaços importantes de decisões podem ampliar suas condições formativas e adquirir alguns elementos de consciência de classe. Para isso, Gramsci situa a importância de compreender que:

[...] a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, gerava a crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que pôs em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada na tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi afastada, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada no prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização. (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Sobre estes elementos apontados por Gramsci há muitos fatores que compactuam com o processo de formação dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos livres associados, o que no interior destes empreendimentos tendem a se aproximar das características da escola unitária no sentido macro da formação ampliada dos

sujeitos envolvidos nestes espaços coletivos.

Segue aqui a cultura formativa de intervenção e tencionamento sobre a lógica que havia sido implantada no processo histórico da humanidade em que os grupos que detêm os meios de produção serão sempre os que terão força atividades sobre os que possuem apenas sua força de trabalho a ser disponibilizadas no livre mercado que se baseia sobre a oferta e a procura.

Esta cultura tende a mudar quando os trabalhadores livres associados passam a ter consciência do poder que podem exercer no momento de produção de bens e serviços a serem disponibilizados a população de uma forma geral.

Sobre a temática que aborda a cultura, retornemos ao que Gramsci irá tratar como material ideológico. Para ele, o estudo sobre o tema da cultura destaca-se a forma organizativa em que:

[...] a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. Seria mastodôntico tal estudo, se feito em escala nacional: por isto, poderia ser feita, para uma cidade ou série de cidades, uma série de estudos. Um editor-chefe de um cotidiano deveria ter este estudo como índice geral para seu trabalho; ou, melhor, deveria refazê-lo por conta própria: quantos belíssimos artigos poderiam escrever sobre a questão! (GRAMSCI, 2001, p. 78-79).

Na dinâmica destas relações, a cultura se instaura como um mecanismo de controle sobre as possibilidades culturais mais complexas no interior das sociedades contemporâneas, ditas como pós-modernas e pós-industriais.

A negativa dos laços culturais dominantes pode revelar o quanto a classe trabalhadora, na perspectiva de uma classe autônoma e emancipada, pelo menos do ponto de vista das culturas dominantes, acentua as lutas das classes que tem poder sobre todas as possibilidades de construção de uma cultura do controle e da regulação.

Dentre os mecanismos de controle sobre as classes destaca-se a imprensa, hoje mais poderosa do que possamos imaginar no sentido da intensificação e

transformações das culturas autônomas em culturas de controle e da homogeneização. Gramsci já enxergava que:

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia. Um tal estudo, feito com seriedade, teria uma certa importância: além de dar um modelo histórico vivo de urna tal estrutura, formaria o hábito de um cálculo mais cuidadoso e exato das forças ativas na sociedade. O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isto requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana. (GRAMSCI, 2001, p. 78-79).

O reconhecimento por parte de Gramsci da participação efetiva da imprensa no processo do avanço das culturas dominantes sobre a população, em especial sobre a classe trabalhadora é um elemento importante para pensar que a cultura tem sido um fator relevante de reduzir possibilidades do processo de consciência da classe trabalhadora sobre as mazelas produzidas pelos detentores dos meios de produção. Entretanto, o que pode ser utilizado para negar processos de consciência de classe, pode também ser utilizado como potencializados na contramão desse objetivo, isso porque, os meios digitais tendem a contribuir no momento de divulgar experiências formativas que negam a cultura dominante.

No que se referem à produção associada na perspectiva da Economia Popular Solidária, as mídias digitais têm servido como aliada, pois experiências que são utilizadas em outras partes do estado, país ou mesmo em outras partes do mundo têm sido divulgadas para compartilhar os limites e as possibilidades que os trabalhadores associados têm conseguido desenvolver sobre a cultura do trabalho mútuo, da partilha, da solidariedade no desenvolvimento dos trabalhos coletivos.

Ainda no que tange ao processo cultural vale destacar que, somos resultados de experiências que advém da história nacional e mundial para que tenhamos apenas um pensamento homogeneizado. Sobre este aspecto, Gramsci situa que:

História nacional e história da cultura (européia ou mundial). A atividade dos elementos dirigentes que operaram no exterior, bem como a atividade da emigração moderna, não podem ser incorporadas à história nacional, como o deve ser, ao contrário, por exemplo, a atividade de elementos similares em outras condições. Uma classe de um país pode servir num outro país, mantendo suas ligações nacionais e estatais originárias, isto é, como expressão da influência política do país de origem. Durante um certo tempo, os missionários ou o clero nos países do Oriente expressavam a influência francesa, ainda que este clero apenas parcialmente fosse constituído por cidadãos franceses, influência devida às ligações entre a França e o Vaticano. Um estado-maior organiza as forças armadas de um outro país, encarregando do trabalho técnicos militares de seu grupo, que não perdem, muito pelo contrário, sua nacionalidade. Os intelectuais de um país influenciam a cultura de um outro país e a dirigem, etc. (GRAMSCI, 2001 p. 92-93).

A incorporação das histórias culturais no enredo das histórias das culturas dominantes perfaz um caminho de lutas e embates teóricos e práticos no que se refere à classe trabalhadora e em especial à classe trabalhadora que atua no associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Neste sentido, pode-se inferir que dependendo como o país foi colonizado, as classes de trabalhadores podem seguir na direção direta ou indireta de sua própria classe econômica e da política econômica dos dirigentes.

A força expansiva, neste caso, se dará no momento em que a influência da cultura histórica de uma nação não pode ser medida pela intervenção individual de pessoas de maneira singular, mas sim, pelo fato de que esta singularidade pessoal se expresse consciente e organicamente uma classe de trabalhadores de uma maneira geral. O não reconhecimento desta classe pode transformar o fenômeno das lutas de classes em apenas uma vontade de atender as necessidades de pequenos grupos de pessoas que não respondem aos interesses da classe trabalhadora na sua totalidade.

Com isso, há a perda de uma luta política sendo transformada em lutas de interesses individuais e assumindo a lógica do pensamento capitalista vigente que faz dos mais importantes movimentos de lutas, apenas lutas pormenorizadas individualizando as ações coletivas.

Se nos países, a função das lutas de classes ocorre no sentido de transformar a lógica da expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora. Para Gramsci (2001) historicamente, a funcionalidade das causas internacionais do ponto de vista

das mudanças culturais, foi a causa da debilidade nacional e estatal: o desenvolvimento das capacidades não ocorreu em função das necessidades nacionais, mas das internacionais.

Essas necessidades irão fazer do processo de especialização técnica dos intelectuais, seguir caminhos anormais do ponto de vista nacional, já que serviu para criar o equilíbrio de atividades e de ramos de atividades, não apenas de uma comunidade nacional, mas, de uma comunidade mais ampla que queria integrar seus quadros nacionais ao desenvolvimento da internacionalização das relações existentes entre capital e trabalho.

Sobre a contribuição que os estudos de alguns materiais disponíveis para análise, precisam ser intensificados no rol dos acontecimentos e formação da classe trabalhadora, pois a pequena burguesia que, hoje muitos tratam como a classe média, tem tido acesso a um número enorme de leituras que podem no momento de vivenciar a experiência formativa subjugar a classe trabalhadora a partir das relações que a sociedade da informação e comunicação tem trazido no bojo das relações sociais. Neste sentido, destaca Gramsci:

Lê-se menos ou mais? E quem lê menos ou mais? Está se formando uma “classe média culta” mais numerosa do que no passado, que lê mais, ao passo que as classes populares lêem muito menos; isto é revelado pela relação entre livros, revistas e jornais. Os jornais diminuíram de número e imprimem menos exemplares; lêem-se mais revistas e livros (isto é, existem mais leitores de livros e revistas). Comparar a Itália e outros países no que diz respeito aos modos de realizar a estatística sobre livros e na classificação por grupos do que se publica. (GRAMSCI, 2001, p. 187)

As possibilidades que este movimento de escrita tem nos proporcionado a caminhar na perspectiva de uma análise mais próxima das condições conceituais de formação da classe trabalhadora é para nós um momento de amadurecimento intelectual e de experiência formativa, pois nos encontros que tivemos com nossa base teórica e com os sujeitos da pesquisa há de se destacar que quanto mais informações e formações tiverem mais possibilidades de negar a lógica do pensamento capitalista burguês terão no momento de fazer a opção pela lógica do associativismo.

Essa negação não se daria pelo veio de teóricos, que de certa forma nos proporciona outros olhares sobre o sistema, mas, por meio de um movimento emancipatório teríamos condição de assumir a produção associada como uma forma

real de negar os mecanismos de regulação que a lógica capitalista atual tem imposto as diversas classes, em especial a classe trabalhadora.

2.2 FORMAÇÃO OU (RE)FORMAÇÃO? CONCEPÇÕES SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO ATUAL

O retrato da classe trabalhadora do ponto de vista histórico é um retrato dos processos que a humanidade passou a construir nas lutas e embates por meio das diferentes ideologias. Entretanto, tudo que é sólido desmancha no ar, disse Marx, sendo assim, o que temos hoje de classe trabalhadora pode passar a ter outros significados a partir das inter-relações com os caminhos que a sociedade tem tomado. Nessa perspectiva, Löwy (2002, p. 16) destaca que, “é a história social e econômica que nos dá a chave para compreender essas transformações profundas que se deram na história, na ideologia ou na utopia, seja religiosa, seja política ou filosófica, seja mesmo da ciência social, econômica ou política”.

Quando o assunto é formação, entramos em uma dimensão que pode ter resultados completamente distintos dos que havia sido pensado, pois a teoria que ao certo deveria buscar na realidade prática da vida para compreender processos históricos de ações coletivas, tem invertido esses processos na relação material e ideal dos fatos. Essa história já havia sido relatada por Marx no texto produzido em 1844, o qual faz uma abordagem sobre a “Crítica da filosofia do direito de Hegel”. Neste texto, ele explicita o problema interpretativo de Hegel sobre a questão da sociedade civil.

Hegel no texto *A Filosofia do direito* faz uma abordagem indicando que a sociedade civil havia sido criada pelo Estado. Com base já no pensamento do materialismo histórico, Marx passa a contrapor essa ideia demonstrando os problemas interpretativos elaborados por Hegel. Marx fala sobre a inversão da ideia hegeliana na criação da sociedade civil. Esta inversão de ideia tem se revelado um pesado entrave na formação ou mesmo reformação do que tem sido denominado de classe trabalhadora na atualidade.

O problema que se apresenta no campo teórico epistemológico e empírico sobre a definição, de classe trabalhadora, tem nos provocado a assumir de forma consciente, o qual consideramos, o lado mais interessante deste processo histórico, por compreender que as lutas históricas de classes têm sofrido grandes influências a partir dos embates de construções teóricas e se aprofundado na empiria desses processos.

Nesse cenário político e ideológico, subjetivado pelas diversas possibilidades, poderíamos inverter a lógica da produção artística mundial, pois não é mais a arte que imita a vida, mas é a própria vida que tem imitado a arte no sentido de tomar os debates teóricos de interpretações equivocadas como sendo a “verdade”.

Como já é de nosso conhecimento, que as ideologias são construções humanas de defesas de interesses de classes, no qual de um lado haverá grupos que defenderão as ideologias burguesas e do outro a defesa de ideologias proletárias, ou vice e versa, na própria dinâmica da dialética proporcionada pelas relações sociais.

Marx e Engels com o materialismo histórico e dialético caminharam na contramão das ideologias hegemônicas produzidos pela privatização dos meios de produção. Esses autores passariam a negar veementemente toda a corrente do pensamento hegeliano, mesmo a corrente dos denominados neo-hegelianos que possuíam uma característica do idealismo revolucionário, por compreenderem que estas posições não estavam vinculadas à realidade humana, mas à criação de uma realidade inventada.

Neste sentido, Marx e Engels defendia como sendo mais importante, a compreensão de que o sujeito social se faz no processo das lutas de classes que tende a partir dessas experiências, a busca por mudanças nas estruturas de pensamentos produzidas pela classe que detém, de forma privatista, os meios de produção; tornar o proletariado mais consciente de que precisa se inserir criticamente aos campos que se apresentam em disputas, dentre eles: o cultural, o econômico, o social e o político.

A construção pode passar a ocorrer quando o sujeito social consegue romper com as interpretações equivocadas sobre as realidades da vida em sociedade. Estas

interpretações ocorriam sobre as várias formas de pensamento, não somente com Hegel, mas, também com os chamados neo-hegelianos, tendo como destaques, Bruno Bauer, Max Stirner e Moses Hess. Para estes novos hegelianos, a sociedade somente seria transformada ao fazer as críticas necessárias às ideologias equivocadas. (LÖWY, 2002).

Löwy (2002) insiste na condição de que as questões mais essenciais da filosofia antes de Marx estão na própria condição de mudanças, primeiro sobre as circunstâncias e depois transformar a consciência dos sujeitos, por meio de ideologias, para que estes sujeitos conscientes pudessem transformar a sociedade. Estas duas concepções eram situadas como as diferenças entre o materialismo vulgar e o idealismo moral, colocados em uma condição de objetivista e subjetivista da sociedade.

Para Luzács, ao enfrentar estas contradições, pode-se enfatizar o dilema em que a impotência quando os trabalhadores não conseguirem conscientemente tomar decisões que minem o sistema, as mudanças na sociedade tendem a se reproduzir. Continua Lukács (apud Löwy, 2002, p. 22), “[...] É o dilema da impotência de, por um lado, o fatalismo das leis puras e, por outro lado o moralismo das puras intenções”.

Considerando que os homens podem modificar as condições circunstanciais de acordo com o projeto que assumem, produzir fatalidades sobre uma condição subjetiva dos fatos é mais uma especulação teórico/ideológico, do que propriamente um conhecimento efetivo da realidade existente, pois, não são simplesmente as circunstâncias que irão moldar o processo da consciência, mas às vezes é próprio de negação das circunstâncias em que os sujeitos sociais, aqui denominados de trabalhadores, terão condições de se reconhecer enquanto classe que, está em pleno movimento de suas próprias definições de quem é, de fato, no processo de construção social. Marx deixa esta questão melhor explicitada na tese de número 3 que elabora sobre Feuerbarch, ao destacar que:

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ele tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou auto modificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária (MARX, 2007, p. 533).

Aqui diríamos, encontra-se, as mais profundas análises que Marx faz sobre os movimentos feitos pela classe trabalhadora, pois ao detalhar a materialidade do processo em que a circunstância atua no sentido de elaborar de forma consciente as contradições que terão força atividade no percurso histórico das lutas, somente ao se ater que quando a educação proporciona a vivenciar processos emancipatórios de vida, somente neste caso, que se podem ter possibilidades de querer a liberdade.

“Pra quem vive na guerra a paz nunca existiu” (Racionais MC’s, 2007), este trecho da música “Negro drama” do grupo de rap, revela bem o que Marx explicitou no século XIX, pois mais do que querer a liberdade, é preciso fugir da prisão de estruturas de pensamentos que nos aprisionam de forma a nos deixar quase inconscientes de nossas ações enquanto sujeitos históricos, que deveria produzir ações de transformação da realidade existente.

Compreender a classe trabalhadora no contexto atual requer de nós um movimento extremo para conseguir retirar as mais profundas correntes que defendem a lógica que subjuga pessoas sobre pessoas. A partir dessa lógica, a formação de grupos será de suma importância para que sejam modificadas as estruturas de pensamento conservadoras. Para Marx, os republicanos não eram “burgueses” por causa do seu vínculo econômico, mas sim em função de uma “nova visão de mundo” que via a “ordem burguesa” como a única ordem social possível de reverter tudo o que estavam vivenciando pela classe dos nobres, em especial na Inglaterra e na França. (MARX, 2015).

Com isso, a defesa de classe, neste momento, por parte dos burgueses republicanos, estava ligada em função da ideologia que passaram a professar que, de forma consciente, teriam melhores condições de assumir o poder político atrelado diretamente ao poder econômico.

Segundo Marx (2015), os representantes das classes imbuídos de ideologias e novas visões de mundo, irão buscar por várias vias a defesa real dessas visões no sentido de fortalecer o que considera ser mais importante para que seus objetivos sejam alcançados. Isso sugere, portanto, que tais visões de mundo possam ser absorvidas e sistematizadas a partir de posições sociais que não as da classe representada no processo produtivo vigente.

Tratados os processos de visões de mundo, a classe trabalhadora tenderá a perder posições de lutas, diante da defesa de uma ideologia produzida pela classe dos republicanos burgueses de que “o trabalho dignifica o homem”. Ideias apenas, mas que fazem desta defesa uma condição de vinculação do trabalho com a questão da expropriação da força de trabalho dos trabalhadores assalariados.

Paulo Freire em seus mais variados momentos de reflexões passa a se inserir, por meio de experiências com a classe trabalhadora, destacando que “analfabetos ou não, os oprimidos, enquanto classe, não superarão sua situação de explorados a não ser com a transformação radical, revolucionária, da sociedade de classes em que se encontram explorados.” (FREIRE, 1981, p. 39)

Esta situação é de fato, um dos maiores problemas a serem enfrentados pela reformulação da nova concepção de classe trabalhadora, pois se dos séculos XVI ao XIX a experiência do trabalho, em especial no Brasil, estava vinculada a experiência da escravidão que ainda no século XXI, guarda resquícios daquele formato de trabalho, as formas de resistência fortaleceu, de certa maneira, o processo de formação de uma classe que possuía visões de mundo distintas das classes da burguesia republicana destacadas por Marx. Para Matos:

[...] a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século 19, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe (MATOS, 2009, p. 30).

Enquanto historiador, sabemos das contribuições advindas dos imigrantes italianos e alemães, a partir do início do século XX, no que tange as ideologias que se vinculem as lutas da classe trabalhadora na atualidade, entretanto, esta luta no Brasil já vinha sendo travada desde os primeiros movimentos de exploração do trabalho pela classe que dominava os meios de produção.

Na construção histórica, observa-se que o pensamento das propostas políticas tende a atender às necessidades das classes que detém o poder econômico que se atrela ao poder político partidário. Estes atrelamentos fazem com que as demandas da classe trabalhadora nunca sejam atendidas na sua totalidade social, pois esta classe ainda não conseguiu desenvolver uma consciência de que é a classe que produz as

“riquezas das nações”.

Para manter a classe trabalhadora alienada ao trabalho, a classe dominante intensifica as relações de trabalho, no sentido de que esta classe não se reconheça como tal. De acordo com Freire (1981, p. 40), a classe dominante faz de tudo para “evitar que os alfabetizados ou mesmo já alfabetizados desenvolvam a consciência crítica de si em suas relações com a realidade”. Para Freire (40), na contramão desta dinâmica é preciso fazer de tudo para que os trabalhadores se assumam como “classe para si”. “A consciência crítica dos oprimidos significa, pois, consciência de si, enquanto ‘classe para si’”.

Na perspectiva da “classe para si”, que difere da “classe em si – tem como o simples fato de existir”, parte do processo de formação da classe trabalhadora, pois este é um importante elemento a considerar para que a classe trabalhadora se reconheça enquanto classe, buscando com isso a “ação consciente” na forma da construção de novas visões de mundo.

Ao pensar o processo educativo como uma totalidade onde o processo de educar é feito a partir das relações que vão se estabelecendo, diariamente possibilitadas pelo diálogo e pelo questionamento crítico, se percebe o quanto a educação é uma forma de intervenção no mundo, que pode contribuir na sua “reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. A Dialética é contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas (FREIRE, 1997, p. 110-111).

Entretanto, acentuam formas de dominação que tencionam e determinam o silêncio das classes dominadas ou mesmo sua condição de ampliação da voz. Com isso, a classe burguesa fortalece a ação alienada do trabalho e mesmo diante da possibilidade de uma organização revolucionária, estes recuperam sua condição de dominante e utilizam formas de cercear as demandas advindas da classe trabalhadora, produzindo uma organização contrarrevolucionária que objetiva manter sua estrutura de opressão.

Há no jogo das disputas sobre as conquistas de espaços e cumprimentos das demandas essenciais da vida, a necessidade de indicar aos movimentos revolucionários, a importância que eles têm na vida dos trabalhadores, pois este jogo

tende a ocorrer de forma que parte da classe trabalhadora ainda não possui consciência de classe para si. Este fato custa caro no momento da formação teórico e prática das ações produzidas pela classe trabalhadora.

As resistências existentes entre as disputas da classe dominante e a classe dominada precisam ficar clara, de maneira consciente a todos os sujeitos sociais que atuam nestas searas das disputas dos campos que compõem as dimensões da vida em sociedade, que tendem a ser mais intensas a partir do processo de consciência de si e para si que a classe trabalhadora irá produzindo no interior dos movimentos revolucionário, maior ou não o tencionamento as mudanças da lógica produtiva existente.

Formular ou reformular o conceito de classe trabalhadora requer um adensamento cada vez mais profundo das ações que teóricos ou mesmo militantes irão tomar. Sobre este aspecto cabe apresentar claramente as diferenças existentes entre a prática da classe dominante com a dos movimentos revolucionários, o que para nós ficaria mais nítido quando a expressão do conceito torna a classe trabalhadora o representante real de todo o movimento revolucionário.

Para Freire (1981), é necessário que as lideranças dos movimentos revolucionários acompanhem atentamente as questões da denúncia e do anúncio e tomem alguns cuidados para não,

[...] a) denunciar a realidade sem conhecê-la; b) anunciar a nova realidade sem ter um pré-projeto que, emergindo na denúncia, somente se viabiliza nas práxis; c) conhecer a realidade distante dos fatos concretos, fontes de seu conhecimento; d) denunciar e anunciar sozinha; e) não confiar nas massas populares, renunciando à sua comunhão com elas (FREIRE, 1981, p. 64).

Estes cuidados são importantes para que a formulação do conceito de classe trabalhadora, pois o movimento não pode correr o risco da contradição entre o que estão afirmando e o que a classe está visualizando enquanto mudanças no percurso do vir a ser. Esta situação de contradição pode tornar o movimento revolucionário em uma visão puramente fatalista da história, que tende a provocar nas massas populares uma perspectiva de futuro incerto ao considerar ser possuidora de uma verdade revolucionária que não se apresenta vinculada a realidade social vivida.

Na contramão destas verdades sem fundamentos, faz-se necessário ao movimento revolucionário a ênfase de que o maior poder produtivo da ordem de produção capitalista, o proletariado, faz da experiência e das crises a transformação de simples objeto em um sujeito de decisões que podem minar o poder da classe detentora dos meios de produção. (LUKÁCS, 1974).

Gramsci (1980, p. 39) irá destacar que “a luta política transforma-se, assim, numa série de choques [...] e neste caso a análise dos diversos graus de relações de forças [da] esfera da hegemonia” que pode se apresentar sobre os mais diversos formatos na sociedade contemporânea. Isto é o que Marx demonstra no O 18 Brumário de Louis Bonaparte, ao retratar a estratégia do movimento revolucionário frente ao aparelho de Estado, passa a avaliar que todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina em vez de destruí-la. Marx destaca ainda que o movimento revolucionário precisaria destruir o aparelho estatal, pois este não é mais visto como um aparelho neutro e sim como um espaço no qual a ideologia burguesa havia conseguido de se instaurar.

Com isso, trabalhar no sentido de reformular o conceito de classe trabalhadora requererá do movimento revolucionário, de intelectuais orgânicos e da sociedade, posturas para identificar as estruturas e os mecanismos exatos de dominação e exploração existentes nas sociedades humanas, para depois trabalhar sobre a dinâmica da construção de outras possibilidades de produção da vida humana em um contexto que terá pela sua própria dinâmica produtiva, outros desafios a serem vencidos.

2.3 AS EXPERIÊNCIAS DE CLASSE COMO PROCESSO FORMATIVO DA CLASSE TRABALHADORA

Para se compreender enquanto classe requer, de certa forma, vivenciar processos formativos que vão para além de apenas se compreender como pertencentes a uma classe e não a outra. Thompson (2011), em suas caminhadas pelos percursos históricos que faz sobre a formação da classe operária inglesa nos dá subsídio para compreender como os sujeitos da classe trabalhadora conseguirão, no momento de busca por sua condição de classe, se identificar conscientemente como sendo

pertencentes a uma classe específica.

Neste percurso é que buscamos elucidar como as experiências de classe podem proporcionar um entendimento mais claro sobre o percurso de formação da classe trabalhadora como processos de formação humana, tendo como princípio a mesma observação feita por Gramsci (1989) no qual irá situar o trabalho como princípio formativo.

Antônio Gramsci, tratou a emancipação humana independente dos avanços científicos da época, especialmente no que diz respeito à participação dos intelectuais sobre os debates que se faziam presentes no momento de suas produções. Seu posicionamento sobre emancipação está relacionado ao conceito de hegemonia na sociedade. O contexto no qual Gramsci discute a educação é aquele em que os próprios grupos dominantes defendem a democratização da escola pública, laica, única, tendo o trabalho como questão central, diferente do que era na época de Marx. Conforme dito por Marx (2012, p.2): o trabalho é “compreendido como direção moral e direção política de uma classe quando toma o poder (ou não) sobre as classes concorrentes e aliadas”.

Gramsci no seu posicionamento faz muitas perguntas sobre o que é o homem e a natureza humana em uma clara referência a Marx, mas, avança sobre as estratégias a serem usadas na transformação da sociedade. Por isso, sua proposta de hegemonia considera ser necessária uma mudança de pensamento intelectual e moral da população.

Gramsci reconhece todos os saberes e diz que todas as classes sociais têm seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo. Eles têm como tarefa a constituição de uma nova hegemonia que reconheça todas as forças presentes na vida em sociedade. Assim, a escola e a formação são lugares privilegiados para construir essa nova realidade.

Ser de uma classe, passa pelo processo de reconhecimento consciente de que pertence a este movimento que traz consigo aspectos ideológicos diferentes de outras classes. Com isso, constrói uma nova cultura, por meio de reformas teóricas

intelectuais e morais pela ação no momento em que está vivenciando os tempos e espaços da vida. Estes se realizam na prática política que é um “terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular, no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização” (GRAMSCI, 1989, p. 8-9).

Gramsci concebe a ideologia não como ilusão, falsa consciência ou aparência, mas como uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. (GRAMSCI, 1978, p.16). A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza concreta e historicamente, resultado do movimento da estrutura social experienciado no percurso da história humana.

A manifestação ideológica passa a produzir concepções de mundo por meio das aproximações que cada indivíduo, grupos ou mesmo classes sociais criam e recriam na dinâmica para que a vida ganhe sentido e condições materiais de se pensar outras possibilidades diante das existentes.

Os caminhos trilhados pela classe trabalhadora por meio das experiências vivenciadas tende a projetar novas estratégias de lutas de classes o que tencionará a existência da hegemonia ideológica burguesa de produção cultural, levando a ressignificação dos trabalhadores também como forma de resistência.

Com a ressignificação de elementos culturais, entende-se como possibilidade proporcionar o avanço de novas visões de mundo em que o processo crítico e de descobertas originais, a difusão e socialização de verdades já desvendadas tornar-se-á a base do agir das classes que são subjugadas pelas classes dominantes.

Derrotar as hegemonias das estruturas ideológicas da classe burguesa, enquanto reforma intelectual e moral, contribuirá para que os sujeitos sociais sejam capazes de pensar coerentemente e de modo unitário, o todo real, tornando a nova cultura e/ou a ressignificação cultural como patrimônio de todos. Para Gramsci (1978, p. 14) “este é um fato filosófico bem mais importante e original do que a descoberta por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. ”

O percurso que Gramsci faz para compreender as lutas de classes se coloca nas reflexões que enfatiza sobre a problemática da passagem das classes subalternas à posição hegemônica, não se faz apenas no território econômico, mas que está vinculado à necessidade de um novo projeto cultural que seja capaz de propiciar a elaboração de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, produzindo assim, a emancipação desta que viveu sob o domínio ideológico das classes dominantes.

Em Marx, a materialidade do processo histórico se deu a partir dos escritos propostos no texto da “A ideologia alemã”; neste texto ele faz um percurso de como as classes foram sendo subjugadas e as formas de resistências que estas mesmas classes passaram a desenvolver para romper com a cultura hegemônica. Com isso, Marx destaca que (2007, p. 237) “os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias [...], mas os homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas”. Estas condições passam a ser enfatizadas no momento em que cada sujeito social irá vivenciar na labuta diária do trabalho o processo de negação da homogeneidade de pensamento.

Sob o aspecto da representação, Perissinotto (2007, p. 85), com base em Marx a partir da leitura do texto “18 de Brumário de Luís Bonaparte”, apresenta três formas básicas da representação de classe: a) representação simbólica de classe, representação subjetiva de classe e representação objetiva de classe.

Para Perissinotto (2007, p. 85), “a “representação simbólica de classe” aparece quando Marx se dedica a pensar a “afinidade simbólica” existente entre a visão de mundo dos representantes políticos e literários da burguesia e da pequena burguesia e os interesses dessas classes. ” Sob esta representação a classe é entendida como “portadora de uma visão de mundo que, na sua essência, contribui para reproduzir a ordem social ou para vocalizar na arena política interesses de classe, ainda que não apresentados explicitamente como tais. ” (85)

Já a “representação subjetiva de classe”, tende a focalizar as classes que se fazem presentes na cena política, direta ou indiretamente, como os atores políticos buscam atender às necessidades das classes a qual representam de maneira consciente.

Na “representação objetiva de classe” tudo se faz para que as classes sejam de fato representadas com foco no atendimento às demandas de cada sujeito componente da classe.

Apesar de Perissinotto (2007) questionar a possibilidade de se trabalhar sobre as representações subjetivas de classe, diremos, pois que para Marx e posteriormente Thompson, isto é possível no momento em que as experiências de classe se intensificam e no movimento que cada sujeito social executa para romper com a lógica hegemônica da ideologia burguesa, há novas formas de visões de mundo.

Estas podem desvelar que as representações não são mais feitas por grupos, mas encontram-se como base de sustentação no processo que estes sujeitos irão produzir na dinâmica da consciência de classe.

Porém, a condição de consciência de classe mesmo que vivenciado no movimento de representação subjetiva de classe, somente pode ocorrer a partir da autolibertação, na sua própria ação enquanto sujeito revolucionário, na sua própria práxis enquanto autor de sua libertação, em que ocorre a emancipação objetiva e subjetiva do homem, ocorre ainda destruição da opressão enquanto estrutura, e a transformação da consciência, das ideias, das representações e das ideologias. É no processo de autoemancipação revolucionária que se ocorre a autoeducação da classe revolucionária, através de sua própria experiência prática. (LÖWY, 2002).

Estas referências são os elementos essenciais em que no itinerário das experiências da classe trabalhadora, o processo formativo irá trabalhando no sentido de formação de classe, nas diversas dimensões que compõem a vida humana social.

Por outro lado, na medida em que o homem toma consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o cercam, isto pode marcar, para ele, um processo de tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade e que de certa maneira precisa pensar não apenas sua individualidade, mas aspectos coletivos da vida que vive nesta sociedade a qual está inserida.

Diante desse reconhecimento, Marx (2009) destaca que este sujeito social passa a ter uma forma de consciência que determina sua distinção com relação a outros animais, pelo simples fato de seu instinto tornar-se consciente de si e consciente do

outro. Mas, o elemento chave determinante da constituição da consciência humana é o trabalho, pois ao contrário do que acontece com o trabalho animal, o produto do trabalho humano antes mesmo de sua materialidade, já consta, no planejamento da criação humana do trabalhador.

Na perspectiva das relações com o trabalho, os sujeitos sociais tendem a produzir relações não determinadas pela sua condição produtiva, ou seja, dependendo das relações e experiências no ato do trabalho, estes sujeitos não ficam presos às determinações do trabalho a ser executado, mas há neste movimento uma ampliação no processo do fazer do trabalho que ultrapassa sua própria condição de produção e pode constituir uma outra estrutura econômica da sociedade que as vezes negam as determinações do trabalho pelo processo do trabalho consciente.

Com isso, o modo de produção da vida material condiciona o processo social político, econômico, cultural e intelectual. Diante disso, pode-se inferir que não é a consciência dos homens que determina, o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Marx (2009) enfatiza que a determinação social da consciência do trabalhador, pode ressaltar sua força atuante sobre a realização do trabalho, no sentido de transformá-lo no que considera ser mais adequada que é a realização prática por meio das experiências vivenciadas nos percursos da formação individual e coletiva.

Quando se elaboram elementos para pensar a consciência do ser coletivo e social é neste momento que se compreende que a consciência de classe passa a ser determinada por forças estruturais com base nas dimensões que compõem a vida humana e por elementos conjunturais por meio dos projetos em andamento e mesmo por contextos históricos atuais. Nesse sentido, podem-se enfatizar processos de organização das classes ditas como subalternas que elevam a consciência de que são sujeitos coletivos, o que para Sader (1988, p.55) é nas “coletividades onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55).

Com Gramsci (1980), o proletariado pode, na possibilidade de a revolução, tornar-se a classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de

aliança de classes entre os trabalhadores assalariados e os camponeses, que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora. Entretanto, para se constituir como classe hegemônica os trabalhadores precisam, segundo Gramsci, abandonar os modos de pensar corporativistas e os interesses imediatistas e particularistas ainda existentes no processo de produção humana, pois somente a partir dessa superação é que se desenvolve o processo de formação de uma consciência, no contexto da consciência de classe, que se manifesta na prática política e na realização do trabalho na perspectiva da ajuda mútua e do trabalho associado.

Ainda em Gramsci (1980), pode-se compreender que o processo de formação de consciência de classe se desenvolve, no momento em que os sujeitos sociais passam a entender que é a partir da mediação do desenvolvimento histórico que as lutas de classes proporcionam ao se intensificar. Esse momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, de acordo, com as formas de manifestação dos sujeitos históricos no percurso formativo que se apresentam.

A busca pelo processo real da consciência de classe passa a ser o momento em que o trabalhador deixa de ser “classe em si” e se torna “classe para si” e consegue elaborar um projeto político pensando em todas as dimensões e sujeitos que compõem a sociedade, cujo objetivo é conquistar a hegemonia política econômica e social, elevando ao máximo de universalidade do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, principalmente às classes subalternas.

A organização política tende a ocupar um lugar decisivo na conquista da hegemonia das classes subalternas. Para Gramsci, os intelectuais e o partido têm papel importante na construção de uma nova cultura, em que a “massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se; [...] e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes [...]”. (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Esta é a função do intelectual orgânico que se expressa na própria condição dos sujeitos envolvidos diretamente nas ações dos pares no qual passam a materializar as condições das experiências teóricas e práticas, proporcionando caminhos mais

consolidados das experiências da classe trabalhadora.

Ao tomar uma determinada teoria, somos acometidos a assumir esta como sendo a essencialidade dos elementos de nossas lutas, entretanto, para Lukács (2010) não basta apenas ter um estudo apaixonado sobre a substância humana do homem. Não basta ainda, para que sejam chamadas de humanistas, que estudem apaixonadamente o homem, a verdadeira essência da sua substância humana; é preciso também, ao mesmo tempo, que defendam a integridade do homem contra todas as tendências que a atacam, a envelhecem e a adulteram.

2.4 TUDO QUE É LÍQUIDO ESCORREGA ENTRE OS DEDOS: AS INCONSISTÊNCIAS DAS LUTAS DE CLASSES

A revolução francesa tem a característica de servir de exemplo a muitas nações, tanto pelo seu caráter de revolução burguesa, quanto proletária, monárquica e republicana. Nas lutas de classes na França, Marx destaca que,

[...] ao inscrever o nome dele no frontispício da república, ela declarava guerra para o exterior e no interior fazia valer os seus interesses de classe. Para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa. Com bandeiras, ao som de música, dirigiam-se às assembleias de voto gritando: *plus d'impôts, à bas les riches, à bas la republique, vive l'empereur*. Fora com os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador. Por detrás do imperador escondia-se a guerra dos camponeses. A república que eles derrubavam com os votos era a república dos ricos. (MARX, 2015, 112).

Este relato de Marx, referente a um importante momento da história das lutas de classes, revela-se como um movimento de perdas e ganhos nas lutas e nos interesses que cada classe defendia no momento em que buscavam valer seus projetos de sociedade.

A defesa feita a Napoleão pelos camponeses seria a defesa não apenas de seus interesses individuais, mas momentaneamente os interesses de uma classe contra a classe da burguesia que detinha os meios de produção e sob sua tutela o recolhimento dos impostos pagos por toda a sociedade francesa.

A revolução que se iniciou na França ganhou em muitos aspectos características sobre o lema revolucionário “liberdade, igualdade e fraternidade”, entretanto, fez valer pelo processo revolucionário apenas o aspecto da liberdade do livre comércio e

dos desmandos que a classe burguesa irá liderar. Para Marx, a classe burguesa protagonizou uma das maiores revoluções, quando derrubou o Antigo Regime e impôs sua liderança que tem reflexo até os dias de hoje, sobre a lógica de produção na relação capital-trabalho.

Quando Marx nos chama a atenção no texto do Manifesto Comunista ao dizer “tudo que é sólido se desmancha no ar”, parafraseamos esta afirmação de Marx ao situarmos que tudo que é líquido escorrega entre os dedos. Esta liquidez ocorre quando as classes ainda não têm conseguido se colocar enquanto classe que defende efetivamente seus interesses coletivos, mas acabam assumindo a defesa de interesses individuais e/ou interesses de outras classes que não a sua.

Pode-se observar no percurso da história, que as ações tomadas pela burguesia trarão resquícios de um domínio político econômico muito intenso, o que para Gramsci, estes resquícios desencadearão no atrelamento da classe burguesa com o Estado. O Estado burguês concebe pseudoespaços ao proletariado, o permitindo criar sindicatos e partidos ao revelar que:

[...] A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e “privadas” (políticas-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificam na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para tutelar o domínio político e econômico [...] (GRAMSCI, 1980, p. 32 e p. 65).

Característica de uma forma de fazer política à burguesia percebia que seu poder seria ampliado a partir do domínio que tivesse sobre a dimensão política. O pós-revolução francesa enfatizará um elemento importante no cenário político – a Constituição. Este documento passa a ter mais poder do que qualquer pessoa ou outro documento produzido na França. Com isso, a classe burguesa vislumbrará suas ações em prol de alcançar maior representatividade no Congresso para que suas demandas pudessem ser atendidas.

A história das lutas de classes ainda vive um processo intenso de construção, principalmente no que tange as possibilidades que esta história pode trazer para fazer emergir grupos de trabalhadores que tomam consciência de que são eles que produzem as riquezas das nações e passam a negar a lógica produtiva do Estado

capitalista burguesa que assumiu a condição privatista dos meios de produção.

Essa história em seu percurso tem ganhado muitos adeptos – conscientes ou não de suas ações que podem minar a lógica produtiva existente –, pois estes têm sofrido na pele o quanto as lutas de classes alimentam aquilo que há de mais importante no seu processo, a emancipação de sujeitos que conseguiram no momento de produzir bens e serviços fazer desta produção algo que atenda não somente suas necessidades como indivíduos, mas as necessidades de seus pares sem sofrer com os desmandos da classe burguesa a partir da relação capital-trabalho.

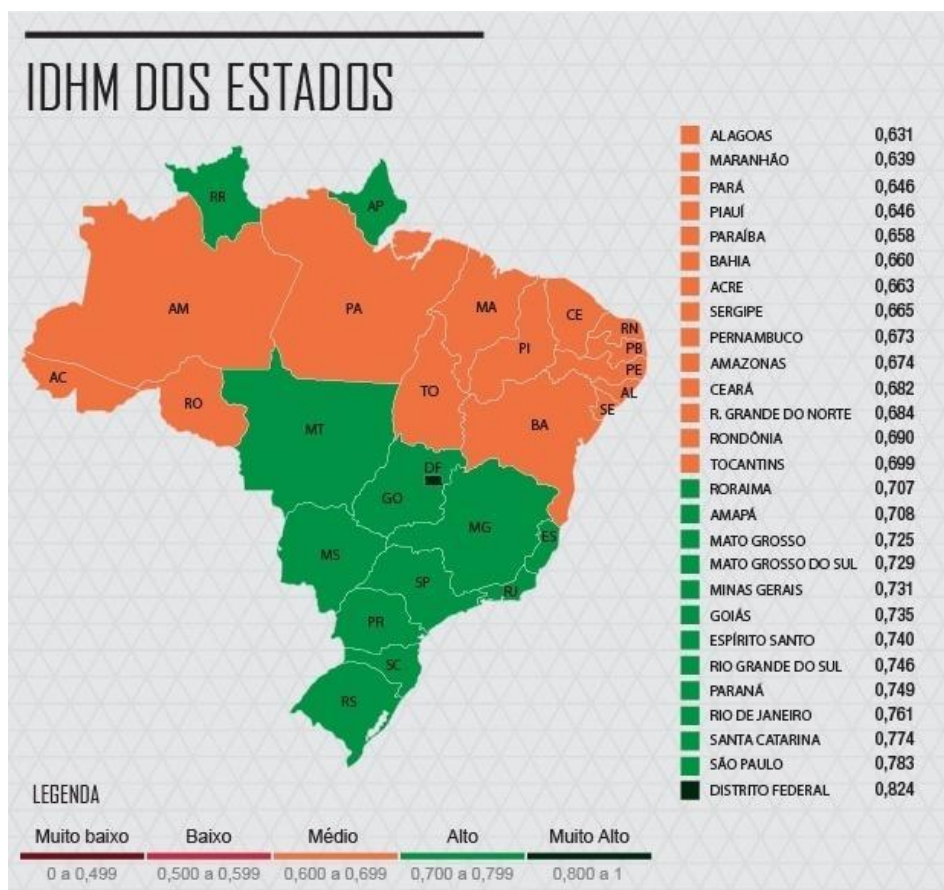
Nada pode nos levar a crer que a classe burguesa quer ver a liberdades destes sujeitos históricos sociais, pois apesar de dizerem que hoje a expropriação da força de trabalho dos trabalhadores tem sido menos evidente, olhemos para as cidades brasileiras que, possuem na sua estrutura organizativa sindical um enfraquecimento de tencionar de fato os detentores dos meios de produção.

Nestas cidades, os direitos trabalhistas são desrespeitados e tudo isso, em prol de grupos de pessoas que querem, a qualquer custo, o barateamento da força de trabalho dos trabalhadores do campo de da cidade, tendo como objetivo um enriquecimento cada vez maior de um grupo cada vez menor de pessoas.

A relação que enfatiza o barateamento das forças de trabalho dos trabalhadores no Brasil, está sob a lógica das informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que aponta para a necessidade mais básica da vida humana, o alimento.

A imagem abaixo do mapa do (IDH) no Brasil, revela a necessidade de venda da força de trabalho a qualquer custo para que os trabalhadores consigam minimamente sobreviver.

Imagem 1: Índice de Desenvolvimento Humanos nos estados brasileiros de 2013



Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/29/distrito-federal-tem-idhm-mais-alto-do-pais.htm>

Apesar das contradições, na Lei de Maslow, há elementos que nos leve a pensar nas realizações dos sujeitos sociais, principalmente sobre suas condições essenciais do atendimento às necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e a autorealização, apresentadas na ideia da pirâmide elaborada por este autor.



Fonte: Robbins, 2002. Pirâmide da Teoria das Necessidades de Maslow.

Se os sujeitos sociais não têm dado conta de atender às necessidades fisiológicas

da vida humana, como irá ter um mínimo de condições para trabalhar sob a lógica de formação nas relações de trabalho.

Os trabalhadores residentes nestas cidades não têm muita opção de trabalho e para manter a família e acabam por aceitar a condição de subempregado nas empresas que detém, em alguns casos, o monopólio da prestação de serviço e/ou produção de bens existentes em suas cidades.

Como isso, as lutas de classes passam a ter um viés mais flexível, pois até mesmo o sindicato que deveria tencionar estas empresas para que estas garantissem melhores condições de salário e direitos trabalhistas, acabam aceitando as imposições dos proprietários destas empresas em função da manutenção dos trabalhadores pauperizados.

Estas condições, em certa medida, fazem com que as lutas de classes percam força e que os donos dos meios de produção consigam estipular o valor da força de trabalho de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

Outro mecanismo utilizado pela classe burguesa tem sido o de criar cada vez mais um “exército industrial de reserva”, assim como Marx destacou em suas análises feitas no Capital livro I. Atualizando um pouco estas análises, podemos inferir que o poder estatal burguês tem utilizado de diversas artimanhas para produzir “exércitos industriais e de serviços de reservas”.

Alguns programas de formação para o trabalhador, instituídos pelo governo brasileiro, têm descaracterizado as lutas da classe trabalhadora e aumentado o número de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho. Dentre estes programas, destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, no ano de 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

De acordo com dados do Ministério da Educação de 2011 a 2015, o programa já realizou mais de 9,4 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação

profissional, em mais de 4.300 municípios.²⁵

Um dos grandes impasses sobre este programa estar no que se refere ao processo educativo, pois para que a formação para o trabalho seja mais rápida foram retiradas da estrutura curricular dos cursos ofertados pelo programa as disciplinas que fazem reflexões sobre a realidade da vida em sociedade tais como: filosofia, história, sociologia etc., valorizando somente disciplinas ditas como técnicas.

Dentre os objetivos do programa está em estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Este objetivo, de certa maneira, acarreta elementos de perdas das lutas de classes, pois fragilizará a luta coletiva em prol das lutas individuais para responder as demandas da vida.

Esses aspectos fazem com que o detentor dos meios de produção estipule valores sobre a força de trabalho da classe trabalhadora, impondo a esta classe condições cada vez mais (neo)liberais de relações entre patrões e empregados no que tange o capital trabalho.

Nesse contexto, o trabalho passa a ter um determinado valor que é pago pelo capitalista por meio de um salário. Entretanto, para Marx o salário não é a melhor forma de se pagar a força de trabalho desprendida pelo operário (trabalhador). Ele destaca que (2006, p. 34) “[...] o salário é a soma em dinheiro que, o capitalista, paga por um determinado tempo de trabalho ou de prestação de um determinado trabalho. ” Neste sentido, conclui Marx a força de trabalho passa a ser uma mercadoria.

Engels (2006, p. 19) ao fazer uma atualização na introdução dos textos de Marx “Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro” destaca que no texto “original, o operário vende ao capitalista o seu trabalho em troca do salário; segundo o texto atual, ele vende a sua força de trabalho”. Engels busca na sua explicação para essa mudança, informar aos operários que são os principais envolvidos neste jogo de valores, “[...] para que vejam que não estão perante uma simples questão de

²⁵Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) disponível no endereço <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 27/09/2016.

palavras, mas, ao contrário, perante um dos mais importantes pontos de toda a Economia Política. (p. 19)”.

Com isso, ao tratar o trabalho, ou melhor, a força de trabalho como mercadoria, o capitalista passa a dominar os diversos processos na relação de trabalho e um deles é o aumento ou diminuição do valor da força de trabalho.

Algumas questões destacadas por Engels (2006, p. 21), nos ajudam a pensar a relação de trabalho e qual o valor que a força de trabalho tem. Ele começa questionando “como se determina o valor do trabalho? Pelo trabalho necessário que neste se encontra. Mas quanto de trabalho se encontra no trabalho de um operário, durante um dia, uma semana, um mês, um ano? ”

Para os economistas clássicos, diz Engels, há outras formulações para se pensar o trabalho, ele destaca que “[...] o valor de uma mercadoria é igual aos seus custos de produção. Mas quais são os custos de produção do trabalho? ” (21). Engels então, nos situa que, para responder a essa pergunta, os economistas clássicos tiveram que inverter a lógica e ao invés de trabalhar com a ideia dos “custos de produção do próprio trabalho – que, infelizmente, não podem ser descobertos – eles investigam então os custos de produção do operário. ” (21-22)

Para Engels (2006), o cálculo do valor do trabalho não é simples, pois se deve levar em consideração todas as relações em que o capitalista elabora para, a partir do trabalho do operário, retirar um valor do seu trabalho a mais do que seria necessariamente para pagar os custos com a produção de uma determinada mercadoria. Para ele “desse modo teríamos finalmente descoberto o que é o “valor do trabalho” (p. 23). Porém, estas relações entre trabalho, força de trabalho, valor da força de trabalho, relações de trabalho apesar de serem intensas no período analisado por Marx e Engels, na contemporaneidade nos parecem mais evidentes a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção.

Ao tomar como epicentro de discussão estas relações a partir da reestruturação produtiva e a intensificação da relação de trabalho, principalmente a partir da flexibilização das relações de trabalho, no Brasil e no mundo, podemos perceber o

quanto o trabalhador tem sofrido com os desmandos, da classe que detêm os meios de produção, no que tange o valor da sua força de trabalho possibilitando a classe burguesa o acúmulo de capital, pela obtenção da mais-valia. Ao nos atermos na análise da primeira grande parte nas exposições que Marx faz no texto “trabalho assalariado e capital” – “a relação do trabalho assalariado com o capital, a escravidão do operário, o domínio do capitalista”, podemos perceber que a lógica do capitalista está em explorar o trabalhador assalariado para poder cada vez mais acumular capital. O que fazer diante de uma lógica tão perversa como essa?

Para Marx seria a tomada de consciência da classe trabalhadora, na qual, buscaria a partir dessa consciência fazer a revolução do proletariado e com isso a redução do número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens da evolução social e da real intencionalidade do trabalho que é atender às necessidades dos seres humanos por meio da transformação da natureza. Diante dessa situação que é contraditória, diz Marx:

[...] aumentam a miséria, a opressão, a escravatura, a degradação, a exploração, assim como igualmente se desenvolve a resistência da classe operária, cada vez mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um obstáculo ao modo de produção que se desenvolveu e prosperou com ele e sob os seus auspícios. A socialização do trabalho e a centralização das suas actividades materiais chegam a um ponto em que não cabem mais no seu invólucro capitalista. Este último acaba por rebentar. A hora da propriedade capitalista soou. Os expropriadores serão por seu turno expropriados (MARX, 2003, p. 205).

Na atualidade podemos inferir que, a dificuldade não está em assumir de forma consciente, enquanto trabalhador, que sofre do seu patrão, uma sobrecarga e exploração na relação de trabalho e do tempo desprendido para a execução de um determinado trabalho.

O problema está em não conseguir se desvencilhar dessa relação, pois para a classe trabalhadora ao tomar algumas ações contrárias diante desse reconhecimento pode colocar muito a perder. Isto porque além do trabalho ser um ganha-pão, é também o espaço que possibilita o reconhecimento social, que confere ao sujeito seu estatuto profissional, sendo mediador essencial da construção da sua identidade e também um meio para a busca da sua emancipação econômica e contribui para ampliar seus aspetos formativos.

O que ocorre, portanto, é um progresso do capital e por consequência do capitalista burguês, bem como um processo de desestruturação da convivência coletiva e da própria concepção mais interessante do trabalho, que de acordo com Gramsci é uma das dimensões da formação humana. Porém, segundo Marx ao tomar:

[...] consciência da exploração de que é vítima e aproveitando as possibilidades de organização colocadas ao seu alcance, o proletariado industrial tende a se revoltar e pode liderar os demais trabalhadores e, a massa do povo em geral, numa vasta luta política orientada no sentido de se assenhorear do aparelho do Estado e mudar revolucionariamente o modo de produção [...] (MARX, apud KONDER, 2009, p. 47)

Nesse sentido, ao tomar consciência de que está sendo explorada, e buscar maneiras de negar esta exploração, como a classe trabalhadora conseguiria produzir a vida? Como poderiam deixar de ser explorado e manter sua subsistência? Estas questões estavam presentes nas reflexões da classe operária no período de análise que Marx e Engels faziam, e ainda hoje, estão presentes em toda a classe trabalhadora de origem popular, porque o que mais os sujeitos no Brasil e no mundo buscam é um capitalista que queira explorá-lo. Como poderiam fugir dessa lógica de exploração?

A solidificação das lutas da classe trabalhadora passa a ser de certa maneira fragilizada com a perda de direitos trabalhistas e do entendimento que o jogo de disputa entre as classes está para além de apenas fazer valer o poder econômico, mas, eleva a condição de disputas culturais, ideológicas que interfere diretamente na forma de agir e pensar da classe trabalhadora que ainda não tem consciência que deve lutar contra as mazelas produzidas pela ideologia capitalista burguesa.

Nesses últimos anos, em que os partidos “ditos” de esquerda tomaram parte dos governos na América Latina, as classes dominantes agitaram-se contra qualquer governo democrático de perspectiva mais popular e assumiram um movimento contrário e estes partidos, pois a presença política das classes populares havia sido implementada de forma a ampliar o acesso a mais pessoas aos bens e serviços produzidos socialmente.

Com a retomada do poder político pela direita conservadora neoliberal, estes países estão tendo grandes retrocessos nas políticas sociais que atendem às dimensões educacionais e culturais, principalmente as que possuem como base teórica e

prática, suas origens dos movimentos de educação popular, de fundamentos solidários que buscam a ascensão democrática das massas por meio das relações de trabalho educação.

Com os movimentos de lutas de classes sendo cerceadas pela classe dominante, a possibilidade de uma revolução perde força atividade na perspectiva de que as inconsistências dessas lutas serão incorporadas no momento em que a classe trabalhadora não se reconhecer de fato como a classe que produz a riqueza das nações.

Torna-se ainda mais inconsistente por meio das derrotas que a classe trabalhadora passa a ter a partir do fortalecimento da classe burguesa que, no momento de crise econômica, arquiteta projetos de retração dos direitos trabalhistas utilizando-se das paráfrases de que o mercado precisa de flexibilização da relação de trabalho para que o emprego seja mantido.

Os burgueses com suas forças políticas utilizadas pela bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que apoiam a direita conservadora, passarão a utilizar diversos argumentos em função da flexibilização nas relações de trabalho intensificando os objetivos da postura neoliberal.

Estes argumentos são fortalecidos e recobertos por uma lógica de defesa da manutenção das forças produtivas em prol dos detentores dos meios de produção que buscam por meio da flexibilização das relações de trabalho sob a ideia da manutenção destes postos de trabalho, minar as lutas da classe trabalhadora sob os mais diversos argumentos para tornar cada vez mais inconsistentes estas lutas.

Escorregou e ainda escorrega entre os dedos a condição de organização da classe trabalhadora em associações que tem como principal movimento a luta contra os desmandos os a classe burguesa; tem imposto a todos que buscam formas mais diversificadas de combater a lógica de produção e expropriação da força de trabalho dos trabalhadores assalariados.

Com isso, corroboramos com ideia de Marx (2011) ao situar que não é a história que faz a revolução, pois ela:

[...] não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isto, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (MARX, 2011, p. 87).

Provocativo ou não, Marx nos mostra que o movimento a ser feito dependerá de como o homem histórico, na sua condição coletiva de pensar a luta de classe, agirá como ser ativo nos cenários da história, das suas experiências de classe tencionando a estrutura ideológica que a classe dominadora tem imposto ou se passivamente aceitará todas estas mazelas no processo das inconsistências de suas lutas.

Não podemos nos eximir de enfatizar que a dinâmica existente entre o poder econômico e o político está estritamente ligado, o que para Harnecker (2012), o que define as coisas e a política, portanto, não é a superioridade numérica de uma determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe. Constituem uma força social-proletária todos aqueles trabalhadores industriais com consciência de classe que lutam por seus interesses de classe; mas também fazem parte dessa força social-proletária todos aqueles outros setores sociais que assumem, na luta, posições proletária de classe (...). Essas forças sociais-proletárias enfrentam, no cenário político, outras forças sociais: burgueses, latifundiários –feudais ou pequeno-burguesas. Cada uma delas, por sua vez, está constituída pelos seus setores mais ativos e por aqueles setores sociais que assumem a defesa desses interesses de classe.

A questão de fundo aqui não pode ser discutida sem encarar o fato de que o processo de consciência de classe se insere em um momento maior, que é a transição de um modo de produção para outro. Na medida em que se operem transformações revolucionárias, em que se passe a estabelecer novas relações, podemos estar iniciando a construção de um novo patamar da consciência humana. Para Lukács (1974), a consciência não está para além da evolução histórica real e não é o filósofo que lança a consciência no mundo. Lukács ainda destaca que o filósofo não tem o direito, portanto, de lançar um olhar arrogante sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezarem.

Portanto, a transformação das consciências não está além da luta política e da

materialidade, onde está se insere. É ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação.

Sobre esta dinâmica Lukács faz o seguinte apontamento destacando as questões das crises societárias. Para ele:

[...]. Quanto mais profunda é a crise, maiores são as perspectivas da revolução. No entanto, quanto mais ela é, quanto mais camadas da sociedade ela atinge, maior é o número de movimentos distintos e elementares que se entrecruzam, mais confusas e cambiantes tornam-se as relações de força entre as duas classes, a burguesia e o proletariado, de cuja luta depende, em última instância, o resultado final. Se o proletariado quer ser vitorioso nessa luta, tem de apoiar e sustentar toda corrente que contribui para o desmonte da sociedade burguesa, procurando integrar no movimento revolucionário geral todo movimento elementar, por menos claro que seja de qualquer camada oprimida. (LUKÁCS, 2012, p. 50)

Para Iasi (2015, p. 33-34), a conclusão de Marx no texto do 18 de Brumário de Luís Bonaparte, revela a maturidade do conceito da revolução proletária e da necessidade de os trabalhadores organizarem seu novo poder como um Estado que desfaçam o Estado de seus adversários e, consolide seu poder de classe. Ele destaca que para Marx, na transição do capitalismo ao comunismo, ocorre um período de transição ao qual corresponde uma transição política em que o Estado não pode ser outro que não a “ditadura revolucionária do proletariado”. Esse Estado, que deve preparar o terreno para a abolição das classes e, portanto, do próprio Estado, não pode ser extinto pelo ato político da revolução iniciando de imediato a livre associação dos trabalhadores.

CAPÍTULO III – ANÁLISES SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA PRODUZIDA SOB OS DIVERSOS OLHARES

Neste capítulo, com base nos dados produzidos em campo e nos referenciais teóricos, analisaremos os limites e as possibilidades sobre o processo de consciência de classe, dos sujeitos sociais envolvidos nos empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária na Grande Vitória no estado do Espírito Santo.

Percorremos um longo caminho de produção dos dados, pois tínhamos a preocupação em não deixar frágil o objeto de estudo desta tese que, toma como foco, aspectos subjetivos dos sujeitos da pesquisa de campo. Estes sujeitos perpassavam pelos nossos olhares desde 2009, no momento em que participamos da pesquisa sobre os empreendimentos econômicos solidários, desenvolvidos pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal do Espírito Santo.

A trajetória foi sendo marcada por incursões práticas e teóricas. Na prática, o que havíamos desenvolvendo desde 2009. No âmbito da teoria, Georg Lukács no texto “História e consciência de classe”, foi nos oferecendo subsídios para que nossas intenções de pesquisa não ficassem no vazio do socialismo utópico, mas, avançasse sob a lógica do materialismo histórico e dialético para a análise da relação capital-trabalho.

Dentre os elementos teóricos, Lukács (1974), em uma conferência proferida na inauguração do Instituto de investigação para o materialismo histórico em Budapeste, faz a seguinte colocação:

A vitória alcançada pelo proletariado impõe-lhe a tarefa evidente de aperfeiçoar até aos limites do possível as armas intelectuais que até aqui lhe permitiram sustentar com êxito a sua luta de classe. Entre essas armas, o materialismo histórico ocupa é claro, o primeiro plano (LUKÁCS, 1974, p 233).

Com o adensamento feito sobre as leituras de Marx, Engels, Goldmann, Thompson, Lukács dentre outros marxistas, fomos sendo provocados a olhar as realidades dos empreendimentos livres associados pela lógica dos seus trabalhadores e não simplesmente pela ideia que fazíamos destes trabalhadores no momento da

produção de bens e serviços.

Este foi o cenário preparado que tínhamos para que, no primeiro momento, nos aventurássemos no campo empírico para a produção dos dados e consolidação dos objetivos propostos no início deste estudo. Mas, não ficamos apenas nas aventuras teórico-empírico da produção dos dados em campo. Organizamos um movimento de pesquisa para que pudéssemos ter dados que qualificassem nossas análises sob os fundamentos do nosso objeto de estudo “processos de consciências de classe”.

Mergulhamos em espaços contraditórios quer seja pela própria ação dos sujeitos da pesquisa, quer pelas condições das relações de trabalho nos empreendimentos livres associados. Entretanto, mesmo vivenciando estes espaços contraditórios, vislumbrávamos intensas possibilidades de debates sobre o que estávamos buscando na pesquisa.

Do início formal e sistemático, primeiro semestre de 2015, da pesquisa de campo para a composição deste estudo, até as últimas incursões para a produção de dados empíricos, dezembro de 2016, fizemos uma trajetória marcada de encontros e desencontros com nossa hipótese inicial de que nos “limites e possibilidades há processos de consciências de classe, nos sujeitos sociais que atuam em empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária”.

Esta hipótese é na sua essência a tentativa de resgatar, mesmo diante de todos os riscos interpretativos ao qual nos expusemos, de que todas as armas utilizadas neste estudo para enfatizar a importância de refletir sobre as ações sociais, no sentido de minar a lógica hegemônica, “o materialismo histórico ocupa é claro, o primeiro plano” (LUKÁCS, 1974, p 233).

A colocação em grau de importância sobre o materialismo histórico e dialético irá, na contramão da ideologia que se vinculou, no mundo contemporâneo “pós-moderno”, de que a totalidade social, deixou de ser algo importante para a análise dos fenômenos no sentido, de que sejam analisados apenas aspectos relacionais, objetivos da vida humana.

Assim como já foi destacado neste estudo, de que a totalidade social é para nós um elemento a ser perseguido, para podermos responder ao problema de pesquisa e

nossas inquietações sobre a lógica de produção na relação capital-trabalho. Tomamos a análise dos dados com base no pensamento lukacsiano de que é preciso defender a integridade do homem contra todas as tendências que a atacam, a envilecem e a adulteram. (LUKÁCS, 2010)

3.1 O PERCURSO DA PESQUISA E OS DESAFIOS DE COMPREENDER OS PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

Um dos mecanismos mais interessantes para a produção de informações e dados são os caminhos que a pesquisa de campo nos permite trilhar. Este é um espaço, no qual, o desconhecido passa a ser visto por outros prismas. A partir deste momento, enxergam-se questões que outrora não eram descortinadas a olhos nus.

Estes caminhos, a nosso entender, somente são possíveis, quando assumimos as características propostas por Bachelard, ao considerar que:

[...] o ano de 1905 como o início da era do novo espírito científico, momento em que a Relatividade de Einstein deforma conceitos primordiais que eram tidos como fixados para sempre. A partir dessa data, a razão multiplica suas objeções, dissocia e religa as noções fundamentais, propõe as abstrações mais audaciosas. Ideias, das quais uma única bastaria para tornar célebre um século, aparecem em apenas vinte e cinco anos, sinal de espantosa maturidade espiritual. (BACHELARD, 1996, p.6)

A característica da maturidade espiritual indicada nesta citação de Bachelard, no qual, o novo espírito científico pode nos levar a caminhos de descobertas inesperadas faz com que compactamos com a insistência deste autor em enfatizar o

[...] fato de que ninguém pode arrogar-se o espírito científico enquanto não estiver seguro, em qualquer momento da vida do pensamento, de reconstruir todo o próprio saber. Só os eixos racionais permitem essa reconstrução. O resto é baixa mnemotecnica. A paciência da erudição nada tem a ver com a paciência científica. (BACHELARD, 1996, p.7)

Destacado a importância de se ter um espírito que busca a todo o momento compreender a dinâmica da vida, é que partimos para a pesquisa de campo no intuito de desvelar os desafios e possibilidades do processo de consciência de classe dos sujeitos, que atuam em empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária nos municípios da Grande Vitória no estado do Espírito Santo.

A dinâmica da escrita nem sempre nos permite comungar com nossas percepções, pois o que vemos nem sempre é materializado na escrita de textos que produzimos, entretanto, tentaremos ser o mais fiel possível, a partir das interpretações que desenvolvemos, sobre as realidades vividas pelos sujeitos que transitam nestes espaços profícuos, em que explicitam possibilidades de mudanças nas dimensões sócio-histórico-político-cultural e econômico.

Assim, para dar conta ao estudo proposto, tomamos a concepção do materialismo histórico e dialético, em que, para Marx, esta se volta para o processo de compreensão do conhecimento por meio de uma visão histórica, considerando as mudanças que o tempo histórico proporciona numa perspectiva dialética em que nada é permanente tudo está em constantes transformações. (MARX, 2009).

Compreender as nuances que o materialismo dialético explicita, no intuito de apreender o mundo a partir de uma realidade material dos fatos, é que nos arriscamos enquanto pesquisadores, a tomá-lo, no sentido de buscar o conhecimento da realidade societária que se demonstra de forma abrangente, contraditória e complexa.

Com isso, destacamos que a dialética em uma concepção materialista não se limita em analisar e compreender as transformações e mudanças somente na teoria, mas busca compreendê-las a partir da realidade em que elas ocorreram e ainda tem ocorrido, na dinâmica dos processos de produção da vida em sociedade. (PAULO NETTO, 2011).

É na compreensão que o materialismo dialético nos proporciona, em que se busca, por meio de um método dialético, compreender as transformações sociais que ocorrem na sociedade, sendo este inseparável do materialismo histórico, o que para nós, tem sido uma forma de buscar neste arcabouço, teórico-metodológico, possibilidades de atender, enquanto método de pesquisa, a proposta deste estudo sobre o objeto de análise: processos de consciência de classe.

Paulo Netto (2011) destaca que ao ocorrer uma transformação ou mudança, também se transforma e muda a história por meio da ação do homem sobre a natureza e sobre os processos históricos culturais. Sendo assim, o materialismo histórico e

dialético é um método de análise do desenvolvimento humano, levando em consideração que o homem se desenvolve à medida que age e transforma a natureza e, neste processo, também se modifica e busca a modificação do meio em que vive se reconhecendo como também autor da história.

O materialismo histórico e dialético, neste estudo, é tomado como abordagem teórica, na busca da compreensão do objeto ao qual nos propusemos compreender, tendo em vista que, na perspectiva dialética, coloca-se o desafio de explicitar, no caso do nosso objeto de estudo, as intrincadas relações entre o processo da consciência de classe dos sujeitos em formação no/pelo trabalho associado do ponto de vista estrutural e conjuntural.

Na busca de compreender os desafios de ser formado em processo, principalmente, para os sujeitos que estão envolvidos nos empreendimentos de Economia Popular Solidária sobre a lógica do associativismo, e também para nós que caminhamos em busca de desvelar informações e dados sobre o objeto de estudo, Frigotto destaca que para a análise do método dialético no campo das ciências sociais e humanas é crucial o pesquisador:

[...] apreender a relação entre os elementos estruturais e conjunturais que definem um determinado fato ou fenômeno histórico. O campo estrutural fornece a materialidade de processos históricos de longo prazo e o campo conjuntural indica, no médio e no curto prazo, as maneiras como os grupos, classes ou frações de classe, em síntese, as forças sociais disputam seus interesses e estabelecem relações mediadas por instituições, movimentos e lutas concretas (FRIGOTTO, 2006a, p. 27).

O desafio de apreender essas relações tem-nos impulsionado em tentar minimizar o fosso existente entre nosso percurso histórico de formação, tanto acadêmico, quanto pela experiência vivenciada, para podermos responder ao desafio-problema posto pela pesquisa, principalmente a partir da geração dos dados *in loco* e na interlocução com o conhecimento historicamente produzido, com o qual temos dialogado neste estudo.

Na perspectiva da pesquisa de campo, a abordagem do método dialético tem nos ajudado a materializar, a partir dos primeiros encontros que tivemos com os sujeitos da pesquisa, que estão diretamente envolvidos no/pelo trabalho associado e os percursos que este fenômeno tem gerado na vida destes sujeitos sociais.

Ao assumir o materialismo histórico e dialético, como método de abordagem, tem sido para nós uma opção desafiadora no sentido de que o objeto de estudo traz consigo aspectos da subjetividade ao tratar processos de consciência de classe na relação direta e/ou indireta com o trabalho e a produção associada. Essas questões estão postas, entre o que conseguimos enxergar na dinâmica da produção e interpretação dos dados e o que é de fato, a materialidade das interpretações que temos feito. Diante disso, compactamos com a Ciavatta ao destacar o ponto de vista da dialética:

[...] a questão da aparência do fenômeno e de sua essência é uma das exigências do modo de pensar dialético, da ruptura com a forma habitual de pensar, que é a forma como vemos os objetos. É o reconhecimento de que a realidade não se dá a conhecer de modo imediato [ou ainda] que se possa fazer observação cuidadosa e repetida dos fatos, fazer mensurações, buscar determinada objetividade na observação da realidade, sua riqueza, sua complexidade enquanto ser social não se deixa apreender apenas pela observação dos aspectos empíricos, sensíveis, aparentes. É a essência, a interioridade que constitui a dialética do ser social ou a totalidade social, é o lado mais profundo, mais oculto que apenas pode ser captado pela reflexão que vai além do imediatamente perceptível (CIAVATTA, 2009, p. 73).

Essa reflexão feita por Ciavatta nos abre diversas possibilidades ao assumir a dialética enquanto método de pesquisa de um determinado fenômeno sócio-histórico-cultural. Com isso, temos nos esforçado, a partir de uma análise crítica dessa realidade, mesmo que arriscada, dar conta de pensar esse fenômeno não de forma histórica, mas vinculado a um determinado tempo e espaço, de sujeitos históricos concretos e contraditórios, pensando na relação que produzem com o sistema econômico vigente sobre a lógica de outras possibilidades de produção da vida por meio da Economia Popular Solidária.

No diálogo com as contradições existentes nos campos em disputas, ampliam as possibilidades que a relação da dialética pode produzir. Sendo assim, temos buscado, neste estudo, o conhecimento crítico da realidade existente a partir dessas contradições, esperando trazer contribuições que ajudem a alterar e transformar “[...] a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano da vida prática”, (FRIGOTTO, 1999, p. 81), refletindo sobre as contradições existentes na feitura da vida coletiva em que os sujeitos envolvidos nestes processos carregam consigo marcas das experiências, tanto no campo de produções ideológicas, quanto na efetividade de suas vidas na prática das ações societárias.

Nesse sentido, entender as contribuições que a Economia Popular Solidária tem trazido para pensar a vida em sociedade e como ela tem proporcionado espaços/lugares de formação ampliado de sujeitos, pode nos levar, do ponto de vista da prática pedagógica, essa outra possibilidade de produção da vida evidenciada nas construções das relações coletivas intensificadas no/pelo trabalho associado, uma compreensão consciente dessa realidade.

Isto pode ocorrer no momento em que cada sujeito envolvido no processo de decisões coletivas consegue compreender sua importância na efetividade das relações de trabalho e nos espaços de discussões coletivas (Assembleia Geral, conselhos e comitês). Sobre este ponto, corroboramos com Pistrak (1981, p. 50), ao destacar que:

[...] se quisermos desenvolver a vida coletiva [...], devemos formar entre os jovens [adultos e idosos] não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e de trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos. Este é o único terreno que podemos escolher se quisermos obter resultados positivos na luta que se trava por um novo modo de vida.

Nesse contexto, a produção associada, na perspectiva da Economia Popular Solidária tem contribuído para pensar a ajuda mútua e o próprio significado de solidariedade entre os sujeitos em formação. Isso também se dá na própria forma de organização do trabalho, envolvendo a ação individual e coletiva dos sujeitos que estão diretamente envolvidos no processo produtivo, com isso há uma proximidade da proposta da escola do trabalho, destacada por Pistrak que passa a ser entendida como:

[...] um instrumento que capacite o homem a compreender seu papel na luta internacional contra o capitalismo, o espaço ocupado pela classe trabalhadora nessa luta e o papel de cada adolescente [jovens e adultos nos seus espaços de produção] para travar a luta contra as velhas estruturas. A escola do trabalho fundamenta-se no estudo das relações do homem com a realidade atual e na auto-organização (PISTRAK, 1981, p. 10).

Sendo assim, podemos inferir que a produção associada, assim como destacada pela escola do trabalho de Pistrak, pode vir a ter no/pelo trabalho um dos princípios educativos, referência da formação integral dos sujeitos. Esta referência é situada por Singer (1998) no processo de autogestão nos empreendimentos de Economia Popular Solidária como sendo um movimento de ação pedagogicamente educativa.

Seguindo esta lógica, Pistrak destaca ainda que:

[...] A Escola do Trabalho fundamenta-se no estudo das relações do homem com a realidade atual e na auto-organização dos alunos. Uma vez que a realidade atual se dá na forma de luta de classes, trata-se de penetrar essa realidade e viver nela – daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, adaptando-se a ela e, por sua vez, reorganizando-a. (PISTRAK, 1981, p. 10).

Dessa maneira, podemos inferir que a escola do trabalho sugerida por Pistrak pode ser tomada neste estudo, com base nas indicações feitas por Singer (1998) de que a Economia Popular Solidária é um espaço de formação pedagogicamente educativo.

A partir desta formação no/pelo trabalho associado, os sujeitos podem, por meio da consciência de sua realidade concreta, condições reais de transformação dessa realidade ao negar a lógica produtiva vigente.

Ao compreender que o trabalhador associado é parte integrante da classe trabalhadora, Thompson nos chama a atenção ao destacar que “[...] a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 2011, p. 10).

Diante disso, o trabalho associado aqui destacado, passa a ser vislumbrado como possibilidade de outra lógica produtiva que não a do capital. Passa a ser então, uma porta de entrada de jovens e adultos em espaços produtivos que os permitam se formar e serem formados sobre a perspectiva de outra lógica econômica.

Para Kuenzer (1992, p. 34), “[...] é necessário que o trabalhador, através do saber científico e tecnológico, consiga participar e usufruir dos benefícios do processo produtivo”, entendendo que teria como força atividade para tal ação, outra possibilidade de produção da vida, tendo o trabalho associado na concepção da Economia Popular Solidária como um viés de potencialidade a este fim.

Porém, para se conseguir acessar os bens e serviços produzidos coletivamente, os trabalhadores teriam que cada vez mais vender sua força de trabalho. Ao reconhecer por meio das experiências das lutas de classes no processo histórico, o trabalhador poderia compreender de forma consciente que há divisões de classe, principalmente sobre o aspecto da privatização dos meios de produção.

Dentre elas, uma que consegue acessar a todos os bens e serviços produzidos coletivamente, e outra que tem acesso a apenas o “mínimo” para sobreviver, neste jogo de acessar e usufruir os benefícios do processo histórico produtivo. Neste contexto, Thompson destaca que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2011, p. 10).

Entre reconhecer as diferenças de interesses de classes e ter consciência de que pertence a uma classe diferente, requer, segundo Thompson, um longo percurso histórico. Neste sentido, “a classe é uma formação tanto cultural, como econômica” (THOMPSON, 2011, p. 15).

Ao compreendermos que a classe vai se fazendo no movimento que as lutas de classes irão se intensificando, a consciência pode ocorrer somente no momento em que o trabalhador se reconhecer enquanto pertencente a uma classe, que apesar de produzir bens e serviços coletivamente não consegue acessar parte desta produção histórico social.

Entretanto, um dos grandes desafios deste estudo que nos tem acometido de questionamentos, é de como se consegue tratar as questões do processo de consciência de classe, pois há nesta discussão mais subjetividade do que propriamente materialidade objetiva, dos sujeitos que transitam e vivenciam esses percursos.

Esta indagação apesar de ser de extrema relevância pode guardar consigo resquício de uma pós-modernidade, o que segundo Iasi (2012), o pensamento pós-moderno tem negado uma das principais categorias marxista, o da totalidade.

Ao tentar sobrepor o conceito de totalidade por fragmentos, Iasi (2012, p. 24) ainda destaca que a pós-modernidade entenderia que “a consciência nada mais seria que a subjetividade que tenta compreender [os movimentos] partindo em polaridades irreconciliáveis, tais como indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade [...]” continua Iasi (2012, p. 25): “Num caso, os indivíduos não passam de matéria-prima moldável da história, não tendo sentido o conceito de consciência a não ser como

“falsa consciência” (fazem, mas não sabem que fazem)”.

Para não nos acometermos destes equívocos teóricos, temos buscado partir da realidade vivida dos sujeitos e das formas que têm produzido a vida, para compreender, se há processos de consciências de classe nas relações de produção no trabalho associado.

Iasi (2012, p. 23) tem contribuído de forma relevante neste debate principalmente ao fazer os seguintes questionamentos “Em que lugar podemos encontrar a consciência? No indivíduo e na sua forma particular de pensar, ou na sociedade que os conforma? ” Estas questões dentre outras propostas por Iasi, têm nos ajudado a compreender melhor nosso objeto de estudo.

Inicialmente, compreendendo que a consciência pode se apresentar de forma individual e em sociedade “classes”, este fato tem nos proporcionado a dirimir algumas questões importantes sobre o nosso objeto de estudos. Neste percurso, poderemos, no movimento proporcionado pela pesquisa de campo, identificar que das teias de relações concretas e de metodologias específicas, teremos algumas respostas as nossas inquietações.

Para tanto, tomamos como *lócus* ou o que chamamos neste estudo de território de pesquisa cinco (5) empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória²⁶. Estes empreendimentos estão vinculados às associações que trabalham no sentido de enfatizar os princípios do associativismo.

Optamos em pesquisar cinco (5) dos onze (11) bancos comunitários existentes no estado do Espírito Santo. Assim: a) dois (02) (Banco Verde Vida e Banco Terra) em Vila Velha estes têm as seguintes vinculações: o primeiro com a Associação Bacia do Aribiri e; o segundo a Associação Grupo de Gestores Locais da Região cinco (5) (GG5); b) um (01) (Banco Sol) em Cariacica vinculado à Associação Costumes Artes; c) um (1) (Banco Bem) em Vitória ligado à Associação Ateliê de Ideias e; d) um (1) (Banco Abraço) na Serra, vinculado à Associação Abraço de Economia Solidária (ABRASOL).

²⁶ A Grande Vitória é composta pelos seguintes municípios: Vitória (capital), Vila Velha, Cariacica e Serra (estes municípios fazem parte da Região Metropolitana do Espírito Santo. Além destes municípios há Guarapari, Fundão, Viana, que compõem esta Região).

Nestes bancos, destacamos como sujeitos da pesquisa duas divisões categoriais: a) os trabalhadores novos que atuam na Economia Solidária e; b) os trabalhadores mais antigos. Importa destacar que, como conceito de mais novos estão entre os que acabaram de ingressar nos empreendimentos, a até 3 anos de atuação na Economia Popular Solidária e, os mais antigos com 3 anos ou mais.

A indicação de 3 anos, se deu pelo fato de compreender que estes sujeitos que estão há 3 anos nos bancos, já passaram por algumas formações técnicas e/ou políticas para compreenderem o sentido da Economia Popular Solidária no município, estado ao país.

Optamos ainda, em pesquisar os sujeitos desses bancos, devido a articulação que estes empreendimentos representam para o movimento de Economia Popular Solidária, principalmente na articulação entre a produção de bens e serviços.

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE(2015)²⁷, os bancos comunitários foram criados como projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Estes empreendimentos prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, promovendo a Economia Solidária. A SENAES (2015) destaca que os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão.

A SENAES/MTE, ao retratar breve histórico sobre a criação dos bancos comunitários no Brasil, situa que estes empreendimentos tiveram início a partir de 2004. Desde então, a SENAES vem apoiando projetos de finanças solidárias e estimulando o debate junto a bancos públicos e outras entidades sobre a criação de linhas direcionadas para segmentos específicos (como as empresas recuperadas) e de fundos solidários em geral, enquanto alternativas de crédito a economia solidária. (SENAES/MTE, 2015)

A SENAES/MTE ainda destaca neste processo histórico, que a partir do ano de 2004, foi declarado pela ONU como o Ano Internacional do Microcrédito, criou-se um

²⁷ Informações sobre os bancos comunitários capturadas em dia 26/09/2015 no <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/bancos-comunitarios.htm>

Grupo Interministerial, que ficou sendo coordenado pelo Paul Singer, na época secretário da SENAES, para elaborar uma política nacional de microcrédito.

No âmbito destas discussões, foi elaborado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado PNMPO, instituído por Lei Federal em dezembro de 2005 e hoje parceiro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. (SENAES/MTE, 2015)

Cabe destacar que o PNMPO tem destinado, de acordo com a SENAES (2015), dois tipos de atividades de finanças solidárias: a) Os Bancos Comunitários e; b) Fundos Rotativos Solidários.

Quanto aos bancos comunitários, já destacados acima, alguns elementos que nos levaram a compreender o processo de criação e sua importância para os empreendimentos de Economia Popular Solidária. Dentre estes elementos destacam-se os fundos rotativos solidários. (SENAES, 2015²⁸).

Ainda de acordo com a SENAES:

Estes fundos são mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local.²⁹

Somente a partir deste movimento histórico, é que as redes de bancos comunitários da Economia Solidária passaram a ganhar força atividade, com o novo olhar que os gestores públicos estiveram a partir da indicação de um órgão internacional, a ONU.

Há de se questionar quais os reais interesses da Organização das Nações Unidas (ONU) em fomentar esse formato de desenvolvimento local, por meio dos bancos comunitários, pois ao contribuir com o desenvolvimento local, alguns países centrais poderiam perder vendas de produtos e serviços para os países emergentes e/ou periféricos.

Para o Instituto Banco Palmas, as principais características dos Bancos

²⁸ Informações sobre os bancos comunitários capturadas em dia 26/09/2015 no <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/bancos-comunitarios.htm>

²⁹ Ibidem.

Comunitários de Economia Popular Solidária são³⁰:

- A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
- Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local;
- Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.;
- Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;
- Volta-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias;
- Funda sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

As incoerências trazidas pelo modelo de produção adotado no Brasil não permitem mudanças estruturais, por mais que haja investimento em política social. Sem trabalho remunerado, as pessoas ficam vulneráveis à exploração, à violência e dependentes de programas sociais para conseguir o básico. Para ultrapassar essa condição, é preciso criar um padrão de desenvolvimento humano baseado na potencialidade do ser humano, visando sua emancipação política.

Os bancos comunitários se apresentam como uma proposta totalmente inovadora já que seus gestores são pessoas da própria comunidade atuando para mudar vidas através da constituição de fundos solidários, cujo montante inicial vem de uma instituição financeira agregada aos valores de contribuição mensal das pessoas que compõem aquele grupo que criou a associação, ou cooperativa ou banco; controle de pagamento do empréstimo tem um caráter social, já que é o dinheiro de um vizinho sendo emprestado para outro, através de um banco que é de toda a comunidade, a existência de um cartão e moeda própria aceita pelo comércio local

³⁰ Informações capturadas no site do Instituto Banco Palmas no dia 26/09/2015 em <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>

que passa a ter mais chance de sucesso, já que consumo aumenta e o dinheiro fica na comunidade gerando oferta e demanda através da constituição de feiras locais, capacitação constante para esses pequenos produtores (MANCER, 2009)

Os bancos comunitários têm como responsabilidades:

Imagem 2: Produtos e Ações de um Banco Comunitário



Fonte: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>

Estas responsabilidades, de certa forma, impactam diretamente no processo formativo dos trabalhadores livres associados no processo de autogestão dos empreendimentos da Ecosol, tanto no ato das ações técnicas de prestação de serviços, quanto na condição de gestores de empreendimentos que tem por objetivo o desenvolvimento local.

3.1.1 Bem, Terra, Verde Vida, Sol e Abraço: os bancos comunitários da Grande Vitória e suas experiências históricas de formação

Em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, nos aproximamos do Banco Bem, vinculado à Associação Ateliê de Ideias. Esse banco comunitário de crédito foi criado

em 2005, em parceria com a comunidade local. Cabe destacar que a Associação Ateliê de Ideias surgiu de uma atitude empreendedora e espontânea de um grupo de sessenta mulheres das comunidades de São Benedito, Bairro da Penha e Itararé, atuante em um pequeno negócio cooperativo na área de artesanato. Após conseguirem seus primeiros ganhos expressivos, essas mulheres optaram por realizar um empréstimo para outros dois pequenos empreendimentos: um de marcenaria e outro de culinária.

Por meio desta experiência de empréstimo e pelo conhecimento de uma experiência bem-sucedida em Fortaleza, no Ceará, originou-se o Banco Bem. A partir da experiência com o Banco Bem, ocorreu a intencionalidade de ampliar a iniciativa. Desse movimento surgiu a Associação Ateliê de Ideias. Esta associação irá trabalhar desde a sua implantação, no sentido de pensar que ações poderiam ser feitas para desencadear o desenvolvimento social das comunidades envolvidas neste processo de associativismo.

Uma das ações mais relevante foi a formação de fóruns para debater e planejar o desenvolvimento local, o que fomentou por meio de encontros e reuniões a participação dos moradores, no intuito de trabalhar aspectos de formação de lideranças.

No que tange as ações do banco Bem, este passou a utilizar uma moeda própria que recebeu o nome no momento de sua implantação de moeda Bem. Com a utilização desta moeda social, os comerciantes locais concedem descontos nos seus produtos e isso tem estimulado o consumo de bens e serviços produzidos pela comunidade local que, de certa forma, estimula, sobremaneira o pensamento dos residentes nas comunidades circunvizinhas, manter nessas comunidades, as riquezas produzidas.

Imagem 3: moeda comunitária “bem”



Fonte: imagem dos arquivos do autor, 2015.

Do ponto de vista geográfico, o Banco Bem fica localizado no bairro São Benedito, mas atende os bairros de Itararé, Bonfim, Consolação, Bairro da Penha, Engenharia, Horto, Gurigica e Jaburu. De acordo com os dados do IBGE (2014), esses bairros têm um quantitativo de 31 mil pessoas com sérios problemas de ordem econômicas e sociais. Outro dado importante é que do universo total desta população, 61% estão em idade produtiva e deste total 18,4% são jovens.³¹

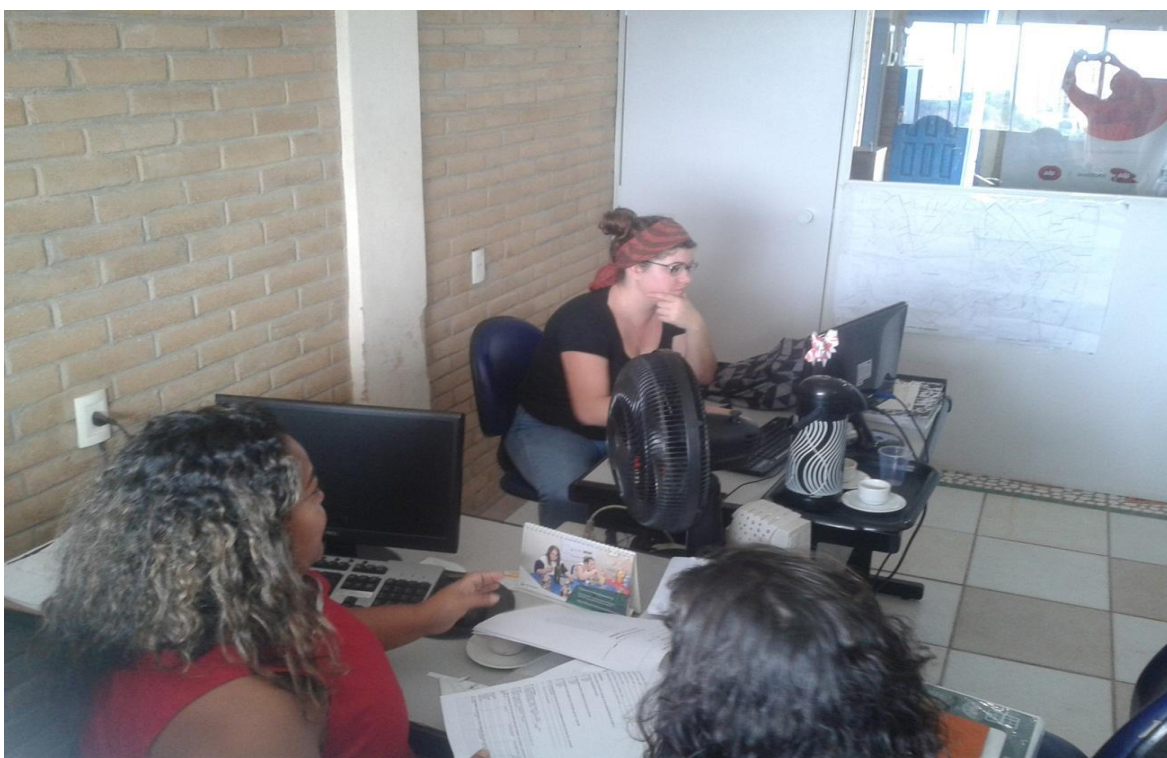
³¹Fonte destas informações <http://www.ateliedeideias.org.br>. Capturadas em 12/10/2015.

Imagem: 4 - Gestora do Banco Bem no seu cotidiano de trabalho.



Fonte: foto produzida pelo pesquisador – novembro de 2015.

Imagem: 5 - Gestoras do Banco Bem no seu cotidiano de trabalho.



Fonte: foto produzida pelo pesquisador – novembro de 2015.

O Banco tem atuado com os mesmos serviços dos bancos convencionais, oferecendo crédito de produção, habitacional, dentre outros. De acordo com dados socializados pela associação, já foram atendidas mais de 14.000 pessoas desde a sua fundação.³² Fica claro, então, a dimensão que um empreendimento como este pode proporcionar, no sentido de tencionamento do capitalismo financeiro dos bancos convencionais.

No movimento da pesquisa de campo, e de acordo com o planejamento das categorias dos sujeitos da pesquisa, nos encontramos com alguns gestores deste empreendimento. Eles carregam consigo as marcas das experiências históricas de fundação e desenvolvimento, tanto do Banco Bem, quanto da Associação Ateliê de Ideias que tem pautado suas ações no intuito de trabalhar em prol do desenvolvimento local.

Além destes sujeitos, assim como situamos na divisão de categorias de análises, buscamos compreender como tem sido a visão de outros dois sujeitos que ingressaram mais recentemente no movimento de Economia Popular Solidário e na perspectiva do trabalho associado e atuam no interior desta associação.

Sobre as experiências e ações dos autogestores, debateremos mais adiante quando tratarmos do item que analisará os dados produzidos em campo, na busca de compreender os limites e possibilidades do processo de consciência de classe no/pelo trabalho associado.

No município de Vila Velha, nos aproximamos de outro empreendimento comunitário de crédito que está vinculado à Associação dos Grupos de Gestores Locais da Região 5 (Instituto GG5). De acordo com informações cedidas pelos responsáveis pela autogestão do Banco Terra, este empreendimento teve início em novembro de 2005, seguindo o bojo das políticas de criação dos bancos comunitários advindas da ONU/SENAES/MTE.

O Banco Terra passou a ser compreendido pelos seus gestores como um projeto de desenvolvimento comunitário, tendo como referência a Economia Popular Solidária. Os gestores entendem que por se tratar de um empreendimento solidário tem

³² <http://www.ateliedeideias.org.br/> acesso em 05/10/2014.

assumido os princípios da Economia Solidária que são: Capital Solidário; Produção Sustentável; Comércio Justo; e Consumo Ético. (Detmam, 33 anos, - Banco Terra – GG5, 2015)

Este empreendimento tem atuado apenas na prestação de serviços bancários primários tal como, pagamento de contas de energia, por meio de um convênio com a EDP Escelsa. As outras ações que este tipo de empreendimento deveria executar estão suspensas, por falta de pessoal e por um movimento de organização interna. Entretanto, os objetivos deste empreendimento solidário estão em apoiar alternativas solidárias para o desenvolvimento local através de financiamentos e estímulo da capacidade empreendedora. Os serviços que podem ser oferecidos são: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Popular Solidária.

Vale destacar, que o epicentro deste movimento se deu a partir do Programa Gerar criado em 2003. Este programa tinha como objetivo trabalhar no intuito de intervir socialmente nas condições de vida dos moradores da Região 5. Com a participação da Associação de Moradores do Bairro Terra Vermelha, o movimento foi ganhando corporeidade e se materializou no surgimento do Fórum de Desenvolvimento Comunitário e o Grupo de Gestores Locais da Região 5 – GG5, as ações tendem a impactar diretamente mais de 70 mil habitantes residentes em 29 bairros.

O Fórum ganhou corpo e hoje é composta por membros da comunidade local, representante dos bairros e recebe o nome jurídico de Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário.

Localizado na região 5, do município de Vila Velha, o Banco Terra, assim como é chamado, atende a uma comunidade que foi formada por processo de ocupação urbana conhecida como Grande Terra Vermelha. Assim como os outros bancos comunitários, este empreendimento possui também uma moeda social própria. Esta iniciativa busca assegurar a circulação da renda representada pela moeda “Terra” na comunidade, o que segundo os gestores garante a sobrevivência de pequenos comércios locais e possibilita o aumento de postos de trabalho e melhor distribuição

de riquezas nos bairros atendidos pelo banco³³.

Imagem 6: logo do Banco Terra



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

³³ <http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-economico-economia-solidaria>

Imagem 7: Gestor do Banco Terra



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 8: Moeda social do Banco Comunitário Terra



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

De acordo com informações dos gestores da Associação GG5, a área territorial de abrangência do banco Terra, que de certa forma, é a área da Região 5 de Terra Vermelha localizada no município de Vila Velha no estado do Espírito Santo é: **Região Urbana:** 23 de Maio; Santa Paula I; Santa Paula II; João Goulart; Morada da Barra; Barramares; Parque Res. Terra Vermelha; Rivierada Barra; Cidade da Barra; Ulisses Guimarães; Normília Cunha; Praia das Conchas; Interlagos; Ponta da Fruta; São Conrado; Residencial Jabaeté; Barra do Jucú; Nova Ponta da Fruta; Praia dos Recifes; Balneário da Ponta da Fruta; Morada do Sol; Morro da Lagoa; Terra Vermelha I - **Região Rural:** Atlanta II; Xuri; Retiro do congo; Camboapina; Fazenda Boa Vista; Córrego 7.

Essas áreas, de certa maneira, não têm dialogado com este empreendimento, segundo os gestores do banco. Deve ser por falta de reconhecimento de que este é um empreendimento da comunidade gerida pela comunidade e que todos deveriam participar ativamente nas decisões que este empreendimento tem tomado.

O formato de gestão deste empreendimento comunitário solidário está diretamente vinculado à metodologia dos processos de autogestionários, proposto pela economia

solidária que tem suas raízes no associativismo inglês, com maior referência ao associativismo espanhol, em especial o Complexo Cooperativo de Mondragón. (SINGER, 2000a)

Ao compreender que este empreendimento atua no intuito de buscar o fortalecimento das Redes de produção e consumo das localidades de sua abrangência, podemos destacar que o banco Terra deveria atender à comunidade com base nos seus objetivos e ações. Dentre os objetivos:

Apoiar alternativas solidárias para o desenvolvimento local através de financiamentos e estímulo da capacidade empreendedora. Os serviços a serem oferecidos são: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Entretanto, para ter acesso a estes serviços, os membros das comunidades atendidas devem cumprir alguns critérios que são eles: a) ser indicado por uma Entidade do bairro e que frequente, no mínimo 6 meses, às reuniões do Grupo Gestor da Região 5 (GG5); b) Preencher uma Proposta de Empréstimos; c) Levantamento socioeconômico do proponente, pelo Agente de fomento; d) submeter à análise do Comitê de Aprovação de Créditos.

De acordo com informação dos gestores, este Comitê é composto por: 3 Gestores da comunidade, 1 Coordenador do Projeto, 1 Gestor de Fomento e 1 Agente de Fomento, que de certa maneira este comitê terá que possuir alguns dados técnicos que deveriam ser produzidos pelos gestores do banco para decidir sobre as demandas advindas dos membros da comunidade.

Além do Comitê Gestor, há outras instâncias de atuação coletiva na Associação à qual o Banco Terra está vinculado. Há também no processo de autogestão e de deliberação das ações do banco e da associação, o Conselho Fiscal que é responsável pelas finanças deste empreendimento, o Conselho Deliberativo e a Assembleia Geral que participam todos os trabalhadores livres associados.

Ainda no município de Vila Velha temos produzido dados sobre os trabalhadores livres associados que fazem a autogestão do Banco Verde Vida. Este banco de acordo com os seus gestores é uma organização sem fins lucrativos que fica localizado no bairro Ataíde, em Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Este

empreendimento de Economia Popular Solidária tem atuado há mais de 7 anos na Região da Bacia do Rio Aribiri, buscando por meio de suas ações desenvolver um trabalho diferenciado com a participação da comunidade local.

O principal objetivo deste banco tem sido o de articular parcerias para resgate social das famílias; financiar atividades produtivas; orientar e acompanhar a produção e os projetos socioambientais; gerar emprego e renda; fortalecer a Rede de Desenvolvimento Comunitário da Região.

Datado de 2008, o Banco Verde Vida tem trabalhado no intuito de inserir as famílias e moradores da região 3 de Vila Velha na perspectiva do associativismo. Esta região é composta pelos seguintes bairros: Paul, Aribiri, Santa Rita, Grande Cobilândia, Alecrim, Argolas, Ataíde, Aribiri, Atalaia, Cavalieri, Chácara do Conde, Capuaba, Dom João Batista, Garoto, Ilha da Conceição, Ilha das Flores, Paul, Pedra dos Búzios, Planalto, Primeiro de Maio, Santa Rita, Sagrada Família, Vila Batista, Vila Garrido, Vale Encantado e Zumbi dos Palmares.

O trabalho desenvolvido pelo Banco tem focado na geração de renda, consumo responsável, sustentabilidade e o trabalho coletivo. De acordo com os gestores deste empreendimento financeiro, as ações desenvolvidas pelos trabalhadores livres associados têm como enfoque nos princípios do associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária e na autogestão.

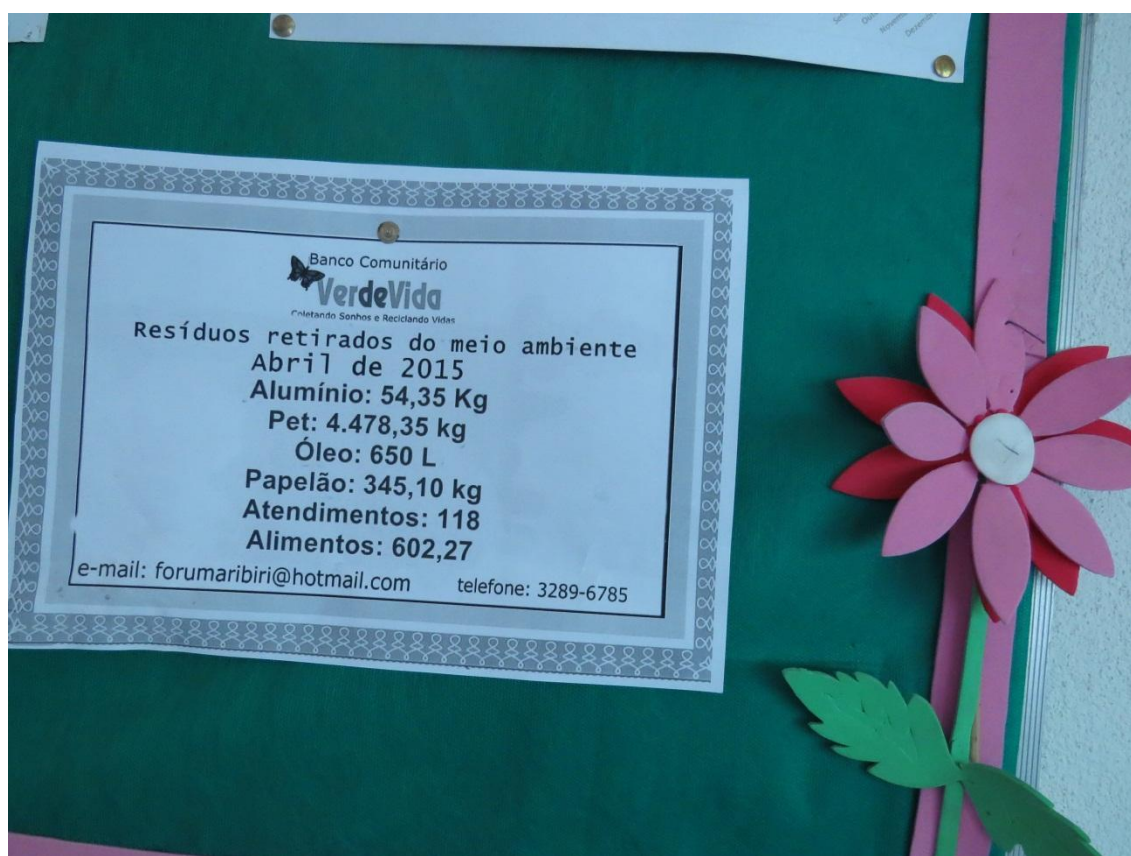
Este Banco Comunitário possui dois produtos básicos de prestação de serviços, sendo eles, o financiamento da produção de Tecnologias limpas e o financiamento de consumo das primeiras necessidades (alimentos) através da sua moeda social.

A moeda social que recebe o nome de moeda Verde, fazendo alusão às ações que a Associação e o Banco têm feito em prol da sustentabilidade, é lastreada por meio da reciclagem de resíduos sólidos. Este processo é autogerido pelos trabalhadores livres associados do Banco Verde Vida, tendo a participação da Associação e o envolvimento efetivo das comunidades da Região 3 de Vila Velha.

Este banco, além de atender as mesmas atividades desenvolvidas pelo Banco Terra, possui um projeto de reciclagem. Para fazer a moeda girar no comércio local, os gestores do banco trabalham no processo de reciclagem de resíduos (Plástico,

Alumínio e Óleo Saturado) em troca de alimentos provenientes da cesta básica, instituindo assim, uma das ações de combate à fome e à miséria na região 3 de Vila Velha.

Imagem 9: relatório mensal organizado pelo Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 10: produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 11: produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015

Imagem 12: Espaço do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

**Imagem 13: Produção de sabão ecológico no espaço do Banco Verde
Vida**



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 14: Espaço do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 15: Espaço do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 16: Gestores do Banco Verde Vida

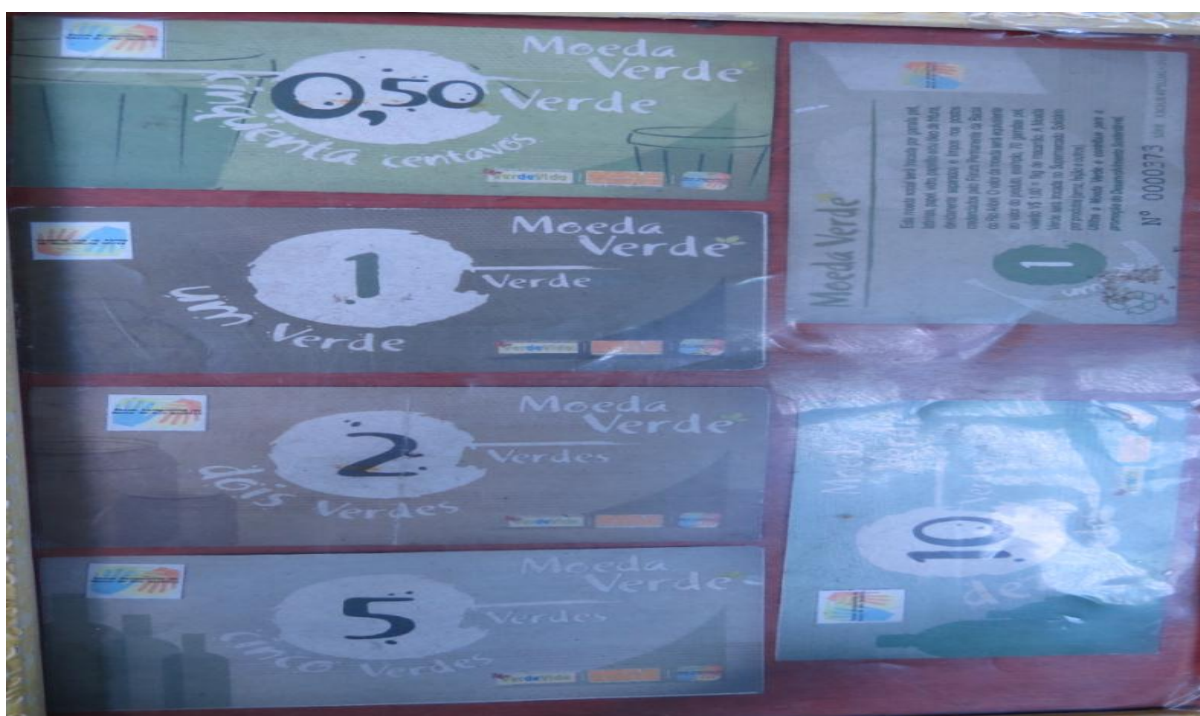


Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Cabe ressaltar que, o Banco Comunitário Verde Vida, tem ainda como objetivo o fortalecimento da Rede de produção e consumo local. Para dar conta deste objetivo, realiza diagnósticos anuais a fim de buscar financiamentos comunitários que possam gerar trabalho, renda e apropriação dos moradores das comunidades envolvidas, da produção das riquezas locais.

Segue abaixo a imagem da moeda Verde que tem como função facilitar as trocas de produtos, serviços e saberes produzidos histórico e socialmente pela humanidade. De acordo com o projeto de desenvolvimento local, a moeda social somente pode ser utilizada na área de abrangência da associação, objetivando a circulação do “dinheiro” nas comunidades envolvidas. Este fato pode ampliar o poder de comercialização local e proporcionar a geração de trabalho e renda.

Imagem 17: Moeda comunitária do Banco Verde Vida



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

No município de Cariacica, analisamos como as trabalhadoras livres associadas têm pensado o desenvolvimento local a partir do Banco Sol. De acordo com os disponibilizados pelo governo municipal e pelos gestores do banco, há cerca de 1.900 girassóis (moeda local) espalhados no município. Cada girassol vale um real, e os valores variam de cinquenta centavos de girassol até 10 girassóis.

Além da moeda social que atua como uma forma de desenvolvimento local, desde a criação do banco já foram emprestados mais de R\$ 157 mil reais para os moradores, divididos em três categorias de empréstimos: habitacional, produtivo e de consumo.³⁴

Imagem 18: Moeda comunitária do Banco Sol



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

O Banco Sol, que está vinculado à Associação Costumes Artes, nasceu por meio da iniciativa e luta de algumas lideranças comunitárias que faziam parte das pastorais sociais da igreja católica. Essas lideranças que vivenciavam uma situação de pobreza, doenças (desnutrição e suas conseqüências) nas crianças e adolescentes da região 10 e 13 de Cariacica, buscaram apoio das pastorais sociais da Igreja Católica para desencadear um movimento de mudança sobre aquela situação local de pobreza extrema.

³⁴<http://www.cariacica.es.gov.br/conheca-o-girassol-a-moeda-criada-pelos-comerciantes-de-vista-dourada/>

Imagem 19: Trabalhadora associada do Banco Sol



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 20: Logo do mercado Sol



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 21: Espaço de vendas dos produtos artesanais produzidos na Associação Costumes Artes.



Fonte: Imagem produzida pelo pesquisador, 2015.

Imagem 22: Espaço de vendas dos produtos artesanais produzidos na Associação Costumes Artes



Fonte: Imagem produzida pelo pesquisador, 2015.

Imagem 23: Logo do Banco Sol



Fonte: Imagem produzida pelo pesquisador, 2015.

Este movimento fez com que um grupo de mulheres já acostumadas com o trabalho nas pastorais firmasse uma parceria com Ação Comunitária do Espírito Santo/ACES e com o Ciranda Capixaba/PETROBRAS, iniciando atividades de customizar roupas, colchas de retalhos, embalagens diversas e de papel, a partir da fibra de bananeira.

A partir do desenvolvimento desses trabalhos, este grupo de mulheres em setembro de 2005 criou a Associação de Empreendedores Solidários (Atualmente Costumes Artes), que desde então vem desenvolvendo diversas atividades na região 10 e parte da região 13 no município de Cariacica.

A Associação Costumes Artes tem hoje como principal objetivo, estimular a qualificação e a autogestão socioeconômica, política, cultural e ambiental com foco na geração de trabalho e renda. De acordo com as gestoras do Banco Sol, o público das associações tem sido os Jovens e adultos residentes preferencialmente nas regiões 10 e 13 do município de Cariacica/Território do Sol³⁵, mas podendo

³⁵ Nome dado às comunidades que compõem as regiões 10 e 13 do município de Cariacica.

desenvolver atividades em outros locais onde haja público interessado.

Além do Banco Sol, que tem oferecido serviços financeiros solidários para geração de trabalho e renda, melhoria de moradias e o desenvolvimento local sustentável na perspectiva da Economia Popular Solidária, a associação, possui um espaço denominado Escola da Economia Popular Solidária; um espaço de informática/telecentro comunitário; o Bazar; a Brinquedoteca; a Clínica Social; o espaço de produções na Casa Sol e a Vitrine Solidária.

Estes espaços, geridos pela Associação Costumes Artes, juntamente com o Banco Sol, têm sido um território que busca outra lógica de produção da vida, por meio dos princípios do associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Ainda como território de pesquisa nos aproximamos da Associação Regional Ambiental Solidária (AbraSol), que teve sua fundação em 2007. Localizada no Bairro Planalto Serrano, no município da Serra no estado do Espírito Santo esta associação tem se dedicado ao desenvolvimento de vários trabalhos livre associados.

Imagem 24: Espaço da Associação AbraSol e do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 25: Espaço da Associação AbraSol e do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 26: Trabalhadoras associadas - Espaço do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 27: logo do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 28: Trabalhadoras associadas do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 29: Espaço da associação AbraSol



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Imagem 30: Trabalhadores associados da AbraSol



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

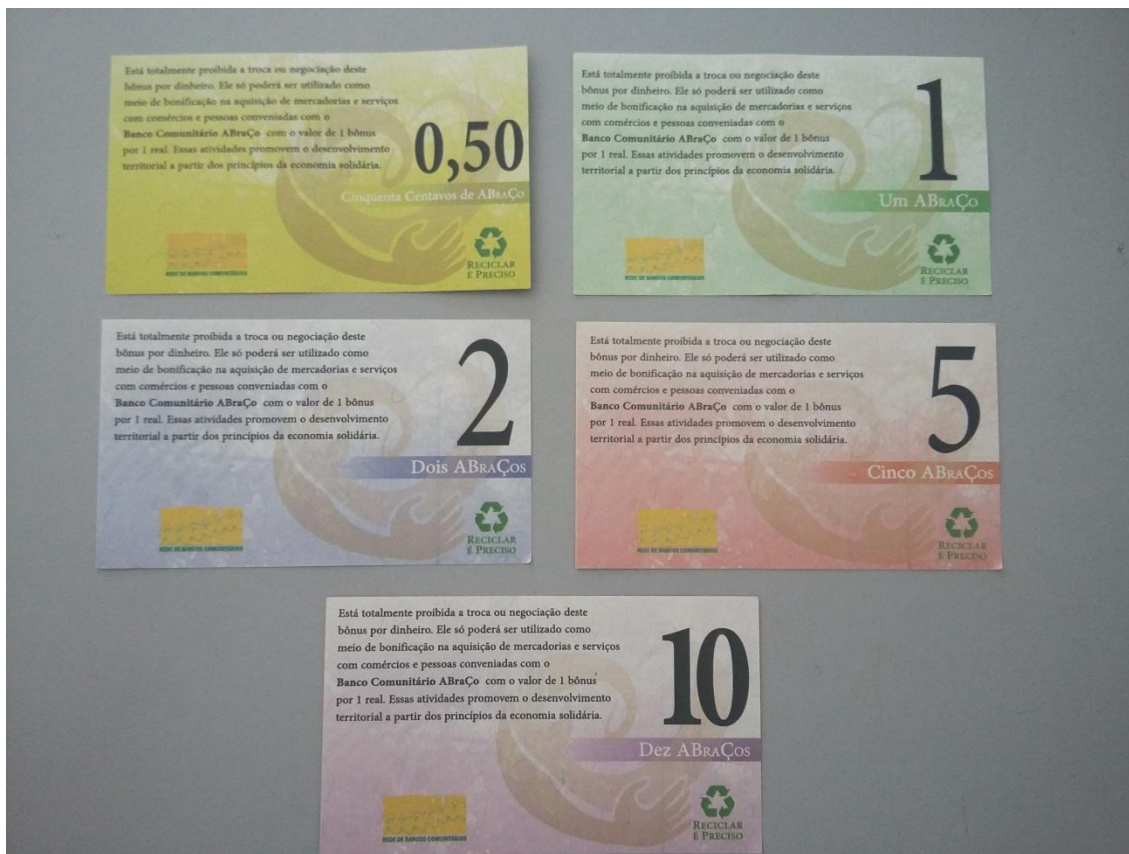
Imagem 31: Trabalhadora associadas do Banco Abraço



Fonte: Imagem dos arquivos do autor, 2015.

Dentre estes trabalhos destacam-se a gestão do Banco de Desenvolvimento Comunitário (Abraço). Este possui uma moeda social que atende pelo nome de Abraço. Este empreendimento tem trabalhado a partir do financiamento e empréstimo por meio do microcrédito de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para empreendedores residentes nas proximidades do Branco. Seguem abaixo as moedas sociais utilizadas no banco Abraço:

Imagem 32: Moeda solidária do Banco Abraço p. 203



Fonte: Associação Regional Ambiental Solidária (AbraSol), 2015.

Imagem 33: Moeda solidária do Banco Abraço p. 204



Fonte: Associação Regional Ambiental Solidária (AbraSol), 2015.

No que se referem aos empréstimos, eles são feitos a juros solidários, geralmente a clientes que possuem pequenos empreendimentos (salão de beleza, dono de carrinho de churrasquinho, doceiras, salgadeiras, boleiras, etc.) e necessitam deste empréstimo para dar seguimento aos seus espaços de trabalho.

Além do Banco Abraço, a AbraSol mantém um projeto de Coleta Seletiva que de acordo com as gestoras da associação chegam a recolher de 10.000 a 12.000 kg de materiais recicláveis sólidos por mês.

O projeto de Coleta Seletiva, que teve por base as experiências advindas do Banco Verde Vida localizado no Bairro de Ataíde em Vila Velha, faz o recolhimento dos materiais recicláveis da comunidade e, em troca desses materiais, distribuem produtos da cesta básica, de acordo com o quantitativo de material que cada morador apresenta.

No período das visitas de campo,³⁶ a associação informou que possuía aproximadamente 50 sócios sendo que: 21 sócios trabalham na reciclagem, 8 são agentes de empréstimo comunitário, 10 voluntários (em média nas ações pontuais e

³⁶ As visitas sistemáticas da pesquisa de campo foram realizadas entre abril de 2015 a dezembro de 2016.

campanha; além de beneficiar cerca de 55 famílias de catadores de recicláveis, mais de 65 micro empreendedores, e mais de 250 famílias que frequentam o banco para o pagamento de contas de luz e água, utilizando a moeda abraço que acessaram (por exemplo trocando recicláveis por moeda abraço).

A partir destes empreendimentos de livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária é que tomamos nos tempos da pesquisa de campo a produção e análise dos dados, de acordo com a organização e procedimentos metodológicos explicitados abaixo.

a) Pesquisa Bibliográfica e Documental.

Nos debruçamos sobre as literaturas produzidas sócio-histórica sobre o associativismo e a Economia Popular Solidária para ampliar o conhecimentos que já possuíamos sobre as categorias: lutas de classes, experiências e experiência de classe e consciência de classe, com o objetivo de aprofundar ainda mais as leituras a respeito das discussões propostas pelo pensamento marxiano e marxistas, bem como, em textos que discutem a Economia Popular Solidária na perspectiva da ação pedagógica educativa e sobre a formação e consciência de classe, nos sentidos que a Economia Popular Solidária pode produzir aos sujeitos que dela tiram seus sustentos.

Sobre a análise documental nos apropriando de alguns documentos produzidos pelos sujeitos que fazem a autogestão no interior das associações vinculadas aos empreendimentos pesquisados. A intenção foi justamente analisar como tem sido produzido processos de consciência de classe, dos sujeitos em formação, que atuam na autogestão nestes empreendimentos e as relações que estes sujeitos produzem com o sistema econômico vigente.

b) Questionário semiestruturado e entrevista semiestruturada.

No movimento da pesquisa, buscamos alguns dados que consideramos importantes para conhecer melhor os sujeitos da pesquisa. Sendo assim, elaboramos um questionário extenso, mas do nosso ponto de vista simples de ser respondido. Entretanto, não tivemos retorno satisfatório dos questionários o que nos levou a abandonar esta estratégia e assumir apenas as observações diretas e as entrevistas

semiestructuras com os sujeitos da pesquisa.

Estes dados foram sendo produzidos e, nos seus limites, confirmava algumas de nossas ideias de pesquisa, pois grande parte das pessoas envolvidas nos empreendimentos estava de certa forma, retirando o seu sustento e dos seus, nestes empreendimentos.

Este fato nos levar a refletir que no momento de crise estrutural do trabalho no sistema capitalista, o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária poderia dar conta de atender parte dessa população que não estaria em espaços produtivos, com vínculos formais de trabalho, a partir da geração de trabalho e renda.

Após o movimento do questionário, partimos para a entrevista com os trabalhadores livres associados, que havíamos destacados nas duas categorias: os mais antigos e os mais novos que atuam em empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária na Grande Vitória.

Importa destacar que a dinâmica da pesquisa com os trabalhadores associados dos bancos comunitários de Economia Popular Solidária na Grande Vitória, se deu inicialmente, com os sujeitos que se informavam ter mais experiências nos trabalhos feitos nestes empreendimentos. Entretanto, percebemos que era necessário ouvir os sujeitos com menos tempo de Economia Solidária para ir produzindo nossas análises iniciais.

Nesta etapa da pesquisa de campo, a metodologia de produção dos dados, teve como base a história oral, que de acordo com Jean-Pierre Wallot (apud, JOUTARD, 1995), como método de pesquisa os registros de depoimentos orais concedidos em entrevistas orais.

Ainda sobre a história oral Philippe Joutard (1995) destaca que pela metodologia da história oral o pesquisador poder se beneficiar de uma profundidade histórica, no qual consegue fazer um cruzamento de fontes orais, utilizando outros tempos e espaços históricos, o que pode de certa forma, nos leva a compreender aspectos da simultaneidade, e como as pessoas e grupos passam a ter atitudes diferenciadas dependendo do tempo e espaço histórico em que estão inseridos.

Com base na ideia destes autores, buscamos elencar os principais elementos que podiam contribuir para responder à questão problema posto pela pesquisa. Esta tem se pautado em responder: quais os limites e possibilidades dos processos de consciência de classe, de sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado?

Nos caminhos percorridos pela pesquisa de campo, produzimos muitos elementos para dialogar, o que passaremos a explicitar de forma sistematizada, no próximo item deste capítulo, quando fazemos as análises sobre os dados produzidos em campo.

Todo esse percurso sustentava, cada vez mais em nós, a possibilidade que o associativismo, na perspectiva da Economia Popular Solidária, poderia proporcionar aos trabalhadores envolvidos nos espaços que entendemos ser de autoemancipação e autoconsciência de classe nas instâncias de decisões democráticas, pois as tendências contrárias à verdadeira essência da substância humana. Segundo Lukács deve ser combatidos ao ser refletido que:

[...] (e, naturalmente, em primeiro lugar, a opressão e a exploração do homem pelo homem) não assumem em nenhuma sociedade uma forma tão inumana como na sociedade capitalista, todo verdadeiro artista ou escritor é um adversário instintivo dessas deformações do princípio humanista, independentemente do grau de consciência que tenham de todo esse processo (LUKÁCS, 2010, p. 298).

3.2 EU ME FORMEI E VOCÊ? DIÁLOGOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para o diálogo com os sujeitos que participaram efetivamente da pesquisa de campo, percorremos um extenso caminho temporal e espacial, na intenção de elucidar os percursos da pesquisa com base nos dados que produzimos em campo, por meio das entrevistas realizadas entre os anos de 2015 a 2016, nos cinco (5) bancos comunitários ligados as associações: Associação Grupo de Gestores da Região cinco (5) (GG5) – Banco Terra; Associação Ateliê de Ideias – Banco Bem; Associação Abraço de Economia Solidária – Banco Abraço; Associação Costumes Artes – Banco Sol e; Associação Bacia do Aribiri – Banco Verde Vida, todos localizados em município da Grande Vitória no estado do Espírito Santo.

Na produção dos dados utilizou-se de uma abordagem metodológica da história oral.

Esta metodologia nos permitiu compreender as relações existentes no território da pesquisa, tendo por base os registros de depoimentos orais concedidos em entrevistas orais com os sujeitos pesquisados (WALLOT, apud JOUTARD, 1995).

Os dados nos mostram muitos elementos que ora se aproximam de um processo de autoemancipação e autoconsciência, na perspectiva marxiana, ora com características de alienação, por meio do trabalho alienado, dos sujeitos que transitam nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Região da Grande Vitória.

Nos primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa, objetivou-se apenas a observar como são conduzidos os trabalhos nos empreendimentos e como estes sujeitos compreendem a produção associada no seu aspecto organizativo e as relações de trabalho neste espaço produtivo/formativo.

Partimos do pressuposto que mesmo os sujeitos mais “novos” nos empreendimentos já conheciam os princípios da Economia Popular Solidária e do trabalho associado e, fomos produzindo os dados com foco na possibilidade destes sujeitos explicitarem, com certa normalidade, suas histórias de vidas a partir do contato com o empreendimento o qual estão vinculados.

Após nossas primeiras investidas no campo de pesquisa, passamos para a etapa de compreender alguns aspectos que entendíamos ser importantes para responder o problema de pesquisa deste estudo. Diante disso, passamos a partir dos contatos com os sujeitos da pesquisa a questioná-los de forma sistematizada por meio de entrevistas semiestruturada tendo por base a metodologia da história oral.

No intuito de compreender que elementos estes sujeitos sociais têm conseguido desenvolver para pensar processo de consciência de classe, nas relações que são produzidas no/pelo trabalho associado, seguem as questões que foram utilizadas nas entrevistas da pesquisa de campo.

Nos questionávamos sobre as condições subjetivas de compreender o processo de consciência de classe dos sujeitos sociais que atuam nos empreendimentos livre associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, e chegamos as questões que entendíamos aproximar do que buscávamos para este estudo.

1) Por qual (is) motivo(s) optou pelo trabalho nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória?;

2) Poderia descrever as diferenças existentes entre a proposta da Economia Popular Solidária no que tange às relações de trabalho e ampliação da vida, das propostas do sistema de produção capitalista?;

3) Você considera que no fazer cotidiano do trabalho associado proposto pela Economia Popular Solidária ocorre formação humana? Como?;

4) Poderia definir o que entende por classe trabalhadora?;

5) Poderia definir o que entende por consciência de classe?;

6) Como se dá o processo de organização nos espaços dos empreendimentos de economia popular solidária na Grande Vitória?;

7) Como tem sido feita as discussões em torno da distribuição das riquezas produzidas nestes empreendimentos?;

8) Você entende que há intencionalidade dos sujeitos envolvidos nestes empreendimentos em buscar outra via econômica no processo de produção das riquezas, de forma consciente?;

9) Esta outra via tem condições no momento da produção de bens e serviços formar pessoas conscientes a respeito do papel social que exercem sobre a sociedade?;

10) Até que ponto você compreende que esta outra possibilidade econômica consegue produzir no/pelo trabalho associado uma consciência de classe em sujeitos que estão diretamente engajados neste processo?;

11) Será que a relação trabalho educação tem contribuído para que a partir de um pensamento crítico, os trabalhadores possam se reconhecer como sujeitos históricos e contribuir para as mudanças do meio em que vivem a partir da relação que tem no/pelo trabalho associado?;

12) Quais os limites e possibilidades você consegue perceber no processo de consciência de classe, de sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado nos empreendimentos de Economia Popular Solidária na Grande Vitória?

Estas questões foram nos permitindo aprofundar diálogos com os autogestores dos empreendimentos pesquisados e identificar as dificuldades que estes autogestores possuíam de se reconhecerem como trabalhadores(as) livres associados(as). Isto ficou claro em algumas associações que possuíam mais de um empreendimento ao expressar as seguintes falas, “nós aqui no banco comunitário temos um pensamento diferente dos que estão trabalhando com outra linha de produção na associação e, isso nos diferencia deles, pois, compreendemos de outra forma a Economia Solidária”.

No processo da produção dos dados da pesquisa, muitas questões vieram à tona, principalmente no que se refere à problemática central da pesquisa que se pautou em analisar os limites e possibilidades do processo de consciência de classe dos sujeitos em formação no/pelo trabalho associado. Vale ressaltar que buscamos neste movimento de pesquisa de campo compreender por que estes sujeitos buscam um espaço que não lhes oferecem garantias trabalhistas, a partir de vínculos formais de trabalho, e ainda assim, continuavam no labor do trabalho nesses empreendimentos.

Fizemos uma incursão em cinco (5) dos onze (11) bancos comunitários existentes no estado do Espírito Santo. Destes bancos produzimos dados de observações diretas sobre o trabalho dos sujeitos da pesquisa no período de quase dois (2) anos e utilizamos de entrevistas semiestruturadas.

Havíamos destacados inicialmente três grupos de trabalhadores: 1) grupo dos trabalhadores mais novos – menos de um ano de atuação; 2) grupo dos trabalhadores medianos – de um a três anos; 3) grupo dos trabalhadores com mais de três anos. Entretanto, ao chegar ao território da pesquisa percebemos que esta divisão não daria conta, com isso, abrimos mão desses grupos e fomos deixando os sujeitos da pesquisa se expressar de acordo com suas experiências vivenciadas nas associações.

O período de entrevistas semiestruturadas perdurou de abril de 2015 a dezembro de 2016. Dos Bancos pesquisados, entrevistamos o seguinte quantitativo: Banco Bem – 2 (dois) trabalhadores; Banco Terra – 3 (três) trabalhadores; Banco Verde Vida – 2 (dois) trabalhadores; Banco Sol – 3 (três) trabalhadores; Banco Abraço – 4 (quatro) trabalhadores.

Dos bancos comunitários apenas o Banco Bem não foi entrevistado todos os componentes devido aos desligamentos em função da redução de demandas de trabalhos no banco. Sendo assim, foram entrevistados quatorze (14) trabalhadores livres associados vinculados aos bancos comunitários tendo como princípios o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Dos quatorze (14) participantes da pesquisa, dez (10) são do sexo feminino e quatro (4) do sexo masculino. Desse quantitativo apenas um (1) possuía ensino fundamental incompleto, nove (9) ensino médio completo e quatro (4) ensino superior incompleto.

Buscamos seguir uma sistemática de produção de dados e, nos diálogos com uma autogestora do Banco Abraço que está vinculado Associação Abraço de Economia Solidária (AbraSol) do município da Serra no Espírito Santo pudemos fazer algumas reflexões sobre nossa intenção de estudos. Neste diálogo ela faz o seguinte relato ao ser questionada “por qual(is) motivo(os) fez opção com trabalhar em empreendimentos econômicos solidários:

Na realidade quando a gente começa nem sabe que isso aqui é economia solidária, a partir do momento que a gente começou alguém nos encontrou e disse isso que vocês fazem é economia solidária. Nesse momento, é que começamos a participar das reuniões e formações nacionais para compreender melhor o que é economia solidária. Mas, hoje, entendemos que essa economia é coisa que a gente faz desde criança na família. (Sileia³⁷, 45 anos, Banco Abraço – AbraSol, 2015).

A proximidade do seu relato com os de outros três gestores de associações distintas é muito parecida, no que tange nosso questionamento sobre a opção em fazer parte da Economia Solidária. Tanto a Dona Antônia do Banco Sol, o seu Joãozinho do Banco Verde Vida, como o Dettmann do Banco Terra, fazem descrições muito próximas sobre a economia solidária, ao indicar que esta ação vem desde quando

³⁷ Trabalhadora associada do Banco Abraço, da associação AbraSol, localizado no município da Serra no estado do Espírito Santo. Possui ensino médio completo.

ainda, na fase da infância, vivenciavam seus pais partilhando o que possuíam com outras famílias.

No Banco Sol, localizado no município de Cariacica, conversamos com trabalhadora livre associada que atuou durante muitos anos neste banco e, hoje, é uma das mais experientes da Associação Costumes Artes, sobre as discussões e experiências do trabalho associado, na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Ao ser questionada sobre sua opção em trabalhar nos empreendimentos da Ecosol, ela faz o seguinte destaque:

Então, quando eu comecei nem sabia se era economia solidária, era uma iniciativa de sanar algumas dificuldades daquela comunidade. Estávamos vinculados a pastoral da criança, então iniciamos como pastoral da criança e porque estou aqui até hoje? Porque a gente viu que a base de ação é nas periferias das cidades, pois existe um grupo muito grande de pessoa que estão a margem de qualquer política pública. Naquela época a trinta anos atrás era muito pior do que hoje, hoje temos este espaço aqui, temos um espaço no próprio bairro que a gente ajudamos a construir, mas antes era muito pior então, era a necessidade de responder a essa demanda que estava precisando de solução e foi impulsionando que a gente foi criando o grupo, organizando as pessoas para podermos andar juntos, então a falta de um atendimento médico para o povo mais pobre me levou a buscar solução, não só para mim, mas para as pessoas de minha comunidade. (Dona Antônia³⁸, 56 anos, Banco Sol – Costumes Artes, 2015)

Neste relato feito pela trabalhadora livre associada, deixa claro que suas motivações estavam em contribuir de maneira efetiva na defesa da vida dos membros de sua comunidade, o que de certa forma, se aproxima do pensamento da Loayne sobre o trabalho voluntário. Entretanto, na fala da Dona Antônia, há um elemento importante de tencionamento a sociedade política, quando ela destaca que os moradores deste bairro de periferia não eram assistidos pelas políticas públicas.

Com isso, pode-se dizer que a economia solidária não é algo novo na vida desses trabalhadores, os elementos novos são os princípios do trabalho associado. Entretanto, há um grupo de trabalhadores que não tem a mesma visão.

Primeiro eu já vinha ajudando aqui na associação na reciclagem de material e depois surgiu a oportunidade de trabalhar no Banco Abraço, quando nos reunimos para criar o banco junto com a comunidade. A partir disso fiz um processo de seleção e ingressei efetivamente no Banco e passei a

³⁸ Trabalhadora associada do Banco Sol, da associação Costumes Arte, localizado no município de Cariacica no estado do Espírito Santo. Possui ensino médio completo.

conhecer mais de perto o que era a Economia Solidária. (Graziele³⁹, 21 anos, Banco Abraço – AbraSol, 2015)

Esta identificação nos mostra que em grande parte os trabalhadores livres associados que atuam nos empreendimentos das associações pesquisadas já possuíam relações com estas associações antes mesmo de conhecer a Economia Solidária, mas talvez, pelo pouco percurso nestes espaços produtivo/formativo, não tinha a visão dos princípios do associativismo na perspectiva da Economia Solidária.

O relato de outro autogestor dessa associação situa que sua vinda para este empreendimento se deu pelo fato de ter:

[...] um filho pequeno, então por eu ter esse filho pequeno, antes eu trabalhava fora, não de carteira assinada. E aí em casa e tem a Alvanete que trabalha aqui e sempre estava me chamando para vim e eu falei com ela que ia ir trabalhar na APAE que eu queria fazer alguma coisa, assim voluntário, aí ela falou vamos para AbraSol e aí eu vim e fiquei praticamente voluntária aqui recebendo as contas da edp [Escelsa]), agora já tem uma rendinha extra, mais assim, foi mais motivação por ela já está aqui e sempre está me incentivando para a gente está junta aqui. (Loayne⁴⁰, 33 anos, Banco Abraço – AbraSol, 2015)

É perceptível na fala desta trabalhadora associada que não foi o projeto de produção e distribuição dos bens e serviços produzidos neste espaço que chamou sua atenção para atuar na Associação AbraSol, mas, por incentivo de terceiros.

Outra trabalhadora associada do Banco Abraço na sua fala deixa claro que apesar de fazer parte de projetos na comunidade que estão vinculados a associação ela não conhecia os princípios econômicos solidários.

Na verdade, eu já trabalhava no projeto ambiental na associação e surgiu a oportunidade de trabalhar no Banco em que fui contratada. Quis este espaço primeiro pela necessidade de trabalhar e depois por trabalhar no meu bairro que ajudei a fundar e também pela possibilidade de ajudar as pessoas de minha comunidade. Assim consegui enxergar as possibilidades, as potencialidades que meu bairro tem. Agora, a Economia Solidária mesmo, só conheci quando vim trabalhar aqui no Banco. (Edna⁴¹, 32 anos, Banco Abraço – AbraSol, 2015)

Para a gestora do Banco Sol que está vinculada a Associação Costumes Artes seu

³⁹ Trabalhadora associada do Banco Abraço, da associação AbraSol, localizado no município da Serra no estado do Espírito Santo. Possui ensino superior incompleto.

⁴⁰ Trabalhadora associada do Banco Abraço, da associação AbraSol, localizado no município da Serra no estado do Espírito Santo. Possui ensino médio completo.

⁴¹ Trabalhadora associada do Banco Abraço, da associação AbraSol, localizado no município da Serra no estado do Espírito Santo. Possui ensino superior incompleto.

entendimento inicial sobre a economia solidária foi de acordo com suas demandas de empréstimos feitas pelo banco.

No primeiro momento eu vim por vim para o banco, apensar de ter recebido diversos convites nunca havia me despertado o interesse, até quando eu vim até o banco pegar um empréstimo. Cheguei e comecei a participar das reuniões e nas reuniões comecei a gostar. Aí fui entendendo que aqui as pessoas conseguem ajuda. Vim nas reuniões para pegar um empréstimo, mas vim e fiquei. (Maria Helena⁴², 42, Banco Sol – Costumes Artes, 2015).

Estes relatos poderiam ser, no todo, um dado negativo para a análise do processo de consciência de classe, entretanto, compactamos com Thompson de que este sujeito social pode no movimento de se colocar à disposição para vivenciar outras experiências de trabalho, ampliar seus aspectos formativos e compreender sua inserção no processo da luta de classes, no sentido de se formar enquanto classe trabalhadora no movimento da experiência vivenciada. (THOMPSON, 2011).

Isto por que, parafraseando Lukács (1974) a experiência e a história são na verdade, antes de tudo, produto da atividade dos próprios homens, em certa medida, produto que muitos produzem de forma inconsciente das relações que tende a fazer consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

Um dado importante em uma das falas dessas trabalhadoras livres associadas é o fato de se interessar em fazer trabalhos voluntários. A ideia de trabalho voluntário apesar de trazer diversos problemas de exploração da força de trabalho, pode no momento em que o sujeito de colocar em movimento, compreender que a ação humana tem sempre resultados. Esses resultados podem ser positivos e/ou negativos do ponto de vista social e econômico, principalmente no aspecto de suas relações com o sistema econômico vigente. Entretanto, faz dos sujeitos sociais participantes ativos de projetos coletivos na prestação de serviços a sociedade.

A nossa hipótese de que todos que atuam na Economia Solidária têm conhecimento deste “projeto social” defendido por Singer (1998) foi desfeita, pois a Loayne nos informa que passou a conhecer e pesquisar o que é Economia Solidária recentemente. Ela relata a seguinte situação:

Foi a partir daqui, assim ainda não conheço, não, mas... Até depois que

⁴² Trabalhadora associada do Banco Sol, da associação Costumes Arte, localizado no município de Cariacica no estado do Espírito Santo. Possui ensino médio completo.

“você veio aqui eu pesquisei algumas coisas. Falei aí meu Deus, não sei muita coisa. Mas assim a gente no dia a dia vai aprendendo, vai observando, às vezes vai em reunião e começa já a perceber essa diferença realmente, e [...] é pra nós sempre a Sileia sempre fala, nós somos os donos, nós que temos que cuidar, nós temos que fazer isso, não é eu, entendeu? Então é bem... (Loayne, 33 anos, Banco Abraço – AbraSol, 2015)

Buscamos a partir desta fala da Loayne ampliar nossa conversa para saber como ela compreendia a falta de conhecimento dos associados de outros empreendimentos sobre qual é de fato a proposta da Economia Popular Solidária, se esta situação ocorria em outros empreendimentos. Entretanto, ela destacou que “[...] não conheço, outros, assim vamos dizer outros espaços. Não tenho transitado nos outros espaços da Ecosol. Não. Estou presa aqui ainda”.

Vale destacar que o movimento de Economia Popular Solidária no Brasil por meio da SENAES/MTE em parceria com o Fórum Nacional de Economia Solidária e os Fóruns estaduais da Ecosol e, ainda, tendo a colaboração das Redes de formação da Ecosol, buscam por meio de formações políticas, orientar os novos membros das associações vinculadas a Ecosol. Porém, a Loayne apesar de frequentar algumas reuniões da associação, não havia participado de formações políticas.

Entretanto, todos os pesquisados têm um discurso próximo ao ser questionado sobre as diferenças entre o trabalho desenvolvido na Economia Solidária e o trabalho sob a lógica da produção capitalista burguesa.

Resgatando a fala de Dona Antônia, pode-se destacar as análises feitas por Thompson (2011) ao situar algumas influências exercidas pela igreja católica que tiveram processo contrário de formação dos grupos autogestionários na Inglaterra. Para ele, foi com os dissidentes religiosos ingleses, que haviam formado a religião racional, e negavam a divindade de Cristo. Esta religião havia sido proposta pelos socialistas utópicos dentre eles Owen. Por meio desta religião, pode-se produzir uma história diferenciada do processo centralizador das igrejas inglesas. Pois para Thompson:

Em matéria de organização eclesial, as seitas dissidentes muitas vezes levaram os princípios da autogestão e da autonomia local aos limites da anarquia. Qualquer autoridade centralizada – até mesmo a consulta e a associação entre igrejas – era vista como produtora da grande apostasia anticristã. (THOMPSON, 2011, p. 32)

Resguardadas as diferenças dos tempos históricos e da influência do protestantismo nos países de origem Anglo-Saxônica, no que tange à ética protestante e o espírito do capitalismo, na fala da Dona Antônia, percebemos o processo diferente, ou seja, foi a partir das ações que executava no interior das pastorais sociais existentes na igreja católica, que ela se movimentará em prol de posturas e reflexões sobre processo de autogestão e de autonomia local.

Esta ação da igreja católica foi um dos principais focos de atuação e sustentação na implantação do Complexo Cooperativo de Mondragón na Espanha de meados do século XX, assim como destacada por Singer (1998).

Importa destacar que as ações das pastorais sociais da Igreja Católica tiveram maior intensidade a partir do Concílio Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 a 1965 quando a Igreja, tencionada pela sociedade, passa a ter um novo olhar sobre a classe popular e as mudanças ocorridas na contemporaneidade. (PASSOS, 2014)

Se nos aproximamos mais de perto desta abordagem feita pela Dona Antônia, podemos perceber que mesmo sem conhecer os princípios da Economia Solidária, nos primeiros movimentos feitos em sua comunidade, ela já compreendia que fazia parte de um grupo de pessoas que viviam a margem, não somente das políticas públicas, mas também do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Este reconhecimento já demonstrava uma capacidade de se identificar como uma classe diferente dos que detém mais condições de acessar aos bens produzidos historicamente pela sociedade.

Este reconhecimento pode ser os primórdios de uma consciência de classe, pois ao se colocar em movimento, tendo sempre como referências as experiências vivenciadas de maneira consciente, os sujeitos podem neste processo produzir conflitos por meio das lutas de classe.

Estas não são considerações conclusivas, pois ainda há neste estudo, um longo caminho a ser percorrido, até podermos situar os limites e possibilidades do processo de consciência de classe, com base nos dados empíricos.

Ao entender que há nos espaços da Ecosol um movimento de formação educativa experienciado pelos trabalhadores(as) livres associados(a) nas Assembleias Gerais,

no Comitê Gestor, nos Conselhos Fiscais, podem ocorrer algumas contradições sobre a ideia de consciência da classe trabalhadora, no processo dialético do trabalho.

Neste sentido, a Dona Antônia contribui ao destacar os motivos de estar atuando em um empreendimento de Economia Popular Solidária:

Naquela época, há trinta anos, era muito pior do que hoje, hoje temos este espaço aqui, temos um espaço no próprio bairro que ajudamos a construir⁴³, mas antes era muito pior então, era a necessidade de responder a essa demanda que estava precisando de solução e foi impulsionando que a gente foi criando o grupo, organizando as pessoas para podermos andar juntos, então a falta de um atendimento médico para o povo mais pobre me levou a buscar solução não só para mim, mas para as pessoas de minha comunidade. Estou até hoje [...] Porque hoje as necessidades mudaram de jeito, parece, mas, ela continua muito gritante, por exemplo, a gente não tem a escolaridade necessária que o mercado quer, a gente não tem posto de trabalho para as pessoas com essa idade que a gente tem, a gente não tem mais tempo de ir para uma faculdade e fazer uma qualificação profissional, para ser aceita no mercado e continuamos sobrando e a gente não está aposentado, a gente não vai estar de repente, porque as leis a cada dia está exigindo mais coisa mais tempo do que ontem. Então assim, já que não morreu, já que não mudou daquele lugar, tem que mudar o lugar para que ele se torne possível. (Dona Antônia, 56 anos, Banco Sol – Costumes Artes, 2015)

Esta fala da Dona Antônia nos revela diversas contradições para pensar sua atuação em um empreendimento de Economia Popular Solidária e sobre o seu processo de consciência de classe trabalhadora. Quando ela destaca que “[...] a gente não tem escolaridade necessária que o mercado “de trabalho” quer”, nos leva a interpretar que se ela tivesse formação em qualquer área de atuação no mercado de trabalho estaria também buscando sua inserção neste mercado. Continua ainda a dona Antônia “[...] a gente não tem posto de trabalho para as pessoas com essa idade que a gente tem [...]”. Parece que sua vontade de ser inserida pelo mercado de trabalho é tão intensa, que ela utiliza um termo “continuamos sobrando”.

Ao mesmo tempo, que Dona Antônia faz menção em querer ser inserida no mercado de trabalho formal para também engrossar a massa dos que vendem e são expropriados de sua força de trabalho, ela também se coloca como sujeito histórico que, no movimento de suas ações vai se reconhecendo como parte de um grupo de

⁴³ Quando a Dona Antônia destaca os espaços de atuação no trabalho, ela está situando o centro de Economia Solidária no município de Cariacica e no bairro os espaços do Banco Sol e da Associação Costumes Artes.

peças que precisa ter consciência de seu papel na sociedade. O cuidado que devemos tomar sobre estas referências no que tange aos discursos dos trabalhadores livres associados é de que:

[...] A consciência de nosso tempo, ao nos afirmar um novo agnosticismo, ao negar a categoria de totalidade, ao se render aos limites do existente e ao transformar o conhecimento humano num pântano de relativismo, pode nos convencer de que a emancipação humana não passa de um discurso em meio a muitos outros possíveis. (IASI, 2011, p. 75)

Dona Antônia ainda faz o seguinte destaque sobre a inserção no mercado de trabalho e sua relação com a Economia Solidária “[...] Então assim, já que não morreu, já que não mudou daquele lugar, tem que mudar o lugar para que ele se torne possível”, compreende-se que o movimento que fez e que ainda está fazendo na Economia Popular Solidária tem gerado alguns aspectos de sua consciência de classe. Porém, esta consciência tem sido permeada de inconsistência na luta de classes. Esta inconsistência se revela como um dos principais limites de os sujeitos, direto ou indiretamente envolvidos no trabalho e produção associada, se reconheçam como trabalhador que não tem como principal vinculação nas relações de trabalho a produção de mais valor.

Apesar de alguns trabalhadores buscar a sustentabilidade de suas vidas por meio de projetos sociais na perspectiva da Economia Popular Solidária, há de enfatizar que nas contradições podem ser reveladas expropriação da força de trabalho e autoemancipação em um mesmo processo. Isto pode ficar claro quando a trabalhadora associada faz o seguinte relato:

Por ter dado conta do trabalho em projetos sociais na comunidade acabei sendo escolhida para trabalhar no banco Bem, tanto pelo meu envolvimento no projeto quanto pela minha condição de trabalho. (Geisiele, 36 anos, Banco Bem – Associação Ateliê de Ideias, 2016)

Para Paulo Netto, a produção de mais valia destacada nos estudos feitos por Marx é o ponto fundamental de partida dos fenômenos da sociedade contemporânea:

O trabalhador tanto mais se empobrece quanto mais riquezas produz. O paradoxo coloca a contradição: como pode a atividade prática – o trabalho – do ser genérico consciente que é o homem conduzir não ao seu florescimento pessoal, ao despertar das suas potencialidades, mas, ao contrário, à sua degradação? (PAULO NETTO, 2015, p. 79)

Diante deste questionamento poderíamos perpassar por diversos exemplos da

degradação do trabalho e por consequência do trabalhador, entretanto, Marx nos indica as respostas destacando que a “fundamental distinção entre duas modalidades de atividade prática do ser genérico consciente: a atividade prática positiva, que é a manifestação de vida (*Lebensausserung*), e a atividade prática negativa, que é a alienação da vida (*Lebensentausserung*)”. (PAULO NETTO, 2015, p. 80)

Esta é uma discussão que pode contribuir sobremaneira para pensar os limites do processo de consciência de classe dos trabalhadores vinculados ao trabalho e produção associada. Vale destacar que além de Marx, Engels, autores como Lukács, Marcuse, Mézsáros, dentre outros marxistas se debruçaram para discutir a face alienante do trabalho.

Pode se dizer que no processo do trabalho os trabalhadores associados ainda não conseguem fazer a real distinção entre o trabalho que é alienado e o trabalho que os levem a auto-emancipação, por meio da conscientização. Paulo Netto situa ainda que:

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua (des) possessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo. Nisto consiste a matriz da alienação: (PAULO NETTO, 2015, p. 81)

No percurso sobre a formação educativa na relação com o trabalho e produção nos espaços do associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária, alguns sujeitos da pesquisa relataram que a partir de suas experiências neste espaço passaram a ver no trabalho outras possibilidades de formação, para além do trabalho alienado.

Nesse cenário corroboramos com Iasi (2011) quando faz o seguinte destaque:

A teoria política de Marx baseia-se no pressuposto que a atual forma de associação produzida pelos seres humanos, a sociedade de classes, exige um aparelho especial que consolide e legalize a dominação de uma classe sobre outra: o Estado. No entanto, Marx acredita que esta não foi sempre – e nada nos autoriza a acreditar que sempre será – a forma da associação humana (IASI, 2011, p. 58).

O adensamento sobre os dados de campo tem nos deixado cada vez, mais certo de que o Estado é de suma importância para a organização das comunidades, quando

atende as demandas de “todos” os seus habitantes no sentido da equidade. Entretanto, o Estado burguês tem servido apenas para atender as realizações da classe burguesa, e nesse sentido, entendemos que este Estado tende a desaparecer com a tomada de consciência da classe trabalhadora.

Diante disso, podemos corroborar com Singer (1998) quando destaca que a Economia Popular Solidária carrega consigo um aspecto pedagógico formativo nas relações com o trabalho. Esta afirmativa de Singer pode ser observada na fala do seu Joãozinho que faz a gestão do Banco Verde Vida, localizado no município de Vila Velha. Para ele:

[...] dentro da Economia Solidária a gente descobriu esse método de trabalhar envolvendo as pessoas e as pessoas começam a gostar e aí vão desenvolvendo. Hoje eu estou sentindo um prazer tão grande de trabalhar dentro da Economia Solidária porque eu nunca acreditava que eu chegava no ponto que eu estou hoje. Mesmo sem estudo com pouco curso técnico eu estou participando de um PBA nacional. Dá para entender? Como é que eu ia pegar um avião daquele para ir pra Brasília passar três dias lá votando num orçamento nacional. Isso é pra pessoas técnicas! Mas é para mim também né? Então, é por isso que eu acredito muito na Economia Solidária você ter como crescer, socialmente e até financeiramente, depende muito da nossa desenvoltura, de ter coragem né? Então, dentro da Economia Solidária são várias oportunidades e aí, fui estudando e fomos descobrindo muitos pontos fundamentais que a gente acha dentro da Economia Solidária é que tem espaço para todos, não importa a classe da pessoa. Quem quiser está dentro da economia solidária pode ser empresário, pode ser morador de rua, quem quiser e tiver dom e quiser enfrentar dentro da Economia Solidária tem espaço! Vai depender de cada um, mas, nesse sentido que eu digo, que a troca, onde todos ganham não só um levar vantagem e outro não. (Joãozinho, 69 anos – Banco Verde Vida – Bacia do Aribiri, 2015)

Esta abordagem feita pelo seu Joãozinho pode possuir diversos significados, no que se refere ao seu processo formativo, mas o que marca esta descrição na relação com o problema deste estudo, é a possibilidade que este trabalhador associado vislumbra de que as pessoas no ato do trabalho livre associado possuem outras condições formativas que o diferem dos trabalhadores vinculados ao sistema capitalista burguês. Isto porque a qualificação de sua participação está na experiência formativa da sua atuação no empreendimento livre associado e não apenas na obtenção de títulos na academia.

Os dados analisados, nos revelou que há um importante processo formativo ocorrendo no interior destes empreendimentos livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária. Este fato foi para nós, um território profícuo, em que, no

adensamento das discussões e a atenção desprendida sobre as análises dos dados produzidos, nos levou a enxergar que mesmo diante de alguns limites há enormes possibilidades do processo de consciência de classe, dos sujeitos em formação, no/pelo trabalho associado.

Neste contexto, compreende-se que a totalidade social na sua essência, tende a demonstrar que há no movimento das lutas de classe contradições, inconsistências, tempos de trabalho e tempos formativos, pois “[...] a história é precisamente a história da revolução constante das formas de objectividade que configuram a existência do homem”. (LUKÁCS, 1974, p. 207)

Essas existências fazem das relações da própria existência humana um eterno vir a ser que interfere no processo de construção humana e na formação em trabalho que pode criar aspectos de desalienação das ações no ato do trabalho e na própria relação do trabalho.

Com isso, a tarefa de formação no processo histórico, encontra-se com:

[...] a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é depois de desmarcarada a forma sagrada da autoalienação[*selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política. (MARX, 2013, p. 152)

A possibilidade de formação é sempre uma possibilidade de auto-emancipação humana, pois, por mais que a auto-alieação faça parte dos processos existentes no jogo formativo a diferença se dará quando o próprio trabalhador consegue se reconhecer enquanto protagonista da sua própria formação no encontro com outros trabalhadores e com a relação efetiva do trabalho na realização da vida.

O relato de uma trabalhadora associada do Banco Bem pode definir bem estas condições existenciais das relações entre trabalho e formação humana. Para ela, “o trabalho somente tem sua realização quando cumpre com o seu papel que é de atende a necessidade do outro quer seja no ato do trabalho ou mesmo na possibilidade de troca de experiências.” (Irani, 59 anos, Banco Bem, Ateliê de Ideias, 2016).

Percebe-se que a formação, por meio do trabalho, pode tomar dimensões que a própria racionalidade humana não dá conta de mensurar, tanto por descaracterizar aspectos alienantes da formação, quanto pela condição de ampliar as relações existentes no aprofundamento das experiências com as redes de contato entre os seres humanos.

CAPÍTULO IV – UM PASSO ATRÁS E DOIS A FRENTE: A PRODUÇÃO ASSOCIADA NOS TEMPOS DO CAPITAL FINANCEIRO

Identificar o inimigo é de certa forma, saber contra quem de fato estamos lutando. Este foi um dos problemas que permeou as discussões de Lenin no momento da Revolução Russa e o que incomodavam os intelectuais de esquerda no Brasil. “A gente vive se matando irmão, [...] não me olhe assim que sou igual a você” (RACIONAIS MC’s, 2010)⁴⁴.

A morte, neste sentido da música é literal, entretanto, temos matado a cada dia nossa postura de cooperação mútua, de pensar na livre associação, de sermos mais solidários e a indicação feita no *rap* tem sido um dos grandes problemas para que os sujeitos, vinculados ao trabalho associado, consigam perceber de forma consciente que o inimigo não é simplesmente o sujeito burguês, mas, é todo o pensamento que este sujeito adquiriu na longa trajetória histórica de sua formação enquanto classe e, que influencia diretamente nossas condições de pensar a vida cotidiana na dita sociedade pós-industrial.

A classe burguesa, segundo Marx e Engels (2011), foi a que, conseguiu desencadear uma das grandes revoluções na mudança do medievo para a modernidade. Esta revolução modificou a estrutura do pensamento societário no medievo e, até hoje, vivemos momentos de ressignificação deste pensamento na produção da vida em sociedade, pois mesmo diante das diversas crises enfrentadas, este implementado pela burguesia sempre encontra rotas efetivas de fugas, o que o leva a cada vez mais seu fortalecimento diante de cada crise econômica que a sociedade mundial já passou.

Na medida em que a classe trabalhadora for conseguindo identificar o “verdadeiro” inimigo, a “estrutura de pensamento capitalista burguês”, que está diretamente vinculada a propriedade privada dos meios de produção, poderá tomar, de forma consciente, atitudes mais enérgicas contra esse inimigo para minar seu poder de fogo e buscar a universalização do acesso, a bens e serviços, produzidos, histórico e socialmente.

Para que isso ocorra, destaca Lenin, é necessário que a classe trabalhadora consiga

⁴⁴ Música dos Racionais MC’s “Fórmula mágica da paz”, 2010.

processar atitudes mais estratégicas e táticas no sentido de combater de forma mais veementemente o inimigo. Neste contexto, as ideias explicitadas sobre estratégias e táticas, por Harnecker, contribui sobremaneira para pensar outros caminhos sociais. Para a autora (2012, p. 109) “a estratégia muda quando os inimigos estratégicos ou inimigos imediatos mudam”, já a tática possui outros elementos de ação. Continua Harnecker, (p. 109) esta “não pressupõe uma mudança do inimigo imediato nesse momento; este (o inimigo) pode ser o mesmo durante um longo período estratégico, como a autocracia czarista foi durante a primeira etapa da revolução russa”.

Com isso, estrategicamente pode-se conseguir avançar na luta contra o inimigo real “estrutura de pensamento capitalista burguês” quando as ações tiverem força revolucionária e que não haja dissidentes, pois no momento da revolução russa os bolcheviques somente conseguiram avançar no processo revolucionário:

[...] porque desmascararam sem piedade e expulsaram os ‘revolucionários do discurso’, aqueles que não queriam compreender que era preciso recuar, que era indispensável aprender a atuar legalmente nos parlamentos mais reacionários e nos mais reacionários sindicatos, cooperativas, associações de auxílio mútuo e outras organizações semelhantes. (LENIN, apud HARNECKER, 2012, p. 110-111)

Desta forma, deve-se trabalhar sobre os processos revolucionários de ações estratégicas e taticamente tendo o inimigo real como alvo a ser combatido. Entretanto, para se alcançar este objetivo à massa deveria ter consciência de quem é de fato, “trabalhador assalariado e/ou burguês que expropria da força de trabalho desse trabalhador”. Após ter esta consciência ficaria a decisão ou não da tomada real do poder, instaurando a democracia do proletariado e procurando adensar formas de atender aos indivíduos de acordo com suas necessidades.

Recorrer às experiências revolucionárias utilizadas pelos bolcheviques na trajetória histórica até assumir o Estado Soviético, seria uma das formas de mudança da estrutura de pensar da sociedade. Segundo Lenin (apud HARNECKER, 2012, p. 111) é necessário neste sentido, “[...] utilizar a tática de atacar sem piedade quando as condições objetivas permitem, quando a experiência da conciliação demonstre que as massas estão indignadas e que o ataque será a expressão dessa mudança”, mas, também é preciso (p. 111) “recorrer à tática de espera, à acumulação gradual de forças, quando as condições objetivas não favoreçam um chamamento ao repúdio geral e implacável”.

O chamamento das forças revolucionárias do proletariado vanguardista irá tomar proporções cada vez maiores quando estes compreenderem que estão fazendo da história um processo de consciência de classe pela experiência vivenciada no movimento desencadeado pelas massas de trabalhadores, ao se tornarem livres associados.

Esta compreensão precisaria de um passo importante, no sentido de tomar o materialismo histórico como sendo a teoria revolucionária dos sujeitos sociais na trajetória da realidade dos fatos históricos. Compactuamos com Lukács (2012, p. 29) ao destacar que o materialismo histórico é na sua essência “o resumo ideal daquele ser social que produz o proletariado, determina a totalidade do ser do proletariado; porque, nele, o proletariado em luta por sua libertação encontra uma clara autoconsciência”.

O conceito de auto-consciência tem sido para nós de suma importância, tanto na apreensão do nosso objeto de estudo que centrou em discutir sobre “os processos de consciência de classe”, quanto para o desenvolvimento formativo da classe trabalhadora do ponto de vista teórico e prático.

Acompanhado deste conceito está à consciência. Iasi tendo por base o pensamento deste de Freud, (2011, p. 14), destaca que a **consciência** inicialmente “[...] seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e eterna (objetiva) formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza”.

A auto-consciência em Lukács, tem sido entendida neste estudo, como um momento, em que os trabalhadores livres associados ainda não conseguiram de forma consciente compreender que seria um processo sócio histórico tendo o materialismo histórico e dialético, como base para as experiências no processo de lutas de classe, vencer a estrutura de pensamento capitalista burguês. Para Lukács (2012, p. 29):

A grandeza de um pensador proletário, de um representante do materialismo histórico, é medida, por isso, pela profundidade e pela amplitude da visão que ele tem desses problemas. Pela intensidade com que é capaz de entrever corretamente, por trás dos fenômenos da sociedade burguesa, aquelas tendências que vão em direção à revolução proletária, as quais, no interior e por intermédio dessa sociedade, alcançam

a plena eficácia de seu ser e revelam-se como consciência clara (LUKÁCS, 2012, p. 29).

Representar o materialismo histórico é de certa forma resgatar processo da experiência vivenciada no momento das lutas de classe. Para tal, seria necessário o reconhecimento de que um passo a atrás é um ganho extraordinário para a marcha que ainda estará por vir, pois os levam a enxergar as experiências das lutas e dos movimentos da classe trabalhadora, mas dois passos à frente materializariam as experiências de classe, no sentido da tomada de consciência da classe trabalhadora, seria um ganho incalculável.

Para que este ganho seja possível são indispensáveis às contribuições de Marx e Lenin na compreensão sobre “o materialismo histórico, como expressão conceitual da luta de libertação do proletariado, só podia ser concebido e formulado também em sentido teórico num momento em que sua atualidade prática já havia sido posta na ordem do dia da história.” (LUKÁCS, 2012, p. 31)

Esta recomendação lukácsiana faria dos sujeitos sociais um ser dotado de experiências sócio-histórica que dificilmente a estrutura de pensamento burguês voltaria o subjugar enquanto sendo da classe trabalhadora. Neste contexto, as experiências de classe seriam para estes sujeitos sociais um estandarte de luta e resistência contra o capital financeiro, que é uma extensão do capitalismo moderno e, que tem avançado de forma avassaladora sobre o desenvolvimento dos bens e serviços produzidos historicamente.

Vale destacar que o capital financeiro foi definido por Hilferding (1981, p. 83) como sendo:

[...] o capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma em capital industrial. Frente aos proprietários mantêm sempre a forma de dinheiro, é investido por eles sob a forma de capital monetário, de capital produtor de juros, e pode sempre ser retirado sob a forma de dinheiro.

Na década de setenta do século XX, Lukács elenca algumas questões sobre a mudança das ações desencadeadas pelo sistema capitalista. Naquele momento, Lukács visualizava que:

[...] se o desenvolvimento do capitalismo entrou assim numa nova fase, podemos considerar os velhos métodos de luta do proletariado suficientes

para fazer valer seus interesses de classe sob essas condições alteradas? As novas formas da luta de classes do proletariado, surgidas antes e ao longo da revolução russa (greves de massas, levantes armados), são acontecimentos de significado puramente local, especial, ou até mesmo “falhas” e “desvios”, ou devem ser consideradas as primeiras tentativas espontâneas – e levadas a cabo com o instinto correto de classe – de adaptar sua ação à situação mundial? (LUKÁCS, 2012, p. 60)

Thomas Piketty (2014) tem nos chamado a atenção sobre como o capital financeiro tem conseguido se restabelecer diante dos problemas existentes, em especial, no que tange à distribuição das riquezas socialmente produzidas. Para este autor, a distribuição desigual das riquezas produzidas tem gerado profundos problemas no processo de pensar os caminhos que a humanidade tem tomando para refazer a vida.

Em seu texto “O capital no século XXI” Piketty (2014), faz um grande percurso histórico tentando assegurar que o capital financeiro é um dos principais problemas para a consolidação de ações contra as crises existentes, no sistema econômico vigente, pois nesta forma de produção de capital, ocorre o que Marx havia situado em seu tempo histórico sobre o processo de trabalho abstrato, que na atualidade tem no valor de troca da mercadoria “dinheiro” como forma de manutenção do capital financeiro.

No formato do capital financeiro, não se produz bens ou serviços socialmente utilizáveis, produz apenas capital virtual preso em redes de computadores vinculados às bolsas de valores espalhadas pelo mundo. Este fato pode, em momentos de crises do capital, acentuar ainda mais estas crises, o que poderia afetar toda população do globo, pois o capital aplicado produz apenas uma mercadoria, a expropriação da força de trabalho dos envolvidos nestes tipos negócios financeiros.

Nas análises que Marx faz no período das lutas de classes na França deixa claro que as coisas deste movimento sustentarão os novos mecanismos das lutas por meio das novas condições de vida e produção. Marx (2015, p. 84) então, destaca que:

[...] a bancarrota do sistema bancário – isso teria sido o dilúvio que, num abrir e fechar de olhos varreria do solo francês a aristocracia financeira, a mais poderosa e perigosa inimiga da República, o pedestal de ouro da monarquia de julho. “E, uma vez o sistema bancário levado à falência, a

própria burguesia tinha de considerar como uma última desesperada tentativa de salvação que o governo criasse um banco nacional e submetesse o crédito nacional ao controle da nação” (MARX, 2015, p. 84).

Esta condição de negócio vinculado ao capital financeiro teve sua essência a partir do que Marx chamará do trabalho excedente, ou seja, a partir do momento em que o homem passou a produzir o excedente e essa produção terá reflexo na vida dos proprietários dos meios de produção, que controlará, a partir das relações de poder, sobre a força de trabalho do trabalhador e regulará sua condição humana a condição de produção. Segundo Marx:

[...] o trabalho excedente, ou tempo excedente, é o pressuposto do capital, o capital se baseia, por conseguinte, no pressuposto fundamental de que existe um excedente para além do tempo de trabalho necessário para o sustento e a reprodução do indivíduo; no fato de que o indivíduo, p. ex. precisa trabalhar só 6 horas para viver um dia, ou 1 dia para viver 2 etc. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o tempo de trabalho necessário também diminui e, com isso, aumenta o tempo excedente. Ou, também, um indivíduo pode trabalhar por dois etc. (MARX, 2011, p. 321)

Tudo isso ocorreu nos primórdios das relações de trabalho e ganhou força atividade com as máquinas da revolução industrial e com a possibilidade maior de lucro sobre as relações temporal e espacial das condições de produção e exploração das ações humanas.

Hoje o tempo produtivo e as relações de flexibilização do trabalho no que tange ao contrato de trabalho e mesmo a própria condição do trabalho improdutivo no que tange ao trabalho dos funcionários das bolsas de valores, fazem das relações de produção e do tempo produtivo a não produção de bens e serviços e a existência de um capital virtual ou capital desterritorializado que está vinculado ao capital financeiro, em que não há mais um território de produção de capital, mas em qualquer parte do globo pode ser utilizado para a produção de mais capital pela expropriação da força de trabalho.

Elemento essencial das revoluções, guerras, desenvolvimento humano, degeneração celular, dentre outros fatores, o tempo foi o continua sendo uma grande incógnita que a ciência ainda não deu conta de compreender, tanto sobre os aspectos do tempo Kairós⁴⁵, quanto o tempo Kronos.

⁴⁵ Para os gregos, o tempo Kairós (καιρός) está ligado ao “tempo ou momento oportuno ou certo”, já o

No que se refere ao tempo oportuno – *kairós* –, Quirim (2015, p. 69) faz uma análise sobre a noção desta palavra utilizada pelos filósofos socráticos. Para este autor os filósofos buscaram compreender a ideia desta palavra utilizando um ditado popular na língua Portuguesa: “estar no lugar certo, na hora certa”. Com isso, os filósofos desenvolveram a possibilidade interpretativa sobre dois aspectos:

a) o *kairós* como **oportunidade** surgida a partir de um caso específico, em que os elementos do “lugar” e da “hora”, que na verdade subentendem a particularidade de um contexto, fazem com que a oportunidade e o decorrente sucesso em uma ação sejam possíveis, que um ponto vital do inimigo se torne visível por um tempo limitado; b) o *kairós* como o **contexto** único e jamais passível de repetição, aquilo que faz com que a história apenas se desenrole de uma forma e de uma só vez, e que, por sua configuração específica, faz despertar a oportunidade. (QUIRIM, 2015, p. 69)

Para tratar das analogias que serão apresentadas neste estudo sobre as duas formas temporais de produção da vida, descata-se que o tempo cronológico – *kronos* -, é na sua essência:

[...] uma temporalidade amorfa onde o efeito corrosivo que o tempo insiste em imprimir em nossa vida cotidiana não existe; a metáfora de Cronos, o pai que devorava os próprios filhos, em uma alusão ao efeito de desgaste e finitude que o tempo executa em todas as coisas, não se aplica a instância inconsciente. (SABÓIA, 2007, p. 107)

Em nosso estudo, importa pensar nas questões ligadas ao “tempo de trabalho” e “tempo de formação” nas interfaces de aproximações e distanciamentos que estes dois espaços físicos e sociais tende a proporcionar aos trabalhadores, em especial, aos que tem atuado em empreendimentos de forma livres e associados.

Sobre a possibilidade de analogias entre os tempos *Kairós* e *Kronos*, podemos inferir que o tempo de trabalho está ligado a *Kronos* e o tempo de formação a *Kairós*, pois concebe aos trabalhadores condições de tempo oportuno para ampliar aspectos formativos de autoemancipação e a possível autoconsciência de classe.

Na busca de compreender as relações entre tempo de trabalho e tempo de formação, nos aproximamos das discussões feitas por Harvey (2011) e Piketty (2014). Estes autores irão contribuir sobremaneira para pensar os movimentos que a sociedade capitalista burguesa tem feito em prol da manutenção de seu status.

Kronos (Κρόνος) foi considerado como o deus do tempo sobre o aspecto destrutivo, o tempo que controla os destinos e devora tudo e todos.

Piketty (2014) faz um passeio denso no texto “o capital no século XXI” situando os problemas causados pela má distribuição de renda no mundo, tratado por ele como a principal causa das desigualdades sociais o que o diferencia das análises de Marx sobre os problemas causados pelo capitalismo moderno. Ao tomar para suas análises as principais metrópoles mundiais, percebe o desequilíbrio entre as pessoas que ocorria não simplesmente pelas relações de trabalho, mas, em especial, pelas condições que os capitalistas tinham de transformar dinheiro em capital.

Os economistas clássicos iriam perceber que suas previsões, principalmente sobre a chamada mão invisível, idealizada por Smith, em que o pensamento sobre o liberalismo econômico não se concretizou ao longo da história da humanidade, e que cada vez mais tende a se afastar de um equilíbrio social, não respondeu na forma como ele – Adam Smith – pensou desde o século XVIII.

Sem o trabalho que gera produto material e/ou serviços, cada vez mais os novos postos de trabalho vêm atuando no processo da alienação do trabalhador sobre seu trabalho. Não dá para pensar que os operadores de bolsas de valores terão condições de, em algum momento, ser também acionistas de grandes grupos econômicos. Com isso, o tempo do trabalho produtivo se reduz, e o que fica, é o trabalho improdutivo, e como consequência o tempo de trabalho aumenta enquanto o tempo de formação diminui.

Essas relações parecem não ter fim, e, cada vez mais serão adensadas pela lógica do capital financeiro. Desde o texto o capital, Marx já situava estes problemas, quando o homem deixará de produzir bens e serviços para fazer do capital algo que não produz relações materiais.

A intensificação das desigualdades destacadas por Piketty também vem revelando as fragilidades das relações trabalhistas e o valor que a sociedade tem dado ao capital virtual, ou seja, ao capital que não produz elementos materiais quer seja de bens e/ou mesmo de serviços prestados a sociedade no momento de sua reprodução pela expropriação da força de trabalho dos trabalhadores assalariados.

Isto por que, a tendência será cada vez mais, com a reestruturação das relações de

trabalho e dos próprios postos de trabalho, fazer com que os empresários se sintam mais à vontade arriscando seus investimentos em bolsas de valores do que em fábricas.

Nesse cenário, em que as movimentações dos recursos financeiros facilitarão e ampliarão mais suas divisas, mesmo sabendo dos riscos que os acionistas correm com a instabilidade financeira mundial, Harvey (2011, p. 42) destaca que:

[...] aqueles que podem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam lucros superiores aos seus concorrentes. A aceleração quase sempre leva a maiores lucros. As inovações que ajudam a acelerar as coisas são muitos procurados. Nossos computadores, por exemplo, estão se tornando mais e mais rápidos.

Tudo isso, para atender ao mercado financeiro que precisará cada vez mais de tecnologias de ponta para fazer circular o capital financeiro por todo o globo e em consequência a diminuição do trabalho produtivo.

O grande golpe que este tipo de transação econômica pode nos dá, é a possibilidade de transformar mais humanos em máquinas arquitetadas apenas para gerar ainda mais lucros aos grandes grupos econômicos existentes na atualidade. Isto significa que até mesmo o Fundo Monetário Internacional – FMI tem compreendido que nos últimos anos “o mundo está inundado com excesso de liquidez. Há neste sentido, uma massa crescente de dinheiro à procura de algo rentável para colocar-se”. (HARVEY, 2011, p. 31)

Com isso, o tempo de trabalho se amplia em detrimento ao tempo de formação, pois qual a condição formativa que um trabalhador pode ter no qual o único objetivo é gerar lucro aos seus patrões? Qual o tipo de relações humanas estes trabalhadores podem produzir? Quais suas relações com a produção de bens e serviços para atender as necessidades dos seres humanos?

Poderíamos dizer que os trabalhadores envolvidos nestes tipos de relações de trabalho estão deixando de ser humanos. Poderíamos ainda nos questionar sobre qual seria o real objetivo desses trabalhadores que atuam em bolsas de valores? Seria ganhar dinheiro? Por quê? Para que o dinheiro? Se a lógica do consumo produzida pela classe burguesa é sempre a lógica do descartável, tanto no âmbito da produção material, quanto nas condições de relações de trabalho, em que se

buscam a flexibilização destas relações.

Estas questões por mais simples que possam parecer podem encontrar respostas na complexidade do pensamento capitalista ligados ao capital financeiro. Aqui, corroboramos com Harvey (2011) quando situa que o dinheiro possui em si um formato de poder social que pode ser apropriado por qualquer um. Além disso, continua Harvey:

[...] é uma forma de poder social que não tem limites inerentes. Há limites para quantidade de terra que posso ter, de ativos físicos que posso comandar. [...] as pessoas muito ricas não podem ter bilhões de iates ou condomínios fechados. Mas, não existe limite inerente aos bilhões de dólares que um indivíduo pode comandar (HAVEY, 2011, p. 43).

Como isso, os mais poderosos investidores em capital financeiro irão centrar ainda mais para adquirir mais dinheiro que lhe conferirá seu poder social e exercerá poder sobre os outros e sobre a política, a cultura, a economia dentre outras dimensões.

Diante desse cenário, podemos dizer que o inimigo real da classe trabalhadora não é a burguesia, mas, a estrutura de pensamento produzida por eles, que está vinculado a privatização dos meios de produção e, que sua principal munição na atualidade tem sido o capital financeiro que tem desmobilizado os trabalhadores e os alienados por meio das relações de trabalho que produzem e, pelo tempo de trabalho desprendido, em detrimento ao tempo de formação que as relações de trabalho poderiam proporcionar.

Para a lógica estrutural capitalista o foco é ter mais capital, pois a:

[...] ilimitação do dinheiro e o desejo inevitável de comandar o poder social que ele confere oferecem uma gama abundante de incentivos sociais e políticos para querer ainda mais dinheiro. E uma das principais maneiras de ter mais é reinvestir uma parte dos fundos excedentes conquistados ontem para amanhã gerar mais excedentes. (HARVEY, 2011, p.44)

Na atualidade as formas que tem gerado mais excedente é o investimento nas bolsas de valores utilizando a fundo todas as possibilidades que o capital financeiro lhes proporciona.

A investidura no capital financeiro por parte da classe burguesa, pode ter elementos de contradições no processo da consciência de classe, pois se por um lado diminui o tempo formativo dos sujeitos sociais, por outro pode gerar ainda mais a crise

estrutural do emprego, fazendo com que os trabalhadores se associam criando possibilidades de enfrentamento ao desemprego.

Com isso pode gerar mais trabalhadores associados tendo como princípio as lógicas que vem desde os tempos do associativismo idealizados pelos chamados socialistas utópicos até o projeto social que no Brasil passou a ser denominado de Economia Popular Solidária.

É hora de avançar, e pensar o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária como forma de enfrentamento da crise estrutural do emprego e com base nas instâncias deliberativas dos empreendimentos, formar mais pessoas conscientes de seu papel social, produzidos a partir das relações do trabalho formativo.

As contradições existentes entre o que se produziu no processo histórico e as críticas a Economia Popular Solidária devem servir para se pensar que as relações de trabalho precise sustentar uma relação ontológica de formação humana e não a descaracterização dos processos formativos por meio da expropriação da força de trabalho e a transformação do trabalho humano como sendo apenas mais uma mercadoria utilizada pelos detentores dos meios de produção.

Já foram dados muitos passos atrás agora é hora de avançar para o fortalecimento de outra lógica de produção de bens e serviços e de transformar o tempo de trabalho em tempo de formação humana em que os trabalhadores consigam se ver como também ser histórico e participantes ativos na produção de bens e serviços qualificados para servir a todos os habitantes do globo.

4.1 O VIR A SER NO PROCESSO DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

Diante do exposto, neste estudo, compreende-se que a vida se faz no processo histórico das lutas de classes, que são permeadas de aspectos das experiências vivenciadas no momento em que são desencadeadas as ações dos sujeitos sociais. A base desta afirmativa está explicitada nas análises que fizemos, sobre os dados produzidos em campo e sobre as literaturas que discutimos na defesa dessa tese de doutoramento.

Dentre as literaturas destacam-se o pensamento marxiano e de marxistas que enfatizam abordagens, identificando que as lutas de classes podem se intensificar a partir dos problemas gerados pelo próprio sistema vigente e pelas relações de trabalho no interior deste sistema, o que para Marx (2006, p. 50), “o capital só pode se multiplicar sendo trocado por força de trabalho, criando o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital, multiplicando-o, fortalecendo o poder de que ele é escravo”. Com isso, continua Marx, a “multiplicação do capital é, por isso, multiplicação do proletariado, isto é, da classe operária”. Neste jogo de poder o trabalhador fica à mercê das mazelas que são produzidas por este sistema perverso que degrada as relações humanas em prol do atendimento das demandas desnecessárias dos grandes grupos econômicos.

Se para Marx, no seu tempo e espaço, este era um dos principais fatores de ampliação do capitalista burguês, ou seja, a multiplicação e fortalecimento do capitalista, nos dias atuais a ideologia neoliberal, e sua defesa da liberdade, que finge defender o espaço dos indivíduos, mas na verdade defende o espaço do mercado, os lucros das grandes empresas, o processo de acumulação de renda, e reduz as políticas sociais e os direitos trabalhistas, promovendo a exclusão social, minimizando as ações que Estado tem como responsabilidade e maximizando as qualidades que advém do sistema privado, o liberalismo busca legalizar o processo de aumento dos lucros das grandes empresas, promovendo o processo de acumulação de renda, ao mesmo tempo em que elimina os direitos dos trabalhadores formais e produz a exclusão social.

Desta forma, o capital se apropria da subjetividade do trabalhador, que em grande medida aceita a flexibilização e precarização de seu trabalho ao aumentar seu tempo total de trabalho com a excessiva quantidade de horas de trabalho, e com isso, não mais conseguir separar seu tempo de trabalho de seu tempo de descanso e lazer, transformando o trabalhador em máquinas humanas a disposição *full time* dos detentores dos meios de produção.

Para Marx (2006, p.38) essa relação faz do trabalhador, que detém como “[...] única fonte de rendimento a venda da sua força de trabalho, e diante disso, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem

renunciar à existência”.

Nesse contexto degradante das relações capital trabalho, Marx situa que (2006, p. 51) “o operário morre se o capital não o emprega. O capital desaparece se não explora a força de trabalho e, para explorá-la, é preciso comprá-la.”, pois, continua Marx (2006, p. 38), “o salário é o preço de uma determinada mercadoria, a força de trabalho. O salário é, portanto, determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria.” Se então, entendemos que a classe trabalhadora, hoje, tem no seu salário o valor de uma mercadoria que lhe garante minimamente a sua sobrevivência.

Outra questão posta nesta relação é a necessidade de refletir sobre, como a classe trabalhadora poderá se emancipar dos seus patrões ao perceber que com o crescimento do capital produtivo “significa o crescimento do poder do trabalho acumulado sobre o trabalho vivo, o aumento do domínio da burguesia sobre a classe trabalhadora”. (MARX, 2006, p. 51)

Na contramão desta lógica perversa do capital, os defensores do associativismo, desde as ideias dos socialistas utópicos, até as perspectivas da Economia Popular Solidária na atualidade, destacam com base nos princípios do associativismo que o mais importante nas relações produzidas pelo trabalho e pela força de trabalho é a ampliação da vida nas suas mais variadas dimensões.

Neste sentido, deixa-se de pensar em apenas uma lógica econômica e passa-se a vislumbrar outras possibilidades de relações na qual os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos se diferenciam dos desmandos da classe burguesa que vivem da expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora para o fortalecimento do seu poder.

Diante dessa outra possibilidade, Paul Singer (2002, p. 3) enfatiza que para ter uma “sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. Com isso, os ganhos nas relações produzidas, seriam igualmente redistribuídos entre os membros de um determinado empreendimento que busca no

trabalho associado outra possibilidade de produção econômica.

Ao contrário da economia capitalista apresentada acima por Marx e debatida neste estudo, Singer (2002), descreve que:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos (SINGER, 2002, p. 3).

A abertura de outra possibilidade tira das mãos dos grandes empresários burgueses o domínio sobre a vida e morte do trabalhador e o controle sobre a força de trabalho que é a mercadoria que, a classe trabalhadora tem para trocar pelo salário. Com isso, Paul Singer (2000, p. 13-14) aponta que a economia solidária ao condenar o capitalismo condena também “[...] a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude”.

Com isso, podemos inferir, a partir das reflexões de Singer que, a produção associada na perspectiva da Economia Popular Solidária surge como forma de resistência de parte da classe trabalhadora contra um modo de produção que não levava em conta a ampliação da vida, mas apenas pensava em acumular capital e ampliar o poder sobre as pessoas. Esta situação passa a ser renegada pela Economia Popular Solidária que segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁴⁶, a Ecosol pode ser definida em três dimensões: econômica, cultural e política.

Estas três dimensões destacadas pelo FBES nos remete a Thompson (2011) ao

⁴⁶ Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso dia 10 de março de 2013.

destacar que ambas estão interligadas e não uma a reboque da outra. As reflexões desenvolvidas pelo FBES, que têm como metas, lutar pelas mudanças na sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim, um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Aproxima sobremaneira das condições do vir a ser da classe trabalhadora, no momento em que toma consciência de si e consciência para si.

Na perspectiva das três dimensões, buscamos refletir até que ponto a Economia Popular Solidária na sua forma de produzir as relações sociais e políticas tem conseguido emergir, a partir das classes populares que, fazem a autogestão dos empreendimentos, processo de consciência de classe nos sujeitos, diretamente envolvidos no desenvolvimento do fazer no/pelo trabalho associado?

Os dados empíricos nos demonstraram que há elementos importantes nesse processo, entretanto, a forma de organização, a adesão ao projeto por parte da comunidade, o entendimento dos associados de que estão vivenciando experiências diferenciadas de produção econômica na relação com o trabalho tem minado as pequenas células de consciência de classe por parte dos trabalhadores associados que atuam na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Apesar do FBES, contribuir efetivamente nos debates e tencionamento ao Estado sobre políticas públicas para apoiar os empreendimentos, pois tratam-se de iniciativas com projetos de produção coletivas tais como: cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionária, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho que se relacione com o tempo formativo e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental, há ainda um grande fosso existente entre os trabalhadores que atuam nestes espaços produtivos e a importância que concebem aos espaços formativos desenvolvidos pelo Fórum.

Os espaços produtivos que têm sido ocupados pelos princípios do associativismo na perspectiva da Ecosol, mesmo com as contradições existentes, nos leva compactuar com Paul Singer de que (2005, p. 19) “[...] a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo desta prática”.

Essa identificação feita por Singer e, corroborada por este estudo, nos provocou ao aprofundamento sobre a abordagem do materialismo histórico e dialético de Marx, pois, ao investigar um dado fenômeno que, pelo propósito do materialismo, buscamos nas causas de seu desenvolvimento e as mudanças societárias, nos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as necessidades da vida.

Neste sentido, assim como já destacado em outros momentos do texto, tomamos o materialismo histórico e dialético, neste estudo, como abordagem metodológica de possibilitar a compreensão de fenômenos sociais existentes em nossa sociedade, no âmbito da economia, da história e da política, mediante as contradições existentes sobre estas relações. (PAULO NETTO, 2011).

No que tange à consciência de classe como um dos elementos do percurso histórico societário e pelas experiências formativas dos trabalhadores livres associados. A obra do jovem Lukács contribui sobremaneira com este debate no sentido de explicitar os aspectos mais relevantes dessa consciência. Para ele:

O problema metodológico da economia – a dissolução das formas fetichistas e reificadas em processos que se desenrolam entre homens e se objectivam em relações inter-humanas concretas, a dedução das formas solidamente fetichistas a partir das formas humanas e primárias das relações – proporcionou um fundamento a esta asserção, tanto do ponto de vista histórico como categorial. Com efeito, neste plano, a estrutura do mundo humano aparece a partir de agora como um sistema de relações que se transforma dinamicamente e em que se desenrola o processo de confrontação entre o home e a natureza, entre o homem e o homem (luta de classes, etc). (LUKÁCS, 1974, p. 206-207)

Compreende-se, assim na abordagem feita, que a luta de classes é um processo que advém do movimento histórico, pois, ao se colocar em movimento, o sujeito social passa a vivenciar diversas experiências formativas que poderá produzir uma nova forma de pensar e fazer a vida em sociedade. Porém, este movimento precisa ser conduzido de forma consciente, para que este sujeito tenha condições de se

reconhecer como sujeito histórico capaz de mudar, do ponto de vista estrutural e conjuntural, a sociedade em que vive.

Este reconhecimento pode no momento em que, este sujeito social, produz bens e serviços, a partir das relações de trabalho, identificar e compreender que exerce um papel importante na sociedade no momento em que está produzindo a partir do trabalho.

Neste sentido, continua Lukács (1974, p. 207) “A estrutura e a hierarquia das categorias indicam assim o grau de clareza atingido pela consciência que o homem tem dos fundamentos da sua existência nestas relações, ou seja, a consciência que tem de si próprio”.

Esta consciência de si precisaria revelar ao sujeito social, de que será sempre um vir a ser, ou seja, um sujeito inacabado, no qual ninguém, nem mesmo ele, poderá saber aonde chegará ao seu itinerário histórico existente no percurso da vida. É necessário ter como centro norteador desse itinerário, o processo vivenciado pela consciência sobre sua existência, sobre a existência do Outro e sobre a existência da vida em sociedade.

Porém, como fazer para ter consciência de si próprio? Para ter consciência de pertencimento a outra classe de pessoas que difere dos hábitos culturais e sociais e, que sobre estas dimensões, também diferem dos acessos aos bens e serviços produzidos socialmente?

Talvez a maior dificuldade perpassa em, não simplesmente reconhecer que pertence a outra classe social, mas, em basicamente refletir sobre o que fazer para negar a estrutura de pensamento da classe que detém sob sua tutela a hierarquia do pensar sobre as outras classes.

Quando passamos a pensar de forma autônoma desvinculado desta classe dominante, surgem os conflitos de classes que podem desencadear em lutas de classes. Estas lutas, do ponto de vista coletiva, seriam para verificar quais estruturas de pensamento passariam a tornar-se hegemônica em um determinado momento da história.

Ao olhar por esta lógica, parece que a história se repete. No Manifesto comunista, Marx e Engels (2011) situaram que uma das maiores revoluções sociais da humanidade foi protagonizada pela classe burguesa. Ora, se hoje estamos lutando para mudar esta lógica de pensar, precisaríamos nos ater em pensar que outra estrutura nasceria com a morte da estrutura do pensamento capitalista burguês?

Quebrar paradigmas estruturais de pensamento poderia nos levar a produzir outros paradigmas que ao invés de emancipar os sujeitos, os levariam a novos movimentos de aprisionamento e com isso, poderia começar novamente todas as mazelas já existentes no sistema atual. O que nos restaria a pensar para que de fato os sujeitos sociais pudessem passar a produzir suas vidas por uma lógica que não produzisse novos pensamentos hegemônicos, mas o deixassem livres para pensar de acordo com suas necessidades imediatas?

Apesar de ser uma questão complexa a ser discutida, buscamos no transcórre deste estudo, enfatizar que a formação humana ampliada, na perspectiva do associativismo, por meio das experiências das lutas de classe, seria um dos aspectos de que o sujeito social precisaria para se livrar da lógica reguladora de formação que tem servido apenas para alienar os sujeitos ao mercado de trabalho sobre a lógica do capital.

A formação humana neste sentido passaria a ter outra lógica formativa. Esta lógica poderia, diante do vir a ser hegeliano, levar estes sujeitos sociais, a partir de suas experiências históricas de lutas de classes, a compreender que não possuem um fim sobre os seus aspectos formativos, mas, que transmutará entre teorias e práticas, por meio de uma práxis formativa, tendo como referência processos alternativos de produção da vida em sociedade, dentre eles o associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

As mudanças que ocorre nas experiências dos sujeitos sociais que se põem em movimento podem os levar a caminhos ainda não percorridos pela história da humanidade, não mais um comunismo real, não mais um socialismo utópico, não mais condicionamento que são pensados por outrem. Agora, consciente de si, do outro e do mundo não teria mais paradigmas a ser construídos, pois os paradigmas também seriam transitórios, assim como o eterno vir a ser dos trabalhadores livres

associados, também denominados de sujeitos sociais.

4.2 O ASSOCIATIVISMO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS FORMATIVOS CONTINUAM

Como vimos ao longo desse estudo, o associativismo no percurso da história, ganhou força atividade para o fortalecimento das lutas de classes na sociedade dita como pós-moderna e pós-industrial. Entretanto, somente este fato não garante uma condição de intensificação das lutas de classes, o que para Losurdo (2015):

[...] É luta de classes aquela que aponta à libertação/emancipação das classes exploradas, mas não aquela que se propõe luta de classes aquela que tem como protagonista uma classe que conseguiu a emancipação política, mas não a econômica e social, ao passo que não seria luta de classes a luta conduzida por uma nação que está aquém da própria emancipação política? (LOSURDO, 2015, p. 26)

O nosso percurso de escrita, análises, interpretações, inferências e considerações tem nos levados a evidenciar que as lutas de classes no processo histórico da humanidade perpassam por um entendimento do que seria a libertação/emancipação, da classe trabalhadora, que é subjugada pela classe que detém de forma privatista os meios de produção.

Mauri Iasi nos provoca a adensar a discussão que trazíamos como pano de fundo e que hoje tem sido para nós no itinerário deste trabalho um dos principais elementos para pensar a consciência da classe trabalhadora. A provocação se encontra no sentido de refletir:

Porque nossa consciência de classe engatinha e tem enormes dificuldades de alcançar autonomia histórica tão necessária ao confronto inevitável com o nosso inimigo de classe e acaba se diluindo, ainda de forma tão evidente, nos meandros ideológicos do universo liberal burguês? (IASI, 2011, p. 97)

Se, compreendemos que o fato de trabalhadores se unirem em prol de um movimento com base nos princípios do associativismo trará novos elementos para o embate das lutas da classe trabalhadora a partir de novas relações de trabalho e das próprias condições de trabalho, podemos inferir, assim como propusemos no título deste item, que os caminhos formativos continuam e se intensificam, sob a lógica do trabalho mútuo e cooperativo pensando a coletividade tendo como perspectiva a Economia Popular Solidária.

Esta percepção de que o processo de formação nunca acaba, mas continua, faz dos caminhos traçados, até o momento, pelos sujeitos históricos e sociais da pesquisa de campo, nos inter-relacionam em atentar para o fato de que a formação dos sujeitos tende a se consolidar nas interações entre o território material que é a Economia Popular Solidária com o território teórico no processo de formação das novas possibilidades de uma economia social.

Emancipar na forma como Marx explicita, é romper com todas as mazelas que o sistema capitalista tem forçado os trabalhadores a viverem, em que no momento da venda de sua força de trabalho, passam a sofrer com os desmandos da classe que detém os meios de produção, tanto no processo das relações de trabalho quanto sobre o valor estipulado sobre a força de trabalho desprendida pelo trabalhador.

Evocamos o que temos chamado de categoria, discutida no capítulo II item 2.3 deste estudo que trata da inconsistência das lutas de classes, pois os trabalhadores apesar de estarem associados e viverem em certa medida, movimentos que atuam na perspectiva da contra-hegemonia, há neste movimento grupos de trabalhadores que ainda não compreendem, de forma consciente, que estes espaços estão postos para além de apenas sustentar suas demandas fisiológicas e as demandas advindas dos seus.

Para além destas necessidades, outros elementos que nos faz evocar a inconsistência nas lutas de classe é a própria condição de querer ser parecido ao burguêsno processo de produção e manutenção de status e utilizar de artimanhas hierárquicas no momento da produção de bens e serviços nos espaços da associação.

Na contramão das inconsistências das lutas de classes percebidas nos espaços do trabalho associado, pudemos vislumbrar o tempo de formação sendo muito mais presente do que o tempo de trabalho. Assim como proposto por Pistrak nos “Fundamentos da escola do trabalho”, ao destacar a importância de que todos passem pelos postos de trabalho para compreender a dinâmica produtiva, nas associações pudemos identificar esse elemento importante para o processo de emancipação humana na relação de trabalho.

A trabalhadora associada Maria Helena do Banco Sol vinculada a Associação Costumes Artes (2015), destaca que, “Como não temos um superior para nos mandar fazer as coisas, pois todos nós trabalhamos juntos, precisamos ter consciências de que as coisas precisam ser feitas.” Para esta trabalhadora o tempo de formação nas relações de trabalho ocorre quando os trabalhadores deixam de pensar de maneira individual para pensar coletivamente suas ações no ato do trabalho.

Negar a efetividade da participação nos espaços deliberativos da associação tem sido uma das maneiras de minar o movimento associativistas de processos libertários e emancipadores. Com isso, as questões essenciais das associações passam a ser relativizadas e não mais discutidas e consensualizadas. Para Lukács (2010, p. 95) “o relativismo moderno protesta contra a objetividade dos critérios de valor em nome, inclusive, da complexidade da vida”.

Apesar da prática do trabalho associado situar espaços de ampliação de formação, existe ainda a fragilidade no reconhecimento de que fazem parte de uma instituição que busca romper com a lógica de produção do capital e fomentar por meio dos espaços formativos existentes nas associações a participação democrática nas decisões sobre os rumos das produções de bens e serviços tem sido um dos principais elementos de inconsistência na luta de classe desencadeado pela proposta do associativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Se o comunismo real não foi de fato um processo emancipatório sobre as relações existentes diante dos problemas sociais da classe trabalhadora, não se pode negar que seus princípios permitirão na contramão da situação atual uma sociabilidade dos recursos produzidos que terá mais pessoas podendo acessar os bens e serviços produzidos social e historicamente.

Entretanto, não basta negar o sistema capitalista vigente e assumir outra forma econômica de produção, mas é necessário que todos os trabalhadores tomem consciência de seu papel social diante das relações que o trabalho pode lhes proporcionar.

Quando Marx nos provoca a pensar que os trabalhadores não têm nada a perder em

uma revolução comunista, a não ser suas correntes. Ele sabe que a perda das condições de vida da população seria na possibilidade de encontrar outros elementos para dar conta de viver a vida na liberdade das ações de forma consciente.

A palavra liberdade produz em nós o sentido mais sublime da vida humana, pois nascemos para a liberdade e é dela que queremos viver nossa condição humana racional. Entretanto, ao perceber que outro nos subjuga para retirar o que há de mais humano que é o processo ontológico do trabalho, nos levar a fazer deste movimento um ato de rebeldia contra a classe social que busca a todo custo alienar a classe trabalhadora.

Se para Paulo Freire a palavra liberdade difere de libertação é para nós um campo de confluência pensar que nem todos que estão libertos possuem de fato sua liberdade de pensar e agir sobre os fatos e situações da vida, pois, somente pode-se ter liberdade quando o sujeito social for completamente desalienado deste sistema.

Marx (2015) ao relatar as experiências no processo da Revolução Francesa demonstra que:

[...] os seus chefes mais importantes na Assembleia Nacional e na imprensa vão caindo uns após outros, vítimas dos tribunais, e são colocadas à sua frente figuras cada vez mais equívocas. Em parte, atira-se para experiências doutrinárias, bancos de troca e associações operárias, isto é, para um movimento no qual renuncia revolucionar o velho mundo, com a ajuda dos grandes meios que lhe são próprios, procurando antes realizar a sua redenção nas costas da sociedade, pela via privada, dentro das suas limitadas condições de existência, e, portanto, necessariamente, fracassa. Parece que nem pode descobrir novamente em si mesmo a grandeza revolucionária, nem tirar nova energia das alianças de novo concluídas, até que todas as classes contra as quais lutou em junho não estejam por terra a seu lado. Mas, pelo menos, sucumbe com as honras de uma grande luta de alcance histórico-universal; não só a França, mas também toda a Europa treme perante o terremoto de junho, enquanto as sucessivas derrotas das classes mais altas são conseguidas com tanta facilidade que só o insolente exagero do partido vencedor pode em geral fazê-las passar por acontecimentos, e são tanto mais ignominiosas quanto mais longe fico do proletariado o partido que sucumbe. (MARX, 2015, p. 219-220)

Para romper com este mecanismo em que as circunstâncias materiais se produzem constantemente no movimento de alienação, aprisionamento e ignorância do povo, em especial da classe trabalhadora, pode-se dizer que a solução seria o processo

integral de libertação de uma estrutura mental que tem colocado sob a égide da privatização dos meios de produção.

Esta libertação traria a livre iniciativa da classe trabalhadora para poder pensar suas relações com o sistema e sua condição de classe que produz as riquezas das nações sobre os diversos aspectos produtivos tendo por base uma educação/formação que de fato emancipe-os a pensar que nas relações humanas o desenvolvimento histórico cultural e tecnológico é um bem de todos os seres humanos, pois trata-se da evolução de nossa espécie.

Sobre o associativismo como veio de educar os seus associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, destacamos aqui as dimensões formativas mais importantes que ocorrem no momento em que os associados passam a vislumbrar os espaços de formação em atividade, tais como: a Assembleia Geral, o Conselho Administrativo e Fiscal e os Comitês.

Como já foi destacado neste estudo a Assembleia Geral é o órgão máximo de decisões, na composição de uma associação. Neste espaço, que é formado por todos os associados, são discutidas as principais questões relativas às atividades da associação e realiza as eleições para o Conselho Administrativo, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

Conselho de Administração ou Diretoria é órgão representa a instância superior da administração da cooperativa e/ou da associação. É de sua competência a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembleia Geral. O Conselho de Administração ou Diretoria será formado por cooperado no gozo de seus direitos sociais, com mandatos de duração (no máximo 4 anos) e de renovação estabelecida na legislação.

O Conselho Fiscal é formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos para a função de fiscalização da administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições. É um órgão independente da administração. Tem por objetivo representar a Assembleia Geral no desempenho de funções durante um período de doze meses, com exceção do ramo crédito que é de 03 (três) anos.

Já os Conselhos Consultivos, que podem ser, temporários ou permanentes, constitui-se em órgão auxiliar da administração. Pode ser criado por meio da Assembleia Geral com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar, modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação de programas de educação cooperativista junto aos cooperados, familiares e membros da comunidade da área de ação da cooperativa.

Com base no seu Estatuto social, que se constitui de um conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos de uma determinada cooperativa e/ou associação e que foi elaborado com a participação dos associados que precisam compreender a lógica da cooperação. Este documento precisa deixar claro sobre os objetivos e metas a serem alcançados.

Os associados se reúnem em Assembleia Geral Ordinária (AGO) que é realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre prestações de contas, relatórios, planos de atividades, destinações de sobras, fixação de honorários, cédula de presença, eleição do Conselho de Administração e Fiscal, e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados.

Também ocorre Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que é realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da associação. É de competência exclusiva da AGE a deliberação sobre reforma do Estatuto, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos e dissolução voluntária ou não de associados.

Esses espaços guardam consigo condições reais da ampliação formativa dos sujeitos sociais diretamente envolvidos nos empreendimentos livres associados, na perspectiva da Economia Popular Solidária ao abrir oportunidades de participação de todos os associados, tanto no planejamento das atividades por meio das reuniões na Assembleia Geral, quanto a sua execução, no ato real do trabalho associado.

A potencialidade que o trabalho associado permite, pois, ao atuar de forma consciente nos espaços livres e associados passam a desenvolver experiências formativas de observação nos mais simples afazeres que diferencia da lógica que o sistema capitalista impõe. Um dos sujeitos da pesquisa consegue ver isso de forma clara no seu discurso ao diferenciar as associações com base na Economia Popular

Solidária das cooperativas de empregados. Para ele:

O que acontece com a cooperativa em tese a cooperativa é um grupo de trabalhadores que se unem para garantir seu sustento às vezes com recuperação de empresas às vezes devido a ser comum o trabalho, o trabalho deles, serem parecidos, eles se une para trabalhar mais aí o que acontece geralmente estes grupos estão ali para se colocar no mercado capitalista de novo entendeu a técnica da economia solidária é que se não andar em grupo produzir em grupo no final das contas ela tem um fim que é o que convive com o resto da economia. (Dettman, 35 anos, Banco Terra – Associação GG5, 2016⁴⁷)

A visão deste trabalhador livre associado permeia aspectos de um intelectual orgânico na perspectiva das ênfases que Gramsci concebe no texto cadernos do cárcere. Para Gramsci (2001, p. 16)

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio desta capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo. Mas a formação dos intelectuais no mundo feudal e no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração seguem caminhos e modos que é preciso estudar concretamente (GRAMSCI, 2001, p. 16).

No caso dos trabalhadores livres associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, há alguns elementos importantes a serem considerados como possibilidades de consciência de classe. Além dos espaços formativos que o associativismo permite, há o próprio movimento de sobrevivência das associações. Para que isso ocorra é preciso negociar, mobilizar, articular, planejar e desenvolver ações coletivas para a manutenção da associação.

Estas e outras ações podem, no diversificado mundo das relações de trabalho tendo os princípios econômicos e solidários arraigados, fazer destes trabalhadores em formação, vanguardistas de um novo movimento de embates contra a classe burguesa.

Com isso, o tempo de formação ganha outros formatos de ampliação formativas dos trabalhadores livres associados, quer pela função que exercer no interior da associação, quer pela possibilidade de participação nos espaços deliberativos que a

⁴⁷ Trabalhador livre associado vinculado ao Banco Terra da Associação GG5.

associação lhes permite atuar.

Nas possibilidades formativas que as lutas de classes possuem, podemos concordar com Harnecker (2012) ao destacar que a definição das coisas e das políticas, não é a superioridade numérica de uma determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe. Porém, para que este interesse seja bem definido os trabalhadores precisam alcançar um patamar de consciência que lhes proporcionam uma identidade de classe trabalhadora. Esta consciência de acordo com Thompson advém do movimento das lutas de classe no processo histórico.

Harnecker (2012) contribui ainda com esta reflexão ao situar que:

[...] constituem uma força social-proletária todos aqueles operários com consciência de classe que lutam por seus interesses de classe; mas também fazem parte dessa força social-proletária todos aqueles outros setores sociais que assumem, na luta, posições proletária de classe (...). Essas forças social-proletária enfrentam, no cenário político, outras forças sociais: burgueses, latifundiários – feudais ou pequeno-burgueses. Cada uma delas, por sua vez, está constituída pelos seus setores mais ativos e por aqueles setores sociais que assumem a defesa desses interesses de classe (HARNECKER, 2012, p. 86).

Ao ser formado no sentido emancipatório, os sujeitos, passam a intensificar nos setores da classe trabalhadora uma força atividade de avançar contra as mazelas produzidas pela classe dominante que aliena os sujeitos sociais e os tornam apenas fazedores de trabalho para atender aos seus interesses.

Retomando a citação de Iasi (2011) ao abordar que a questão de fundo aqui não pode ser discutida sem encarar o fato de que o processo de consciência de classe se insere em um momento maior, que é a transição de um modo de produção para outro. Na medida em que se operem transformações revolucionárias, em que se passe a estabelecer novas relações, podemos estar iniciando a construção de um novo patamar da consciência humana.

Para Lukács (1974) a consciência não está para além da evolução histórica real e não é o filósofo que lança a consciência no mundo. Lukács ainda destaca que o filósofo não tem o direito, portanto, de lançar um olhar arrogante sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezarem.

Portanto, a transformação das consciências não está além da luta política e da

materialidade onde está se insere. É ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação. Sobre esta dinâmica Lukács faz o seguinte apontamento destacando as questões das crises societárias. Para ele:

[...] Quanto mais profunda é a crise, maiores são as perspectivas da revolução. No entanto, quanto mais ela é, quanto mais camadas da sociedade ela atinge, maior é o número de movimentos distintos e elementares que se entrecruzam, mais confusas e cambiantes tornam-se as relações de força entre as duas classes, a burguesia e o proletariado, de cuja luta depende, em última instância, o resultado final. Se o proletariado quer ser vitorioso nessa luta, tem de apoiar e sustentar toda corrente que contribui para o desmonte da sociedade burguesa, procurando integrar no movimento revolucionário geral todo movimento elementar, por menos claro que seja de qualquer camada oprimida. (LUKÁCS, 2012, p. 50)

As indicações feitas por Lukács alimentam sobremaneira as ações que advêm dos empreendimentos livre associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, entretanto, os aspectos formativos podem ser melhores direcionados, quando identificamos a possibilidade de/no trabalho associado os trabalhadores avançar no processo de consciência de classe a partir das experiências formativas no território do trabalho.

Identificamos no percurso das idas e vindas ao território da pesquisa que apesar de haver formações mais intensas para as lideranças das associações vinculadas a Economia Popular Solidária tanto pela Secretaria Nacional, quanto pelos órgãos estadual e municipais, há um movimento muito tímido no que se refere a formação de novos quadros que possa levar a diante a proposta da Economia Popular Solidária, o que se certa forma fragiliza o movimento.

Os principais gestores do banco Terra vinculado à associação GG5, são do sexo masculino. Dettman atua na Economia Solidária há mais de dez anos e o Junior que ainda está ainda compreendendo os reais objetivos desta forma diferenciada de produção em âmbito local, regional e nacional, mas mesmo tendo pouco tempo de atuação na Economia Solidária já representa o grupo do GG5 em mais de dois espaços de debates, proposições e direcionamentos das propostas da Economia Solidária.

Estes dois possuem um laço de amizade que está para além dos afazeres na associação GG5, no empreendimento do banco Terra e outras ações que a

associação desenvolve, tais como o Terrazine⁴⁸. Neste espaço este tipo de relações fortalece o vínculo de ajuda mútua.

Nas interpretações sobre os dados da pesquisa de campo é que falta formação de base. Os dois trabalhadores associados, apesar de estarem bem envolvidos com a Ecosol, precisariam pensar para além da produção de bens e serviços, mas em compreender os processos superestruturantes e estruturantes que a Ecosol propõe.

Para outros trabalhadores livres associados o ato do trabalho tem ocorrido formação para além da ação no fazer das relações de trabalho, entretanto, pode-se verificar que o processo formativo não compreende a amplitude teórica e prática que a associação pode proporcionar, mas é o limite de formação assistencialista momentânea. Para a Loane (Banco Abraço, 2015) ao ser questionada se ocorre formação humana no ato do trabalho, relata:

Sim. Nós aqui, vou falar daqui [Branco Abraço], não é todos, tem companheiro que as vezes que está com o filho doente e a gente tenta ajudar, tem outro de fora que já foi daqui, mas não está e ele quer voltar, mas a gente compreende que, vamos dizer a associação não está necessitando do trabalho dele porque ele não é um bom [...] nós tínhamos o desejo de ajudar ele, vamos dizer, financeiramente, então eu acho que tem sim esse humanismo, esse sentimento de ajudar o próximo.

Apesar de ocorrer avanços no processo de consciência de classe, percebe-se que há muitos limites apontados pelos próprios trabalhadores o que por nós tem sido interpretado como movimentos das experiências da classe trabalhadora assim como destacadas por Thompson (2011) nos textos sobre a formação da classe operária inglesa.

As contradições na fala de uma das trabalhadoras associadas da Associação Bacia do Aribiri, nos mostrar o quanto há falta de entendimento sobre a formação para a vida. De acordo com ela, as diferenças formativas entre o sistema capitalista e a proposta da economia solidária são grandes na teoria o que na prática se reduz a quase nada. Para ela somente consegue compreender melhor a economia solidária quem vai ao fundo dessa proposta, o que não acontece com a maioria dos

⁴⁸A Unidade Produtiva Terra Zine de Economia Solidária, foi criada em maio de 2006, quando a comunidade precisava de um grupo para dar continuidade ao Informativo “Riquezas da Terra”, o grupo de jovens da região 5 de Vila Velha-ES também desenvolveu o 2º número da Cartilha “Juntos somos fortes” para o Banco Terra e “Canelinha Verde” para o MOVIVE.

trabalhadores livres associados ligados a economia solidária.

A afirmação desta trabalhadora associada enfatiza os limites que ainda há na proposta formativa que o trabalho associado proporciona, pois, mais do que estar nos espaços do associativismo é necessário compreender este como sendo de ampliação de formação e produção social das relações de trabalho e não somente em atender as necessidades biológicas/fisiológicas.

Ela ainda destaca que nos momentos de produção e comercialização dos produtos acaba sendo um espaço em que o sistema capitalista vem à tona, pois vivencia nas feiras experiências que muitos trabalhadores querem de fato se sobressair aos outros e não há muito o sentido da partilha e acaba elevando o sentido da livre concorrência dos produtos produzidos nos espaços da economia solidária.

Ao ser questionada sobre a formação humana esta trabalhadora destaca que ela ocorre:

[...] Através de cursos, palestras, encontros que nos proporciona aprender mais sobre a economia solidária. Formação humana para mim ainda está ligada ao caráter e as perspectivas que você tem tudo que você aprende e pode ser absorvida do conteúdo humano, lembrando que na teoria isto ocorre muito mais, pois na prática do fazer cotidiano isso deixa a desejar. (Glaucineide, 26 anos, Banco Verde Vida – Associação Bacia do Aribiri, 2015)

Outro trabalhador livre associado da Associação Bacia do Aribiri, faz diversos destaques ao ser questionado sobre o processo de formação humana no ato do trabalho. Para ele a formação humana ocorre no dia a dia, entretanto, enfatiza o trabalhador:

[...] ainda estamos muito atrasados para isso por causa do sistema [capitalista]. Muitas pessoas nossas está dentro da economia solidária e nem sabe que está, porque a economia solidária ela vem desde as primeiras gerações a solidariedade, e você vê que a solidariedade existe mais entre os animais, nós poderíamos copiar, mas nós ainda somos egoístas o eu, eu quero pra mim, as vezes eu estou dentro da economia solidária, mas só finjo ainda tem isso, é claro que já avançamos muito, podemos avançar mais, mas ela é uma formação de base, a base familiar, eu falei do início das minhas relações veio da família, a solidariedade vem da família, você constrói com a criança pra ele partilhar um pão que ele está comendo com o outro ele vai ser uma pessoa solidária no futuro, mas se você ensina seu filho a não partilhar com ninguém o que ele vai ser no futuro? (Joãozinho, 69 anos, Banco Verde Vida, Associação Bacia do Aribiri, 2015)

Estas indicações feitas pelo seu Joãozinho nos levam a aproximar das ideias do que ficou denominado de comunismo primitivo, a partir das existências de clãs que tinha as vidas sob a égide da vivência coletiva de produção. Engels (2012) destaca muito bem, estas relações do comunismo primitivo no texto “a origem da família, da propriedade privada e do Estado”, ao descrever experiências de grupos que viviam em ilhas no Pacífico e possuíam uma economia comum.

O que diferencia da ideia de economia solidária familiar relatada pelo seu Joãozinho é que no comunismo primitivo os tipos de vivências remontam a existência de uma vida realmente coletiva e não apenas na partilha de alimentos. Entretanto, não há como negar que ao experimentar a partilha do alimento pode-se também partilhar a vida produtiva sob a lógica da produção coletiva.

O reconhecimento deste trabalhador livre associado de que há muito para se avançar pode ser de grande relevância para que em tempos de formação ocorra processos de consciência e de pertencimento a classe trabalhadora que em certa medida produz as riquezas das nações.

Seu João ainda relata que a vivência na Economia Solidária tem proporcionado uma condição de formação ampliada. Para ele este formato de produção de bens e serviços fornece:

[...] oportunidade de a gente está fazendo um trabalho de base, pois há muitos jovens dentro da economia solidária, tem pessoas que já adaptam com facilidade, mas tem pessoas que ainda vai demorar um tempo para entender que nós somos dependentes um do outro, queira ou não, não existe se a gente sentar e imaginar que eu dependo do outro, aí a coisa muda e nós temos egoísmo. Eu estou pagando com meu dinheiro, isso é ilusão que nós temos, tudo é vaidade assim diz a palavra de Deus, tudo é vaidade, para você vir aqui de carro alguém fez ele, custou o seu dinheiro, mas alguém fez, você sabe de onde veio essas peças? As vezes tem peças no seu carro que nem foi fabricado no Brasil, e tem peças que foi pessoa analfabetas que começou lá que saiu da terra que saiu o mineiro, então nós não avaliamos isso, e às vezes a pessoa tem um grande quantidade de dinheiro ele diz eu vou lá e compro o alimento e joga até fora, mas ele esquece que quem plantou lá foi o agricultor, a mão pesada, a mão grossa, o analfabeto que não sabe nem falar, mas que tem uma riqueza imensa que a gente não valoriza isso que é produzir pra matar a fome de todos nós, do rico, do pobre e de todo mundo, é aquele agricultor que planta lá que vem tudo da terra então no dia que nós entender que nós somos dependente um do outro e eu sempre digo uma frase : se eu tenho energia na minha rua é porque mora gente lá, se tem uma rede de esgoto é que tem gente que mora, se eu tenho uma linha de ônibus que passa lá onde eu moro não é porque o Joãozinho é mais bonito que ninguém, é porque tem outros moradores ali. As vezes o cara nem gosta de mim e eu não gosto

dele apesar de não ter isso comigo. Eu gosto de todo mundo, se tiver alguém que não gosta de mim isso é problema dele né? Mas as vezes ele é a causa do desenvolvimento onde eu estou mesmo eu não gostando dele e ele não gostando de mim. É por causa dele e dos outros que moram ali que nós temos o desenvolvimento. E isso é em tudo, uma grande empresa às vezes tem que importar tecnologia lá de fora, então estamos dependendo de outros países. (Joãozinho, 69 anos, Banco Verde Vida, Associação Bacia do Aribiri, 2015)

O inacabamento dos processos formativos dos sujeitos sociais nos demonstrou mais do que nós buscávamos compreender no movimento da pesquisa, pois mesmo diante de simplicidades de relatos e falas dos sujeitos podemos perceber que os processos formativos continuam a ser permeado de contradições entre o que é objetivo da Economia Popular Solidária e os objetivos coletivos dos trabalhadores livres associados.

A certeza de que somos sujeitos que vivem em processos de formação nos leva a compreensão de que na relação ensino aprendizagem, no que tange as questões da vida cotidiana, sempre aprendemos e ensinamos ao mesmo tempo no processo de interdependência da vivência em sociedade. Para o seu Joãozinho isso é notório em processo formativo.

Então, todos somos irmãos, todos nós, e aí eu repito sempre queira ou não somos dependentes um do outro. Às vezes uma pessoa tem muito dinheiro e cai lá né em um sistema de dificuldade de saúde e está internado e quem vai salvar a vida dele é uma pessoa que ele nunca viu que vai lá fazer doação de sangue e vai salvar a vida dele e ele nunca vai saber quem é, nem quem doou sabe para quem foi usado o sangue e nem quem recebeu sabe de onde saiu. Por isso nós temos que respeitar um ao outro né? E ter essa mentalidade que nós não vivemos sozinho. (Joãozinho, 69 anos, Banco Verde Vida, Associação Bacia do Aribiri, 2015)

Lukács situa que para lutar contra a burguesia é necessário que o proletariado consiga neste movimento se compreender enquanto um sujeito histórico que carrega a experiência da luta de classes e a inacabada formação proporcionada pelo movimento da história. Para ele “apenas a concepção dialética da necessidade das tendências históricas de desenvolvimento, cria o ambiente teórico, para a irrupção do proletariado como força autônoma na luta de classes”. (LUKÁCS, 2012, p. 39).

A concepção dialética destacada por Lukács pode, em nossa contemporaneidade, ocorrer sobre diversos aspectos, dentre eles, a condição de mesmo pertencendo à classe de trabalhadores assalariados, parte desta classe, não lutar contra o pensamento capitalista burguês, mas ao contrário, assumir como sendo o

pensamento comum entre as classes, vivendo em condições de pequeno burguês.

Esta classe de trabalhadores se diferencia das classes de trabalhadores mais pauperizadas pela expropriação de sua força de trabalho, pois enquanto esta segunda consegue vender sua força de trabalho por preços irrisórios (salário mínimo), a primeira tem um valor elevado de sua força de trabalho podendo acessar os mesmos bens e serviços que a classe burguesa tem acessado.

Entretanto, para Lukács no seu tempo histórico, alguns aspectos sobre essa dialética seriam de grande relevância, pois a burguesia assumiu um papel importante no momento das revoluções modernas para que o desenvolvimento societário pudesse chegar aonde chegou. Destaca Lukács:

Somente quando esse desenvolvimento estiver em estágio muito avançado, quando a burguesia tiver varrido econômica e politicamente os resquícios do feudalismo e, em seu lugar, tiver erigido um país moderno, capitalista e democrático, somente então poderá ter início a luta de classes autônoma do proletariado. (LUKÁCS, 2012, p. 39)

Esses tempos, já se foram com a revolução burguesa do século XVIII, entretanto, a luta de classes que esperávamos nascer por meio das experiências dos trabalhadores assalariados, parece que tardará em se efetivar. Ora porque a classe trabalhadora ainda não compreendeu seu papel no que tange o processo revolucionário, ora porque está cada vez mais alienando-se de discussões críticas que permeiam as dimensões que compõem a vida em sociedade: econômica, política, cultural.

O que nos resta é tencionar a sociedade política para que nos dê elementos importantes para que os trabalhadores assalariados consigam transitar entre suas demandas fisiológicas e as demandas de formação para a vida como um todo, no sentido da continuidade dos conflitos gerados pelas lutas de classes, por meio da formação continuada dos trabalhadores.

A diferença existente neste contexto, é que o tempo de trabalho (Kronos – tempo do trabalho improdutivo), leva o sujeito social a se desumanizar a produzir características não humanas, mas arraigados de individualidades. Já o tempo de formação (tempo Kairós – tempo do trabalho produtivo) amplia possibilidades e resgata o que há de mais humano no processo formativo a partir das relações de

trabalho, o movimento do inacabamento do sujeito. Neste contexto, compreendemos que a contribuição de Lukács (2010, p. 183) vem nos proporcionar a ideia do vir a ser da classe trabalhadora, pois para ele:

O fato de que o capitalismo se consolidou não significa, decerto, que tudo esteja pronto e acabado e que a luta e o desenvolvimento tenham cessado, inclusive na vida de cada indivíduo. Isso significa apenas que o sistema capitalista se reproduz sempre como tal, num nível cada vez mais elevado de inumanidade “consolidada”. O sistema se reproduz ininterruptamente, mas este processo de reprodução é, na realidade, uma série de lutas ferozes e cruentas, inclusive no âmbito da vida de cada indivíduo, que é transformado em acessório desumanizado do sistema capitalista, mas não é tal desde o seu nascimento (LUKÁCS, 2010, p. 183).

Esta é a maior possibilidade formativa dos trabalhadores associados, em que não se finalizam processos, mas pelos espaços existentes nas associações, sob a perspectiva da Economia Popular Solidária, podem em circunstâncias dos tempos formativos gerar processos de consciências de classe dos sujeitos que estão envolvidos no trabalho associado.

O inacabamento dos processos vincula a história da humanidade em um constante vir a ser, pois assim como a burguesia ao seu tempo e nos dias de hoje, bem como os trabalhadores assalariados, são sujeitos históricos que vivem por meio das experiências, sendo que a segunda, ora pela alienação, ora pela autoemancipação. Com base nesta afirmativa, de acordo com Iasi (2011, p. 113), “[...] pode se apresentar alternativas societárias a partir de seus interesses particulares que representam a universalidade, a continuidade de espécie contra as forças que a ameçam. [...] pela ação concreta que são capazes, ou não, de implementar no terreno concreto da luta de classes.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a afirmativa lukácsiana de que interpretar é sempre um risco. Considerando o destaque feito por Schopenhauer (2009, p. 67) de que “sempre que possível, é melhor ler os verdadeiros autores, os fundadores e descobridores das coisas, ou pelo menos os grandes e reconhecidos mestres da área. E é melhor comprar livros de segunda mão do que ler conteúdos de segunda mão”. Considerando ainda, todo o percurso feito no desenvolvimento deste estudo, quer seja pela pesquisa teórica, bem como pelos dados empíricos produzidos em campo, é que nos arriscamos a interpretar e defender neste estudo a tese de que há “limites e possibilidades sobre os processos de consciência de classe, de sujeito em formação, no/pelo trabalho associado na perspectiva da Economia Popular Solidária no estado do Espírito Santo.”

Estas considerações produzem características assertivas para a construção literal deste estudo ao compreendermos que das revoluções que mudaram estruturas de pensamento, a mais intensa foi a da burguesia que traz consigo elementos de um processo de mudança estrutural que vai desde as dimensões políticas e econômicas até as dimensões culturais e sociais no contexto atual.

Com isso, tanto a burguesia nos tempos das revoluções na Europa, quanto o proletariado nas incursões de lutas pelas melhorias de suas condições de trabalho e mesmos nos tempos de pensar outras estruturas societárias, caracterizam-se como sujeitos históricos, pois, possuem interesses que diferenciam de seus adversários no momento de produção da vida, o que pode acentuar mudanças na lógica produtiva.

O conjunto dos jogos de interesses geram possibilidades de mudanças no processo de produção e distribuição das riquezas produzidas histórica e socialmente pelos trabalhadores, o que se revela como uma potência nos tempos de crises ideológicas e de manutenção da essência combativa dos trabalhadores contrários à lógica de produção que enfatiza a relação capital trabalho, o que gera a expropriação da força de trabalho e a produção de mais-valor.

Entretanto, alcançar esta possibilidade é um dos grandes desafios da classe trabalhadora que cada vez mais tem perdida sua condição de luta em prol de

atender suas necessidades secundárias de acesso e consumo a bens e serviços impostos pela classe burguesa de forma que, o essencial nas lutas de classes, passa perder território combativo.

Assim como enfatizamos ao longo deste estudo, reforçamos o que foi posto por Iasi (2011) no seu destaque sobre o proletariado quando trata da existência, na atualidade, de uma diversidade de trabalhadores e cada um desses agrupamentos mesmo fazendo parte da mesma classe não se vê de maneira igual o que acaba por dificultar essa “consciência” de classe ou “consciência crítica”.

Corroborando com esta indicação de Iasi e ao nosso entender os trabalhadores livres associados são integrantes desta parte de trabalhadores que podem no movimento de formação no/pelo trabalho associado fazer emergir por meio de suas ações e participações nos espaços do associativismo processos de consciência de classe.

No limiar de possibilidades, nos debruçamos em analisar a literatura marxiana e compreender a luz das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa de campo sobre os espaços formativos existentes nos empreendimentos livres associados, tais como: as Assembleias Gerais, os Comitês e os Conselhos, que podem no momento das decisões e deliberações, fomentar processos de lutas de classes, com base nas experiências do trabalho associado.

Compreendemos que neste movimento, desencadearia processos de tomada de consciência, a partir das experiências vivenciadas, por parte, dos sujeitos sociais, de que pertence à classe de trabalhadores que tem negado a lógica do sistema capitalista burguês em prol de outras condições de produção da vida por meio, do associativismo, na perspectiva da Economia Popular Solidária.

O associativismo possui como princípio a defesa pela condição mais adequada a vida em comunidade e busca resgatar os movimentos históricos desencadeados pelos socialistas utópicos e posteriormente analisados, mais de perto, por Marx e Engels, desembocando em nossa contemporaneidade, enfatizadas por experiências da livre associação.

Com isso, inferimos que o processo de consciência de classe está diretamente

vinculado à atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-lo em cada homem isolado no conjunto das relações sociais, pois os homens se realizam no conjunto das relações que lhes são possíveis realizarem. Neste sentido, infere-se ainda, que a consciência emerge do processo social na medida em que a ação dos homens tende a buscar aspectos mais próximos a teleologia que procura explicar estas ações como um trajeto em direção a uma finalidade que, em última instância, é a realização plena e praticável do espírito humano. A consciência é, pois, um produto social desencadeado a partir das ações consciente dos homens.

Nesse cenário, entende-se que a consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas para o indivíduo que toma consciência; é simultaneamente a da natureza que inicialmente se depara com o homem como uma força francamente estranha, toda poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemoriza tanto como os animais; e, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (MARX; ENGELS, 1991, p. 36).

Fomos sendo provocados, o tempo todo a pensar para fora dos fragmentos produzidos na sociedade de que as divisões sociais são rearranjos do processo do sistema capitalista e, passados 8 (oito) anos desde nosso primeiro encontro e envolvimento com o trabalho associado, por meio da pesquisa desenvolvida em 2009 pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal do Espírito Santo, pudemos vislumbrar momento específico de avanços e retrocessos dos grupos de Economia Popular Solidária, na grande Vitória, no estado do Espírito Santo, principalmente em momentos de crise estrutural do trabalho.

A possibilidade em debruçar efetivamente sobre uma temática de tamanha envergadura tem nos proporcionado vivenciar momentos formativos que se direciona para além de apenas obter mais um título na academia, mas tem nos permitido compreender que as lutas de classes irão se acirrar, cada vez mais, enquanto a classe detentora dos meios de produção quiser expropriar da força de trabalho da classe trabalhadora e negar o que é essencial nesta parte da população, sua condição ampliada de formação nas relações com o trabalho.

Entretanto, para que as lutas se intensifiquem e os processos formativos por meio do tempo formativo continuem, considera ser de suma importância reduzir os limites e ampliar as possibilidades sobre o processo de consciência de classe, da classe trabalhadora.

Para que os limites sejam reduzidos compreendemos ser essencial o fortalecimento dos espaços formativos dos empreendimentos livre associados. Isto porque são nestes espaços em que se potencializam as relações formativas dos trabalhadores como destacadas por Singer (1998).

Retomando parte de nossa abordagem sobre os espaços formativos existentes nas associações e com base na Organização das Cooperativas Brasileira – OCB, que destaca como são organizadas as cooperativas e as associações no Brasil, as cooperativas e associações são regidas por seus estatutos sociais e regimentos internos que devem levar em consideração as normatizações advindas dos membros e associados com base nas seguintes formações coletivas: Assembleia Geral (AG), Assembleia Geral Ordinária (AGO), Assembleia Geral Extraordinária (AGE), O Estatuto social, Conselho de Administração ou Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê Educativo, Núcleo Cooperativo ou Conselhos Consultivos, Capital social, Demonstração de resultado do Exercício (Sobras, Perdas, Fundo indivisível).

Estes espaços e documentos que compõem as cooperativas e as associações são de certa forma, mecanismos de normatizações para que as ações dos membros e associados não se tornem processos hierárquicos de decisões autoritários. Neste sentido, os caminhos que os empreendimentos adotarão para sua manutenção terão como base os aspectos democráticos de decisões nos seus mais variados espaços.

A participação efetiva dos trabalhadores livre associados nestes espaços podem nos processos de decisões sobre as ações a serem tomadas nos empreendimentos econômicos solidários desencadear um movimento intenso de consciência das ações individuais nos projetos coletivos de participação dos trabalhadores.

Com isso, a vanguarda de trabalhadores associados consciente das possibilidades formativas desenvolvidas a partir desse movimento, pode contribuir sobremaneira em enfatizar os espaços de decisões existentes nas associações, para que todos(as) os(as) trabalhadores(as) vinculados(as) aos empreendimentos livres

associados na perspectiva da Economia Popular Solidária, consigam compreender as possibilidades sobre os processos de consciência de classe, a partir dos princípios do associativismo como sendo princípios de formação humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. [Org.]. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BERLUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de (orgs.). **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Dez princípios da economia solidária. In: **Economia solidária, outra economia acontece**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 e 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital: essência aparência**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CATTANI, Antônio David [Org.]. **Autonomia-Emancipação Social**. In: Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)** – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

COLE, G. D. H. **A Century of Co-operation**. Manchester, Cooperative Union Ltd., 1944.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A nova des-ordem mundial** / Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Planaltos** — Capitalismo e Esquizofrenia. Traduzido por Rafael Godinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

DORTIER, Jean-François (Dir.). **Dicionário de ciências Humanas**. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A sociedade pós-capitalista**. Tradução Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A. Scchumann, supervisão apresentação e notas José Paulo Netto, edição revisada. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX & ENGELS. **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 2, 1961.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ª ed. São Paulo, 2015.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843 – 1844 as origens da ontologia do ser social**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. RJ: Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação cultural para liberdade: e outros escritos**. 5ª ed. RJ: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Concientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional – 5. ed.** – São Paulo: Cortez, 1999. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11).

_____, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO; G. CIAVATA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 6. Ed. Petropolis (RJ): Editora, Vozes, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó (SC): Argos, 2007.

GERMER, C. M. **A economia solidária: uma crítica marxista**. Estudos de direito cooperativo e cidadania (UFPR, v. 1, p. 51-73, 2007).

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcones. **Movimentos sociais e educação**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Origem da dialética**: a comunidade humana e o universo em Kant. Tradução Haroldo Santiago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GORZ, Andre. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A questão meridional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 7ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL. G.W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução Paulo Menezes. 2ª ed. Petropolis (RJ): Vozes, 1992.

Hilferding, R. **Finance capital**: A study of the latest phase of capitalist development. London, Routledge & Kegan Paul Ltd. 1981.

HOBBSAWM, Eric J. **A revolução francesa**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira

e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO ECOLÓGICA. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007**. <http://www.ecologica.org.br/index.php>. Acessado em 14/09/15.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução Arthur M. Parreira. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

JAVIER, Amadeo. **Notas sobre o marxismo**: a tradição ocidental. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

JOUTARD, P. **História oral**: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. Usos & abusos da história oral. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto** – tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économiesolidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LENIN, V. I. Sobre a cooperação. In: **Obras escolhidas**. Ed. Alfa-Omega, 1980.

_____. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Tradução revista por Aristides Lobo).

_____. **Que fazer?**: a organização como sujeitos político. Tradução Rubia Prates

Goldoni. São Paulo: Martin, 2006.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio popular. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. Tradução – Silvia de Bernadinis. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais:** elementos para uma análise marxista. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Método dialético e teoria política.** Tradução Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Tradução Anderson Gonçalves. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O que é cristianismo da libertação:** religião e política na América Latina / Michael Löwy. – 2. Ed. –São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

_____. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo: uma releitura dos escritos econômicos de Rosa Luxemburgo. In: SHUTRUMPF, Jorn (Org.). **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade.** Tradução Isabel Loureiro, Karin Glass, KristinaMichahelles e MonikaOttermann. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe:** estudos de dialéctica marxista. Porto: Publicações Escorpão, 1974.

LUKÁCS, Gyorgy. **Lenin:** um estudo sobre a unidade de seu pensamento / tradução Rubens Enderle; apresentação e notas Miguel Vedda. – São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. Ed. –São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. –São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Marxismo e teoria da literatura** / Gyorgy Lukács: seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANCE, E. A. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André. "Redes de colaboração solidária". In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII**: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. Unesp/Hucitec, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manifesto comunista**. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1ª ed. Revisada. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano CaviniMartorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução Nélio Schneider. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Lutas de classes na Rússia**. Tradução Nélio Schneider. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A sagrada família, ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução, organização e notas de Marcelo Backes. 1. Ed. Revisada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Glossas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social**: de um prussiano. / Karl Marx. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **As lutas de classes na França de 1848-1850**. Tradução Nélio Scheider. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Tradução e introdução Florestan Fernandes).

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro II o processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Global Editora, 1988.

_____. **A revolução antes da revolução.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Sobre a questão judaica.** Tradução Nélio Schneider, Daniel Bensaid, Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria do sr.Proudhon. Tradução José Paulo Netto. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Grundrisse:** manuscrito econômico de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre o suicídio.** Tradução Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MASLOW, A. **Introdução à psicologia do ser.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1962.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO NETO, Cândido. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi:** de Poggio al Mare à Colônia Cecília. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução Francisco Raul Cornejo. 2. Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2. Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência, volume II: a dialética da estrutura e da história.** Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos rebeldes que falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista:** colônia Cecília, tese em História intitulada, defendida na Universidade de São Paulo, em 1989.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso /** João Décio Passos. — São Paulo: Paulus, 2014. —

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: ICP, 2015.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **O 18 brumário e a análise de classe contemporânea.** In: Lua Nova, São Paulo, 81-121, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI** – tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do Trabalho.** Tradução de Daniel Aarão Filho. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.

_____. **Ensaio sobre a escola politécnica.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PISTRAK, Moisey M. (Org.). **A escola-comuna.** Tradução Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenuch. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PLEKHÂNOV, Guiorgui. **A concepção materialista da história:** da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

POCHMANN, M. **O trabalho sob Jogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: ConLexto, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan (orgs.). **Clássicos sobre a revolução brasileira.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

QUIRIM, Diogo. **Tecendo o tempo: Um breve estudo sobre o kairós em**

Isócrates. Revista Mundo Antigo – Ano IV, V. 4, N° 08 – Dezembro – 2015.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 1993.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROSSI, Giovanni. **UnComune Socialista.** 5. ed. Milano: Corso Venezia, 1878.

_____. **Colônia Cecília e outras utopias.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (Orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SABOIA, Iratan Bezerra de. **Cronos e Kairos:** reflexões sobre temporalidade laboral e solvencia social / Iratan Bezerra de Saboia. Fortaleza, 2007. 199f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceara. Centro de Humanidades. Departamento de Psicologia. Mestrado em Psicologia.

SADER, Eder (org.). **Che Guevara:** política. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever.** Tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Sússekind. - Porto Alegre: L&PM, 2009.

SHMIDT, Afonso. **Colônia Cecília:** romance de uma experiência anarquista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SINGER, Paul. **Reflexões sobre o socialismo** (mimeo.), 2005.

SINGER, Paul. **Fundamentos da economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1998.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000a.

SOUZA, Newton Stadler de. **O anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.

SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** – Adam Smith, volume I, Nova Cultural, 1988.

TAYLOR, Richard. **Metafísica**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: **Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

_____. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. PERSPECTIVA, Florianópolis (SC), v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Tradução Hermínio Sacchetta. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VASCONCELOS, José Antônio. **Anarquismo e utopia**: As ideias políticas de Giovanni Rossi. Dissertação de mestrado, CURITIBA 1996.

WELLEN, Henrique. **Para crítica da economia solidária**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista nº 9, 2º semestre/2013, ICP, São Paulo, 2014.